

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PELÁGIO JULIÃO MAXLHAIEIE

**PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO: PERCEPÇÕES SOBRE O
ESPAÇO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE INHAMBANE EM MOÇAMBIQUE**

PORTO ALEGRE
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO: PERCEPÇÕES SOBRE O
ESPAÇO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE INHAMBANE EM MOÇAMBIQUE**

PELÁGIO JULIÃO MAXLHAIEIE

ORIENTADOR: PROF. DR. ANTÔNIO CARLOS CASTROGIOVANNI

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Susana de Araújo Gastal (UCS)

Profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros (POSGEA/UFRGS)

Profa. Dra. Tânia Marques Strohaecker (POSGEA/UFRGS)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção de título de Mestre em Geografia.

PORTO ALEGRE

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Maxlhaieie, Pelágio Julião
PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO: PERCEPÇÕES
SOBRE O ESPAÇO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE INHAMBANE
EM MOÇAMBIQUE / Pelágio Julião Maxlhaieie. -- 2015.
215 f.

Orientador: Antonio Carlos Castrogiovanni.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre,
BR-RS, 2015.

1. Espaço Turístico. 2. Planejamento Territorial.
3. Paisagem. 4. Lugar. 5. Município de Inhambane
(Moçambique). I. Castrogiovanni, Antonio Carlos,
orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração direta de muitos sujeitos. Manifestamos gratidão a todos eles e de forma particular a minha noiva Otilia e filha Kanysha, pelo conforto, carinho e companheirismo, mesmo distante. À minha família nas pessoas dos meus pais (Julião e Rita) e irmãos (Jerônimo, Águeda, Aniceto, Higino, Martinho e Azael Stélio), que tem sido a base da minha educação, por ter me acolhido com afeto em todos os momentos da minha vida e pelo apoio concedido no processo da realização do trabalho.

Endereço sinceros agradecimentos ao meu orientador Prof. Dr. Antônio Carlos Castrogiovanni, que de forma intelectual, paciente e amigável norteou o presente trabalho. Ao corpo docente do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IG-UFRGS), em especial aos Profs. Drs. Dirce Suertegaray, Aldomar Rückert, Álvaro Heidrich, Tânia Strohaecker, Nelson Gruber, Ivaine Tonini, Rosa Medeiros e Susana Gastal (UCS e Revista Rosa dos Ventos), pela transmissão de conhecimentos.

Aos sujeitos que me concederam as entrevistas e que permitiram a interação dialógica na busca pelas respostas aos objetivos inicialmente identificados neste trabalho. Expressar gratidão aos funcionários da DPTURI, CMCI, AHTI, INE-Inhambane, Casa da Cultura e representantes dos estabelecimentos turístico (Hotel Casa do Capitão, Barra Beach Club e Hotel Tofo Mar) que durante a realização da pesquisa me acolheram na instituição que representam.

Ao Governo Brasileiro, através do Programa de Pós-Graduação CNPq/MCT-Mz (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia de Moçambique), obrigado pela oportunidade. Agradecimentos também para a Direção da UEM-ESHTI e ex-colegas da UEM-ESHTI, pelo apoio concedido na pesquisa de campo, sobretudo a Arq Margarita, Agostinho, Adérito, Sidique, Fernando, Alfredo, Nélio, Moraes e Pedro.

Finalmente não deixaria de agradecer aos meus amigos/colegas do Grupo de Pesquisa da FACED-UFRGS (Laura, Paola, Maurício, Kinsey, Fábio, Marcus, Bruno, Nataniel, Cristiano e Cláudio), pelo companheirismo e a todos aqueles que direta ou indiretamente deram o seu apoio no processo de elaboração deste trabalho

À memória do meu irmão – Serafim Julião Maxlhaieie – que perante o chamado de Deus, se despediu na fase final do meu mestrado. Desde muito cedo, jamais deixou de me incentivar, por menor que fosse a contribuição. Sempre cultivou em mim, que a única forma de conhecer é trilhar pelo caminho da descoberta, e que essa descoberta é a única forma de imortalizar a cultura e a produção do conhecimento. Muito obrigado por tudo. Paz à Sua Alma!

RESUMO

A dissertação versa sobre o patrimônio e desenvolvimento do Turismo no Município de Inhambane (MI) em Moçambique. Por meio da abordagem interdisciplinar, nosso principal objetivo consistiu em estudar os elementos que compõem o patrimônio natural e cultural do lugar, a fim de propor alternativas inseridas no Turismo Criativo que enalteçam a valorização do espaço turístico desde a percepção dos atores/sujeitos do Turismo, nomeadamente: turista e população residente. Com o auxílio do Paradigma da Complexidade, e da unidade entre os princípios dialógico, recursivo e hologramático, nossa trilha investigativa baseou-se na Pesquisa Qualitativa. Primeiramente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, desde as quais foram definidas as categorias e subcategorias operacionais da pesquisa. Na sequência, o trabalho de campo desenvolveu-se por meio da observação sistemática não-participante, de questionários e de entrevistas semiestruturadas, sobretudo, na base da amostragem não probabilística para turistas, e probabilística para os residentes locais. A última fase metodológica consistiu na análise e interpretação de dados, através da triangulação dos métodos descritivo, comparativo e estatístico. Em nossas indagações constatamos que o MI possui uma rica e diversificada oferta patrimonial de ordem natural, - a mais procurada pelos visitantes -, distribuída sobretudo ao longo das praias; e de influência histórico-cultural, localizada principalmente na sua área urbana. É através da apropriação deste patrimônio pelo Turismo que se produz a paisagem turística do MI. Esta paisagem, ao ser contemplada pelo sujeito turista, no momento, apesar de estruturar uma relação de ordem estética e afetiva, resulta ainda de valorações negativas. Cenário similar verifica-se na atitude dos residentes locais face ao desenvolvimento do Turismo. Apesar de apoiarem o Turismo, ao perceberem os benefícios econômicos imediatos, gradualmente, os residentes começam a ter algumas reservas a esse desenvolvimento, por causa dos custos socioambientais gerados pela atividade turística no seu espaço de lugar. Contudo, pensamos que um novo modelo de Turismo deva emergir no MI, que ao ir além das determinações do Turismo industrial, possibilite seu desenvolvimento de forma criativa, sobretudo quanto à preservação do patrimônio do lugar, e quanto à participação ativa das comunidades locais e seus integrantes neste desenvolvimento.

Palavras-chave: Espaço Turístico. Planejamento Territorial. Paisagem. Lugar. Município de Inhambane (Moçambique).

ABSTRACT

This dissertation is about heritage and Tourism development in Inhambane Municipality (IM) in Mozambique. Through an interdisciplinary approach, our aim was to study the elements that compose the place's natural and cultural heritage, in order to propose alternatives based on Creative Tourism that emphasizes the value of the tourist space, from the perception of the Tourism actors, in particular: tourists and local population. With help of the Complexity Paradigm, and of the unity among the dialogic, recursive and hologrammatic principles, our research trail based on Qualitative Research, with the following methodological procedures. Firstly, a documents and literature review was done, from which the operational categories and subcategories of the research were defined. Following, there was a fieldwork operated by: non-participant systematic observation, questionnaires and semi-structured interviews, above all, based on non-probabilistic sampling for tourists, and probabilistic for the local residents. The last methodological step was the data analysis and interpretation, by triangulating descriptive, comparative and statistical methods. In our investigations, we found that the IM has a rich and diverse heritage supply of natural order - the most popular with visitors - mainly distributed along the beaches; and historical-cultural influence, mostly located in the urban area of the municipality. It is through the appropriation of this heritage by Tourism that the touristic landscape of IM is produced. Although this landscape is structured in a relation between the aesthetic and affective feelings, there are negative valuations. Similar scenario is found in the attitude of local residents towards Tourism development. Although the majority endorses the Tourism development, due to the perceived economic benefits, gradually, residents are beginning to question this development, due to the social and environmental costs it has generated. However, we believe that a new Tourism model should emerge in IM. One that goes beyond the determinations of Tourism development as an industrial model enables a Tourism development as a creative model, especially concerning the place's heritage preservation, and the active participation of the local communities and their members.

Keywords: Tourist Space. Territorial Planning. Landscape. Place. Inhambane Municipality (Mozambique).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema resumo das fases metodológicas (nosso roteiro).....	35
Figura 2 – Elementos do Espaço segundo Milton Santos (1985).....	64
Figura 3 – O Espaço Turístico diante do Sistema do Turismo (SISTUR).....	67
Figura 4 – A Praia da Barra e Praia do Tofo.....	95
Figura 5 – Modelos dos <i>resorts</i> : <i>Flamingo Bay</i> e <i>Hotel Barra Beach Club</i>	96
Figura 6 – Paisagem palmeiral das praias do MI.....	103
Figura 7 – Quatro dos “ <i>Big Five</i> ” aquáticos.....	105
Figura 8 – Edifícios de arquitetura civil e monumentos históricos do MI.....	110
Figura 9 – Edifícios de arquitetura religiosa do MI.....	111
Figura 10 – Distribuição de leitos por província em Moçambique, 2007.....	145

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização regional e limites do Município de Inhambane.....	85
Mapa 2 – Distribuição de bairros e localidade no MI.....	89
Mapa 3 – Delimitação das áreas de estudo no objeto empírico (MI).....	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese dos objetivos da organização metodológica.....	21
Quadro 2 – A amostragem no processo de pesquisa para o MI.....	39
Quadro 3 – Percepção qualitativa dos objetos turísticos na Barra e Tofo.....	131
Quadro 4 – Percepção qualitativa dos objetos turísticos na área urbana.....	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Identificação do universo e determinação da amostra.....	37
Tabela 2 – Temperaturas, precipitações e umidades médias no MI.....	86
Tabela 3 – Caracterização sociodemográfica dos turistas no MI.....	115
Tabela 4 – Percepção sobre a preferência do turista em relação ao MI.....	122
Tabela 5 – Leitura da paisagem do lugar na ótica do turista que visita o MI.....	127
Tabela 6 – Qualidade dos serviços turísticos ofertados no MI.....	132
Tabela 7 – Percepção sobre os preços praticados na oferta de serviços.....	136
Tabela 8 – Contribuição do Turismo para o PIB em Moçambique.....	140
Tabela 9 – Chegadas de turistas internacionais na SADC entre 2007-2010.....	141
Tabela 10 – Investimentos e empresas de Hotelaria e Turismo (2003-2012)....	143
Tabela 11 – Estatísticas do Turismo na Província de Inhambane, 2009-2013..	146
Tabela 12 – Evolução do Turismo no III Trimestre 2013/2014.....	147
Tabela 13 – Resumo dos objetos turísticos na Província de Inhambane.....	149
Tabela 14 – Distribuição de objetos turísticos por área do MI.....	149
Tabela 15 – Caracterização sociodemográfica dos residentes por área/bairro.	152
Tabela 16 – Percepção local do contributo do Turismo por área/bairro.....	153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AGP** – Acordo Geral de Paz
- AHTI** – Associação de Hotelaria e Turismo de Inhambane
- APIT** – Área Prioritária de Investimento Turístico
- BM** – Banco Mundial
- CC** – Casa da Cultura
- CDAA** – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CMCI** – Conselho Municipal da Cidade de Inhambane
- DPCI** – Direção Provincial da Cultura de Inhambane
- DPTURI** – Direção Provincial do Turismo de Inhambane
- EN-01** – Estrada Nacional Número 01
- ESHTI** – Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane
- FACED** – Faculdade de Educação - UFRGS
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FRELIMO** – Frente da Libertação de Moçambique
- ha** – Hectares
- HUB** – HUMBOLDT-UNIVERSITÄT ZU BERLIN
- IDE** – Investimento Direto Estrangeiro
- IG** – Instituto de Geociências
- INAM** – Instituto Nacional de Meteorologia
- INE** – Instituto Nacional de Estatística
- INPF** – Instituto Nacional de Planeamento Físico
- Km²** – Quilómetros quadrados
- MCT-Mz** – Ministério de Ciência e Tecnologia de Moçambique
- MI** – Município de Inhambane
- MICOA** – Ministério para Coordenação e Ação Ambiental de Moçambique
- MITUR** – Ministério do Turismo de Moçambique
- m** – Metros
- N** – Norte
- NNW** – Norte noroeste

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

PARPA – Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta

PARP – Plano de Ação para a Redução da Pobreza

PIB – Produto Interno Bruto

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique

S – Sul

SADC – *South Africa Development Community*

SPMPI – Serviços Províncias de Meteorologia da Província de Inhambane

SSE – Sul sudeste

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WTTC – *World Travel & Tourism Council*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Objetivos	20
1.2. Problemática	23
2. METODOLOGIA	28
2.1. Paradigma da Complexidade	29
2.1.1. Os princípios do Paradigma da Complexidade.....	30
2.2. Pesquisa Qualitativa	32
2.3. Procedimentos Metodológicos	34
2.3.1. Primeira Fase: Planejamento e Elaboração do Projeto.....	35
2.3.1.1. Elaboração dos instrumentos de coleta de dados.....	36
2.3.1.1.1. Amostragem.....	36
2.3.1.1.1.1. Amostragem probabilística não probabilística.....	37
2.3.1.1.1.2. Amostragem de casos e do material de pesquisa.....	38
2.3.2. Segunda Fase: Trabalho de Campo – Explorando o Objeto Empírico.....	39
2.3.3. Terceira Fase: Análise e Interpretação de Dados.....	40
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	42
3.1. O Turismo como Fenômeno Geográfico	42
3.2. Conceitos	46
3.2.1. Turismo.....	46
3.2.2. Patrimônio.....	47
3.2.2.1. Patrimônio natural e cultural.....	49
3.2.3. Espaço geográfico.....	50
3.2.3.1. Paisagem.....	52
3.2.3.2. Lugar.....	54
3.2.4. Desenvolvimento.....	56
3.2.4.1. Desenvolvimento do Turismo.....	58
3.3. A dialogicidade entre Espaço Geográfico e Espaço Turístico	59
3.3.1. Elementos e atores do espaço turístico.....	64
3.4. Turismo e Patrimônio	68
3.5. Percepção espacial do Turismo	72
3.5.1. Condição da paisagem e satisfação turística a partir da percepção.....	73
3.5.2. População residente e percepção do desenvolvimento do Turismo.....	79
3.5.3. Turismo criativo e desen. do Turismo nos lugares de patrimônio.....	82
4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE INHAMBANE (MI)	84
4.1. Localização e Limites	84
4.2. Aspectos Climáticos	86
4.3. Aspectos Demográficos	87
4.4. Delimitação do Objeto Empírico	90
4.4.1. A área urbana do MI.....	91
4.4.2. Estruturas socioeconômicas das comunidades rurais do MI.....	92

5. O PATRIMÔNIO DO MI: ASPECTOS PAISAGÍSTICOS DO LUGAR	94
5.1. Patrimônio Natural.....	94
5.1.1. Costa ou litoral.....	94
5.1.1.1. A Praia do Tofo.....	96
5.1.1.2. A Praia da Barra.....	98
5.1.1.3. Outros elementos da costa ou litoral.....	100
5.1.2. Terras insulares.....	100
5.1.3. Hidrografia.....	101
5.1.4. Flora.....	102
5.1.5. Fauna.....	103
5.2. Patrimônio Cultural.....	106
5.2.1. Sítio histórico.....	107
5.2.1.1. A cidade histórica de Inhambane.....	107
5.2.2. Edificações arquitetônicas.....	109
5.2.3. Instituições culturais.....	112
5.2.4. Gastronomia típica, artesanato, música e dança.....	112
5.3. Patrimônio e Turismo: Leitura da paisagem do MI.....	114
5.3.1. Patrimônio e construção da paisagem: percepção do sujeito do Turismo	114
5.3.1.1. Condição do patrimônio e satisfação do turista.....	126
5.3.1.2. Percepção dos equipamentos e serviços turísticos do lugar.....	130
6. TENDÊNCIAS DO “DESENVOLVIMENTO” DO TURISMO NO MI.....	137
6.1. O Turismo em Moçambique.....	138
6.1.1. O Turismo na província e Município de Inhambane.....	145
6.2. Significado do Desenvolvimento do Turismo: Olhar do Lugar.....	151
6.2.1. População residente e reação ao desenvolvimento do Turismo no MI.....	153
7. TURISMO CRIATIVO: UMA PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO MI.....	161
7.1. Proposta de Atividades Criativas para o MI.....	170
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173
9. REFERÊNCIAS.....	180
APÊNDICES e ANEXOS.....	190

1. INTRODUÇÃO

Epistemologicamente, para nós, o Turismo ainda carece de uma forte base conceitual e teórica. “Na verdade [...] por suas necessidades existenciais, ele transita em diferentes lastros teóricos, apropriando-se dos diversos arcabouços científicos e, com isso, dificultando a construção de um objeto próprio cognoscível” (CASTROGIOVANNI, 2001, p. 131). Contudo, devido à importância sociocultural e econômica cada vez maior, o fenômeno do Turismo vem se tornando com o passar dos anos, objeto de estudo e pesquisa de diversas áreas de conhecimento.

Felizmente, consegue-se obter bons resultados pelas contribuições de outras ciências, particularmente da Geografia, ao entendê-lo como fenômeno socioespacial, antes de ser uma atividade econômica, pois, sabe-se que para sua prática é necessário que o ator¹ (ou sujeito) principal -, o indivíduo (turista) -, se desloque no espaço em busca da realização de motivações diversas, através do consumo do patrimônio do lugar, criando novas formas de organização sócio-territorial e novas territorialidades (MAGALHÃES, 2002; CRUZ, 2003, RODRIGUES, 2003).

Trata-se, porém, de uma atividade também econômica que se desenvolve no mundo com grande pujança, sob a égide do capitalismo, trazendo consigo um conjunto de benefícios para os diferentes lugares e atores envolvidos, principalmente através da mobilização de recursos, geração de empregos, e desempenhando significativo papel na balança de pagamentos e na arrecadação de impostos de muitos países, tendo no espaço do lugar, o seu principal objeto de produção/reprodução e consumo/uso.

O turismo nasceu e se desenvolveu com o capitalismo. A cada avanço capitalista, há um avanço do turismo. A partir de 1960, o turismo explodiu como atividade de lazer, envolvendo milhões de pessoas e transformando-se em fenômeno econômico, com lugar garantido no mundo financeiro internacional. (MOESCH, 2000, p.9).

¹ Os atores são seres sociais individuais e coletivos dotados de sua própria subjetividade, discurso e performances que se relacionam com o seu espaço de ação, territorializando o espaço e transformando-o em território usado (DI MÉO e BULÉON, 2007). Nesta análise os atores centrais são constituídos pelos sujeitos do Turismo: turista e população residente e, evidentemente a subjetividade do pesquisador. Entendemos que o sujeito traz a sua individualidade irredutível, a sua suficiência (enquanto ser recursivo que se curva sobre si mesmo) e a sua insuficiência (enquanto ser aberto irresolúvel nele mesmo); traz nele a brecha, a ruptura, a dissipação, a morte, o além (MORIN, 2008).

O Turismo surge neste âmbito como um termo híbrido, abrangendo não só os espaços, as motivações e os impactos, mas também às ligações complexas que existem entre atores e instituições (trans-escalares e trans-temporais), num sistema de interconexão entre oferta e demanda global (PEARCE e BUTLER, 1999). Focado no patrimônio deriva a atividade turística, pois, são os elementos naturais e culturais (histórico-culturais) deste patrimônio que constituem fundamento principal para o desenvolvimento posterior da atração turística, e matéria-prima sobre a qual se exerce o planejamento e desenvolvimento do Turismo. É através deste processo que se cria a paisagem (produto turístico) ofertada no lugar.

Destarte, o desenvolvimento do Turismo consiste em aliar o patrimônio natural ou cultural de um lugar com a demanda e preferências dos turistas atuais ou potenciais (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT, 2001).

A consolidação do Turismo como prática socioespacial massiva ao longo do século XX teve como consequência, a transformação e incremento do patrimônio como atrativo turístico, onde através das atividades econômicas associadas ao Turismo, verificou-se um processo de mercantilização deste, permitindo níveis variáveis de rentabilidade. Esta tendência, que teve um pico considerável a partir do período pós-segunda guerra mundial (MILLAR e YÚDICE, 2004) compreendeu o incremento de modalidades alternativas do Turismo, denominadas de segmentos de *nicho*, que tem na natureza e na cultura do lugar, seus alicerces e formas de consumo turístico, em detrimento do tradicional Turismo de sol e praia.

Diversas questões podem ser analisadas para melhor compreender a crescente importância do patrimônio no Turismo. Por uma parte, cabe mencionar as recomendações de organismos internacionais tais como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e a ONU (Organização das Nações Unidas) já na década de 1960, ou de organismos como a OMT, o BM (Banco Mundial) ou o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) a partir da década de 1970 (SCHETTINI, 2008), que incentivam a preservação do patrimônio dentro da lógica dos programas gerais do Turismo.

Por outro lado, estas instituições, reconhecendo a importância do Turismo, promovem seu desenvolvimento como meio para alcançar uma nova ordem econômica internacional que contribuiria para reduzir as gigantescas desigualdades sociais entre os países mais e menos desenvolvidos e esperar seu impacto real na

melhoria dos padrões e condições gerais de vida das comunidades residentes dos lugares turísticos.

Na pós-modernidade, assistimos também ao incremento dos processos de ativação patrimonial², muitos dos quais levam em conta, desde sua origem, relações com o desenvolvimento do ócio e/ou do Turismo, entrando diretamente no mercado e incorporado em termos de consumo; sendo o lugar possuidor de algum tipo de patrimônio, transformado conseqüentemente, como um lugar potencial para a prática do Turismo (PRATS, 1998; SCHETTINI, 2008). Seguindo esta linha de argumentação, percebemos que é neste dito lugar, onde se enfatizam variáveis como a singularidade, a identidade e a autenticidade dos bens ou atributos que formam esses novos atrativos turístico-patrimoniais, adotados como estratégia para incentivar o desenvolvimento do Turismo.

Com seu avanço, o Turismo passou a ser considerado fenômeno de grandes proporções (LOHMANN e PANOSSO NETO, 2012; NECHAR e PANOSSO NETTO, 2011; LEMOS, 2003; MOESCH, 2000). Paradoxalmente, apesar da importância do Turismo, e da sua continuidade ao longo do tempo, as ciências sociais tem prestado pouca atenção a este fenômeno (BERTONCELLO, 2008a), priorizando a égide econômica, no mínimo reducionistas. Entretanto, não se pode reduzir o Turismo a uma análise apenas econômica, pois o fenômeno provoca uma série de inter-relacionamentos complexos entre sua produção (elaboração da paisagem ofertada em forma de produto turístico) e atendimento aos turistas (serviços prestados).

Assim, a interdisciplinaridade proposta na pesquisa, é fundamental ao estudo do Turismo, enquanto fenômeno socioespacial, com intencionalidades afins, como a econômica, subjetiva e afetiva, abordagem complexa que se empreendeu por meio de três categorias principais, a saber: (a) o espaço geográfico ou território usado³, a partir dos alicerces de Santos (1985, 1988, 1994, 2004, 2006/2012) e Raffestin (1990, 1993), com as subcategorias paisagem e lugar (SUERTEGARAY, 2000, 2005; SANTOS, 1985, 2012 e CASTROGIOVANNI, 2004, 2007, 2010); (b) a categoria Turismo (JAFARI, 2000, 2005; WEAVER e LAWTON, 2006 e XAVIER,

² Significa escolher determinadas referências e expô-las de outra forma. Isto equivale a articular um discurso que dependerá das referências escolhidas, dos significados destas referências que se destacam, da importância relativa que se lhes outorga e do contexto (PRATS, 1998).

³ Entendemos que é no espaço geográfico onde resulta o espaço turístico, segundo Castrogiovanni (2001, 2004, 2010) e Rodrigues (1997, 2001, 2003).

2007), contemplando a subcategoria patrimônio turístico - natural e cultural - (PRATS, 1998; CHOAY, 2001; BERTONCELLO, 2008, 2008a; OMT, 2001 e BRASIL, 2006) e; (c) a categoria desenvolvimento, considerando a subcategoria desenvolvimento do Turismo (ERBES, 1973; PEARCE e BUTLER, 1999; PEARCE, 1989, 2003; BUTLER, 1980; MORIN, 2000; TELFER e SHARPLEY, 2008; ANDRIOTIS, 2002 e MOLINA, 2011).

A pesquisa teve como principal objetivo, o de estudar os elementos que compõem o patrimônio do lugar, a partir da leitura elaborada pelos sujeitos do Turismo, nomeadamente: turista e população residente, em relação ao patrimônio e desenvolvimento do Turismo⁴, respectivamente, tomando o Município de Inhambane (MI) em Moçambique como objeto empírico, face à importância do Turismo no contexto local e nacional, a fim de propor alternativas criativas que enaltecem a valorização do espaço turístico.

Moçambique localiza-se na costa oriental da África Austral e ocupa uma superfície de 799 830 km² (FERRÃO, 2002). É atravessado pelo trópico de Capricórnio e faz fronteira a norte com a Tanzânia, a oeste com o Malawi, Zâmbia, Zimbabué, a sudoeste e sul com África do Sul e Suazilândia. O país é banhado ao longo de cerca de 2 515 km de costa pelo Oceano Índico e situa-se frontalmente à Ilha de Madagascar, da qual se separa através do canal de Moçambique.

O país possui onze províncias⁵ distribuídas em três regiões geográficas. Assim, o norte é constituído pelas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa; o centro pelas províncias de Sofala, Manica, Tete e Zambézia; e o sul pelas províncias de Maputo Cidade (capital nacional), Maputo província, Gaza e Inhambane onde se situa o nosso objeto empírico.

Com sua independência e soberania alcançada há sensivelmente 40 anos, Moçambique é um dos países dos PALOP'S (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e da CPLP (Comunidade dos Países de expressão em Língua

⁴ Tratamos o “desenvolvimento do Turismo” como conceito qualitativo operacional lido a partir de uma Geografia (também do Turismo), muito longe das formulações económicas que confundem o termo com o crescimento ou desenvolvimento económico do Turismo. Trata-se de um conceito complexo, por um lado pela natureza multifacetada do Turismo e, por outro, pela falta de uma definição inequívoca do desenvolvimento. Assim considerado, este conceito operacional, nos permite ir além do termo “crescimento do Turismo” que se limita na análise quantitativa do Turismo (investimento, gastos, receitas, lucros, fluxo, etc.), reduzindo neste caso o horizonte de enfoque por não considerar os aspectos sociais, culturais, ambientais e espaciais do Turismo.

⁵ A província equivale ao estado para o caso da República Federativa do Brasil.

Portuguesa) com trajetória histórica milenar que se estende desde a pré-história até os dias atuais. A historiografia⁶ moçambicana compreende seis grandes períodos, a destacar: (I) Pré-colonial (das origens até 800 DC); (II) Penetração Mercantil Estrangeira (asiática e europeia, anos 800-1890); (III) Domínio do Capital Internacional (1890-1930); (IV) Nacionalismo Económico do Salazar (1930-1962); (V) Luta de Libertação Nacional (1962-1975) e (VI) Moçambique após a Independência.

Com destaque para o último período, apesar da independência alcançada a 25 de Junho de 1975, resultado do desencadeamento da luta armada no momento precedente, o país viu-se mergulhado de imediato numa guerra civil que se prolongou por 16 anos (1977-1992), envolvendo a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique).

São ainda pontos em destaque neste período: a depressão ecológica e a fome dos anos 1980 que fustigou mais de milhões de moçambicanos; a morte do primeiro presidente da República Popular de Moçambique (Samora Moisés Machel) em 1986; o fim da guerra civil e o lançamento da nova constituição (1990); a introdução do multipartidarismo, a realização das primeiras eleições multipartidárias e presidenciais em Moçambique e, a consolidação da transição de uma economia centralizada (socialista) para uma economia de mercado (capitalista), iniciada nos anos 1980, possibilitada pelas exigências do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do BM. Portanto, hoje, Moçambique é uma República Presidencialista cujo Governo é indicado pelo partido político com maioria parlamentar. As eleições são realizadas a cada cinco anos.

A economia nacional é precária e depende de investimento direto estrangeiro. Não obstante, o solo é rico em ouro, carvão, sal, grafite e bauxite, mas ainda é pouco explorado. Moçambique possui também reservas de gás natural, petróleo, mármore e madeiras. Os principais recursos naturais são: a energia hidroelétrica, gás, carvão, minerais, madeiras e terra agrícola. A maioria da população vive da agricultura de subsistência, mas o país exporta cana-de-açúcar, algodão, sisal, chá e tabaco. As exportações principais de Moçambique centram-se no camarão, algodão, caju, açúcar, chá e copra (MOÇAMBIQUE, 2010).

⁶ Mais leituras podem ser aprofundadas em Serra (1983), Hedges (1993) Newitt (1997).

O país tem um grande potencial turístico, destacando-se as praias e zonas propícias ao mergulho nos seus mais de 2 000 km de litoral, e os parques e reservas naturais no interior do país. Para nós, associado à hospitalidade da população residente, esses são os principais predicados que cristalizam o MI enquanto nosso objeto empírico, capital da província que detêm o maior potencial nacional e que conta com uma significativa concentração de objetos (estabelecimentos) turísticos.

Retomando o tema em estudo, em harmonia com o objetivo principal, nossa leitura baseou-se no Paradigma da Complexidade de Edgar Morin (2003a, 2003b, 2008), com a finalidade de ajudar os sujeitos do Turismo a pensarem por si mesmos para responder ao desafio da complexidade dos problemas, pois, como sustenta Morin (1999, p. 36), “devemos pensar e refletir sobre os conhecimentos científicos auto-elaborando-se como epistemologia complexa”. A metodologia eleita sustenta-se na Pesquisa Qualitativa segundo Uwe Flick (2009a, 2009b), possibilitada pelo uso das entrevistas semiestruturadas, de questionários e da observação sistemática não participante.

Portanto, a pesquisa orientou-se na percepção⁷ geográfica do Turismo, que surge como uma das alternativas de estudo, pois fornece subsídios importantes para o conhecimento das relações entre os atores com a construção do espaço pelo Turismo (RODRIGUES, 2003, CASTROGIOVANNI, 2004, XAVIER, 2007). Entendemos o Turismo como uma atividade (re)construtora dos espaços, que pode produzir melhor qualidade de vida para as comunidades locais e seus integrantes, mas seu desenvolvimento pode gerar ainda impactos negativos, invadindo, destruindo, alterando ou produzindo novas territorialidades.

Assinalamos o Turismo como fenômeno espacial com dimensão social, para enaltecer as mudanças que se verificam no contexto espacial, nas relações entre os seus atores. Consideramos o espaço geográfico mais amplamente, como concepção multidimensional de sistema de objetos e sistema de ações, englobando vários atores multiescalares e transtemporais, destacando ainda a complexidade de

⁷ A percepção é aqui entendida de forma simples como a maneira como nós vemos, lemos, julgamos, conceituamos, qualificamos as coisas no mundo e em nós mesmos, ou como um processo de interpretação do comportamento dos atores/sujeito no seu espaço de lugar e entre-lugar/não-lugar. Trata-se de uma condição da interação entre os sujeitos e estes com o meio que o circundam e seus elementos (o patrimônio). Neste caso, destacamos a população residente do lugar turístico e o turista no seu entre-lugar/não-lugar, uma vez que com frequência as recomendações inerentes à reorganização do espaço pelo Turismo, resultam de leituras unidimensionais dos técnicos, políticos e empresários transnacionais, perpetuando na sequência práticas turísticas não criativas localmente.

relações que se estabelecem entre si, e estes com a natureza (SANTOS, 2012). Este espaço, não é uma máquina perfeita, mas um processo em vias de desintegração e (auto) organização simultâneas (MORIN, 2008).

Com este estudo, em que colocamos em pauta o Turismo, procuramos (possíveis) esclarecimentos (mas não finitos) sobre a conduta dos atores em seu espaço de lugar e não-lugar/entre-lugar, enfatizando os conhecimentos, os fundamentos afetivos e simbólicos relacionados ao MI, elaborados pelos turistas e no mundo vivido dos atores que recebem estes visitantes (população residente), face ao desenvolvimento da atividade. Ressaltamos a leitura do espaço a partir destes dois atores, pois, acreditamos que a construção do espaço pelo Turismo é percebida de maneiras diferenciadas pelos grupos de atores envolvidos com a atividade.

A dissertação estrutura-se em sete capítulos. O primeiro compreende o desenvolvimento da problemática, isto é, a exposição da justificativa que está por detrás da escolha do tema e do MI como nosso objeto empírico. No segundo apresentamos a metodologia usada na elaboração do projeto e para a dissertação final; no terceiro enfocamos a fundamentação teórica, na qual constam os aspectos teóricos incluindo os conceitos básicos relacionados com o tema em estudo.

O quarto capítulo é inerente a caracterização geral e delimitação do MI. Estes dados, foram importantes para o momento seguinte, que consistiu na apresentação e discussão dos resultados encontrados no município. A discussão dos resultados teve como base, os pressupostos teóricos, documentais e empíricos diversos que versam sobre o tema, refletidos nos objetivos específicos.

O quinto capítulo compreendeu a descrição do patrimônio natural e cultural que ao configurar a paisagem do MI, representa a principal atração turística do município. Com este levantamento, foi possível sistematizar os dados iniciais, para nossa posterior análise e interpretação, que consistiu em verificar o estado de satisfação do sujeito turista em relação ao patrimônio local, que lhe é ofertado sob a forma de paisagem.

Para melhor compreender o significado do Turismo no MI, de acordo com a percepção da população residente, desenvolve-se o sexto capítulo. Neste momento, a reflexão inicia com uma breve contextualização da tendência do “desenvolvimento”

do Turismo nas escalas global, nacional e provincial. Diante da percepção do desenvolvimento do Turismo no seu espaço de lugar, refletimos no sétimo e último capítulo, potenciais medidas inseridas no Turismo criativo, passíveis de serem orientadas no MI, onde se reconhece que o Turismo existe há mais de quatro décadas e, indubitavelmente, constitui uma atividade modificadora e (re)organizadora do espaço.

Na última parte da dissertação, apresentamos as considerações finais, que embora provisoriamente, resumem as respostas aos objetivos identificados no momento inicial da nossa busca. Constam ainda nesta parte as referências consultadas para a elaboração e apresentação da dissertação.

1.1. Objetivos

O objetivo geral da pesquisa consistiu em estudar os elementos que compõem o patrimônio natural e cultural, a fim de propor alternativas criativas que valorem o espaço turístico, a partir da leitura elaborada pelos atores/sujeitos do Turismo em relação ao patrimônio e desenvolvimento do Turismo no Município de Inhambane (MI) em Moçambique.

Como objetivos específicos colocam-se:

1. Descrever o patrimônio turístico no MI a partir do levantamento de seus elementos naturais e culturais;
2. Verificar o estado de satisfação do turista em relação ao patrimônio ofertado sob a forma de paisagem no espaço em estudo;
3. Examinar a leitura elaborada pela população residente em relação ao desenvolvimento da atividade turística no município identificado; e
4. Orientar medidas inseridas no Turismo Criativo para melhoria no controle do patrimônio e do desenvolvimento do Turismo no MI.

Com o propósito de facilitar nossa organização metodológica, elaboramos o quadro-síntese ilustrado na página seguinte, onde estão esmiuçados cada um dos objetivos específicos da pesquisa.

Quadro 1 – Síntese dos objetivos da pesquisa e respectiva organização metodológica

OBJETIVOS	POR QUÊ?	COMO?	QUEM ENVOLVE?
1. Descrever o patrimônio turístico no MI a partir do levantamento de seus elementos naturais e culturais.	Pretendemos sistematizar os componentes efetivos e potenciais do patrimônio na constituição da paisagem e atração turística do MI, no âmbito de um plano que nos permite reconhecer e representar geograficamente os seus elementos naturais e culturais, que servem de base para o desenvolvimento do Turismo.	Elaboração e aplicação do formulário de guia de observação sistemática, no qual constam os elementos do patrimônio, segundo o Modelo brasileiro de Inventário do Patrimônio Turístico (BRASIL, 2006); e levantamento bibliográfico (HUB, 2002; MICOA et al., 2002; NHANTUMBO, 2007, 2009; AZEVEDO, 2009) e documental (INHAMBANE, 2009) sobre o MI.	Autor (sujeito pesquisador) e seus ajudantes de campo. Para além das instituições públicas e privadas locais.
2. Verificar o estado de satisfação do turista em relação ao patrimônio ofertado sob a forma de paisagem no espaço em estudo.	Na principal categoria espaço (turístico), encontramos as subcategorias paisagem e lugar. Assim percebido, a turistificação destas subcategorias, não dependem apenas da quantidade e qualidade do patrimônio, muito menos do mercado ou da “indústria turística”, mas, sobretudo, do principal ator do Turismo – o turista. Se a paisagem é responsável primária pela atração e permanência de turistas num determinado lugar de patrimônio, acreditamos que deve ser preocupação averiguar a percepção que este ator tem a respeito do patrimônio ofertado; sua experiência, expectativa e juízo final em relação à satisfação de suas necessidades turísticas, face aos imaginários buscados.	Aplicação do questionário com perguntas diversas: fechadas (dicotômicas simples, múltipla escolha) e abertas. Por outro lado, considerando as leituras e reflexões da paisagem enquanto subcategoria do espaço (turístico); do patrimônio enquanto subcategoria do Turismo e responsável pela configuração da paisagem, segundo os autores indicados na introdução da dissertação e; da percepção geográfica do Turismo segundo Lynch (2011); Tuan (1980); Machado (1988); Castrogiovanni (2004, 2007) e Meinig (1979), Lewis (1979), Gibson (1950) apud Xavier (2007).	Turista
3. Examinar a leitura elaborada pela população residente em	Indagações sobre o desenvolvimento do Turismo têm sido colocadas sob a lógica do capitalismo conformista, do espaço de fluxos, das instituições/organizações	Aplicação de entrevistas semiestruturadas. Por outro lado, considerando a leitura e análise do desenvolvimento do Turismo enquanto subcategoria operacional segundo os autores	População residente

<p>relação ao desenvolvimento da atividade turística no município identificado.</p>	<p>transnacionais ou da administração empresarial em detrimento da percepção que os moradores locais têm em relação a esse desenvolvimento. Pensamos que se o desenvolvimento do Turismo é um processo, indagar se esse processo parte em alguma medida da comunidade local (ou de alguma inteligência local), ou se existe algum envolvimento da comunidade nesse processo, a partir da opinião dos moradores, são algumas das questões a serem refletidas na pesquisa.</p>	<p>identificados na introdução da dissertação.</p>	
<p>4. Orientar medidas inseridas no Turismo Criativo para melhoria no controle do patrimônio e do desenvolvimento do Turismo no MI.</p>	<p>Entendemos o Turismo como fenômeno multifacetado e complexo, traduzindo-se ainda numa atividade construtora e modificadora (reorganizadora) do espaço, em que seu desenvolvimento, longe das externalidades socioculturais, econômicas e ambientais negativas, pode proporcionar melhores condições de vida às comunidades locais e seus integrantes, através da participação direta e indireta destes sujeitos na atividade, buscando um Turismo mais social e criativo.</p>	<p>Através da reflexão e discussão dos resultados encontrados no terreno, considerando os enfoques teórico-metodológicos facultados pelos autores mencionados nos objetivos anteriores e nas categorias operacionais; orientando-se na Pesquisa Qualitativa (FLICK, 2009a; 2009b) e no Paradigma da Complexidade (MORIN, 2003a; 2003b; 2008). Neste ponto, destacamos as leituras de Molina (2003 e 2011); Bertoncetto (2008 e 2008a); Erbes (1973); Rodrigues (2007) e Pearce (2003).</p>	<p>Autor, turistas, população residente e instituições de gestão da atividade turística no MI.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

1.2. Problemática

A capital da Província⁸ de Inhambane, - o MI -, por seus vários anos de experiência turística, passou a ser considerada como “Capital do Turismo” de Moçambique. Igualmente, é o território que tradicionalmente auferiu o maior volume de investimentos no setor, em termos de dimensão de projetos de investimento (HUMBOLDT-UNIVERSITÄT ZU BERLIN - HUB, 2002). A província ocupa a segunda posição, depois de Maputo (capital do país) em termos de capacidade de “indústria turística” (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE, 2008).

O MI, capital da Província de Inhambane, insere-se num dos espaços prioritários para o desenvolvimento do Turismo, denominados de Áreas Prioritárias para o Investimento em Turismo (APIT) de “1ª Classe”⁹, com subáreas que já foram apropriadas pela prática social do Turismo, sobretudo, do tradicional sol e praia. Todavia, na atualidade, pelas potencialidades que oferece, este município tem sido gradualmente (re)apropriado e (re)constituído; (re)produzido e consumido/usado por novas tipologias de Turismo emergente/alternativo (segmentos de *nicho*), ávidas pela (re)apropriação do patrimônio cultural e no retorno ao consumo de elementos da natureza, em detrimento do Turismo tradicional, o que fundamenta nosso interesse em (re)inventariar o patrimônio turístico existente no MI.

A este fato, ressalta-se o reconhecimento de pouca atenção dada quanto ao conhecimento dos elementos efetivos e potenciais do patrimônio na constituição da paisagem e atração turística no objeto em estudo, em detrimento da análise quantitativa da “indústria turística”. Adicionalmente, procuramos compreender como os elementos naturais e culturais são patrimonializados neste lugar, considerando os atores que decidem o que é patrimônio turístico, e a forma como é decidido.

⁸ A Província equivale ao Estado para o caso da República Federal do Brasil.

⁹ De acordo com o Ministério do Turismo (2003/2004), na sua Política Nacional do Turismo e no seu Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo, o Município de Inhambane insere-se numa das APIT do Tipo A – que são aquelas que possuem certo nível de desenvolvimento de Turismo e infraestrutura de Turismo, para além da diversidade do patrimônio turístico. As outras APIT são as do Tipo B - áreas com elevado potencial de Turismo, com localização estratégica, mas que efetivamente ainda não têm nível significativo de desenvolvimento do Turismo e, as do Tipo A/B – referente a áreas com um limitado nível de desenvolvimento turístico, mas possuidoras de potencialidades turísticas.

Relativamente longe de ser uma das principais proposições, neste trabalho, reconhecemos o significativo contributo do Turismo no crescimento econômico do MI. Não obstante, estes indicadores não se refletem do ponto de vista de desenvolvimento econômico, fato que faz com que a região seja classificada como sendo uma das mais pobres do país. Pelo menos 80% da população local na província vivem abaixo da linha da pobreza absoluta (HUB, 2002).

Na sequência, pouco debatido até então é a possibilidade de uma combinação do Turismo para a diminuição da pobreza (*Pro Poor Tourism*)¹⁰, na questão de como o desenvolvimento turístico deveria envolver diferentes grupos da população residente, e ser planejado para servir como fonte de renda local e possibilitar pelo menos uma parcela da população a infraestrutura, comunicação, informação, entre outras facilidades, por meio da sua participação ativa neste processo.

Diante do exposto, o fundamento central da pesquisa enquadra-se em dois principais eixos condutores ou prismas de análise:

O primeiro, parte da dimensão conceitual do Turismo, enquanto noção que procura potencializar seu protagonismo científico (não funcionalista e reducionista), por se tratar de um fenômeno complexo inerente a (re)produção do espaço e consumo/uso deste, e às práticas sociais possibilitadas pelo consumo do patrimônio natural e cultural, que configura a totalidade da paisagem/forma ofertada ao turista; sendo a paisagem responsável primária pela atração e permanência de turistas num determinado espaço de lugar. Assim subentendido, sem patrimônio não existiria atividade turística.

Como aponta Moesch, a forte posição economicista, que domina a produção científica no campo do Turismo, sustenta o reducionismo em seu tratamento epistemológico. “A teoria funcionalista, na sua vertente sistêmica, abraçou, maternalmente, o turismo, como um subsistema de um sistema maior: o econômico”

¹⁰ Proposta criativa do Turismo que vem sendo debatido na configuração dos ditos países em desenvolvimento, como um meio para melhorar a economia local. Ela reforça as ligações entre as empresas turísticas e os pobres, para que a pobreza seja reduzida e os pobres sejam capazes de participar mais efetivamente no desenvolvimento do Turismo, através do aumento do emprego e envolvimento da população local no processo de tomada de decisão. Entendemos que o fator mais importante neste processo, é que os pobres recebem um aumento nos benefícios líquidos de Turismo.

(MOESCH, 2000, p.18), conseqüentemente, os estudos são fragmentados, desarticulados, unilaterais e com insuficiência metodológica.

Portanto, emerge a necessidade de um tratamento científico ao fenômeno, que representaria uma nova ciência, mesmo que seu objeto de conhecimento pertença, indubitavelmente, às demais ciências sociais (SESSA, 1983).

Ora, se as inquietudes sobre o Turismo recaem essencialmente ao estudo complexo do sujeito longe do seu local de residência, da “indústria” que satisfaz suas necessidades, perante a utilização do patrimônio, e dos impactos que ambos, ele e a “indústria”, geram sobre os ambientes físicos, econômico e sociocultural do lugar receptor (JAFARI, 2000), as centralidades na pesquisa turística devem gravitar em torno desse homem, ou sujeito do Turismo dotado de subjetividade e objetividade, e assim, tentar recolocar o ser humano como principal elemento do fenômeno turístico.

O segundo ângulo de análise, deriva do exame do desenvolvimento do Turismo (Turismo internacional) nos ditos países em desenvolvimento, com enfoque para as relações estruturais entre origens e destinos nas diferentes escalas espaciais (HILLS e LUNDGREN, 1977; CAZES, 1980; PEARCE, 2003). Na perspectiva destes autores, os benefícios deste desenvolvimento são frequentemente ilusórios e superestimados, pois os mesmos, apesar de se refletirem do ponto de vista de crescimento, muito pouco têm cooperado no desenvolvimento econômico destes países, em parte, pelo fato das empresas/firmas que exploram a atividade turística serem maioritariamente estrangeiras ou de capital externo e pouco considerarem os interesses locais.

Uma explicação para tal ocorrência pode ser encontrada em Dolfus (1991), na sua visão sistêmica da organização geográfica global. Segundo o autor, o mundo se organiza em pavimentos de Estados e pavimentos de mercados. Na evolução dessa organização, nota-se claramente que a expansão das formas neoliberais de organização dos estados produz uma verdadeira falência do Estado-nação e uma considerável expansão do domínio dos mercados sobre governos.

A esse aspecto da organização acrescenta-se o componente “rede”, que, ligando os pavimentos do mundo, traça os fluxos intensos, complicados, por vezes não visíveis e destituídos de qualquer forma de controle político. Nesse complexo sistema mundo,

há grande concentração no que se refere às tomadas de decisão. Os centros de decisão do capitalismo hegemônico corporativo, de modo geral, estão geograficamente localizados nas grandes aglomerações urbanas dos países desenvolvidos. Ressalta-se, ainda, a existência de sociedades periféricas marcadas pelas imagens da anomia e que colocam seus atrativos à disposição dos centros de decisão (XAVIER, 2007).

Como pressuposto, pensamos que o MI é um espaço de lugar turístico inserido num país onde se enfatiza a fraqueza estrutural herdada dos tempos coloniais como fator que possibilita às multinacionais (empresas externas) uma imposição do seu sistema de exploração turística, fazendo do Turismo uma atividade particularmente frágil e vulnerável às mudanças do entorno social, econômico e ambiental.

Este posicionamento tem legitimado uma série de indagações sobre o desenvolvimento do Turismo, não obstante ainda levantadas unidimensionalmente na lógica do capitalismo global conformista, do espaço de fluxos, das instituições/organizações transnacionais ou da administração empresarial em detrimento da percepção e leitura que a população residente tem em relação a esse desenvolvimento, como ator indispensável na turistificação do espaço e que mais se identifica com o lugar. Embora o Turismo nasça e se expanda com o capitalismo, indiscutivelmente, fenômeno inerente ao espaço de fluxos, ele se permeia no espaço de lugar, simbólica e materialmente, no qual os moradores mantêm seus vínculos de identidade sedentária, ora itinerante devido ao desenvolvimento do Turismo.

Considerando as assertivas acima expostas, levantamos algumas indagações centrais que orientaram a nossa pesquisa, a saber:

1. Qual é a importância da percepção na elaboração da paisagem no mundo vivido por aqueles atores/sujeitos que de uma maneira ou de outra, estão envolvidos na atividade turística?
2. De que forma o patrimônio natural e cultural produz o espaço turístico do MI, configurando-o em paisagem atrativa?
3. Qual o estado de satisfação do turista a partir da sua percepção enquanto consumidor do patrimônio turístico que figura a paisagem?

4. Como atividade modificadora e organizadora do espaço, qual a leitura da população residente, face ao desenvolvimento do Turismo no espaço turístico do MI?
5. Se o Turismo existe há mais de quatro décadas no MI, e se por hipótese, pensarmos que seu desenvolvimento não melhora as condições e padrões gerais de vida das comunidades locais e seus integrantes, que medidas criativas devem ser orientadas localmente perante a este cenário?

Ressaltamos que o Turismo é um campo de conhecimento relativamente recente em pleno processo de fortalecimento de sua base conceitual e teórica. Esta ocorrência é marcante, sobretudo nos ditos países em desenvolvimento (como Moçambique), onde parcelas consideráveis de espaços (como Inhambane) ainda não foram objetos de estudo e de experimentação suficiente de modelos típicos do Turismo. Igualmente, de forma inerte, as obras publicadas sobre a realidade local, ainda sob domínio técnico-econômico e de “Turismo industrial”, frequentemente, resultam de pesquisas realizadas por autores de outros países, que importam paradigmas ocidentais de Turismo.

Em harmonia com a dimensão semântica exposta na ideia anterior, a relevância do estudo, deve ser compreendida ainda do ponto de vista da ciência normativa¹¹, pois, para além de ampliar o debate entorno do tema, o estudo procurou propor alternativas inseridas no Turismo criativo que orientam o desenvolvimento do Turismo no MI; aperfeiçoando o uso sustentável do patrimônio local, através da valorização de práticas sociais (turísticas), a partir da percepção do turista e da compreensão elaborada pela população residente em relação à expansão do Turismo em seu espaço de lugar. Finalmente, pensamos que esta é uma das formas de contribuir para o rompimento (mesmo que provisoriamente) da visão linear que se tem dos lugares, como simples referências espaciais ou como palco de crescimento e desenvolvimento econômico.

¹¹ Ciência que utiliza os resultados da ciência positiva (aquela que descreve os fatos tal como eles são, por exemplo, através de instrumentos descritivos, comparativos, quantitativos, matemáticos, econométricos e estatísticos) para fazer uma análise crítica e sugerindo melhorias práticas para resolver ou melhorar a situação prevaiente, individual ou na sociedade (SARAIVA, s.d, p.10).

2. METODOLOGIA

“A ciência funda-se ao mesmo tempo no consenso e no conflito. Caminha sobre quatro patas independentes e interdependentes: a racionalidade, o empirismo, a imaginação, a verificação.” (MORIN, 2008, p.153). A coexistência destas quatro variáveis na constituição do conhecimento científico revela conflitualidade permanente entre racionalismo e empirismo, na medida em que o empírico destrói as construções racionais que se reconstituem a partir das novas descobertas empíricas. Por outro lado, há complementaridade conflitante entre a verificação e a imaginação.

Finalmente, “[...] a complexidade científica é a presença do não-científico no científico que não anula o científico, mas pelo contrário lhe permite exprimir-se” (Ibidem), e ir além, a despeito das teorias simplificadoras. Assim sendo, observamos que o mundo social está em constante transformação, de modo que, raramente é possível reproduzir uma pesquisa em uma época diferente ou em um local diferente e obter resultados similares ou de bases simplificadoras (VEAL, 2011).

Entendemos a metodologia como a maneira correta e sistemática -, embora nem sempre democrática -, que descreve os métodos e caminhos necessários na busca do conhecimento científico, através da verificação e interpretação de fenômenos existentes no mundo, por meio da interação entre sujeito (*ego cogitans*) e objeto (*res extensa*) (RICHARDSON et. al., 1999; GIL, 1999; SCHLUTER, 2003). Assim concebido, parece que este conhecimento deve ser acrescido de novas possibilidades de leitura do mundo, que para além de serem fecundas à contemporaneidade, nos fazem adentrar para fatores explícitos e processos subjacentes característicos, por exemplo, da ciência moderna, que teve como baliza o pressuposto cartesiano, a simplificação.

Seguindo esta lógica argumentativa, elegemos o Paradigma¹² da Complexidade de Edgar Morin (2003a, 2003b, 2008), como arquétipo metodológico de leitura do mundo, que auxiliou a análise perceptiva dos sujeitos do Turismo em Inhambane, e

¹² Entendemos paradigma como “um tipo de relação lógica (inclusão, conjunção, disjunção, exclusão) entre um certo número de noções ou categorias mestras. Um paradigma privilegia certas relações lógicas em detrimento de outras, e é por isso que um paradigma controla a lógica do discurso. O paradigma é uma maneira de controlar simultaneamente o lógico e o semântico” (MORIN, 2008, p.162).

como “[...] princípio regulador que não perde de vista a realidade do tecido fenomenal no qual nos encontramos e que constitui o nosso mundo” (MORIN, 2008, p.152).

“O paradigma da complexidade surgirá do conjunto de novas concepções, de novas visões, de novas descobertas e de novas reflexões que vão conciliar-se e juntar-se” (Ibidem, p.112). A metodologia empregue, sustenta-se na Pesquisa Qualitativa enaltecida em Uwe Flick (2009a, 2009b); pois, cremos que “[...] a adoção de métodos abertos à complexidade de um tema de pesquisa é também uma maneira de resolver temas incomuns com a pesquisa qualitativa” (FLICK, 2009a, p. 24), como na Geografia.

2.1. Paradigma da Complexidade

O Paradigma da Complexidade surge como uma tentativa de ultrapassar o Paradigma da Simplificação (MORIN, 2003a; 2003b; 2008). A simplificação teria sido uma das fundações da Ciência Moderna, tendo como baliza o pressuposto cartesiano que aceita apenas ideias claras e distintas, na separação estanque entre sujeito e objeto, o que vem a implicar na cegueira para aspectos do real, invisíveis sob essa proposta. Sua operação se efetiva pela redução – do complexo ao simples, da molécula ao elemento mínimo –, pela disjunção – entre objetos e seu ambiente, entre sujeito e objeto, entre razão e emoção, da ordem no universo pela expulsão da desordem –, pela rejeição – da eventualidade, da desordem, do emocional na produção do conhecimento – por uma lógica linear, pela busca do princípio causal, por uma ontologia baseada em unidades fechadas e pela divisão da ciência em disciplinas com fronteiras rigidamente demarcadas, como sustenta Morin (2003a, 2008).

Para este autor, sob o Paradigma da Simplificação, grandes avanços foram realizados por pesquisadores crentes no dogma progressista de desvendar os mecanismos do universo e imbuído do desejo humano de subjugar e domesticar a natureza. A complexidade não nega que a simplificação seja necessária, no entanto aponta que é imprescindível ir além e ultrapassá-la.

Morin (2008) faz uma analogia da busca pelo conhecimento como uma viagem em um tapete voador que navega em incertezas e contradições, flutuando entre ordem

e desordem, em um “fluído” mutável, cuja ancoragem em uma suposta verdade última não passa de ilusão, pois as verdades são sempre temporárias e situacionais.

O Paradigma da Complexidade, assim, almeja romper com o raciocínio linear e reducionista que esquarteja o real; admite a contradição, o acaso e a contingência como definidores da dinâmica do mundo real, busca uma compreensão dialógica da relação entre todo e parte, fugindo do parcelamento, mas também de um holismo vulgar e vazio; lança sobre a realidade um olhar visando captar sua multi-dimensionalidade; e aventura-se pelas incertezas do mundo do conhecimento (PIMENTEL, 2010).

Não se trata, de forma alguma, de um pensamento que expulsa a certeza com a incerteza, a separação com a inseparabilidade, a lógica para autorizarem-se todas as transgressões. A démarche consiste, ao contrário, num ir e vir constantes entre certezas e incertezas, entre o elementar e o global, entre o separável e o inseparável. Ela utiliza a lógica clássica e os princípios de identidade, de não-contradição, de dedução, de indução, mas conhece-lhes os limites e sabe que, em certos casos, deve-se transgredi-los. Não se trata, portanto de abandonar os princípios de ordem, de separabilidade e de lógica – mas de integrá-los em uma concepção mais rica. (MORIN, 2003b, p.35).

A concepção complexa, em nossa análise, exige e fornece os meios de autocrítica. “Ela exige num desenvolvimento natural o segundo olhar epistemológico e traz verdades que são biodegradáveis, são mortais, e por isso mesmo, viva” (MORIN, 2008), como se explica nos três princípios demonstrados no momento seguinte.

2.1.1. Os princípios do Paradigma da Complexidade

Segundo Morin (2008, p.106-109), existem três princípios centrais que ajudam a pensar a complexidade, nomeadamente o dialógico, o da recursão organizacional e o princípio hologramático.

No primeiro princípio, Edgar Morin considera o exemplo de uma organização viva, e explica que a ordem e a desordem podem ser concebidas em termos dialógicos. Nesta possibilidade, a ordem e a desordem são dois inimigos; uma suprime a outra, mas ao mesmo tempo, em certos casos, colaboram e produzem organização e complexidade. O princípio dialógico permite manter a dualidade no seio da unidade, portanto, associando dois termos simultaneamente complementares e antagônicos.

Esta abordagem foi enaltecida por meio da leitura de respostas sobre o patrimônio e desenvolvimento do Turismo, através de entrevistas dirigidas aos moradores do MI, e questionários aplicados aos turistas que visitam este lugar. Neste princípio, destaca-se a questão da imponderabilidade, visto que o discurso de um sujeito é para o outro algo incontornável e imprevisível, daí resulta que as verdades são sempre provisórias e situacionais, redefinidas na lógica das interações entre os sujeitos e, estes com o mundo.

No segundo princípio, destaca-se o processo recursivo, considerado como um processo em que os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores daquilo que os produziu. Esta percepção é também interpretada na vertente social, segundo a qual, a sociedade é produzida pelas interações entre indivíduos, mas esta sociedade, uma vez produzida, retroage sobre os indivíduos e produ-los. “Se não houvesse sociedade e a cultura, uma linguagem, um saber adquirido, não seríamos indivíduos humanos” (MORIN, 2008, p.108). Por outras palavras, o autor sustenta que os indivíduos produzem a sociedade que produz os indivíduos. Assim, somos simultaneamente produzidos e produtores. Em nossa compreensão, esta leitura foi fecunda à análise perceptiva do espaço turístico, por envolver as objetividades e subjetividades dos sujeitos do Turismo, num processo recursivo de produção de suas individualidades e de suas coletividades – a sociedade.

O terceiro e último princípio, denominado hologramático, discorre sobre a interação entre a parte e o todo cognoscível. Segundo este princípio, não apenas a parte está no todo, mas o todo está na parte. Esta ideia ultrapassa tanto o reducionismo que só vê as partes, quanto o holismo que só vê o todo. Cada sujeito é parte do todo na sociedade, mas esse todo figura como um em cada sujeito a partir da linguagem, normas, símbolos, identidade, entre outros elementos. Retomando a lógica recursiva, compreendemos que o que se adquire como conhecimento útil das partes retrocede sobre o todo, e vice-versa, daí que se enriquece o conhecimento das partes pelo todo e do todo pelas partes, numa dialética produtora de conhecimentos.

Assim, do entendimento hologramático, concebemos o espaço turístico do MI¹³ como a parte, para melhor compreender o todo – o espaço turístico como qualidade geral, num processo de leitura retro-alimentada, nesta interação entre a parte e o todo, fato que coloca em evidência o conceito de auto-eco-organização -, originado da solidariedade de inter-relações que, em seu núcleo, comporta lógicas e objetivos em comum, constituídos de certa ordem, mas também de uma dose de desordem -, neste caso inerente à organização, que é também viva (auto) ao compreender uma autonomia e uma meta-produção.

[...] ao mesmo tempo que o sistema auto-organizador se destaca do meio e se distingue dele, pela sua autonomia e da sua individualidade, liga-se tanto mais a ele pelo crescimento da abertura e da troca que acompanham qualquer progresso da complexidade: ele é auto-eco-organizador. [...] o sistema tem sua individualidade, ela mesma liga a relações muito mais ricas e portanto dependentes do meio. [...] O sistema auto-eco-organizador não pode bastar-se a ele próprio, só pode ser totalmente lógico ao introduzir, nele, o meio estranho. Ele não pode terminar-se, fechar-se e autobastar-se. (MORIN, 2008, p.49).

Portanto, constatamos que os três princípios são fecundos ao nosso estudo, devido a sua unidade e complementaridade analítica e metodológica. O princípio hologramático está ligado à ideia recursiva, que por sua vez está em parte ligada à ideia dialógica, o que sustenta a relação intrínseca entre estes princípios. Partindo destes três princípios, associados à ideia situacional e da inconclusão do conhecimento, constituímos os predicados da nossa pesquisa.

2.2. Pesquisa Qualitativa

A Pesquisa Qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à grande possibilidade que se abre à pluralização das esferas de vida social (FLICK, 2009a). Esta abordagem procura contextualizar o conhecimento científico em termos locais, temporais e situacionais, por meio da análise dos significados subjetivos do lugar, da experiência e das práticas sociais cotidianas. “Este tipo de pesquisa visa a abordar o mundo ‘lá fora’ [...] e entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais ‘de dentro’, de diversas maneiras” (FLICK, 2009b, p.8). Ora, se a complexidade

¹³ O MI como a parte de um todo, também é constituído por suas subpartes, que são representadas pelas três áreas delimitadas do nosso objeto empírico (área urbana do MI, Praia da Barra e Praia do Tofo).

traduz-se num paradigma contemporâneo de leitura do mundo, a Pesquisa Qualitativa emerge substancialmente para dar *corpus* à operacionalização deste paradigma.

Flick (2009a, 2009b) sustenta que além dos desenvolvimentos gerais, as limitações das abordagens quantitativas vêm sendo adotadas como ponto de partida para uma argumentação no sentido de justificar a utilização da pesquisa qualitativa, uma vez que na pesquisa quantitativa os estudos são planejados de tal forma que a influência do pesquisador, bem como do entrevistador/observador, seja eliminada tanto quanto possível. Embora se argumente que isso contribui para garantir a objetividade do estudo, tal situação nos conduz a um pensamento simplista e no mínimo reducionista, pois, as opiniões dos sujeitos, tanto do pesquisador quanto daqueles indivíduos submetidos ao estudo, são em grande parte desconsiderados.

Paralelamente, olhando para o campo do Turismo, especificamente da Geografia do Turismo, verificamos que “os padrões obrigatórios gerais para a realização e avaliação da pesquisa social empírica vêm sendo formulados” (FLICK, 2009, p.21), por exemplo, em modelos prescritivos de desenvolvimento do Turismo, que atendem exclusivamente para o que existe no modelo, que desconsideram os sentimentos dos sujeitos do Turismo; passíveis de serem consideradas qualitativamente, por meio da leitura do lugar, nas suas dimensões objetiva e simbólico-cultural.

Com o presente estudo, nossa pretensão não consistiu em deslegitimar a pesquisa quantitativa pela qualitativa, mas contribuir para incorporar novos elementos nas abordagens metodológicas, uma vez que acreditamos que ambas as pesquisas apresentam suas limitações. Como se fez referência, sob o olhar do Paradigma da Complexidade, almeja-se romper com o raciocínio linear e reducionista, por se admitir a contradição, o acaso e a contingência como definidores da dinâmica do mundo real.

Neste caso, pensamos em contribuir para ultrapassar a lógica cartesiana dos paradigmas prescritivos do Turismo, que durante um longo período de pesquisa empírica, baseou-se em levantamentos padronizados da realidade socioespacial dos países desenvolvidos (LOHMANN e PANOSSO NETO, 2012; MOLINA, 2011; MOESCH, 2000), sendo que, com frequência, os resultados finais quando utilizados em outros lugares, são por vezes inadequados e criticados; isso porque “[...] a ciência não

produz mais ‘verdades absolutas’, capazes de serem adotadas sem nenhuma crítica” (FLICK, 2009a, p.22), cujo alcance é maior quando os resultados das pesquisas são percebidos e utilizados na vida cotidiana.

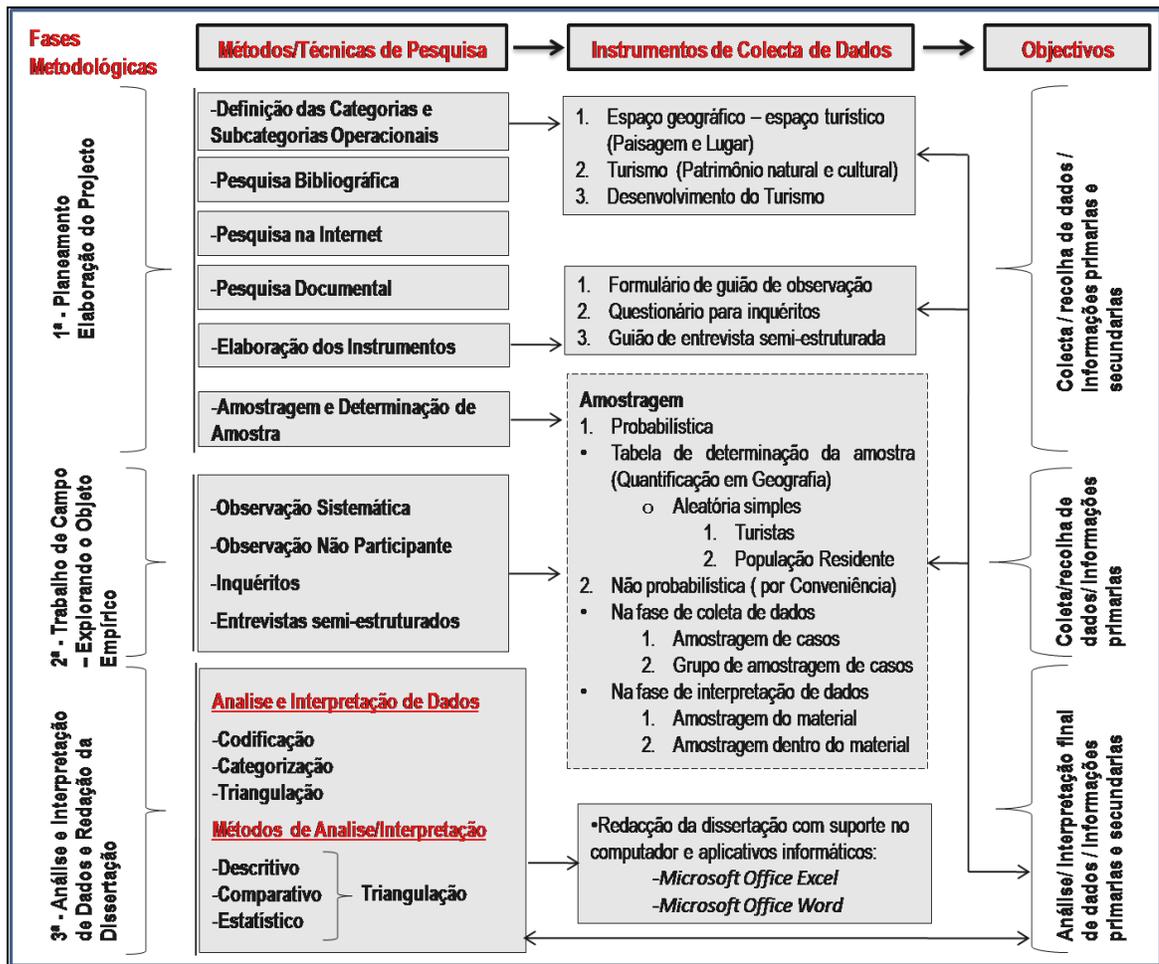
Uwe Flick (assim como Edgar Morin) defende a lógica de produção do conhecimento pela qual as ciências sociais podem lutar, na qual não pode mais partir ou ir refletidamente da noção de enunciados objetivamente verdadeiros, pois, o que resta é a possibilidade de enunciados relativos a sujeitos e a situações locais, que devem ser determinados por categorias e conhecimentos articulados. A formulação empírica bem fundamentada destes enunciados relacionados a sujeitos e a situações é um pressuposto que pode ser alcançado com a Pesquisa Qualitativa.

2.3. Procedimentos Metodológicos

Existe uma interdependência mútua entre as fases isoladas do processo de pesquisa. Particularmente, na Pesquisa Qualitativa, seu verdadeiro potencial revela-se quando as partes essenciais do processo de pesquisa são logicamente encadeadas (FLICK, 2009a; 2009b). Paradoxalmente, considerando o anteriormente exposto, pensamos ser na abordagem qualitativa sob o olhar do Paradigma da Complexidade, onde muitas vezes torna-se difícil definir as fases claramente delimitadas. Contudo, para dar norte ao estudo, nossa caminhada metodológica compreendeu três fases principais¹⁴, conforme ilustra a Figura 1.

¹⁴Gil (1999) e Dencker (2002) defendem que as pesquisas sociais, tanto por seus objetivos quanto por seus procedimentos que envolvem, são muito diferentes entre si. Por isso torna-se difícil apresentar um esquema que indique todas as fases do processo de pesquisa. No que parece haver consenso da parte da maioria dos autores, entretanto, é que todo processo de pesquisa social envolve essencialmente: planejamento (elaboração do projeto); coleta de dados; análise e interpretação e redação do trabalho.

Figura 1 – Esquema resumo das fases metodológicas (nosso roteiro)



Fonte: Elaborada pelo autor (2014).

2.3.1. Primeira Fase: Elaboração do Projeto de Pesquisa

Esta fase consistiu na escolha do tema bem como na preparação do trabalho de campo (elaboração dos instrumentos de coleta de dados, definição dos conceitos operacionais para o objeto empírico e definição da amostragem). Este processo efetivou-se por meio da utilização de três técnicas básicas, a saber:

a) **Pesquisa Bibliográfica** – que se resumiu na coleta e sintetização da informação consultada em obras que versam sobre o tema em estudo, a fim de se familiarizar com os assuntos e termos aplicados, assim como identificar as dimensões e categorias válidas para uma pesquisa do gênero. As literaturas teórica, empírica e

metodológica em relação ao tema; estudos anteriores acerca do MI e leituras sobre como realizar pesquisa, foram privilegiados nesta técnica.

- b) Pesquisa na Internet** – com vista à aquisição de informações complementares do tema em estudo; sendo que a mesma foi utilizada na coleta de dados atualizados relacionados com o objeto empírico, em endereços disponíveis na Internet.
- c) Pesquisa Documental** – consistiu na recolha de informação principalmente em fontes e/ou instituições ligadas à gestão da atividade turística, a saber: Conselho Municipal da Cidade de Inhambane – CMCI; Direção Provincial do Turismo de Inhambane – DPTURI; Direção Provincial da Cultura de Inhambane – DPCI (representada pela Casa da Cultura – CC); estabelecimentos turísticos; Instituto Nacional de Estatística – INE e Associação de Hotelaria e Turismo da Província de Inhambane – AHTI.

2.3.1.1. **Elaboração dos instrumentos de coleta de dados**

Nesta subfase, elaboramos um questionário com perguntas abertas e fechadas, que foi aplicado através do inquérito, designadamente Inquérito ao Turista (Apêndices A e A1). O questionário referente foi elaborado em duas versões: portuguesa e inglesa, com o intuito de facilitar o trabalho dos inquiridos¹⁵. Adicionalmente, elaboramos um guião de entrevista semiestruturada para a População Residente (Apêndice B). Cabe realçar que o levantamento documental compreendeu um roteiro de entrevistas que facilitou nossa busca nas instituições identificadas no MI (Apêndices C, D, E, F, G e H). Finalmente compusemos os roteiros de observação (Apêndices I e J).

2.3.1.2. **Amostragem**

Para a pesquisa foram identificadas e definidas duas amostras, sendo a primeira para a comunidade residente do MI, e a segunda para os turistas que visitam este lugar. Entretanto, para cada amostra foram utilizados os critérios aceites, segundo os

¹⁵De acordo com o MITUR (2004), os principais fluxos de turistas para o país e os respectivos operadores turísticos são tradicionalmente oriundos da África do Sul e de outras regiões internacionais. Portanto maioritariamente falantes da língua inglesa.

quais consideramos a amostragem probabilística¹⁶ para a população residente e; amostragem não probabilística¹⁷ para os turistas. Tratando-se de uma abordagem qualitativa, a amostragem de casos e do material foi adoptada para os dois grupos, como procedimento para melhor analisar a percepção dos sujeitos do Turismo no MI.

2.3.1.2.1. Amostragem probabilística e não probabilística

A seleção da amostra da população residente foi obtida a partir dos registros do INE (2012), referentes ao número total de habitantes no MI e sua distribuição por bairros. Neste caso a amostragem da população foi probabilística e estratificada segundo o critério “área de residência”, onde foi possível trabalhar com indivíduos da área urbana do MI (Balane) e de duas áreas rurais (Conguiana e Josina Machel), conforme se resume na Tabela 1, correspondentes às áreas delimitadas do nosso objeto empírico. No total foram entrevistados 375 habitantes da Amostra (A), correlatos a um Universo (N) de 13186 habitantes (aproximados a 15000 na Tabela do Anexo A).

Tabela 1 – Identificação do universo e determinação da amostra

ÁREA (BAIRRO)	POPULAÇÃO	% (POP. DO MI)	AMOSTRA	% (AMOSTRAL)
URBANA (BALANE)	3453	5.3	98	26
RURAL (CONGUIANA-BARRA E JOSINA MACHEL-TOFO)	9733	15	277 ¹⁸	74
TOTAL	13186	20.3	375	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2014).

Esta amostra foi definida através da utilização da tabela de determinação da amostra proposta por Krejcie e Morgan (1970, p. 608), in: Gerardi Silva¹⁹ (1981, p.20), que consta no Anexo A, pois, apesar de sua inclinação à Pesquisa Quantitativa²⁰, a mesma foi desenhada para pesquisa geográfica, e é representativa, devido a sua

¹⁶ Aquela em que cada elemento da população tem uma oportunidade conhecida e diferente de zero de ser seleccionada para compor a amostra (MATTAR, 2001).

¹⁷ Aquela em que não há nenhuma oportunidade conhecida de que um elemento qualquer da população venha a fazer parte da amostra (MATTAR, 2001).

¹⁸ Desta amostra, 176 correspondem aos respondentes da Praia da Barra e 101 da Praia do Tofo.

¹⁹ GERARDI, L. H. e SILVA, B. C. **Quantificação em Geografia**. São Paulo: DIFEI, 1981.

²⁰ Consideramos em Flick (2009a, 2009b), que a pesquisa qualitativa e quantitativa não são opostas e incompatíveis que não devem ser combinadas, pelo contrário, complementam-se e favorecem uma generalização fecunda para uma análise do género.

margem de erro (5%) e do intervalo de confiança (95%), possibilitando a generalização das informações coletadas. Para este grupo referenciado, a amostragem foi ainda aleatória simples, pois cada elemento da população teve “[...] a mesma possibilidade de ser escolhido como parte da amostra” (SCHLUTER, 2003, p.90).

Portanto, procuramos buscar casos fundamentais em função da experiência, do conhecimento, da prática do espaço vivido, entre outras subjetividades estudadas. Assim, entendemos que nossa amostra foi representativa, não meramente no sentido estatístico. Como refere Flick (2009b), nossos casos devem ser capazes de representar a relevância do fenômeno que queremos estudar em termos de experiência, conhecimento e envolvimento dos sujeitos de nossa pesquisa com esses fenômenos.

Por fim, a seleção da amostra dos turistas seguiu o critério não probabilístico e foi por acessibilidade ou por conveniência²¹, pois foram questionados apenas os visitantes disponíveis no momento do levantamento no campo, daí que não se pode ter uma segurança da exaustividade e da representatividade da mesma. Assim, cerca de 23 visitantes representaram o total de turistas identificados no espaço turístico do MI (área urbana e praias da Barra e do Tofo).

2.3.1.2.2. Amostragem de casos e do material de pesquisa

Partindo de nossa ideia de análise, sob a matriz qualitativa, como argumenta Flick (2009a), ela deve estar associada à decisão sobre quais pessoas entrevistar e questionar (amostragem de casos) e de quais grupos essas pessoas devam ser originárias (grupos de amostragem de casos). Além disso, essa questão suscita, ainda, as decisões sobre quais entrevistas e questionários devam receber um tratamento adicional, ou seja, transcritas e analisadas (amostragem do material). Durante o processo de interpretação dos dados, outra questão novamente aparece ao decidirem-se quais as partes de um texto que devam ser selecionadas para as interpretações específicas detalhada (amostragem dentro do material). Portanto, entendemos que

²¹ Na amostragem por acessibilidade/conveniência o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma representar o universo (GIL, 1999).

estes métodos se complementam e foram adoptados no estudo em dois momentos distintos da pesquisa, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – A amostragem no processo de pesquisa para o MI

FASE DA PESQUISA	MÉTODOS DE AMOSTRAGEM	AMOSTRA EXTRAÍDA	Nº
Na coleta de dados	Amostragem de casos	Nos sujeitos/atores do Turismo	02
	Grupo de amostragem de casos	<ul style="list-style-type: none"> • Turistas • População residente 	23 375
Na interpretação dos dados	Amostragem do material	<ul style="list-style-type: none"> • Questionários • Entrevistas 	23 375
	Amostragem dentro do material	Nas questões relativas à percepção qualitativa da paisagem e ao desenvolvimento do Turismo	46
		<ul style="list-style-type: none"> • Questionários • Entrevistas 	14 32

Fonte: Adaptado com base em Flick (2009a, 2009b).

2.3.2. Segunda Fase: Trabalho de Campo – Explorando o Objeto Empírico

Esta fase consistiu no deslocamento ao campo, onde se fez o levantamento de dados/informações referentes ao tema por meio de três técnicas, identificando-se em algumas, os seus respectivos instrumentos, conforme apresentamos a seguir:

- a) Observação sistemática não participante** – a utilização desta técnica foi acompanhada de um roteiro de observação na recolha de aspectos presenciados na área de estudo. Não participante porque consistiu na realização do contato com os fornecedores de produtos e serviços turísticos, turistas, setor público e comunidades locais no campo, observando (mantendo-se alheio aos fatos/eventos para não influenciá-los) os aspectos relacionados com o inventário do patrimônio, leitura qualitativa da paisagem; por meio da interação entre o turista e o lugar/entre-lugar. Consistiu ainda na observação das reações dos moradores locais face à apropriação do patrimônio pela atividade turística. A observação utilizou os seguintes instrumentos: guião de observação, máquina fotográfica e bloco de notas.
- b) Questionários** – foram direccionados aos turistas, a fim de averiguar o seu nível de relacionamento com o patrimônio nas práticas turísticas; e verificar o estado deste patrimônio vendível em forma de paisagem, a partir dos seus imaginários e

percepções. Os referidos questionários continham perguntas dicotômicas simples, de múltipla escolha e abertas; e tiveram como instrumento, o bloco de notas.

- c) Entrevistas semiestruturadas** – estas foram encaminhadas à população residente para compreender o significado que o Turismo representa no seu cotidiano individual e para a comunidade em geral, com base nas suas experiências e conhecimentos. No momento procurou-se perceber ainda a forma como este sujeito reage ao desenvolvimento do Turismo no seu espaço de lugar. O levantamento documental foi acompanhado por um roteiro de entrevistas direcionadas às instituições públicas e privadas, com o objetivo de identificar o percurso histórico e caracterização geral do Turismo no MI; obtendo-se ainda informações relacionadas com os serviços turísticos oferecidos aos visitantes e a forma de gestão turística efetuada quanto às questões ligadas a valorização do património e desenvolvimento do Turismo. Os formulários de entrevistas, gravador de voz e bloco de notas foram adotados como instrumentos para a efetivação das entrevistas semiestruturadas.

2.3.3. Terceira Fase: Análise e Interpretação de Dados

Após a coleta de dados, fez-se o processamento, análise e interpretação dos mesmos, de acordo com diversas abordagens dos autores em relação ao tema e a realidade empírica. Este processo compreendeu a transcrição de algumas respostas das entrevistas e dos questionários (amostragem do material). Utilizamos R1, R2, R3, ... Rn, para os residentes 1, 2, 3, ... n (Apêndice A e A1), respetivamente e T1, T2, T3, ... Tn, para os turistas inquiridos 1, 2, 3, ... n (Apêndice B), respectivamente. Findo este processo, neste caso, submetido a procedimentos de codificação, categorização e triangulação de dados, fez-se a compilação do essencial para a pesquisa. Como enaltece a lógica qualitativa, os exercícios de codificação e categorização ocorrem concomitantemente à coleta de dados.

“A codificação é aqui entendida como representação das operações pelas quais os dados são fragmentados, conceitualizados e reintegrados de novas maneiras” (FLICK, 2009a, p.277). “A codificação do material tem como objetivo a categorização e/ou o desenvolvimento da teoria” (Ibidem) fundamentada, neste caso; envolve “[...]”

uma comparação constante dos fenômenos, dos casos, dos conceitos, etc., assim como a formulação de questões voltadas ao texto” (Ibidem). Por sua vez, a categorização compreende o processo que aloca os dados junto a outros dados a um termo ou título para verificar similaridades e diferenças entre as respostas, para maior riqueza das análises (DENCKER, 2002; SCHLUTER, 2003), uma das vertentes enaltecidas no método comparativo.

Finalmente, adotamos a triangulação como uma palavra-chave utilizada para designar a combinação de diversos métodos (incluindo codificação e categorização) e perspectivas teóricas distintas para tratar de um fenômeno (FLICK, 2009a; 2009b; VEAL, 2011), que figuramos ser o Turismo na sua dimensão socioespacial. Através da triangulação, procuramos usar diferentes métodos e fontes de dados fornecidas nas entrevistas, nos questionários, nas observações e na pesquisa documental, para maior enriquecimento da análise e reflexão do tema. Assim sendo, neste processo trabalhamos com três métodos essenciais para análise e interpretação de dados:

- a) **Descritivo** – consistiu na produção de relatos ressaltados no campo por meio da observação sistemática não participante. Os dados analisados são notas de campo e registros locais identificados durante o inventário do patrimônio turístico, percepção qualitativa da paisagem e do desenvolvimento da atividade turística, por meio da interação entre o sujeito/observador ou ainda pesquisador, como os sujeitos/consumidores (turistas) e sujeitos do lugar (população residente).
- b) **Comparativo** – com este método, primeiramente foi possível registrar as semelhanças e diferenças entre as diversas abordagens sobre patrimônio e desenvolvimento do Turismo, segundo os autores, com os dados coletados no campo. A seguir serviu para comparar em termos empíricos os resultados obtidos durante o levantamento, mediante as perguntas de partida inicialmente colocadas.
- c) **Estatístico** – usou-se para o processamento de dados do questionário e das entrevistas, através do uso da técnica de tabulação para as questões fechadas de respostas única e múltipla (aplicação das frequências percentuais) e abertas (codificação e categorização). Ainda foi possível elaborar tabelas, quadros, diagramas, gráfico (mapeamento), o que facilitou a interpretação nossa qualitativa.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, primeiro refletimos sobre o Turismo enquanto fenômeno socioespacial, para na sequência destacar os principais conceitos (categorias) teóricos apropriados para a realização da pesquisa. Enaltecemos as reflexões de autores diversos que dialogam espaço geográfico e espaço turístico, Turismo e patrimônio e; finalmente, apresentamos uma compreensão entorno da percepção geográfica do Turismo, com destaque para a leitura do patrimônio e desenvolvimento do Turismo a partir dos atores/sujeitos do Turismo.

3.1. O Turismo como fenômeno geográfico

Segundo Xavier (2007), as grandes transformações político-econômicas e técnico-científicas, acompanhadas da explosão econômica global, repercutiram na redefinição de novos valores, no aparecimento de novas necessidades, na alteração de hábitos de consumo e na adoção de novas estratégias de trabalho. A economia pós-industrial/globalizada se caracterizou pela predominância das atividades do setor terciário (serviços), além da automação nas indústrias, da informatização dos processos burocráticos e de uma busca incessante da natureza.

Nesta lógica, as pesquisas encontram-se direcionadas para a incorporação de novas linguagens aos processos de informação e para a procura de uma racionalidade e eficiência dos processos de gestão e tomada de decisão. Surgem novos paradigmas e novos valores incorporados a essa sociedade pós-moderna. Em nossa compreensão, esses paradigmas e valores são acompanhados de novas formas de ler o espaço (turístico) e o mundo contemporâneo, através de novos olhares, que neste caso, permeiam um diálogo permanente entre a Geografia (do Turismo) e as demais ciências sociais e humanas, como a Comunicação, a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia, a História e a Filosofia, ou, se preferirmos por meio de um desenvolvimento interdisciplinar entre a Geografia e o Turismo, como forma de perceber o mundo.

De acordo com Jafari e Ritchie (1981), o Turismo é de âmbito interdisciplinar e, sobre o *status* científico do Turismo, argumenta-se o seguinte:

[...] à medida que um campo de estudo evolui até sua maturidade, se introduzem e se perseguem novas medidas bem fundamentadas que mostrem um progresso sucessivo e assinalam o caminho para a transição desejada [...] uma visão global [...] ilustraria de forma geral esse trajeto que se vai descobrindo no âmbito turístico até adquirir o status de ciência. (JAFARI, 2000, p. 275).

Beni (1998/2001/2008) e vários outros autores²² (como MOLINA, 1997; LEIPER, 1990 e COSTA e SOUTO-MAIOR, 2006) se aprofundaram no estudo do Turismo fazendo uso da Teoria Geral de Sistemas. A visão sistêmica tornou-se um paradigma, sendo a mais aceita e conhecida entre os estudiosos do Turismo. A contribuição de Mário Beni foi de avançar na construção do campo metodológico, quando propõe fundamentos a uma teoria dos sistemas²³ aplicada ao Turismo.

Por sua abrangência e característica dos elementos que o constituem, correlatos ao objeto empírico (conjunto de relações ambientais), o modelo do Sistema de Turismo (SISTUR)²⁴ desenvolvido por Beni foi adotado na pesquisa, para inventariar o patrimônio turístico, e compreender através da análise, a percepção dos moradores locais a respeito do desenvolvimento do Turismo no espaço turístico em questão.

Se por um lado, o modelo interdisciplinar de Jafari nos oferece uma visão complexa, de evidência essencialmente teórica/abstrata sobre a pesquisa científica no Turismo, o SISTUR de Beni complementa esta abordagem, dando-lhe suporte do ponto de vista de empirismo e metodologia analítica, identificando os principais conjuntos e subconjuntos que compõem o modelo referencial, o que facilitou a identificação dos elementos do patrimônio e leitura do Turismo no MI.

Beni (2008) concordando com o modelo de Jafari, sustenta que a conceituação do Turismo não pode ficar limitada a uma simples definição, pois que este fenômeno ocorre em distintos campos de estudo, em que é explicado conforme diferentes

²² Mais detalhes são aprofundados em Lohmann e Panosso Neto (2012).

²³ A teorização deste modelo a um campo vasto da aplicação em Turismo baseou-se na obra “*Análise de sistemas em geografia*”, de Christofolleti (1979).

²⁴ O diagrama do SISTUR permite visualizar três grandes conjuntos. O primeiro é o conjunto das relações ambientais, formado pelos subsistemas cultural, econômico, social e ecológico ou ambiental. O segundo traduz-se no conjunto da organização estrutural, composto dos subsistemas da superestrutura e da infraestrutura. O terceiro é o conjunto de ações operacionais, que constitui-se dos subsistemas de oferta, mercado, demanda, correspondente às teorias de produção, distribuição e consumo, respectivamente.

correntes de pensamento, e verificado em vários contextos da realidade social. Por outro lado, se o todo não é imediatamente cognoscível, este só o será por meio da observação, identificação, interpretação e correlação de suas partes. Mas a parte é ainda um todo, quando retirado, isolado e analisado intrinsecamente sua especificidade, como se evidencia no princípio hologramático do Paradigma da Complexidade de Edgar Morin. No momento, evidenciamos o MI como a parte de um todo, que é o espaço turístico na lógica de sua qualidade universal.

O Turismo é um fenômeno espacial, materializado no tempo através das práticas sociais relacionadas à realização de variadas motivações, que mescla cenários sociais, simbólicos, culturais, econômicos e políticos do mundo, hoje sob influência da lógica do capitalismo global *high-tech* (alta tecnologia), por isso requer, novos horizontes de leitura, próprios da pós-modernidade; em nossa abordagem a ser possibilitada pelo Paradigma da Complexidade.

A pós-modernidade refere-se a uma nova época, uma nova ordem socioeconômica, associada ao crescimento do setor de prestação de serviços e às formações pós-industriais. Nelas, os modernos centros de produção industrial são substituídos por importantes centros de consumo, serviços financeiros e econômicos, grandes centros de comércio, áreas de entretenimento e parques temáticos (USHER e EDWARD, 1994; HARVEY, 1993; CASTELLS, 1999, XAVIER, 2007). Neste campo, abre-se espaço para as atividades de Turismo, no qual estudos recentes mostram que o setor apresenta os maiores índices de crescimento a par da indústria petroquímica, automobilística e claro, do setor bélico.

Autores como Xavier (2007), Castrogiovanni (2004), Rodrigues (2003) e Cruz (2003), são unânimes em afirmar que por sua característica inter, multi e transdisciplinar, os estudos de Turismo têm representado um campo de interesse para diversas áreas de pesquisa. Esses estudos vêm ganhando ênfase nas últimas décadas, face ao crescimento da atividade no mundo, como revelam os números apresentado no Capítulo 7. Acadêmicos, pesquisadores e profissionais de diversos campos, têm encontrado no Turismo muitas oportunidades e desafios para suas pesquisas.

“Algumas áreas de estudo têm objetivos próximos aos do Turismo, é o caso da Geografia que, assentando-se em uma ótica espacial, incorpora como atividade modificadora e organizadora do espaço geográfico” (XAVIER, 2007, p.19-20). Entretanto, os referenciais teóricos e metodológicos tomados nesses estudos são ainda incipientes e constituem um campo a ser conquistado, como referenciamos na introdução. Sendo área interdisciplinar, o Turismo recebe contribuições de outros ramos do saber para que possa desempenhar seu papel rumo ao campo da ciência.

A conseqüente profissionalização e a supersegmentação da demanda, o uso das novas tecnologias, as preocupações com meio ambiente, a globalização dos mercados e, em geral, as transformações políticas e econômicas, apenas iniciadas no mundo do turismo, respondem pela necessidade de discutirmos a integração da geografia com o turismo. (XAVIER, 2007, p.20-21).

Segundo Xavier, ressaltar a importância geográfica e social do Turismo é destacar aspectos ligados à organização dos espaços, às atividades dos homens, aos seus deslocamentos e à interação homem-natureza; onde ativa-se a formação do sistema de ações e objetos indissociáveis, neste caso, inerente ao espaço, como assinala Milton Santos. “Portanto, consideramos que as inter-relações entre a geografia e o turismo são íntimas e profundas” (XAVIER, 2007 p.22), situação tradicionalmente interferida pela análise do modelo do Sistema Turístico – SISTUR proposto por Mario Beni, que expõem possibilidades para nortear o campo de compreensão da Geografia do Turismo²⁵. A contribuição da Geografia no Turismo é dada pelo tratamento das relações espaciais, ao considerar os aspectos ambientais, sociais, culturais e ecológicos, além de oferecer subsídios para o tratamento das três sustentabilidades do Turismo: ecológica, sociocultural e econômica.

Assim, ao tomarmos por base a conduta dos atores/sujeitos em seu mundo vivido e consumido, estamos considerando o Turismo como fenômeno geográfico, que incorpora necessariamente a dimensão sociocultural. Para Xavier (2007), assim sendo,

²⁵ Especialidade de ciência geográfica (Geografia Sistemática) que investiga as seguintes áreas segundo Montejano (2001): (a) os espaços geográficos que possuem patrimônio turístico; (b) os espaços geográficos que possuem infraestruturas e serviços turísticos apoiados em economia e marketing, arquitetura, ecologia, urbanismo, demografia, psicossociologia, etc.; (c) os espaços geográficos com possibilidades de criar usos e atividades turísticas; (d) a distribuição das correntes turísticas nas diferentes áreas turísticas, quanto à demanda dentro da estrutura do mercado turístico; e (e) a distribuição da oferta turística do ponto de vista espacial com relação à estrutura do mercado turístico.

reforçam-se esclarecimentos coligados sobre os fundamentos cognitivos, afetivos e simbólicos dos lugares turísticos, aqui representado pelo MI.

3.2. Conceitos

Neste subcapítulo, ressaltamos os principais conceitos operacionais que serviram de balizadores à nossa análise empírica, que vimos ser o Turismo, com as subcategorias patrimônio turístico natural e patrimônio cultural; o espaço geográfico, que contempla as subcategorias paisagem e lugar e o conceito de desenvolvimento, considerando o desenvolvimento do Turismo. Assim, consideramos o espaço turístico do MI como núcleo destes conceitos que não possuem limites e fronteiras absolutas.

Portanto, tratando-se de uma Pesquisa Qualitativa, sob o olhar do Paradigma da Complexidade, em nosso entendimento “[...] os conceitos não se definem nunca pelas suas fronteiras, mas a partir do seu núcleo. É uma ideia anticartesiana, no sentido em que Descartes pensava que a distinção e a clareza eram caracteres intrínsecos da verdade de uma ideia” (MORIN, 2008, p.106).

3.2.1. Turismo

O Turismo tem sido definido de diferentes maneiras por diversos autores, cada um dando o significado de acordo com sua respectiva disciplina de interesse ou enfoque de abordagem. Esta reflexão resume a natureza multifacetada do fenômeno Turismo, diante do qual encontramos como resultado final, definições de natureza econômica, geográfica, sociológica, antropológica, política, técnica, entre outras.

No seu pensamento, Jafar Jafari propôs uma definição interdisciplinar para o Turismo, segundo a qual, corresponde ao estudo do homem longe do seu local de residência, dos equipamentos e serviços turísticos que satisfazem suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e os equipamentos e serviços, geram sobre os ambientes físicos, econômico e sociocultural da área receptora (JAFARI, 2000). Weaver e Lawton (2006, p.3) definem o Turismo como:

[...] a soma de processos, atividades e resultados das interações entre os turistas, fornecedores de turismo, governos anfitriões, comunidades de acolhimento, governos de origem, universidades, faculdades comunitárias e Organizações Não-Governamentais; que possam surgir no processo de atrair, transportar, hospedar e gerenciar turistas e outros visitantes.²⁶

Esta última definição, associada à ideia da retomada do homem no centro das atenções na concepção do Turismo enaltecida por Jafar Jafari, no momento, satisfaz aos fins propostos nesta pesquisa. Acrescentamos a estas duas abordagens, os fundamentos de Xavier (2007), Castrogiovanni (2004), Rodrigues (2001, 2003) e Magalhães (2002), que concebem o Turismo enquanto fenômeno geográfico (ou espacial), com dimensão social, por envolver o deslocamento dos atores sociais na produção e consumo do espaço -, que é a paisagem representada pelo patrimônio -, posteriormente denominada de atrativo turístico.

3.2.2. Patrimônio

Na virada do milênio, a atividade turística foi profundamente marcada pela ideia de retorno à natureza. Tal situação é o resultado do expressivo crescimento das cidades e de uma estratégia do capital (PIRES, 2002; XAVIER, 2007; MOLINA, 2011). Nas grandes cidades poluídas, congestionadas e violentas, são criadas as necessidades das saídas das pessoas, na procura de espaços mais abertos, nos quais possam contemplar a paisagem, caminhar, tomar banho de cachoeira, dormir ao relento e abrir novos horizontes. Tais necessidades correspondem ao alívio do “estresse urbano” (XAVIER, 2007, p. 57). Segundo este autor, a estratégia do capital por sua vez, vem recair sobre a (re)valorização do patrimônio natural. Portanto, o uso do patrimônio no Turismo tem sido motivo de discussão sobre seus benefícios e suas contradições.

Outro fato que atingiu o Turismo nas últimas décadas foi o redespertar dos valores culturais por meio das manifestações antropológicas, religiosas, artísticas, artesanais, folclóricas, históricas, entre outras (XAVIER, 2007). O significado do

²⁶ N.T. “[...] *the sum of the processes, activities, and outcomes arising from the interactions among tourists, tourism suppliers, host governments, host communities, origin governments, universities, community colleges and non-governmental organizations, in the process of attracting, transporting, hosting and managing tourists and other visitors.*”

patrimônio cultural é muito amplo e complexo, na medida em que inclui produtos do servir, do pensar e do agir humano (PELLEGRINI FILHO, 1999).

Paradoxalmente, se o retorno à natureza produz um movimento de saída de pessoas das cidades, os valores culturais, ao contrário, estimulam a permanência delas nas cidades. Segundo Xavier (2007), a importância do Turismo voltado para os valores culturais reflete o conhecimento de um lugar, de uma época ou de um estilo de vida pelo valor simbólico e representativo de uma coletividade, assim como a importância das manifestações e das artes populares. De qualquer forma, nota-se que a expansão do Turismo pós-moderno atribuiu novos valores, tanto às formas orientadas pela natureza como pela cultura, o que ressalta a importância de discutirmos o patrimônio apropriado pelo Turismo, considerando sua categorização representada pelos componentes naturais e culturais (ou histórico-culturais).

De acordo com Molina (2003), o Turismo pós-moderno, ou, o pós-turismo ameaça iminentemente a informação da oferta e das forças produtivas. Assim, deve-se considerar que muitas partes do mundo terão que competir agregando valores à sua oferta, ressaltando a autenticidade de seus patrimônios naturais e culturais e o contato com a população de cada lugar, ou seja, ressaltando o sentido do lugar. Para Xavier (2007), essa nova situação nos leva a repensarmos o papel da extensão no Turismo, diante da necessidade de levar a comunidade a melhor conhecer e avaliar seu patrimônio, bem como melhor conhecer as relações que se estabelecem entre o visitante e o morador local. Em nossa compreensão, esta proposta será enaltecida por meio da leitura perceptiva do espaço turístico do MI.

Assim sendo, estamos falando do patrimônio óbvio ou incerto que é apropriado pelo Turismo, tradicionalmente denominado de “patrimônio turístico”. Portanto, adotamos a concepção simples do patrimônio turístico, a qual é entendida como o conjunto potencial (conhecido ou desconhecido) dos bens materiais ou imateriais à disposição dos indivíduos e que podem ser utilizados mediante um processo de transformação para satisfazer suas necessidades turísticas (OMT, 2001). Este patrimônio compõe-se de elementos naturais e culturais.

3.2.2.1. Patrimônio natural e cultural

O patrimônio natural refere-se a um bem natural que dado o seu valor em termos de biodiversidade, valor econômico ou paisagístico, merece ser conservado e protegido pela sociedade. Esses elementos estão em contato com o homem e acabam interferindo no seu cotidiano ou mundo vivido (TEXEIRA, SILVA e BERNARDES, 2012).

Segundo Pelegrini (2006), o conceito de patrimônio natural adquire dimensões sociais, cujo significado aponta a materialização dos sentidos atribuídos no decorrer do processo histórico e lhe imprime uma perspectiva dinâmica, uma conotação que fomenta a consciência do uso comum do meio e, principalmente, a responsabilidade coletiva pelo espaço. Varine-Bohan²⁷ (1974) é citado por Texeira, Silva e Bernardes (2012), ao enfatizar que tais acepções do patrimônio coadunam-se às noções de bens naturais e culturais, ligadas mediante as articulações entre natureza e cultura, daí, a dificuldade de separação dos componentes naturais e culturais do patrimônio, conforme ressaltamos no item a seguir.

Relativamente ao patrimônio cultural, de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2011), compreende o conjunto de todos os bens, materiais e imateriais que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e a cultura de um determinado povo. A noção de patrimônio relacionada apenas aos bens naturais foi sobreposta pela concepção de patrimônio cultural que envolve o patrimônio natural, na medida em que entendemos a natureza como um produto da ação humana, portanto, da cultura, ou, estamos falando da natureza artificial, cada vez mais tecnificada segundo Milton Santos (2012).

O significado atribuído ao patrimônio se modifica segundo as circunstâncias históricas, dependendo das concepções que cada época tem a respeito do que, para quem e por que conservar ou proteger os bens materiais e simbólicos (TEXEIRA, SILVA e BERNARDES, 2012). Pensamos que esta é uma vertente possibilidade pelo Turismo, pois, a origem e o desenvolvimento do Turismo se materializam através da apropriação do patrimônio.

²⁷ VARINE-BOHAN, H. **Patrimônio Cultural**: a experiência internacional – Notas de aula. São Paulo: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1974.

3.2.3. Espaço geográfico

O espaço geográfico, principal categoria de análise em Geografia, por traduzir-se no objeto de estudo desta ciência, no momento, apresenta uma variedade de interpretações e concepções, como se discute mais adiante. Diante deste cenário, apoiamo-nos dos argumentos de Suertegaray (2005), pois, o que importa é que os geógrafos conceberam, na construção da Geografia, uma análise de conjunção do natural e do humano, transformando o espaço geográfico em um conceito que expressa a articulação Natureza e Sociedade, ou seja, constituíram um objeto de interface entre as ciências naturais e as ciências sociais, permeado pelo diálogo entre as mesmas.

Milton Santos assinala um conceito que expressa essa articulação entre natureza e sociedade, segundo o qual, o espaço geográfico, “[...] é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2012, p. 63). A leitura multidimensional do espaço revela-se fecunda para a compreensão dos seus elementos constitutivos e de produção totalizante, no contexto histórico relacional que o engendram; por ser o espaço, um produto de processos sociais do passado e do presente. Para Milton Santos, o espaço se transforma por meio da interação entre os sistemas, isto é, se por um lado os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações, os sistemas de ações levam à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos pré-existentes.

Os processos sociais, segundo o autor, procuram deslegitimar a exclusividade de processos naturais ou da capacidade auto-organizativa da natureza, na medida em que o período “Técnico Científico Informacional”, que caracteriza o momento atual, não permite mais ao indivíduo pensar a natureza como primariamente natural ou natureza selvagem, visto que ela é artificial e cada vez mais tecnicada e instrumental.

Para Suertegaray (2005) o espaço geográfico pode ser compreendido como uno e múltiplo, portanto aberto a múltiplas conexões que se expressam através dos diferentes conceitos adotados pelos geógrafos em seus trabalhos analíticos. Estes, ao mesmo tempo em que separam visões, também as unem, numa ideia dialógica enaltecida no Paradigma da Complexidade. Segundo a autora, claramente, significa

que podemos ler o espaço através de conceitos considerados operacionais, na medida em que permitem focar o espaço geográfico sob uma perspectiva. Estes conceitos são: paisagem, região, território, lugar, ambiente, redes, entre outros, que também denominamos de categorias e subcategorias geográficas, como apontamos mais adiante, de acordo com Moreira (2007).

Com o objetivo de analisar a percepção dos sujeitos do Turismo em relação ao patrimônio e atividade turística, destacamos os seguintes conceitos (categorias e subcategorias) operacionais: espaço geográfico, pelo fato de ser neste onde se constitui o espaço turístico do município em análise; paisagem (turística) formada através da conjugação dos componentes naturais e histórico-culturais do patrimônio (turístico), sendo a paisagem um dos elementos primários e responsáveis pela atração e permanência de turistas domésticos e/ou internacionais num determinado lugar (objeto de localização visual da paisagem).

Ainda na lógica do espaço geográfico, o lugar (turístico) é o terceiro e último conceito adotado em nossa análise, por questões de localização, e, por ser no lugar onde encontramos a população residente, que interage com o patrimônio na lugarização do espaço, população esta que é portadora de um discurso próprio e coletivo em relação ao desenvolvimento do Turismo em seu espaço cotidiano. Com base em Xavier (2007), inspirado em Tuan (1980) e Relph (1979), apoiamos nossa compreensão e articulação dos três conceitos eleitos, segundo o qual:

[...] o mundo vivido é abordado [...] com referência a três fenômenos inter-relacionados de experiência, que podem constituir os polos do mundo vivido geográfico, e que o mundo vivido é entendido como aquele em que o turismo se projeta como o espaço experienciado; a paisagem, como a superfície limitada do espaço; e o lugar, como centro de significado no espaço e na paisagem. (XAVIER, 2007, p. 73).

Guiados nos fundamentos de Castrogiovanni (2008), entendemos ainda que o sentido atribuído ao espaço geográfico, com as suas subcategorias paisagem e lugar, parecem ser instrumentos fundamentais na amplitude da compreensão do Turismo. Nesta leitura, o espaço geográfico é um ponto de conexão entre todos os lugares, não-

lugares²⁸ e entre-lugares²⁹. Tem sido o todo, que envolve as partes, mas que é mais que a soma das partes, na medida em que parece representar o todo espacial turístico. Cada parte deste todo recebe múltiplas influências e influencia multiplamente na dialógica da ordem/desordem/organização em cada outra parte, constantemente. O espaço turístico do MI é uma parte deste todo, e que deve ser visto na sua globalidade sem desconsiderar as partes que o constituem, e vice-versa.

3.2.3.1. Paisagem

O conceito de paisagem é estudado desde o período dos geógrafos clássicos. Para esse grupo, o conceito era percebido como expressão materializada das relações do homem com a natureza num espaço circunscrito. Para muitos, o limite da paisagem atrelava-se à possibilidade abrangida pelo campo visual (SUERTEGARAY, 2000). Segundo esta reflexão, quando buscamos interpretar o espaço geográfico como paisagem, a primeira ideia que se prontifica é a de expressão materializada da sociedade possível de ser visualizada pelo observador/espetador.

Não obstante, a autora lembra que é importante frisar que estes geógrafos também consideraram a paisagem além da forma. Por exemplo, Troll (1950) é citado por Suertegaray (2005), ao referir-se à paisagem, concebendo-a como o conjunto das interações sujeito e meio. Tal conjunto apresentava-se sob dupla possibilidade de análise: a de forma (configuração) e da funcionalidade (interação de fatores geográficos, incluindo a economia e a cultura humana). Paisagem é algo além do visível, é resultado de um processo de articulação entre os elementos constituintes. Sua análise poderia ser de ordem exclusivamente natural ou de ordem humana, correspondente às paisagens naturais ou paisagens culturais, respectivamente.

²⁸ Termo usado por Marc Augé para expressar [...] “tanto as instalações necessárias à circulação de pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios de transportes ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são estacionados os refugiados do planeta” (AUGÉ, 1994, p.36-37).

²⁹ Castrogiovanni (2004, 2007, 2008), inspirado em Homi Bhabha (1998), concebe o entre-lugar, como o lugar praticado pelo sujeito turista, num certo tempo. Assim entendemos o entre-lugar turístico como sendo a lugarização do espaço geográfico, substanciada pelo sujeito visitante na dialogicidade estabelecida entre o seu lugar (lugar conhecido) e o lugar/não-lugar visitado (desconhecido).

Na contemporaneidade, destacamos os trabalhos de Milton Santos (1985, 2012), que concebe a paisagem como expressão materializada do espaço geográfico, interpretando-a como forma. Nesta lógica, considera a paisagem como um constituinte do espaço geográfico, inerente ao sistema de objetos, na sua concepção de espaço. Na perspectiva de Santos (2006, p. 66), a “paisagem é o conjunto de forma que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Ou ainda, “a paisagem se dá como conjunto de objetos reais concretos” (Ibidem, p. 67). Nesta leitura, observamos que o autor diferencia paisagem de espaço geográfico. Enquanto a “paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única”. Ou ainda, “paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente” (Ibidem).

De nosso ponto de vista, corroboramos com a leitura de Suertegaray (2005), na medida em que entendemos a paisagem como um conceito operacional que nos permite estudar o espaço geográfico sob uma dimensão, qual seja a da conjugação de variáveis naturais/tecnificados, econômicos e socioculturais. Ao se optar pela análise geográfica a partir do conceito de paisagem, pode-se concebê-la enquanto forma (formação) e funcionalidade (organização).

A autora não necessariamente entende forma-funcionalidade como uma relação de causa e efeito, mas percebe-a como um processo de constituição/reconstituição de formas na sua configuração com a dinâmica social. Nesta perspectiva, a paisagem é passível de ser analisada no quadro da materialização das condições sociais de existência diacrônica e sincronicamente. Nela persistem elementos naturais, embora já transfigurados (ou natureza artificialidade).

O conceito de paisagem, analiticamente, privilegia a coexistência de objetos e ações sociais na sua instância econômica e cultural manifesta. A paisagem é em grande parte associada à ideia de imagem e cabe descrevê-la enquanto expressão de processos. Ela não é apenas a forma, a configuração, é resultado ainda de processos não visíveis, mas passíveis de serem inferidos (SUETEGARAY e GUASSELLI, 2012).

Relativamente à paisagem turística, nesta pesquisa, entendemos que ela é configurada/estruturada a partir dos elementos do patrimônio natural e cultural, que são objetos geográficos articulados, na medida em que por si só, os elementos da natureza não se constituiriam sem a ação antrópica. São os atrativos-patrimoniais que garantem a maior ou menor atratividade dos lugares. Nesta tessitura, destaca-se que:

A paisagem pode ser considerada como uma das grandes responsáveis pela prática do turismo, pois o homem sempre teve vontade de conhecer novos lugares, ou seja, novas paisagens. O estudo da paisagem é de grande importância [...], devido ao fato de a paisagem ser definida a partir de um observador [...]. Assim, a definição de paisagem como aquilo que é percebido num lance do olhar no espaço e no tempo é carregada de componentes histórico-culturais, e seu significado vai depender do observador em questão. (LOHMANN e PANOSSO NETTO, 2008, p.106).

Portanto, a paisagem turística é aqui entendida como a “porção visível do espaço geográfico e, por isso desempenha um papel importante na constituição dos lugares turísticos e no direcionamento dos fluxos turísticos” (CRUZ, 2003, p.9). Nesse entendimento, ressalta-se a ideia de que as paisagens turísticas, nada mais são do que invenções/criações culturais, na medida em que não existem *a priori*, como um dado da natureza. Toda paisagem pode ser turística, dependendo do sujeito observador (neste caso turista) e de como ele interpreta e dá o sentido de cada paisagem.

3.2.3.2. Lugar

O lugar, delimitado como uma das subcategorias da categoria território por Moreira (2007), nas suas três principais propostas de categorias geográficas, é outro conceito operacional em Geografia. Segundo Suertegaray (2005), consistiria, a partir da Cartografia, na expressão do espaço geográfico na escala local, isto é, a dimensão pontual. Por muito tempo, a pesquisa geográfica tratou o lugar nesta perspectiva e considerou-o como único e auto-explicável.

Na contemporaneidade, o conceito é resgatado da Geografia como um dos termos centrais, passando a ser estudado de forma mais abrangente. Lugar constitui a dimensão da existência que se manifesta através “de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições-cooperação e conflito são a base da vida em comum” (SANTOS, 2006, p. 218). O conceito de lugar leva o sujeito a refletir sua

relação com o mundo, que segundo Santos, esta relação, outrora local-local, agora é local-global. Para o autor, este conceito induz a análise geográfica a uma outra dimensão, a da existência, pois, refere-se a um tratamento geográfico do mundo vivido.

O tratamento do conceito de espaço vem assumindo diferentes dimensões. De um lado, o lugar se singulariza a partir de visões subjetivas vinculadas a percepções emotivas, a exemplo do sentimento topofílico (relacionado com experiências felizes) das quais se refere Tuan (1980). Outra perspectiva de tratamento de lugar enaltece a relação entre o homem e o mundo vivido local-global, que assinala outras dimensões do espaço geográfico, quais sejam os objetos, as ações, a técnica e o tempo, como se refere Santos (2006).

Compreendemos serem estas as lógicas nas quais se inserem nossas reflexões na pesquisa, isto é, ao indagarmos sobre a percepção que a população residente tem em relação ao Turismo e seu desenvolvimento no MI, entendemos o município na qualidade de lugar, que, face à atividade turística, o município tem sido (re)apropriado e (re)constituído (gerando novas territorialidades) para atender outras lógicas, diferentes das tradicionais, sob a égide do capitalismo global, o que o permeia também como um lugar-global. Santos (2006, p. 218) refere-se ao lugar assegurando que:

No lugar nosso Próximo se superpõe, dialeticamente, ao eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando definitivamente, as noções e as realidades de espaço e tempo.

Assim, daqui resulta a visão de local-global de Milton Santos. Parafraseando Suertegaray (2005), nesta leitura, o lugar expressa relações de ordem objetiva em articulação com relações subjetivas/intersubjetivas, relações verticais inerentes ao poder hegemônico, imbricadas com relações horizontais de coexistência e resistência.

Entendemos o lugar como sendo a porção do espaço geográfico apropriável para a vida, que é vivido, reconhecido e cria/possui identidade (CASTROGIOVANNI, 2004). Como características, na leitura de Castrogiovanni, este espaço tem densidade técnica, comunicacional, informacional, normativa, e também turística. O lugar é, em sua essência, produção humana, visto que se produz/reproduz na relação entre o espaço e a sociedade, sendo através desta relação que se estabelecem as bases, para a criação de uma identidade própria da comunidade, do lugar.

Segundo Almeida (2004), no Turismo, opera-se uma forma de apropriação e de funcionalização dos espaços geográficos pela atividade turística. É através desse processo que se (re)constitui o lugar turístico: como invenção cultural para e pelo Turismo. O lugar turístico existe em função da prática do Turismo que lhe dá uma dimensão existencial, uma identidade própria e singular. Para Cruz (2003), estamos perante uma expressão utilizada tanto para se referir a lugares que já foram apropriados pela prática social do Turismo como também a lugares considerados potencialmente turísticos. No lugar turístico a produção é determinada por uma participação mais significativa do Turismo em relação a outros setores de atividades.

Ainda de acordo com mesma autora, as infraestruturas (urbana e de apoio ao Turismo) e os equipamentos e serviços turísticos são objetos característicos dos lugares turísticos; onde os últimos, por atenderem quase que exclusivamente a turistas, são denominados de objetos turísticos. Não obstante, vale ressaltar que o sujeito turista represente o principal elemento dos lugares em referência, na medida em que por si só, os objetos turísticos não têm potencial suficiente para turistificar os lugares. Nesta linha de tessitura, todo o lugar onde o sujeito turista se faz presente é considerado turístico, mesmo quando tal lugar não apresenta objetos turísticos ou relacionados. Nenhum lugar turístico tem sentido por si só, fora do contexto cultural que promove sua valorização em dado momento histórico (CRUZ, 2003).

3.2.4. Desenvolvimento

O termo desenvolvimento é muito ambíguo, devido à existência de diferentes usos do mesmo, em diferentes contextos e áreas de conhecimento. Segundo Sachs (2009, p.29), o “desenvolvimento é por essência um conceito dinâmico, e as instituições para o desenvolvimento são também conceitos dinâmicos, evolutivos. E é dentro desse movimento que se deve definir estratégias de sua utilização”. Para nós, genericamente o termo refere-se a vários eventos sociais caracterizados por crescimento, civilização, educação, progresso, incremento, amplitude, entre outras palavras-chaves.

Segundo Pezzoli³⁰ (1997 apud NHANTUMBO, 2009), o desenvolvimento é definido como a promoção do progresso social e a melhoria dos padrões gerais de vida com maior liberdade de uma determinada coletividade ou comunidade. Sharpley e Telfer (2002) sustentam que o termo refere-se ao processo mediante o qual, uma determinada sociedade se move de um estado para outro, e também, o objetivo desse processo; pode resultar no alcance ou não do seu estado ou condição de desenvolvimento com o tempo. Esta última percepção, remete-nos ao pensamento complexo enaltecido por Edgar Morin.

Para Morin (2000), o termo desenvolvimento associado a ideia de progresso é complexo e problemático. O obstáculo está vinculado à questão de associarmos a ideia de progresso à de racionalidade, ordem e organização; assim, para a sociedade, o que deve progredir é a ordem e não a desordem, a organização e não a desorganização. O progresso é acompanhado pelo seu contrário e comporta incerteza, negação e degradação potencial, ao mesmo tempo em que luta contra essa degradação. Nessa perspectiva o desenvolvimento pode ser visto como uma filosofia, um processo, o resultado ou produto desse processo, e um plano de orientação em relação aos objetivos pretendidos. O desenvolvimento é um conceito que se refere a todas as partes do mundo, em todos os níveis, desde o indivíduo até a respectiva sociedade, a partir de um local a um nível global (TELFER e SHARPLEY, 2008).

Small e Witherich (1992 apud LICKORISH e JENKINS, 2000), referem que o termo desenvolvimento em Geografia, é adotado para expressar o estado de uma determinada sociedade espacialmente delimitada e ao processo de mudança experimentado dentro dela ao longo do tempo. O desenvolvimento envolve algum tipo de progresso, crescimento econômico, tecnologia, bem-estar e modernização, etc. Assim, ao ressaltarmos estes predicados ao nosso objeto empírico, pensamos que o mesmo comporta incerteza, negação e degradação potencial, ao mesmo tempo em que luta contra essa degradação, neste caso propiciada pelo fenômeno Turismo.

³⁰ PEZZOLI, K. **Sustainable development: A transdisciplinary overview of the literature.** Journal of Environmental Planning and Management 40, 5: 549-574, 1997.

3.2.4.1. Desenvolvimento do Turismo

A expressão “desenvolvimento do Turismo” tem sido ultimamente usada nos estudos de Turismo, em diferentes escalas e realidades geográficas, para refletir um lugar que já foi apropriado pela atividade turística e que experimenta sua evolução ou estagnação, podendo ainda sugerir outros tipos de resultados concretos, processos e articulações entre diferentes atores endógenos e exógenos do Turismo.

Desenvolvimento do Turismo, como apontado por Pearce (1989) é um conceito complexo, a sua complexidade é enraizada por um lado pela natureza multifacetada do Turismo e, por outro, da falta de uma definição inequívoca do desenvolvimento. Como sugere Pearce, o termo "desenvolvimento" é usado para se referir tanto a um processo e a um estado. Colocar "Turismo" e "desenvolvimento" em conjunto, as complexidades se tornam ainda mais acrescidas, pelas características epistemológicas dos termos.

Pearce e Butler (1999) e Butler (1980) observam que o desenvolvimento do Turismo é uma expressão que abrange não apenas os espaços, as motivações e os impactos, mas também as relações complexas que se estabelecem entre todos os atores e instituições, num sistema global de interligação entre a oferta global e a demanda. Os autores argumentam ainda que o desenvolvimento do Turismo é um termo híbrido, no qual a pesquisa de campo deve consistir de uma antecipada preparação de base literária. Assim, os estudiosos devem investigar mais profundamente este conceito para uma melhor compreensão e aplicação empírica.

Com enfoque na oferta turística, Pearce (1989) define o desenvolvimento do Turismo como a prestação ou melhoria de equipamentos e serviços para atender às necessidades dos turistas, promovendo na sequência o bem estar do visitante e dos residentes locais. Ele levanta a questão de que o Turismo, como um setor, também pode ser visto como um dos meios de desenvolvimento em um sentido muito mais amplo, ou seja, o caminho para alcançar um estado final ou condição. Isso implica que o foco não deve ser sobre o Turismo como ator de desenvolvimento, mas no processo que fortalece o Turismo como ator de desenvolvimento socioeconômico.

Ambas as compreensões apoiam o objetivo da presente análise, no entanto uma atenção especial é dada à primeira abordagem, por enaltecer o papel dos atores sociais

do Turismo, na medida em que a pesquisa pretende oferecer como última leitura (mas não finita), a percepção elaborada pelos residentes em relação ao desenvolvimento do Turismo no seu espaço de lugar - o MI -, pois, reconhecemos que o Turismo neste município é uma das atividades modificadoras e (re)organizadoras do espaço.

Retomando a lógica de Morin (2000), entendemos que o desenvolvimento do Turismo pode resultar ainda na desordem e na desorganização, que são as externalidades negativas de ordem ambiental, sociocultural e econômica (TELFER e SHARPLEY, 2008). Além disso, esta transformação socioespacial ocorre com base na alteração das formas/paisagem do lugar visitado. Na maioria dos espaços, o desenvolvimento do Turismo traz impactos negativos. Tais impactos são evidenciados pelos desequilíbrios socioeconômicos e custos sociais e ambientais percebidos (ANDRIOTIS, 2002; RIBEIRO e VALLE, 2013; MOLINA, 2011).

No contexto africano, as desordens e desorganizações causadas pelo Turismo são visíveis; na medida em que seu desenvolvimento, muitas vezes ocorre em estreita proximidade das condições sociais de pobreza extrema; portanto, em países com grandes desníveis entre ricos e pobres, como apontam os estudos de Preston-Whyte e Oelofse (2007³¹ apud NHANTUMBO, 2009), onde *resorts*³² privados são implantados em nós ao longo de litorais que contém comunidades empobrecidas. Portanto, estes objetos turísticos, formam enclaves totalmente desligados do interior (onde residem as populações locais) e, com isso, faz-se do Turismo uma atividade não criativa e acima de tudo, inviável do ponto de vista econômico e social.

3.3. A dialogicidade entre Espaço Geográfico e Espaço Turístico

Segundo Santos (2004), objeto de preocupação dos filósofos desde Platão e Aristóteles, e de outras disciplinas clássicas, a noção de espaço, cobre uma variedade tão ampla de objetos e significações. Há espaço de uma nação – sinônimo de território,

³¹ Preston-Whyte R & Oelofse C. The development of South Africa's coastal tourism resorts. In Agarwal S & Shaw G (eds) *Managing coastal tourism resorts: A global perspective*, 187-203. Chanel View Publications: Clevedon, 2007.

³² São áreas turísticas integradas e relativamente independentes que oferecem uma variedade de instalações e atividades para turistas (OMT, 2003).

de Estado -; há o espaço terrestre; e há igualmente, o espaço extra-terrestre, recentemente conquistado pelos indivíduos, e, até mesmo o secreto espaço sideral. Todavia, “o espaço que nos interessa é o espaço humano ou espaço social que contém ou é contido por todos esses múltiplos de espaço” (SANTOS, 2004, p.151), que será lido na visão geográfica, uma vez que o espaço geográfico é também o espaço social.

O espaço, sem sombra de hesitação, é uma das categorias básicas da existência humana, em outras palavras, juntamente com o tempo, é a expressão da sociedade (HARVEY, 1993; CASTELLS, 1999). O espaço constitui uma realidade objetiva da sociedade, um produto em permanente processo de transformação, na qual a sociedade não pode operar fora dele e, conseqüentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura (SANTOS, 1985), variáveis indispensáveis da produção do espaço turístico.

Na Geografia, como observou Saquet (2009), por questões teórico-metodológicas, para muitos contextos o espaço geográfico é genericamente aceito como a grande categoria geográfica, como algo universal; vertente defendida por Moreira (2007), ao propor três principais categorias geográficas, nomeadamente: (a) o espaço que envolve as subcategorias localização, distribuição, distância, extensão, posição e escala; (b) o território, que enquadra a região, lugar e rede e; (c) a paisagem com as subcategorias arranjo e configuração. Paisagem, território e espaço – com o primado no espaço geográfico – são assim as categorias centrais da geografia.

Milton Santos e Claude Raffestin são duas sumidades referenciais que se destacam na abordagem de espaço. Em Santos (1985, 1988, 2004, 2006/2012), o conceito principal é o de espaço geográfico, neste caso, o autor destaca a atuação de agentes do capital e do Estado na transformação do espaço. Sua ênfase é econômica, mas também reconhece a política, a cultura e a natureza no espaço e na configuração territorial (SANTOS, 1985, 1988). Para este autor, o espaço é uma realidade relacional, envolvendo a natureza e a sociedade medidas pelo trabalho (energia), técnicas, tecnologias e, evidentemente, pelo conhecimento.

O gastar energia no trabalho, é o grande mediador da relação sociedade-natureza, na qual há objetos naturais e objetos sociais em movimento permanente, heterogeneidade do espaço habitado, expansão da população, urbanização, hierarquias, fixos e fluxos (SANTOS, 1988). Portanto, a principal forma de relação entre o indivíduo (sociedade) e a natureza (meio) é dada pela técnica (Ibidem, 2012).

O espaço é produzido pelas ações dos indivíduos sobre o próprio espaço, que aparece como forma/paisagem artificial. O trabalho e as técnicas ganham centralidade em sua argumentação; o homem é o sujeito, as técnicas, a mediação e o espaço é um produto histórico. A relação espaço-tempo está aí, claramente descrita, através dos elementos da dialética que caracterizam o movimento do espaço como a relação entre interno e externo, novo e velho, Estado e mercado, como argumenta Saquet (2009).

Por conseguinte, na defesa de uma abordagem geográfica integradora e totalizante, Milton Santos utiliza a expressão “território usado” como correlato direto do objeto de estudo da geografia, ou seja, do “espaço geográfico”:

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo. O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso. (SANTOS et al., 2000 p. 3-12).

Para Milton Santos, o território é um conceito subjacente ao espaço, composto por variáveis tais como a produção, as firmas, as instituições, os fluxos e relações de trabalho interdependentes umas das outras, variáveis estas que constituem a configuração territorial. Por conseguinte, o território é um recurso e um abrigo. Recurso para os atores hegemônicos, onde esse território será a garantia de realização de seus próprios interesses, e abrigo para os atores hegemonzados, que buscam habitualmente se adaptar ao meio geográfico local, que recria simultaneamente suas estratégias de sobrevivência nos lugares (HAESBAERT, 2004).

Portanto, Milton Santos “[...] recorta o espaço em territórios sem separá-los, isto é, os territórios estão no espaço geográfico” (SAQUET, 2009, p.77). Contudo, no artigo “O retorno do território”, Santos (1994) começa por criticar a noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, que reduzem o

território a um conceito anti-histórico, ignorando seu carácter híbrido e historicamente mutável. Assim, [...] “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social [...]. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida” (SANTOS, 1994, p. 15). O território usado “aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. Como se trata de uma proposta totalmente empiricizável, segue-se daí o enriquecimento da teoria” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 20).

Em nossa compreensão, se a dimensão ontológica do espaço, não permite em si a apreensão objetiva da sua materialidade, o território usado correlato direto ao espaço geográfico, proposto por Santos, foi adotado nesta pesquisa como a grande categoria de análise da presente dissertação, devido a abrangência conceitual e, por se demonstrar fecundo ao estudo empreendido no MI, enquanto espaço turístico derivado do território usado, como referimos em situações anteriores.

Esta abordagem foi complementada pela visão de Raffestin (1990, 1993), que, diferentemente de Milton Santos não recorta o espaço, mas transforma-o em substrato para a criação do território (SAQUET, 2009). Raffestin faz um esforço metodológico para articular este debate nas dimensões materiais e ideológicas (imateriais). O espaço geográfico segundo a leitura deste autor é compreendido como apoio, substrato, palco pré-existente ao território: A matéria (ou substância), encontrado na superfície da terra ou acessível a partir dela, é assimilável a um dado, uma vez que pré-existe a toda ação humana. Neste sentido, ela equivale ao espaço (RAFFESTIN, 1993).

De acordo com o autor acima citado, o espaço pode ser um “trunfo” e território, “o campo de ação dos trunfos”. O território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço por excelência, o campo de ação dos trunfos. A diferenciação estanque proposta em outro momento é aquela que destaca o espaço enquanto “prisão original”, e território enquanto “prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1990). Nesta leitura pode-se afirmar que o território (usado) é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações históricas e sociais, mas também no sentido

destacado por Godelier (1984³³ apud HAESBAERT, 2004), de incluir uma relação complexa entre processos sócio simbólicos e espaço material.

Diante do exposto, há para nós, uma relação de unidade e complementaridade entre as abordagens de Santos e Raffestin, o que sustenta uma compreensão complexa do espaço turístico do MI, enquanto uma realidade (re)produzida e consumida/usada historicamente por vários atores socioespaciais. Percebemos que a forte base materialista de fundamentação econômica no trabalho de Milton Santos, ao definir o espaço geográfico (ou mesmo território usado), como a interface entre um sistema de objetos e um sistema de ações, revela-se fecunda a incorporação de mais elementos imateriais que sustentem uma leitura multidimensional do espaço, como fundamenta a visão relacional de Claude Raffestin.

A concepção de espaço geográfico demonstra tacitamente, ser necessário explicar o eixo condutor da perspectiva territorial³⁴ que melhor se adequa ao contexto do MI. Nesta lógica, parece claro que este município não assume a acepção de território idealizada enquanto fonte de recurso e de reprodução de uma sociedade em Estado-Nação, ou, em que o poder está centralizado na máquina política administrativa do governo, se preferir nos dois estágios históricos da concepção unidimensional do poder (BECKER, 1986), mas sim na vertente que compreende o território como espaço de produção/reprodução delimitado e controlado, por e a partir de relações de poder de vários atores (políticos, econômicos e culturais) transtemporais (passado e presente) e multiescalares (endógenos e exógenos).

Ontologicamente, esta é a leitura relacional do território proposta por Haesbaert (2004), percepção que ultrapassa a visão simplista e unidimensional do território (usado) como enraizamento, estabilidade e delimitado por e a partir de fronteiras político-administrativas.

³³ GODELIER, M. *L'idéal et le matériel*. Paris, Fayard, 1984

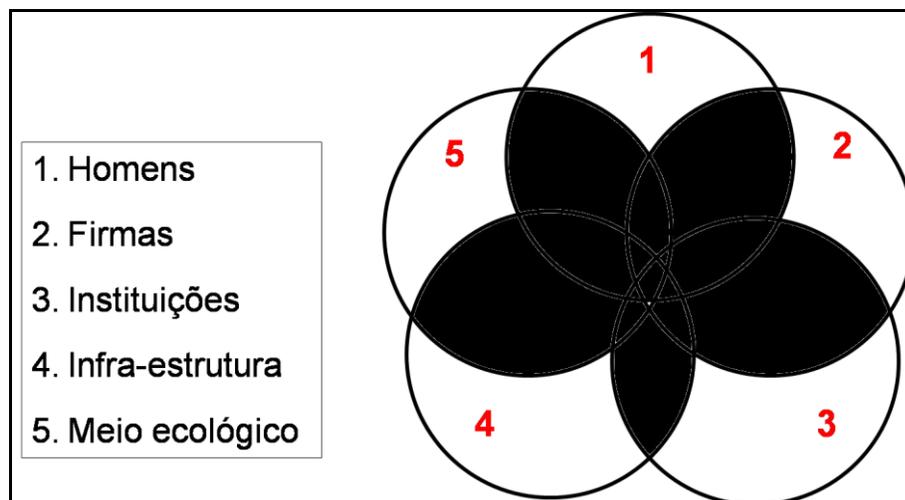
³⁴Haesbaert (2004), partindo dos binômios materialismo-idealismo e espaço-tempo, propôs a conceituação do território em quatro principais perspectivas: (i) a materialista, que aborda o território sobre as posições naturalista, social (relações de produção), econômico e jurídico-político; (ii) a idealista, baseada na óptica imaterial do espaço, que concebe o território como resultado da construção/representação da identidade cultural; (iii) a relacional, concepção vista dentro das relações social-histórico ou nas relações de poder, nas perspectivas materialista e idealista, óptica fundamentada nas ideias de Robert Sack e Claude Raffestin e; (iv) a perspectiva integradora, que lê o território como espaço que resulta da integração das dimensões natural, política, econômica e cultural.

3.3.1. Elementos e atores do espaço turístico

Di Méo e Buléon (2007), partindo das dimensões material e cultural-simbólico sobre o espaço social, identificam três principais categorias de atores: (a) o endógeno (de base local) – que se identifica com o lugar onde vive; (b) o ator de origem exógena (externa) – que considera o espaço na perspectiva utilitária, ao não se identificar fisicamente e emocionalmente com ele, pois atua sobre o espaço de vida dos outros, muitas vezes, na esperança de obter lucros imediatos e; (c) o ator de transição (interior e exterior ao mesmo tempo), ou seja, evoca uma posição intermediária, podendo ser ou não um indivíduo local, por isso é um termo considerado sinônimo de global e local.

Segundo Milton Santos, cinco elementos caracterizam a coexistências destes atores no espaço: “os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas” (SANTOS, 1985, p. 6). Estes elementos são intercambiáveis e redutíveis uns aos outros (Ibidem, 1985), na medida em que simultaneamente se entrelaçam, se fundem e se confundem, contêm-se uns nos outros e são por todos contidos objetivando a produção/reprodução da totalidade espacial (RODRIGUES, 2003), conforme se ilustra na Figura 2.

Figura 2 – Elementos do espaço segundo Milton Santos (1985)



Fonte: Redesenhada de Rodrigues (2003).

Os homens representam homens e mulheres, como seres individuais e sociais e, correspondem no Turismo à demanda turística, à população residente e a todos os

indivíduos/intervenientes responsáveis pelo funcionamento de outros elementos, tais como os representantes das firmas/empresas e das instituições. As firmas têm como função essencial a produção de bens, serviços e ideias, no que se refere ao Turismo, correspondem aos serviços de hospedagem e alimentação, às companhias aéreas e de outras modalidades de transporte, aos sistemas de promoção e comercialização de toda natureza e em diversas escalas, incluindo as poderosas empresas de marketing e publicidade, de fundamental importância internacional.

As instituições correspondem à supra-estrutura, responsáveis pela produção de normas, ordens e legitimações. Delas emanam ações racionais, pragmáticas, ditadas pelas forças da economia capitalista hegemônica e ao serviço do Estado. As infraestruturas são importantes elementos do espaço turístico. Além da infraestrutura de acesso, representada pela rede de transporte e de comunicações, costuma-se inventariar a infraestrutura urbana, tais como rede de água, de energia, de abastecimento, de saneamento básico, de coleta de lixo e de esgoto, bem como a infraestrutura de apoio ao turismo, tais como de segurança, saúde e de comunicação.

Como último elemento, Milton Santos nomeia o chamado meio ecológico, compreendido como “o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano” (SANTOS, 1985, p.6). Assim concebido, o meio ecológico abrange muito mais que somente objetos naturais. E nem é o meio ambiente, mas sim, uma porção considerável do ambiente. Este elemento não assume a semântica dada à natureza selvagem ou natureza cósmica, como argumenta Santos (1985, 2012), o meio ecológico já é meio modificado e cada vez mais meio Técnico-científico-informacional.

O espaço turístico, enquanto campo de ação do espaço geográfico (território usado), como aponta Cruz (2003), é produzido através da concorrência de diferentes fatores, com intensidades diferentes em tempos e espaços diferentes. Na análise destes fatores, devemos considerar todas as relações que se desenvolvem no espaço a escala local e global. Os espaços são diferentemente valorizados pelas sociedades, em função das possibilidades técnicas que determinam sua utilização, de fatores políticos, econômicos e culturais, por conseguinte, todo espaço geográfico do planeta Terra pode ser considerado espaço turístico.

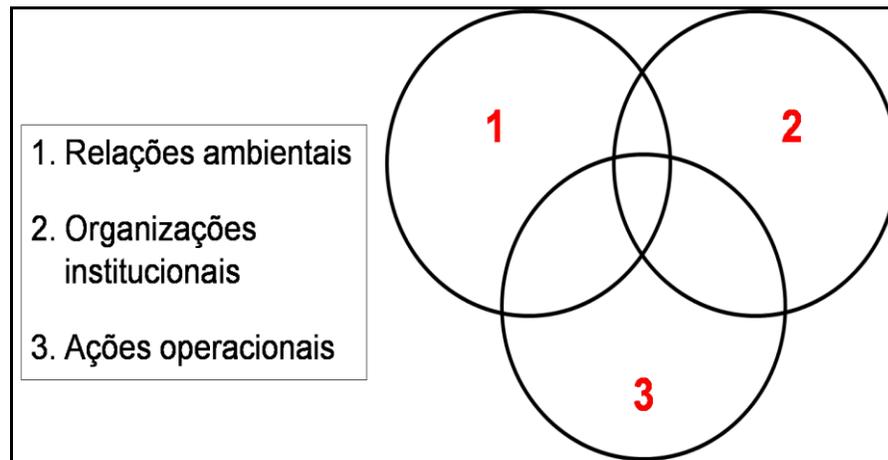
Cruz (2003) aponta dois principais fatores que concorrem para a turistificação dos espaços. O primeiro é a valorização pela prática social do Turismo, dada pela afluência de turistas a um determinado espaço, atraídos pelo patrimônio turístico lá existente e consciente tomada de atenção por parte das empresas/firmas; o segundo é a divisão social e territorial do trabalho, inerente à territorialização do Turismo, na qual a sociedade (re)estrutura e (re)organiza suas atividades socioeconômicas em função das demandas da dinâmica do Turismo.

Em todo caso, o turista, o mercado e os planejadores e promotores territoriais são apontados por Cruz (2003), como os atores responsáveis pela turistificação do espaço, através das visitas efetuadas, criação de produtos turísticos e iniciativas locais, regionais ou mesmo nacionais, assumidas pelos respectivos poderes públicos correlatos ao Estado no seu papel de planejamento e regulamentação turística. A este grupo, Rodrigues (2000), acrescenta os agentes iniciais, que são os apropriados do território (proprietários, posseiros, incorporadores) e os moradores nativos dos lugares.

É na interação destes atores (multiescalares e transtemporais) que se constitui o espaço turístico, que segundo a OMT (2001), corresponde a uma porção do espaço geográfico no qual acontece a oferta turística e de onde flui a demanda. Parece ser caracterizado pela dialogicidade entre as formas/paisagens e os sujeitos de um lugar, inserido no tempo e na complexidade que é o mundo (CASTROGIOVANNI, 2004).

Segundo Moesch (2000, p.127), “o espaço turístico é expressão da sociedade, é a sociedade mesma”. O SISTUR cristaliza este espaço como modelo referencial, pois comunga da inter-relação de um conjunto das relações ambientais (ecológico, social, econômico, cultural), com um conjunto da organização estrutural (superestrutura e infraestrutura), ao conjunto das ações operacionais (oferta, mercado, demanda, numa relação determinante de produção, distribuição e consumo), como demonstra a Figura 3, apresentada a seguir.

Figura 3 – O espaço turístico diante do Sistema do Turismo (SISTUR)



Fonte: Redesenhada da adaptação de Beni (2001), in: Xavier (2007).

O SISTUR configura-se em espaços turísticos, sendo um “produto material em relação aos outros produtos materiais, incluindo as pessoas que participam em determinadas relações sociais e históricas e que demarcam os espaços, locais e globais, uma forma, uma função e um significado social” (MOESCH, 2000, p.128).

Assim sendo, o espaço turístico é resultado de um processo, determinado pela infraestrutura econômica – provida grandemente pelos operadores ou atores turísticos exógenos, mas regulado pelo jogo político – ações pragmáticas e normativas da economia hegemônica e ao serviço do Estado, como apontamos em Rodrigues (2003). O mesmo deriva da apropriação do espaço pelos atores que então o territorializam, envolve ainda a noção de limite (material e simbólico): a forma de território e a malha territorial que são manifestações das relações de poder (BECKER, 1986).

Finalmente, percebe-se que o espaço turístico do MI é uma “extensão apropriada e usada” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 19), onde a relação entre atores é um marco evidente, determinada pelo confronto entre a territorialidade nômade dos turistas (que demandam as firmas reguladas pelo Estado) e territorialidade sedentária dos residentes locais, que pela dinâmica do Turismo, respondem estruturalmente às demandas desta atividade. Portanto, como observa Roberto Boullón, este espaço turístico é consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos, que são a matéria-prima do Turismo. “Este elemento do patrimônio turístico, mais o

empreendimento e a infraestrutura turísticas, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país” (BOULLÓN, 2002, p.65).

Ao destacarmos a percepção que deriva das noções de espaço geográfico e espaço turístico, pensamos ter empreendido uma leitura processual; na medida em que, apesar da unidade, estas compreensões não são sinônimas, mas sim concepções que assumem distintos significados de acordo com cada abordagem e concepção. Enfim, ou será que não necessariamente? Mas, como circunstância inicial, o espaço turístico nos pareceu ser uma instância híbrida do espaço geográfico, ou sua subcategoria. Ou será que não? Em qualquer vertente, nossa maior indagação foi: “como representar empiricamente o espaço na pesquisa geográfica do Turismo, perante o reconhecimento da instância político-administrativa denominada de município”?

Com base nestas inquietudes, procuramos os alicerces para uma melhor leitura do MI, enquanto espaço turístico. Assim compreendida, a teoria do espaço turístico ora consultada, e em processo de complexificação epistemológica não perde de vista os subsídios dialógicos fornecidos pelas demais ciências, sobretudo da Geográfica, ao entender o Turismo na sua condição primária, como fenômeno socioespacial. Diante do anteriormente exposto, entendemos que o espaço turístico não é sequer uma subcategoria, nem uma instância híbrida do espaço geográfico, mas sim uma derivação ou produto do espaço geográfico ou do território usado, que pode ser apreendido empiricamente – no município/território – através do reconhecimento dos elementos e atores/sujeitos da turistificação do espaço.

3.4. Turismo e Patrimônio

Uma das menções específicas que destacamos neste exercício, é o papel do patrimônio na figuração da paisagem e na constituição do atrativo turístico. Este posicionamento pode ser explicado por dois fatores de particular importância: o primeiro ressalta a crescente importância que os processos de patrimonialização³⁵ têm na atualidade e, no segundo fator, considera-se o interesse também crescente que o

³⁵ Entendemos a patrimonialização como uma ação empreendida por diversos atores e instituições locais, nacionais e internacionais, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento através da valorização, revitalização de um determinado lugar e do seu patrimônio natural e histórico-cultural.

patrimônio vem adquirindo na formação do atrativo turístico, especialmente no quadro das modalidades denominadas de Turismo alternativo (BERTONCELLO, 2008). É neste último fator, no qual incide a nossa preocupação, nesta pesquisa.

A respeito da primeira questão, consideramos as reflexões de Choay (2001), ao ressaltar que na pós-modernidade vivenciamos uma verdadeira “explosão patrimonial”, coexistindo com vários processos de patrimonialização dos bens e de vários atributos. Constatamos nesta autora que a mundialização da cultura ocidental, influenciada pela globalização, contribuiu para a expansão geral das práticas patrimoniais, evidenciada pela criação da UNESCO, que lida com a proteção do patrimônio a escala mundial. Portanto, a democratização do saber, a par do desenvolvimento da sociedade e do lazer - Turismo de massa -, estão na origem da expansão mais significativa, por exemplo, do patrimônio cultural. Foi neste momento em que os monumentos histórico-culturais passam a estar mais vinculados a lógica comercial, onde a cultura passa a desenvolver uma semântica empresarial e cada vez mais industrial.

Antes de adentrar nos vínculos da valorização turística do patrimônio, convém rever as formas em que frequentemente é contextualizado o patrimônio, sem pretensão de trazer abordagens exaustivas, mas apenas para realçar esta relação.

Segundo Bertoncetto (2008) e Schettini (2008), com frequência o patrimônio é visto como algo que se herda, normalmente de gerações precedentes; isso significa que sua condição estaria definida pelo passado, e a tarefa atual seria garantir sua conservação e preservação e, eventualmente colocar à disposição de todos. Também, geralmente é interpretado como um bem que pertence a todos os membros da sociedade, o que “é de todos”; como tal, ao mesmo tempo deveria conciliar uma aceitação e aprovação geral, não sujeita a questionamentos. Ainda é habitual que o patrimônio seja valorado em função dos atributos intrínsecos do objeto de que se trata; assim, seu valor radicaria essencialmente nas qualidades intrínsecas (como raridade, escassez, excepcionalidade ou genialidade) do bem patrimonializado (PRATS, 1998).

Estas formas habituais de abordar o patrimônio têm sido questionadas por diversos autores como Prats (1998), Bertoncetto (2008) e Schettini (2008). De acordo com estes autores, na leitura do patrimônio como herança, tem se advertido a rigor que,

o patrimônio não é unicamente algo que tem origem no passado e que é meramente recebido no presente, na medida em que, pelo contrário, é desde o presente que se levam adiante os processos de definição do mesmo; esta seleção, por certo, responde a lógicas e interesses atuais, e é levada a cabo de maneira intencional por atores sociais concretos, com uma ativa e necessária intervenção do Estado.

A condição do patrimônio, de ser algo comum ou compartilhado por todos é outra vertente que também pode ser questionada, pois, se o patrimônio é resultado de um processo de seleção levado a cabo por atores sociais concretos, é evidente que ele mesmo estará definido pelos critérios que estes atores estabelecem e que, de modo mais ou menos direto, estarão em função de intencionalidades sociais específicas, como assinala Prats (1998). Observamos que as características intrínsecas do que se patrimonializa sustentam a função de legitimar as eleições realizadas a partir de critérios sociais atuais, que não deixam de ser critérios processuais (históricos) e objetivos que sustentam tais escolhas.

O aproveitamento turístico do patrimônio se instalou com forte intensidade, a partir de uma visão que propõe o uso turístico como alternativa viável para garantir seu desfrute e valorização por parte da população (ou especificamente daqueles que podem ser turistas), no tempo em que através do Turismo se gerariam os recursos necessários para a gestão e preservação do patrimônio. Este fenômeno se correlaciona com o crescimento e conhecimento dos produtos da cultura, e também das manifestações relacionadas com a natureza, cuja hierarquia e importância estão além de qualquer questionamento. Não obstante, de igual modo que sucede com o patrimônio no sentido restrito, também seu aproveitamento turístico merece algumas considerações que o engendram, ou algumas questões frente a este tipo de positividade (BERTONCELLO, 2008).

Seguindo esta linha de argumentação, cabe questionar em primeiro lugar, sobre qual é o patrimônio que o Turismo valoriza, o que frequentemente passa a ser denominado de patrimônio turístico, já que por circunstância está claro que não é todo patrimônio, senão uma parte deste; e que atores estão por detrás desta valorização. Retomando Prats (1998) e Bertoncello (2008), compreendemos que uma resposta a

estas indagações se estrutura em torno das características intrínsecas do patrimônio, relacionadas, por exemplo, com sua carga simbólica, seus atributos de beleza ou singularidade, e a genialidade de sua expressão. Diante disso, nos deparamos que existem vários tipos de patrimônios, que por suas próprias características, seriam mais adequados na sua conversão/transfiguração em atrativos turísticos.

Outra resposta dinâmica coloca em ênfase o turista, reconhecendo neste caso, que são as necessidades e expectativas deste sujeito que orientam a seleção do patrimônio a ser convertido em atrativo turístico; as técnicas de marketing são adotadas para aperfeiçoar esta seleção. Este processo assenta desafios interessantes à gestão do patrimônio, pois a escolha pode não ser concordante com os critérios de relevância que orientam a ativação e legitimação patrimonial (BERTONCELLO, 2008).

Assim, constatamos que expressões patrimoniais de grande valor para uma determinada sociedade podem ter valor reduzido para os turistas, ou vice-versa. Por outro lado, aquelas expressões patrimoniais valorizadas pelo Turismo adquirem uma vantagem valorativa que podem interferir nos critérios que orientam sua ativação e sua relação com as outras formas de valoração. A compreensão do patrimônio é um processo complexo e conflitante (não finito, sobretudo na contemporaneidade), não por considerar seus elementos constitutivos, mas, sobretudo pelos atores envolvidos e por detrás da elaboração deste entendimento, tal como sustenta Rodolfo Bertoncello.

En tanto la definición misma del patrimonio es, [...], un proceso complejo y muchas veces conflictivo, su valoración turística y la necesidad de responder a los intereses de los turistas pueden intervenir complejizando aún más estos procesos, y haciéndolos más conflictivos. La selección de patrimonio para el turismo refuerza los procesos de selección propios de la activación patrimonial y otorga más visibilidad y relevancia al patrimonio elegido, relegando al resto a una mayor opacidad y desjerarquización. (BERTONCELLO, 2008, p. 11-12).

Portanto, sem desconsiderar outras possibilidades de ler o patrimônio, tanto as mencionadas (sob o enfoque de uma determinada comunidade ou do ponto de vista do reconhecimento institucional como o da UNESCO), assim como as não identificadas (patrimônio como construção social), nossa intenção foi abordar o patrimônio sob o olhar do sujeito que o atribui valor turístico, isto é, do turista, considerado como principal ator da transformação do patrimônio em patrimônio turístico (ou turistificando-o). Por meio desta leitura complexa, pretendemos discutir de que forma o patrimônio natural e

cultural produz o MI, configurando-o em paisagem atrativa turisticamente, através do inventário e averiguação qualitativa deste patrimônio.

3.5. Percepção espacial do Turismo

A percepção do espaço turístico, que é uma percepção essencialmente geográfica, como argumenta Xavier (2007), se desenvolve com a preocupação de conhecer e de explicar as atitudes dos atores/sujeitos e o valor que eles atribuem ao patrimônio e ao Turismo, considerando que, mais amplamente, a abordagem perceptiva poderá contribuir para adoção de estratégias a serem empregadas na tomada de consciência dos atores do Turismo, principalmente o Estado, o setor privado e a comunidade residente, quanto aos benefícios e os problemas ligados aos impactos proporcionados pelo desenvolvimento do Turismo.

Se por um lado, compreender e considerar a percepção do turista sobre a paisagem do lugar visitado, garante que o visitante entenda o lugar e sinta-se em segurança, por este traduzir-se num entre-lugar, a população residente, espera do Turismo e do seu desenvolvimento, oportunidades para melhorar seu sustento e a qualidade de vida da comunidade. “Isso se torna viável utilizando-se dos valores locais, do saber-fazer, dos sentimentos e das relações com a natureza e com a cultura local” (XAVIER, 2007, p.13). Ou seja, tudo aquilo que valoriza as crenças, os discursos e os sonhos das pessoas, na busca do objetivo precípua de ser feliz.

De acordo com Xavier (2007), o Turismo postula ser o lugar extremamente variado. Mais variado ainda são as formas como as pessoas percebem e avaliam esse espaço. Segundo nossa análise, ao pretendermos averiguar a percepção dos sujeitos do Turismo sobre o espaço turístico do MI, intenciona-se reconsiderar o indivíduo como principal sujeito do Turismo, e distanciarmo-nos da inteligência cega, que segundo o pensamento *moriniano*, do qual nos apropriamos, “[...] destrói os conjuntos e as totalidades, isola todos os objetos daquilo que os envolve. Não pode conceber o elo inseparável entre o observador e a coisa observada” (MORIN, 2008, p.8).

3.5.1. Condição da paisagem e satisfação do turista

Meinig (1979³⁶ apud XAVIER, 2007) considerou o termo paisagem como atrativo e ambíguo. Atrativo por sempre trazer à mente alguma perspectiva agradável de um cenário particular, por lembrar questões ecológicas ou ambientais, por sugerir fatos para a descrição de cenários interessantes. A ambiguidade do termo, por sua vez, é consequência de seu uso profissional dos mais diversos campos, como artistas, arquitetos, planejadores, cientistas da terra, historiadores, turismólogos, cada qual utilizando-o com diferentes finalidades ou propósitos.

Para o autor, paisagem não é natureza, cenário, meio ambiente ou lugar. Não é natureza, pois ela é mais que parte de alguma paisagem que tem sentido de impacto para o indivíduo. Ora, se a paisagem não constitui um simples relacionamento binário entre o sujeito e a natureza, é antes de tudo, a unidade que vemos e que inclui tanto o sujeito como a natureza.

Segundo Xavier (2007), a paisagem deve ser observada e interpretada. Nesta lógica, observar e interpretar a paisagem significa agregar valor ao que é percebido, neste caso, aos componentes do patrimônio que figuram a paisagem. Muitos trabalhos que se preocupam pela interpretação da paisagem para o Turismo, adotam a postura de que a paisagem deve ser observada e conhecida. Sendo conhecida, ela é valorizada, e quem valoriza, conseqüentemente, a conserva. Portanto, este assunto é muito sensível ainda quando se trata do ator exógeno no seu entre-lugar/não-lugar.

Ao trabalhar com a imagem do espaço urbano, Lynch (2011) apresentou como proposta a análise da cidade com base na percepção que os atores têm da qualidade visual ou da imagem dos lugares. Segundo esta lógica, um lugar é para ser lembrado, apreciado positivamente. Obviamente, o lugar também deve estar em boas condições para que se possa guardar lembranças agradáveis. Como condição básica, deve contar com um sistema capaz de delinear sua imagem, que vai para além de uma cidade, por abranger ainda espaços turísticos urbanos e rurais (XAVIER, 2007).

³⁶MEINIG, D. W (Org.). *The interpretation of ordinary landscapes: geographical essay's*. Oxford University Press, 1979.

Como lembra Milton Santos (2006, p.216), “a cidade é o lugar onde há mais mobilidade e mais encontro” de objetos e ações. “Uma cidade é uma organização mutável e polivalente, um espaço com muitas funções, erguido por mãos num período de tempo relativamente rápido” (LYNCH, 2011, p.102).

A imagem é considerada como parte fundamental do equipamento do sujeito para a vida e do ambiente que o circunda. Permite mobilidade intencional e exploração de caminhos (XAVIER, 2007). Segundo Lynch (2011), essa questão orienta o estabelecimento do conceito central do trabalho – a legibilidade, uma qualidade visual particular que corresponde às condições de facilidade, de organização do planejamento a partir de seus elementos de forma espacial e da clareza de seu desenho. “A legibilidade proporciona o reconhecimento das partes de um lugar turístico, bem como estabelece uma estrutura coerente para facilitar deslocamentos e promover segurança e bem-estar dos usuários” (XAVIER, 2007, p.35), neste caso particular dos visitantes.

A imagem do espaço turístico, como constatou Xavier (2007), a partir dos fundamentos de Kevin Lynch, é o resultado de um processo bilateral entre o observador e o observado, que em nossa compreensão ousamos dizer entre o sujeito/turista e o objeto em análise. Pode variar significativamente entre os observadores, pois as pessoas atribuem significados particulares aos objetos. Assim, situações como a cultura e a familiaridade com os objetos interferem na atribuição de significados.

Lynch (2011) atribuiu três componentes às imagens do meio ambiente, que figuramos o espaço turístico, a saber: identidade, estrutura e significado. Em uma imagem legível, os objetos podem ser reconhecidos distintos uns dos outros, no qual é assegurada uma relação estrutural ou espacial entre o observado e o observador, para quem pode ter um significado prático ou afetivo.

Os estudos de Lynch permitiram a afirmação de que as pessoas adaptam seu meio ambiente e constroem uma estrutura e identidade daquilo que as cerca. Também, comprovaram que, para qualquer lugar, parece haver uma ou, talvez, uma série de imagens públicas, resultado da superposição de imagens de muitos indivíduos. Porém, o mais significativo é a possibilidade de estudar lugares com base na percepção de seus usuários acerca do caráter e da estrutura das imagens formadas.

Na sequência, constatamos nesta observação que experiências acumuladas em uma cidade ou um espaço turístico conhecido, servem de orientação para as pessoas se deslocarem em lugares estranhos, pois conscientemente visualizam esses lugares por meio de elementos da imagem mental que lhes apresentam significados diversos, neste cenário, por parte dos turistas. “Uma cidade imaginável proporciona uma consciência coletiva, socialmente importante, oferecendo segurança emocional para as pessoas” (XAVIER, 2007, p.36), principalmente para os turistas, quer sejam eles domésticos ou estrangeiros, que representam pessoas que visitam lugares diferentes do habitual.

Entretanto, por considerar a paisagem de maneira abrangente, incluindo componentes naturais e construídos, visíveis e não visíveis do patrimônio, e as relações que se estabelecem entre diversos componentes, pode-se acrescentar que a paisagem é a matéria-prima do Turismo em determinado lugar (XAVIER, 2007). Na paisagem, os turistas se deslocam, valorizam o patrimônio, modificam seus componentes e atribuem-lhes valores econômicos, sociais, afetivos ou simbólico-culturais. Na proposta de Beni (2008), relacionada com a sistematização do Turismo, no seu modelo referencial, observamos que entre os três grupos que compõem o SISTUR, é no conjunto das relações ambientais, dentro do qual se encontra o subsistema ecológico como um dos componentes desse sistema, cuja espacialidade pode ser materializada pela paisagem, como apontou Xavier (2007).

Em Milton Santos, como fizemos referência, encontramos uma grande contribuição à compreensão da paisagem, na ótica de uma leitura dialética, considerando-a uma combinação de instâncias ou objetos naturais e sociais criados pelo homem de muitas gerações. Xavier (2007), apoiando-se em Milton Santos, afirma que as percepções que temos de uma paisagem estão longe de abarcar o objeto em sua realidade profunda. Notamos apenas a sua aparência.

De acordo com Machado (1988), o contexto de interação entre o sujeito e a paisagem depende de seu humor e de circunstâncias, da iluminação e da hora do dia, da maneira como a paisagem é vista, se de um veículo motorizado ou a pé, de escolhas deliberadas ou de visitas acidentais ao campo. Os propósitos do observador

contribuem na determinação de suas preferências por lugares, em função da satisfação de suas necessidades e desejos às diferentes demandas proporcionadas pelo Turismo.

Para Tuan (1980), paisagem não significa uma unidade funcional, como uma localidade, não podendo ser definida apenas por especificação de suas partes. Paisagem é mais do que isso. É como uma imagem, uma construção da mente e dos sentimentos. As imagens que temos sobre paisagens são infinitas, pois existem perspectivas estéticas, funcionais e morais. Paisagem é uma combinação de pontos de vista objetivos e subjetivos, que tem lugar no “olho da mente”. Ela nos aparece mediante um esforço de imaginação, exercida sobre uma forma altamente selecionada, a partir de um sentido determinado. Compreender um lugar de paisagem envolve tempo e reflexão (XAVIER, 2007).

Nesta esteira de argumentação, Xavier (2007) sustenta que a percepção de paisagens é uma arte. Sua avaliação envolve a cultura e é influenciada, por exemplo, pela arquitetura ou pela literatura. Colocam-se em evidência os sentimentos ecológicos e sociológicos entre as tendências atuais que influenciam a percepção da paisagem, que podem afetar seriamente nossas reflexões e nossos julgamentos.

Para Lewis (1979³⁷ apud XAVIER, 2007), muitos elementos obscuros e de difícil interpretação estão presentes na paisagem, por envolver cenários conscientes e inconscientes do observador, sempre permeado pelo imaginário do mundo concebido, percebido e vivido. Meinig (1979 apud XAVIER, 2007) e Rodrigues (2003), acrescentam que a leitura e interpretação da paisagem, não apontam somente para aqueles aspectos visíveis aos olhos dos observadores, mas, sobretudo, para as ideias que surgem nas mentes dos espectadores dessas paisagens – os sujeitos observadores.

A contemplação historiográfica na leitura e percepção da paisagem é parte do processo. Outros elementos consideram a bagagem cognitiva e experiência cultural do sujeito observador, uma vez que ela envolve:

[...] os elementos físicos/naturais, suas interações, assim como todas as intervenções e articulações provocadas pela ação humana, [...] também fazem parte da paisagem os elementos históricos e culturais que sinalizam o processo

³⁷ LEWIS, P. F. Axioms for reading the landscapes: some guides do the American scene. In: MEINIG, Donald W. *The interpretation of ordinary landscapes*. Oxford: Oxford University Press, 1979.

organizacional dos diversos grupos sociais, construídos ao longo do tempo. A paisagem é resultado do acúmulo de ações temporais. (CASTROGIOVANNI, 2001, p.132).

Assim entendido, como sustenta Collot (1986³⁸ apud XAVIER, 2007), não se pode falar de paisagem sem se falar de sua percepção. O ser humano não recebe passivamente os dados sensoriais, mas os organiza ativamente para atribuir-lhes um significado. Testado por esse prisma, o estudo da paisagem implica três situações: ponto de vista, parte ou unidade, e conjunto.

No ponto de vista, a paisagem é definida de onde se observa e, como condição para sua existência, envolve uma atividade do sujeito. Assim, a paisagem não é um simples objeto, em face do qual o indivíduo poderá situar-se fora dela. Sujeito e objeto são inseparáveis, na medida em que o sujeito encontra-se envolvido pelo espaço, pela paisagem. A paisagem oferece também parte de uma área cujos limites ligam-se à posição do observador, o qual determina a extensão de seu campo visual e o relevo da área observada. O limite manifesta-se pela circunscrição dentro de uma linha além da qual nada é visível (horizonte externo) e pela existência no interior da área de partes não visíveis (horizonte interno). Finalmente, a ideia de conjunto é ressaltada considerando que a paisagem se constitui como totalidade coerente, compondo um contexto que é alcançado de um só golpe de vista (XAVIER, 2007).

Portanto, em nossa abordagem, consideramos o conjunto, a totalidade espacial do MI, que é constituída de suas unidades representada pelas diferentes áreas de concentração turística e de patrimônio inventariado.

Em relação ao ponto de vista, o levantamento contempla a percepção dos turistas que visitam o município, atraídos pela paisagem lá existente. Ora, se é com esta paisagem que os turistas satisfazem suas necessidades e desejos, acrescidos de outras facilidades, qual é o valor que eles atribuem a esta paisagem? Será a paisagem do MI fator de atração e satisfação dos turistas? Se afirmativo, qual o nível de satisfação dos turistas a partir da sua percepção enquanto consumidor do patrimônio turístico que figura a paisagem? Será o espaço turístico do município em análise, um território perceptivo vivido como um prolongamento do próprio corpo, ou, um entre-lugar

³⁸ COLLOT, M. Point de vue sur la perception des paysages. *L'Espace Géographique*, v. 1, n. 2, 1986, p.211-217.

para os turistas? São estas e outras inquietudes que procuraremos trazer respostas inconclusivas, como forma de perpetuar o debate perceptivo do Turismo, com enfoque na observação, leitura e interpretação da paisagem.

Especialmente, com o aumento do grau de globalização, os lugares dos mais diferentes cantos do mundo disputam as preferências dos turistas, procurando informá-los sobre as qualidades de seus produtos (paisagem turística) a fim de influenciá-los em suas decisões de consumo/uso. “No turismo [...] a informação [...] ocupa um lugar central. As informações sobre os atrativos de cada localidade, seus preços e formas de pagamento influenciam as decisões de compra” (LEMOS, 2003, p.128).

Segundo Beni (2008), no espaço altamente competitivo do Turismo, o fator “qualidade” é o único critério que se impõe de maneira natural para determinar o êxito ou o malogro da paisagem ofertada. A qualidade deve ser, portanto a estratégia usada em seu lançamento e aplicada para garantir sua permanência competitiva no espaço. A qualidade refere-se ao estado de preservação e conservação do patrimônio turístico, bem como ao serviço aliado ao produto turístico global.

Esta abordagem fica bem patente nos elementos que compõem a oferta turística, em que o contato com o turista é imediato. Assim, a avaliação desta qualidade deve ser expressa em razão do nível de satisfação real das necessidades e desejos dos turistas, sendo nesta satisfação que se imprime a imagem simbólica da paisagem e do serviço oferecido, num determinado lugar, também conhecido por taxa de fidelidade e lealdade.

Os turistas na função de consumidores, emitem juízos determinantes a respeito da qualidade de equipamentos e serviços que usufruem. No entanto, avaliam as diferentes ofertas (alojamento, alimentação, transportes, diversão e entretenimento, entre outros), separando-as e atribuindo-lhes valores expressos em escalas diferentes, de acordo com a natureza dinâmica que caracteriza esta componente da oferta turística e na satisfação das suas necessidades primárias ou iniciais. (ANDRADE, 2004, p.111).

Portanto, na análise da paisagem no espaço turístico do MI, a pesquisa destacou atenção ao olhar feito pelo turista em relação ao estado de conservação do patrimônio turístico natural e cultural, seus imaginários, expectativas e resultados encontrados após o consumo/uso da paisagem, para além dos serviços agregados com vista a facilitar este consumo. Como destacou John Urry, na sua teoria do “Olhar do Turista”, existem dois tipos de olhar deste ator: um olhar “romântico”, notadamente individual que

ênfatiza a natureza, a paisagem, o campo, o bucólico, a privacidade, o intocado e a introspecção; e outro olhar “coletivo”, que precisa de um grande número de turistas para se desenvolver, pois, os turistas que estão vendo e sendo vistos é que dão sentido a esse tipo de olhar (URRY, 2001).

3.5.2. População residente e percepção sobre o desenvolvimento do Turismo

Ao colocarmos em ênfase a comunidade local, é pelo fato deste ator/sujeito interpretar, conhecer e atribuir valor aos elementos do patrimônio, da prática e do desenvolvimento do Turismo; para que se possa prestar informações sobre seus interesses e participar cada vez mais neste desenvolvimento, como processo apoiado nos valores locais (XAVIER, 2007; BERTONCELLO, 2008; MOLINA, 2011).

Segundo Xavier (2007), diferentemente de outras atividades, no Turismo, o bem turístico, como valor de mercadoria, não desaparece ao ser consumido, pois ele permanece e só poderá se perder como consequência da degradação por ultrapassar seus limites de suporte ou por uso mal planejado. Diante disso, questionamos: Como a comunidade receptora percebe o Turismo que se efetiva através da apropriação e consumo do patrimônio local? E, que valores são atribuídos a esse Turismo?

Portanto, com estas perguntas, procuramos destacar a importância dos sujeitos e da percepção na construção do espaço turístico, tomando como objeto empírico o MI. Em especial, tentamos referenciar a ideia do mundo vivido por aquelas pessoas que, de uma ou de outra forma, estejam ativa ou passivamente envolvidos com a atividade turística. Assim, torna-se necessário considerar os sentimentos das pessoas, seus laços afetivos com o lugar e suas atitudes/reações em relação ao Turismo, como forma de ressaltar a dimensão social do fenômeno, que se materializa no espaço geográfico.

Reinterpretando Xavier (2007), entendemos que a percepção do Turismo é bastante complexa, já que a atividade envolve vários segmentos humanos, atingindo diferentes grupos de atores/sujeitos, como os planejadores, os políticos, os técnicos, os turistas e, evidentemente, a população local. Tal fato assume grande relevância, já que a visão dos técnicos que estudam o Turismo nem sempre tem considerado a conduta e

as atitudes dos moradores dos lugares. Conseqüentemente, as orientações técnicas ou governamentais nem sempre têm sido aceitas pelos usuários.

Seguindo esta linha de argumentação, nossa preocupação, além de recair sobre a percepção de todos os atores envolvidos com o Turismo, neste momento acentua-se sobre a população receptora do Turismo. Portanto, apesar do Turismo se manifestar pela ocupação de grandes áreas globais, como fenômeno inerente ao espaço de fluxos, ele se permeia regional/localmente, isto é, se efetiva pontualmente no espaço de lugar.

Xavier (2007) observou que a percepção deste sujeito é influenciada por inúmeros fatores, como a possibilidade de emprego, a renda, o conforto e a perda de privacidade, além do fato de os moradores locais verem seus bens de uso transformarem-se em mercadorias colocadas à disposição dos visitantes, como aponta Choay (2001). Sendo a percepção individual e seletiva, as respostas dadas pela população serão alteradas, à medida que o desenvolvimento do Turismo vai adquirindo maiores proporções.

Diante disso, colocam-se alguns questionamentos, como o seguinte, que no geral, sintetiza as duas perguntas anteriores: Qual o sentimento a população residente atribui ao desenvolvimento do Turismo no MI?

A tentativa de responder a uma questão como esta, que constitui assunto em aberto para as pesquisas em Geografia e no Turismo, leva a considerar alguns pressupostos, explicitados a seguir³⁹, segundo Xavier (2007, p. 68-69):

- O conhecimento do desenvolvimento do Turismo inicia-se pelo reconhecimento dos benefícios e das contradições que a atividade proporciona. São tratadas situações de risco-benefício.
- Em grande parte, a mídia tem proporcionado a tomada de consciência pelo Turismo, quando retrata, quase que exclusivamente, as situações de viagem.
- Diante dos poucos conhecimentos e informações sobre o fenômeno turístico, as pessoas observam as atividades, mas permanecem sem saber o que fazer.

³⁹ Mais detalhes são aprofundados em Ko e Stewart (2002); Nunkoo e Ramkissoon (2011); Choi e Murray (2010); Dyer et al. (2007); Gursoy, Chi e Dyer (2009); Gursoy et al. (2002); Gursoy e Rutherford (2004); Nunkoo e Gursoy (2012); Ribeiro e Valle (2013) e Butler (1980).

- A estratégia da percepção geográfica proporcionará situações importantes para a comunidade local incorporar a dimensão do Turismo em seu mundo vivido.

“A percepção deve ser encarada como fase da ação exercida pelo sujeito sobre o espaço” (XAVIER, 2007, p. 70), segundo o autor, as atividades não se apresentam justapostas, mas como no encadeamento, umas sobre as outras. A abordagem perceptiva não pode ser analisada isoladamente, nem pode ser apartado da vida dos sujeitos, da mesma maneira que se faz necessário o envolvimento ativo da comunidade receptora em todo processo de implantação e desenvolvimento da atividade turística.

Em outro argumento, a questão da leitura de valores locais aos propósitos do desenvolvimento do Turismo é ressaltada por Krippendorf (2000). Segundo esta visão, o que a comunidade que recebe o turista sente, pensa ou quer, pouco importa, na medida em que é a escala de valores dos viajantes e dos promotores das viagens que prevalece. Sendo assim, as perguntas a eles dirigidas correspondem aos estudos de mercado e, portanto, são valorizadas. Pouco se conhece sobre os interesses da comunidade receptora do Turismo.

Tal fato chama atenção pelo próprio desenvolvimento do Turismo, ao adotar práticas não compatíveis com a cultura da comunidade receptora, sob a égide de modelos industriais do Turismo importados dos países desenvolvidos, sem descartar os problemas relativos à conservação do patrimônio e à construção do espaço (MOLINA, 2011; XAVIER, 2007). Como consequência:

Os lugares vêm sendo percebidos como simples referência espacial, ou palco para o desenvolvimento econômico. A comunidade que recebe o turista vem constituindo matéria neutra, sobre a qual investidores do turismo, a partir de seus interesses, esperam ter oportunidades, mesmo porque, com frequência, muitas formas de ocupação desordenada do espaço pelo turismo têm deixado marcas profundas de degradação. (XAVIER, 2007, p.75).

Segundo esta leitura, emerge a necessidade de considerar as experiências, os conhecimentos, os valores, os interesses e as expectativas das populações locais enquanto sujeitos do Turismo, consideração essa que é fundamentada na discussão da interação desenvolvimento do Turismo-mundo vivido. Acreditamos que tais práticas são indispensáveis como alternativas para a solução de numerosos problemas, sobretudo

ligados a qualidade de vida sustentável destes sujeitos envolvidos. Portanto, como lembra Edgar Morin cabe destacar de que sujeito se trata:

Ser sujeito não quer dizer ser consciente; também não quer dizer ter afectividade, sentimentos, ainda que evidentemente a subjectividade humana se desenvolva com a afectividade, com sentimentos. Ser sujeito, é colocar-se no centro do seu próprio mundo, é ocupar o lugar do «eu». [...] Ser sujeito, é ser autónomo, sendo ao mesmo tempo dependente. (MORIN, 2008, p.95-96).

Diante do anteriormente exposto, para nós, emerge a necessidade de se incorporar, ou de ir para além do que é prática turística nos municípios como Inhambane, que são vistos como simples referências para o desenvolvimento do Turismo que exclui (parcial/totalmente) as comunidades locais e seus integrantes; por atender a lógicas meramente capitalistas nos lugar de patrimônio. Esta proposta tem iniciada sua discussão no momento seguinte.

3.5.3. Turismo criativo e desenvolvimento do Turismo nos lugares de patrimônio

A teoria e a prática do Turismo têm experimentado diversas fases, em seu processo evolutivo, entre as quais é possível identificar três grandes: o pré-turismo (o *grand tour*), o Turismo (as concepções industriais) e o pós-turismo (MOLINA, 2003), de onde deriva o Turismo criativo. Com destaque, a terceira fase, marcada pela pós-modernidade, é influenciada pela quantidade e qualidade de recursos tecnológicos à disposição de todos os setores de atividade, inclusive na criação e na proliferação dos *megaresorts*, nos não-lugares e/ou entre-lugares e dos parques temáticos (*playgrounds*). Nessa fase, registra-se, também, uma influência significativa da natureza e da cultura do lugar.

No mundo pós-moderno, ou na era do pós-turismo, o espaço turístico tende a se confundir com toda a superfície terrestre. Entretanto, esse mundo do Turismo, tende a ultrapassar o espaço físico e cinemático, chegando a outras categorias de espaço, como o virtual e o psicológico (XAVIER, 2007, p. 52-53). Assim, nos auxiliamos aos fundamentos de Knafou (1996), ao propor três possibilidades distintas que enfocam Turismo e espaço, a saber: os “espaços sem Turismo”, “Turismo sem espaço” e, ainda, “espaços turísticos”. Com isso, a primeira possibilidade baseia-se no fato de alguns lugares não estarem preparados para receber os turistas. O segundo tipo relaciona-se

com as viagens virtuais, possibilitadas pelos computadores, em especial através das novas tecnologias de informação e comunicação. E, por último, está a existência de lugares inventados e produzidos pelos turistas, ou seja, sem o turista o lugar não tem razão de ser.

É nesta última possibilidade que delimitamos o Município de Inhambane, no qual o Estado, a sociedade humana, áreas culturais, firmas e mercados turísticos interagem uns com os outros, (re)organizando-se numa constante evolução, como assinala Dolfus (1991), na sua visão sistêmica da organização geográfica global. Como apontamos em Santos (1985) e Rodrigues (2003), estes atores, são os principais responsáveis pela turistificação do espaço.

Segundo Moesch (2000), o Turismo compreende uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integra-se numa prática socioespacial com base cultural, herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade e troca de informações interculturais. Para esta autora, os benefícios originários deste fenómeno são também complexos e podem ser verificados na vida económica, política, e sociocultural da comunidade local. Por outro lado, como qualquer atividade, o Turismo apresenta-se ainda como um destruidor da natureza e da herança cultural das comunidades; sobretudo, quando a atividade é reduzida a finalidades meramente económicas.

É nesta vertente que surge o Turismo criativo, como uma nova síntese política, social e económica, e como tal, que se propõe a resolver (quase) todas as grandes carências geradas pelo Turismo industrial, como: desigualdades, fragmentação social, a perspectiva eminentemente materialista da vida, migração, preconceitos ideológicos, empobrecimento intelectual e emocional, apatia cidadã e em geral, uma ampla lista de subdesenvolvimentos diversos (MOLINA, 2011).

De acordo com esta leitura, o Turismo criativo se orienta a criar bem-estar compartilhado e estendido, a desenvolver habilidades e valores únicos que gerem lucros, a reconstituir o espaço de lugar e as relações que se manifestam nele a partir de um protagonista: a comunidade residente e seus integrantes.

4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE INHAMBANE (MI)

4.1. Localização e Limites

O MI situa-se na região Sul de Moçambique, na zona central da Província de Inhambane, a cerca de 490 km ao Norte da capital nacional, Maputo, a uma distância de 30 km da Estrada Nacional Número 01 (EN-01).

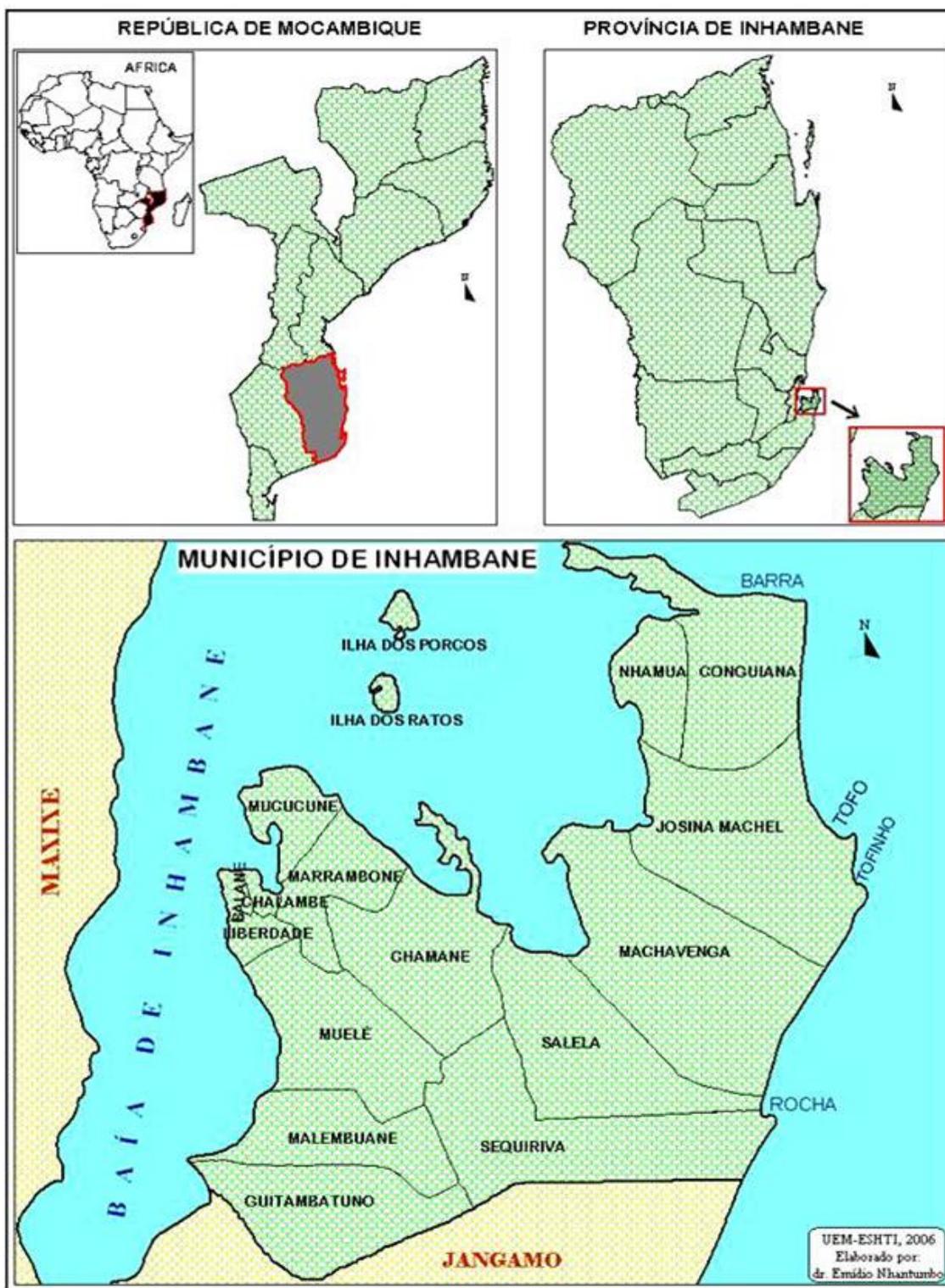
De acordo com Nhantumbo (2007), o município encontra-se localizado na região sul de Moçambique e ocupa uma parte considerável da zona costeira da Província de Inhambane. Situa-se entre as latitudes 23°45'50" (Península de Inhambane) e 23°58'15" (Rio Guiúá) Sul, e as longitudes 35°22'12" (Ponta Mondela) e 35°33'20" (Cabo de Inhambane) Este, cobrindo uma parte continental e duas ilhas, o que circunscreve uma área total de 192 Km² incluindo a parte líquida.

Segundo Inhambane (2009), o MI é a capital da Província⁴⁰ de Inhambane e ocupa uma área de 0.3% do total da província e limita-se a (Mapa 1):

- a) Norte: pela Baía de Inhambane (Oceano Índico);
- b) Sul: pelo Distrito de Jangamo, através do Rio Guiúá;
- c) Este: pelo Oceano Índico; e
- d) Oeste: Baía de Inhambane.

⁴⁰ A divisão territorial de Moçambique, em harmonia com a organização política administrativa nacional, difere da República Federativa do Brasil. Sendo assim, as províncias são as maiores unidades territoriais de Moçambique e as mesmas subdividem-se em distritos, autarquias (municípios), localidades e postos administrativos, como a menor unidade territorial. No geral, os municípios mais importantes representam as capitais provinciais, como é o caso do nosso objeto empírico, a Cidade de Inhambane, que administrativamente corresponde ao Município de Inhambane.

Mapa 1 – Localização regional e limites do Município de Inhambane



Fonte: Nhantumbo (2007).

4.2. Aspectos Climáticos

A zona Sul de Moçambique, cuja localização coincide com a zona de clima subtropical, de acordo com Da Barca e Santos (19-?, p.28 apud AZEVEDO, 2009, p.64), “apresenta características peculiares devido a fatores inerentes à circulação geral atmosférica como fatores locais (continentalidade, altitude e latitude)”.

Segundo Nhantumbo (2009) o MI é caracterizado por um clima tropical úmido com duas estações principais: a temporada de verão úmido que se estende de Novembro a Abril; e uma estação seca de inverno, que vai de Abril a Outubro. Na estação chuvosa, a chuva é forte ao longo da costa e diminui a partir da costa para o interior. A fonte ressalta que a precipitação média mensal varia de 158 mm (Fevereiro) a 32 mm (Setembro), dependendo da época, a média total anual é de 964 mm. A precipitação é concentrada em quatro meses, isto é, de Dezembro a Março. O número de dias com precipitação por mês varia de seis em Setembro a quatorze em Fevereiro.

De acordo com o Instituto Nacional de Planeamento Físico - INPF (1991, p.25) o clima característico do MI é “tropical úmido e a temperatura média anual varia entre os 20,3°C e 26,9°C, sendo que os valores mínimos registram-se em Julho e os máximos em Janeiro”. Nhantumbo (2007, p.19) salienta que “o clima do município de Inhambane é tropical húmido ao longo da costa, com temperaturas médias que variam entre 25°C na estação quente e húmida a 20°C na estação fresca e seca”.

Segundo dados fornecidos pelos Serviços Provinciais de Meteorologia da Província de Inhambane – SPMPI (2013) as temperaturas mais altas verificam-se entre Dezembro e Fevereiro e as mínimas entre Junho e Julho. De acordo com esta fonte, entre 2007 e 2011 as temperaturas médias anuais, as precipitações anuais e as umidades médias anuais, tiveram o seguinte comportamento:

Tabela 2 – Temperaturas, precipitações e umidades médias no MI

ANO	TEMPERATURAS MÉDIAS ANUAIS (°C)	PRECIPITAÇÕES MÉDIAS ANUAIS (mm)	UMIDADES MÉDIAS ANUAIS (%)
2007	29	94	76
2008	28	99	76
2009	28	83	76
2010	25	75	76
2011	25	63	81

Fonte: SPMPI (2013).

A umidade relativa do ar registra variações, por exemplo, como indica a tabela 2, entre 2007 e 2011, a umidade anotou variações entre 76% e 81%, sendo que os meses de Janeiro e Dezembro registraram maiores índices mensais de umidade e os meses de Agosto, Setembro e Outubro registraram menores índices mensais, ao longo dos cinco anos. Segundo os SPMPI (2009) a insolação no MI geralmente varia entre 5,6 e 12 horas. Os meses de Fevereiro, Maio e Agosto são os que maiores períodos de insolação registram e os meses de Junho, Julho e Dezembro apresentam menores períodos de insolação.

Os ventos predominantes neste município são os de Sul que se registram frequentemente entre Dezembro e Julho (SPMPI, 2009; AZEVEDO, 2009). Estes ventos chegam a atingir 5 a 8 Km/h de máxima, exceto quando há ocorrência de eventos críticos como ciclones que elevam essa velocidade para ventos que variam entre 75 e 140 Km/h (NHANTUMBO, 2007).

Estas condições climáticas são importantes para o desenvolvimento do Turismo no MI. Ao considerarmos que a área é conhecida como destino referencial do tradicional Turismo de sol e praia; as condições climáticas influenciam a sazonalidade do Turismo local, como apontou Nhantumbo (2009). Uma evidência para sustentar esta ideia, contatamos no campo que em propagandas realizadas pelos *resorts* é comum referir-se ao período compreendido entre Abril e Setembro como o momento mais adequado para viajar para Inhambane, devido ao bom tempo proporcionado na temporada de inverno seco.

No auge da estação chuvosa, entre Dezembro e Fevereiro, muitas estradas não são transitáveis, particularmente nas áreas rurais, onde se situam as praias locais. As inundações são comuns e as temperaturas, especialmente ao longo da costa, sobem no verão, aumentando na sequência o risco de contaminação por doenças endêmicas da região (como a malária e a cólera) durante os meses úmidos e quentes.

4.3. Aspectos Demográficos do MI

De acordo com o Relatório Final do 3º Recenseamento Geral da População e Habitação de Moçambique, o MI tem uma população total de 65.149 habitantes, o

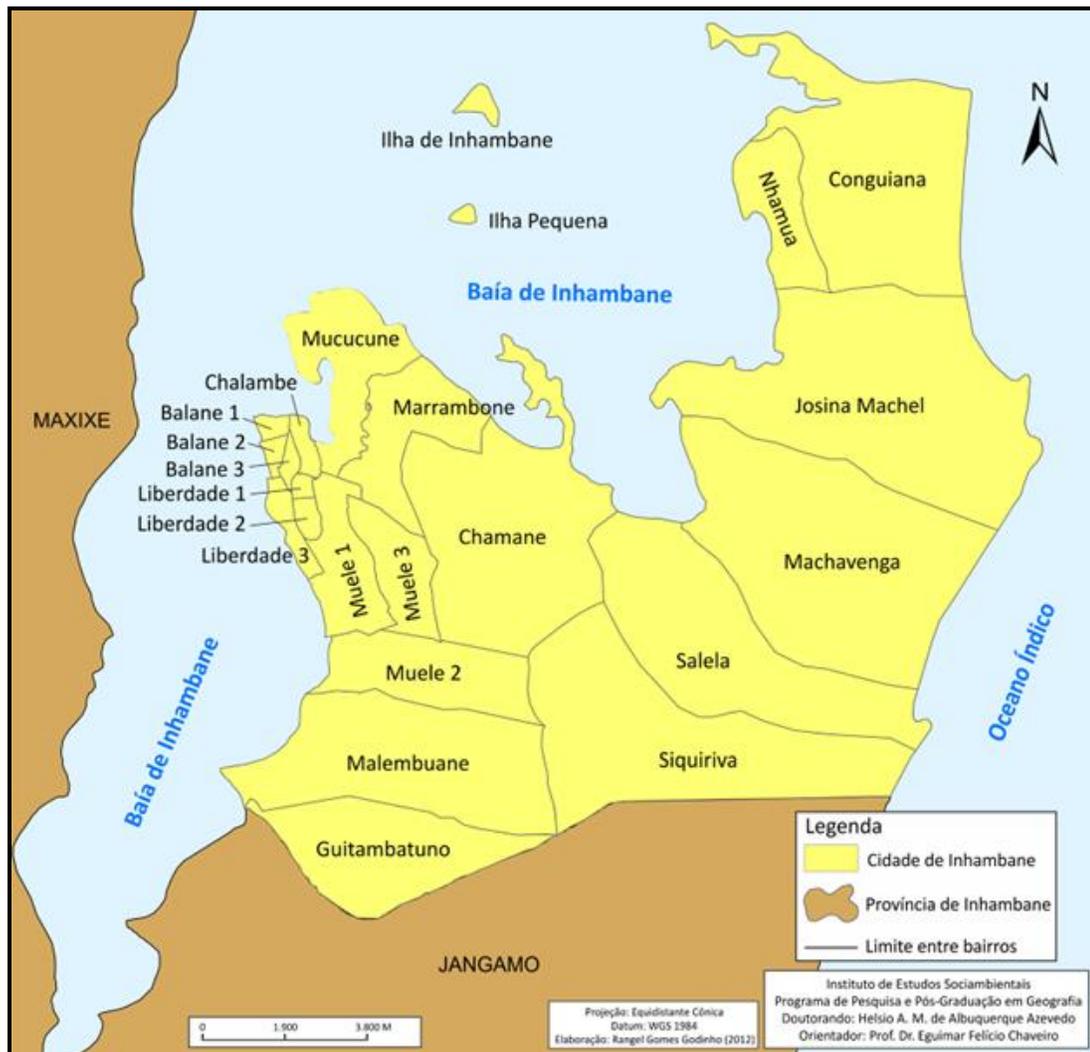
equivalente a 5.1% do universo populacional da Província de Inhambane. A população do sexo feminino a escala municipal é de 53%, e 47% corresponde ao sexo masculino. A densidade populacional é de 334 habitantes por quilômetro quadrado (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE, 2012).

Do ponto de vista etno-linguístico, a maior parte da população pertence ao grupo *Bitonga (Gitonga)*⁴¹, embora existam também elementos do *Chope (Chichopi)* e *Mátsua (Xitswa)*, sendo que a mesma dedica-se maioritariamente à atividade agropecuária, pesca e comércio (INHAMBANE, 2009; HUB, 2002).

O município tem um padrão e tecido que abrange áreas urbanas, semiurbanas e rurais, distribuídas por 22 Bairros e uma Localidade assim designados⁴²: Balane I, Balane II, Balane III, Liberdade I, Liberdade II, Liberdade III, Chalambe I, Chalambe II, Muelé I, Muelé II, Muelé III, Marrambone, Mucucune, Chemane, Conguiana, Malembuane, Guitambaturo, Nhamua, Josina Machel, Machavenga, Salele, Siquiriva e Ilha de Inhambane (vide Mapa 2).

⁴¹ O *Gitonga* refere-se a língua tradicional (dialeto) falada pelo povo do grupo étnico *Bitonga*. O mesmo serve para as outras referências etno-linguísticas: *Chope* (etnia) e *Chicopi* (língua); *Mátsua* (etnia) e *Xitsua* (língua falada pela etnia *Mátsua*).

⁴² Designação a luz da Resolução n° 52/AM/2006, que define o estatuto orgânico-administrativo do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane. Destes bairros, sete são urbanos, sete são semiurbanos e nove são rurais ou não urbanas, incluindo a Ilha de Inhambane.

Mapa 2 – Distribuição de bairros e localidade no Município de Inhambane

Fonte: CENACARTA (2012), in: Azevedo (2014).

Nhantumbo (2007) observa que o MI apresenta uma tendência crescente da população, onde os bairros urbanos e semiurbanos encontram-se mais aglomerados enquanto que as áreas rurais são caracterizadas por dispersão populacional e a taxa de crescimento populacional é de 2,2%/ano. Segundo esta fonte, Balane, Chalambe, Liberdade e Muelé são os bairros mais povoados, sendo que o Bairro de Muelé se destaca por possuir maior população, atingindo 19,6% do total do município.

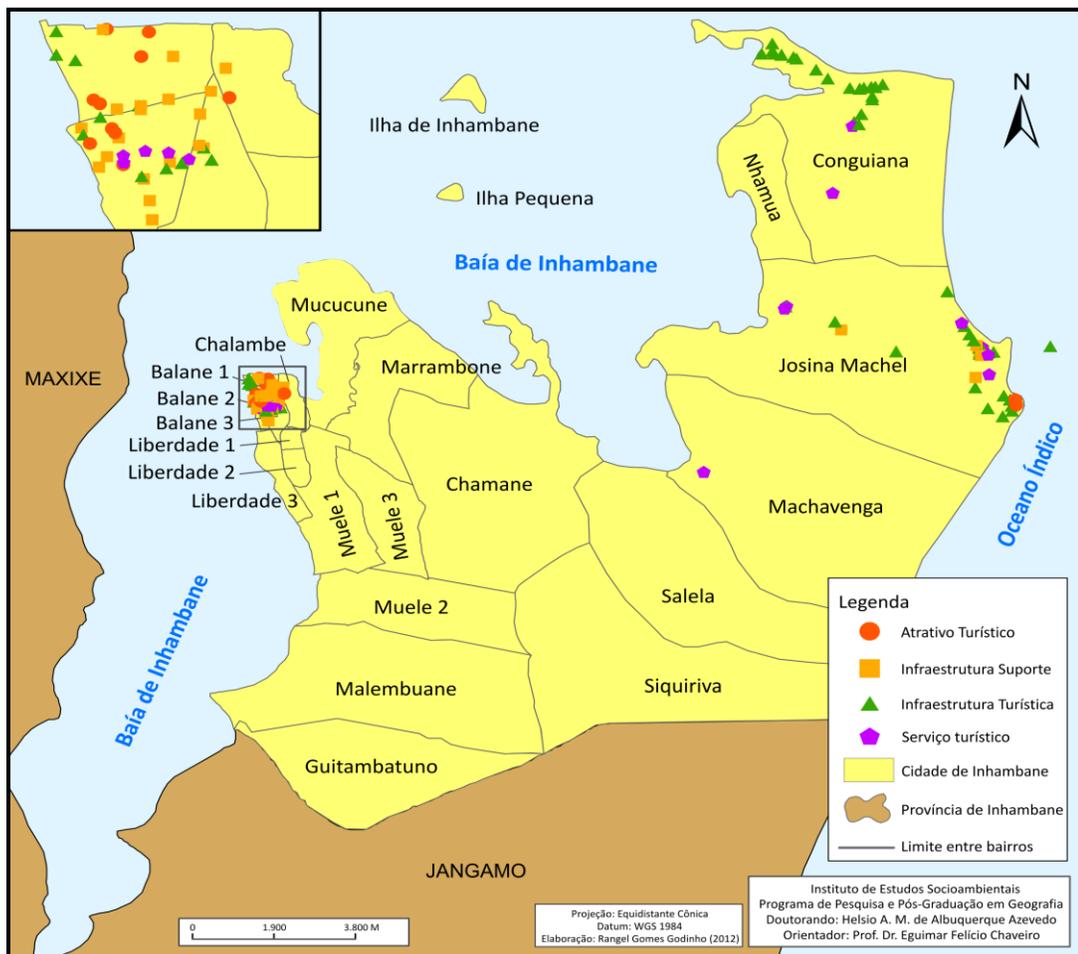
Com o crescimento populacional que tem se verificado, acompanhado com a necessidade de expansão municipal, que vem ocorrendo de modo linear, ao longo das duas principais vias, a EN-01 que liga o MI às demais capitais provinciais e

idades/localidades da província e do país e a EN-256 que liga a área urbana a zona turística do município, novos assentamentos humanos e habitacionais estão surgindo nos Bairros de Malembuane, Guitambatuno, Chamane, Salela, Machavenga e Josina Machel (AZEVEDO, 2009), sendo assim considerados os maiores bairros de expansão.

4.4. Delimitação do Objeto Empírico

A pesquisa teve como recorte espacial, o MI, lido especificamente a partir de duas áreas, nomeadamente: (a) a área urbana do município, ou seja, o centro da Cidade de Inhambane, que compreende os Bairros Balane I, II e III; e (b) a área rural do município, que compreende a Praia da Barra abrangida pelo Bairro Conguiana; e a Praia do Tofo, situada no Bairro Josina Machel (Mapa 3).

Mapa 3 – Delimitação das áreas de estudo no objeto empírico (MI)



Fonte: CENACARTA (2012), in: Azevedo (2014).

Conforme ilustra o Mapa 3, estas são as áreas do MI que possuem certo nível de desenvolvimento e infraestrutura de Turismo, para além da diversidade do patrimônio turístico; elementos estes que cristalizam o município como uma APIT do Tipo A. Por outro lado, as comunidades ao longo destas praias e da área urbana do município tem mais contato com o Turismo, devido à concentração de atrativos patrimoniais, equipamentos e serviços turísticos, afora a infraestrutura urbana que também serve aos usuários do Turismo.

4.4.1. A área urbana do MI

A Cidade de Inhambane, que administrativamente corresponde ao MI, está situada a cerca de 460 km ao Norte de Maputo e a uma distância 30 km da EN-01. Encontra-se situada na Baía de Inhambane, em frente à Cidade de Maxixe, que se localiza ao lado oposto da baía a uma distância de 3 km. A sua área se estende para além da área urbana, 88% da sua superfície são áreas rurais localizadas entre Barra, Tofo, Tofinho e até a Praia da Rocha, assim como a comunidade de Guiúá, mais a Sul (HUB, 2002). Neste subponto, referimo-nos unicamente a área urbana do MI ou o centro da cidade, que concentra a maior parte do patrimônio cultural.

É na área urbana do MI (sobretudo nos bairros de Balane) onde estão localizadas as estruturas administrativas, o Governo Provincial e o Conselho Municipal. As principais escolas secundárias e hospitais estão localizados na cidade. A população dedica-se ao comércio, setor de serviços e pesca. Economicamente, a indústria da área não é muito desenvolvida, já que só existem algumas fábricas de processamento derivados de coco (óleos e sabões) e algumas indústrias de mobiliário, moagem e serralheria. Dados da Direção Provincial da Indústria e Comércio revelam que no MI existem 36 organizações industriais atuando, sendo que, a maior parte delas localizam-se no extremo Sul e Noroeste do município (AZEVEDO, 2009). A pesca semi-industrial é muito importante, sendo a comercialização do pescado, a atividade mais importante do que a dos produtos agrícolas.

A Cidade de Inhambane refletida na zona urbana é uma das mais bonitas de Moçambique, onde se misturam as influências da velha Europa, da Índia e da Arábia

com a cultura africana, dando a Inhambane uma atmosfera única e cosmopolita (HUB, 2002; MITUR, 2004). A sua extraordinária localização e arquitetura refletem ainda hoje as diferentes influências da sua história agitada, como se relata no ponto inerente ao inventário do patrimônio cultural do MI.

4.4.2. Estruturas socioeconômicas das comunidades rurais do MI

As comunidades abrangidas pelas entrevistas nesta pesquisa, além daquelas correspondentes a área urbana do MI, foram a dos bairros Conguiana e Josina Machel, áreas rurais que abrangem as praias da Barra e Tofo, respectivamente. São áreas com uma densidade populacional menor do que a parte urbana. No geral, as comunidades são dispersas onde a maioria das habitações consiste em construções de material local⁴³ e as áreas possuem poucas infraestruturas coletivas simples, tais como fontes de água (poços), pequenos mercados, escolas primárias e postos de saúde.

Nota-se na estrutura demográfica da área um número elevado de agregados familiares chefiados por mulheres: no MI 37% de todos agregados familiares são chefiados por uma mulher, um pouco abaixo da média da província que é de 44% (HUB, 2002). Essa taxa elevada pode atribuir-se a um alto número de viúvas que historicamente perderam os seus maridos na guerras⁴⁴ e devido às altas taxas de homens trabalhando nas minas e nas plantações da República da África do Sul, muito antes da independência de Moçambique, alcançada em 1975.

A economia dos bairros da área abrangida pelo estudo depende principalmente do Turismo⁴⁵ (embora de forma itinerante ou não, como se discute mais adiante), da agricultura e da pesca. No geral, as atividades agrícolas consistem em agricultura de subsistência dos agregados familiares, sendo as culturas principais a mandioca (amarga e doce), o amendoim, o feijão *nhemba* e o milho (GULUBE, 2007). O coco e a

⁴³ As casas são constituídas de paredes de caniço, com pilares de paus/estacas ou bambu, e cobertas com teto de capim, colmo ou folhas de palmeiras.

⁴⁴ A primeira foi a Luta de Libertação Nacional contra o colonialismo português (1962 – 1975) e a segunda e última foi a Guerra Civil (1977 – 1992) entre partidos políticos nacionais (FRELIMO e RENAMO), no período pós-independência nacional.

⁴⁵ Na Província de Inhambane, 3 em cada 5 pessoas empregadas além da função pública, um trabalha numa estabelecimento turístico ou então num negócio que é alimentado pelo Turismo (XAVIER, 2009).

castanha de caju, ainda que também sejam consumidos pelas famílias, são predominantemente vendidos na área urbana (mercado central). Outros produtos comercializados incluem vegetais como tomate, cebola, alface, folhas da abóbora e couve, que são cultivados nas numerosas zonas baixas da Península de Inhambane.

A atividade pesqueira é essencialmente artesanal e desempenha um papel importante primeiro na segurança alimentar e segundo na geração de rendimento através da comercialização. A pesca é praticada em pequenos barcos de duas pessoas, através do método da pesca com linha, e a pesca de mergulho, que inclui a pesca com arpão e a coleta de caranguejos e outros mariscos.

Por outro lado, as comunidades rurais dedicam-se à produção de materiais de construção local, como tábuas de madeiras de coqueiro, caniço, *macuti* e capim para cobrir telhados. Existem ainda algumas carpintarias de produção doméstica de artesanato, que elaboram artigos como esteiras, cestos, chapéus e bolsas de palha; alguns destes artigos são comercializados principalmente aos turistas como *souvenirs*⁴⁶ nos mercados de artesanato da Barra, do Tofo e do mercado central.

⁴⁶ São artigos que os sujeitos visitantes compram nos lugares visitados para servirem de lembranças.

5. O PATRIMÔNIO DO MI: ASPECTOS PAISAGÍSTICOS DO LUGAR

Neste capítulo, apresentamos os bens materiais e imateriais que ao configurarem a paisagem, constituem as principais atrações turísticas do MI. Com este levantamento, foi possível sistematizar os dados iniciais, para nossa posterior análise e interpretação, no âmbito de um plano que nos permitiu identificar e representar geograficamente os elementos naturais e culturais que servem de base para o desenvolvimento do Turismo no MI; para na sequência verificar o estado de satisfação do turista em relação ao patrimônio local, que lhe é ofertado sob a forma de paisagem.

5.1. Patrimônio Natural

Neste ponto identificamos os bens da natureza que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos de visitantes para o lugar, por constituírem locais, objetos, equipamentos, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar deslocamentos para conhecê-los (OLIVEIRA, 2002). Estes bens no município são representados pelas praias costeiras, clima, flora e paisagem faunística, conforme descrevemos no memento seguinte.

5.1.1. Costa ou litoral

A zona costeira do MI, que abrange as áreas de estudo (praias da Barra e do Tofo, e área urbana do município a Oeste, ou Baía de Inhambane), faz parte da Zona Costeira do Sul do Save, que caracteriza-se por ser uma costa de barreiras com dunas altas interiores e exteriores, onde se encontram lagoas alongadas paralelas à linha de costa entre as dunas referidas (HUB, 2002). Segundo esta fonte, registram-se também afloramentos de grés costeiro de forma descontínua ao longo da costa.

A zona marinha está sob influência da corrente quente do Canal de Moçambique e registra o aparecimento de recifes de coral e formações coralíferas associadas a cabos e plataformas rochosas submersas (HUB, 2002; MICOA et al., 2002). Sem sombra de hesitação, estes são alguns dos fatores determinantes para a prática do

Turismo em Inhambane em quase todas as estações do ano, sobretudo o de sol e praia; associado a modalidades emergentes do Turismo, como o Ecoturismo e o mergulho.

No município em estudo, a zona de contato com as águas do Oceano Índico é que traz muita viabilidade para o uso turístico. Essa viabilidade foi identificada a partir da Praia da Barra, situada a Norte da Península de Inhambane, e a Praia do Tofo, situado a Este; caracterizadas como sendo as maiores praias arenosas e rochosas do município, respectivamente (vide a Figura 4). Estas praias constituem as principais atrações da costa do MI, tendo sido descobertas pelo Turismo antes da independência em 1975 e são até hoje as mais conhecidas e frequentadas.

Figura 4 – Praia da Barra (à esquerda) e Praia do Tofo (à direita)



Fonte: O autor (2013).

Estamos perante um município rico em praias longas, geralmente de forma parabólica (NHANTUMBO, 2009). Na área meridional existem baías protegidas por recifes de corais rochosos (HUB, 2002). Estas praias atraem banhistas, mergulhadores e amantes da pesca desportiva e, conseqüentemente, há uma acentuada concentração de objetos ou estabelecimentos turísticos perto delas, os quais denominam-se de *resorts*, conforme ilustram as imagens seguintes.

Figura 5 – Modelo dos resorts: *Flamingo Bay* (a esquerda) e *Hotel Barra Beach Club* (a direita)



Fonte: O autor, 2013 e <http://www.tripadvisor.com.br> (a direita).

A água das praias é cristalina e quente o ano todo. A temperatura da água no Oceano Índico, varia de 23 a 29°C, e as ondas diárias são geralmente pequenas (INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA – INAM, 2008). Não obstante, como observou Nhantumbo (2009), com base na forma de linha de costa e das condições meteorológicas, ocorrem em algumas subáreas ondas médias e grandes. Por exemplo, Tofinho *Point*, situado na Praia de Tofo, normalmente tem as ondas mais consistentes e em melhor forma no MI. Nhantumbo salienta ainda que a maioria dos visitantes, especialmente os surfistas entusiastas, relata que Tofinho *Point* é agradável e as ondas são, provavelmente, as melhores para a prática do *surf* e natação do que qualquer outro lugar da costa moçambicana.

5.1.1.1. A Praia do Tofo

A Praia do Tofo já foi desenvolvida pelos portugueses desde os anos 1960 (HUB, 2002, NHANTUMBO, 2009), portanto quinze anos antes da independência nacional. De acordo com estas fontes, os portugueses construíam casas de férias neste lugar e em 1970 foi aberto o primeiro hotel. No mesmo ano foi concluída uma estrada de alcatrão que a liga à área urbana do MI, a 22 km de distância⁴⁷. Em 1972 elaborou-

⁴⁷ De acordo com as autoridades locais do Bairro Josina Machel, já nos anos 1930 foi aberta uma estrada para a Praia da Barra, a Norte da Península de Inhambane. Ao longo de 15 km o caminho para o Tofo segue a mesma estrada, depois desvia para a costa Este, que fica a aproximadamente sete km de

se um plano de urbanização da zona do Tofo, mas o Estado por estar financeiramente debilitado não conseguiu desenvolver a infraestrutura necessária para o desenvolvimento de um Turismo de alta qualidade (HUB, 2002).

Durante a guerra civil (1977-1992), a urbanização da zona foi interrompida, muitas das casas foram abandonadas e caíram em ruínas. Só depois do acordo de paz, em 1992, sobretudo a partir de 1994, o Turismo recomeçou, através de investidores estrangeiros (HUB, 2002). Na sequência surgiram *lodges*⁴⁸, bares, escolas de mergulho e novas casas de férias, na sua maioria ainda no enquadramento do antigo plano, mais de baixo investimento, na maioria construídos com materiais locais.

Nos anos seguintes até hoje, a urbanização da zona criou uma situação heterogênea com estabelecimentos isolados, casas em reabilitação e novas construções de vários tipos e modernizadas turisticamente com material convencional, outras misturando o material local e convencional, dentre hotéis, *lodges*, parques de campismo e escolas de mergulho. Um fato curioso é que a valorização do espaço pelo Turismo na Praia do Tofo tem sido acompanhada pela escassez da terra, como é lógico. Consequentemente, as novas edificações são feitas sobre as dunas arborizadas, muitas vezes prejudicando os lugares patrimoniais mais atrativos.

A Praia do Tofo tornou-se num lugar de atração para uma variedade de usuários: se por um lado temos turistas internacionais jovens da África do Sul, Zimbábue, da Europa e recentemente da América, sobretudo dos Estados Unidos; por outro lado temos representantes da classe média e alta de Maputo e de Inhambane, assim como de outras cidades a engrossarem as estatísticas do Turismo doméstico neste lugar. Atualmente coexistem nele surfistas, banhistas, mergulhadores, pescadores artesanais e desportivos, entre outros usuários. Parafraseando HUB (2002), foi assim criada uma verdadeira vila de férias pública e multicultural.

distância (HUB, 2002). Enquanto essa ligação já foi asfaltada nos anos 1970, os sete km restantes para a Barra conservou-se até 2013 como estrada arenosa. Só em finais de 2013 é que foi asfaltada.

⁴⁸ São estabelecimentos de acomodação turística baseados em atividades relacionadas com a natureza, como, por exemplo: safaris, pesca, mergulho, passeios e observação de recursos naturais, construídos predominantemente em estilo e materiais locais (Decreto n° 18/2007, que aprova o Regulamento de Alojamento turístico, Restaurante e Bebidas e Salas de Dança).

Quando comparada com os outros lugares turísticos da área (Barra e Rocha), Tofo conta com uma infraestrutura desenvolvida. Há uma estrada alcatroada que dá acesso à praia, redes de abastecimento elétrico e de água potável, e ligação com rede de telefonia fixa e móvel. Como acontece em todas as praias do município, a fraca fiabilidade no abastecimento de água e da eletricidade faz com que os operadores turísticos tenham reservatórios de água e geradores elétricos próprios.

Finalmente, o acesso a esta praia, assim como às outras, é através de transporte público. Embora insuficiente devido à enorme demanda, uma maior parte dos usuários, incluindo os turistas chega em “chapas 100”, que são pequenos “furgonetas” de gestão privada local, com pouco ou nenhum conforto, que sempre se apresentam superlotadas. Existem ainda no MI os taxis, que são transportes privados que fazem o movimento de e para as praias entre outros pontos turísticos.

A zona de Tofo, incluindo a sua subzona (Tofinho), com cerca de 200 ha, foi definida como uma zona para o desenvolvimento do Turismo de média qualidade, de acordo com o estudo da avaliação ambiental estratégica e macrozoneamento das praias do MI (Tofo, Barra, Tofinho e Rocha). Segundo o MICOA et al (2002), a razão de se indicar esta zona para este tipo de Turismo, prende-se com o fato de existir, desde há muito tempo, uma infraestrutura convencional extensa, composta por casas de praia particulares e estabelecimentos de material convencional, com classificação média.

5.1.1.2. **A Praia da Barra**

Com cerca de 180 ha, a costa Norte da Península de Inhambane foi “descoberta” e desenvolvida desde o início dos anos 1990, sobretudo por operadores turísticos sul-africanos (HUB, 2002). Neste período, ao longo dos quatro quilômetros (4 km) de extensão da praia, foram estabelecidos *lodges*, todos eles com parques de campismo, alguns com restaurantes próprios, e certo número de casas de férias privadas.

Toda a zona da Barra, ao contrário da Praia do Tofo, mostra um caráter de privacidade. Alguns *resorts* cercaram as áreas viradas para a estrada e para vizinhos, com marcos como muros de blocos de argila, outros com madeira ou estacas. Como a Barra não conta praticamente com instalações públicas, nem com muita população

local, e é de difícil acesso para a maioria dos moradores da zona urbana do MI, estabeleceu-se um enclave de operadores e turistas predominantemente sul-africanos e quase exclusivamente de raça branca que aparentemente criaram um ambiente que inibe os turistas domésticos já desde as décadas de 1990 e de 2000, como observou a HUB (2002), fato ainda característicos nos dias atuais, segundo nossas observações.

Uma explicação para tal ocorrência deve-se a forma de acesso à praia, que durante muito tempo era acessível por uma estrada de areia, segundo a qual, só podia ser transitada por veículos com tração nas quatro rodas (4X4). Portanto, a precariedade na construção da estrada e o uso intenso pelos visitantes e fornecedores de bens e serviços aos estabelecimentos turísticos da Barra, são fatores claros que contribuíram para a escassez do transporte, sobretudo o público e do vulgo “chapa 100”, uma vez que depois da estação chuvosa e da época alta do Turismo, a estrada se encontra em condições cada vez piores.

Entretanto, fruto do asfaltamento desta via de acesso, desde os princípios de dezembro de 2013, o evento está a contribuir para o aumento de fluxos turísticos em direção à Barra, sobretudo por parte dos turistas domésticos e de outros usuários das comunidades locais quem veem no lugar, oportunidades de obter algum ganho com o desenvolvimento do Turismo, através do seu envolvimento direto ou indireto na atividade, como discutimos mais adiante.

De acordo com o MICOA et al (2002), a zona da Barra é uma das praias do MI definidas para o desenvolvimento do Turismo de alta qualidade, devido às características peculiares, nomeadamente por ser uma zona plana, com uma praia extensa, bela e relativamente calma, sendo, deste modo, uma zona balnear por excelência e por oferecer condições para a prática de desportos de praia; ter vários recifes de coral e de rocha ao longo da costa, que oferecem condições ótimas para o mergulho e pesca de recreio; e não possuir uma infraestrutura física convencional. Contudo, atualmente, ela está quase toda ocupada por empreendimentos turísticos, compreendendo *resorts*, parques de campismo e casas de praia particulares.

5.1.1.3. Outros elementos da costa ou litoral

Na costa ou litoral do MI ainda podemos encontrar mangues e dunas. Os mangues ocorrem essencialmente na zona da Ponta da Barra, em direção à Baía de Inhambane (HUB, 2002). Segundo esta fonte, as dunas, também chamadas de Dunas Parabólicas, podem atingir 100 m de altura. As interiores se orientam geralmente de NNW (norte noroeste) para SSE (sul sudeste) e as exteriores de N (norte) para S (sul). A vegetação das dunas pode ser dividida em três grandes partes do mar para o interior: primeiro uma comunidade vegetal pioneira, habilitada a viver com a ação direta do mar e condições extremas de salinidade, vento e mudanças da morfologia do solo e que serve para fixar a duna. A seguir aparecem espécies arbustivas com ramificação densa, que progressivamente estão se misturando com outras espécies arbóreas e herbáceas adaptadas a ambientes de sombras.

5.1.2. Terras insulares

Durante o inventário, foram identificados territórios constituídos de ilhas costeiras e recifes. Embora não constitua área de abrangência desta pesquisa, e, sem considerar a Ilha de Inhambane (localidade ou 23º bairro do MI), o município conta com as Ilhas dos Porcos e dos Ratos, situadas a norte, na Baía de Inhambane. Na área de estudo encontram-se distribuídos corais com alguma abundância, sob a forma de recifes ou de comunidades agregadas a pontas ou plataformas rochosas.

A HUB (2002) salienta que abundam corais moles de gêneros diferentes. De acordo com informações fornecidas pelos operadores dos centros de mergulho a situação dos corais é boa, a diversidade de espécies de organismos residentes é muito diversa e em grande quantidade, conforme identificamos no ponto inerente à fauna marinha, que constitui uma das principais atrações patrimoniais do MI.

Cabe destacar ainda que, em frente à Praia da Barra, de acordo com o MICOA et al (2002), existem recifes entre 12 e 15 m de profundidade (*Anchor Bay, Buddies Reef e Coral Gardens*). Segundo esta fonte, verifica-se também a ocorrência de recifes defronte à costa entre o Farol da Barra e a Praia de Tofo, entre 10 e 32 m (*Forest Deep, Hughs Grotto, Barra MTNS, Mikes Cupboard*).

5.1.3. Hidrografia

Como observamos, o MI abrange uma larga faixa costeira da Província de Inhambane e da costa Este de Moçambique, ao ser banhado pelo Oceano Índico e pela Baía de Inhambane, a Este e a Oeste, respetivamente. Apesar dessa localização o município é pouco recortado por linhas de água (INSTITUTO NACIONAL DO PLANEJAMENTO FÍSICO – INPF, 1991).

Segundo Nhantumbo (2007), no município, há ocorrência de unidades lacustres com água doce por vezes salubre, tais como Pembane no litoral Este, Chivanene a Sudeste da área urbanizada, Cumbe, Malongué, Muanguè e Nhacudjingulo. Também ocorre uma rede de riachos que conservam a corrente por quase todo ano. Particular destaque para o Rio Guiúá a Sul, que limita naturalmente o MI e o Distrito de Jangamo, e que abastece água para o MI (AZEVEDO, 2009). Segundo Augusto et al (2005, p.16) a “fonte de alimentação destes é a precipitação”.

Azevedo (2009, p.68) observou que “o MI possui águas subterrâneas apesar de não se saber os pormenores e sua abundância e localização efetiva”. O mesmo autor ressalta que as entidades responsáveis pela gestão de recursos hídricos não possuem dados sobre estes recursos do município, no que concerne a quantidade de recursos hídricos subterrâneos. Portanto, a existência destas águas está relacionada com a estrutura e a textura dos solos e rochas, que permite a infiltração das águas das chuvas (GULUBE et al., 2007).

Neste ponto, a análise dos pontos fortes, das fraquezas, das oportunidades e das ameaças do desenvolvimento do Turismo em Moçambique, demonstra claramente que as praias correspondem aos principais componentes do *mix* de produto turístico oferecido sob a forma de paisagem, sobretudo ao longo dos 2500 Km² de costa nacional (MITUR, 2003; 2004). O MI, fazendo parte da zona costeira do país, não constitui regra de exceção. O município possui patrimônio natural como praias tropicais, recifes de corais, ilhas, e claro, mar quente com seus recursos marinhos.

Contudo, as lagoas constituem outros elementos do patrimônio natural de relevante atração turística em atividades complementares e/ou substitutas às práticas turísticas realizadas principalmente nas praias tropicais. As lagoas ocorrem sobretudo

nas zonas Norte e Centro do Tofo e da Barra, neste caso, nos bairros Conguiana e Josina Machel, respetivamente, sendo as mais extensas as lagoas de Pembane e Cumbe (MICOA et al, 2002).

As lagoas ocorrem por trás das dunas costeiras e podem ser temporárias ou permanentes e apresentam uma vegetação aquática pouco desenvolvida nos arredores (HUB, 2002). As temporárias estão por vezes completamente cobertas por vegetação marinha como algas. São na sua maioria de água límpida, mas salobra.

5.1.4. Flora

A vegetação característica do MI, assim como da província no geral, é muito variada e influenciada pela ação antropogênica. Segundo o INPF (1991), a vegetação que se encontra neste município é repartida pela vegetação cultivada pelo ser humano em áreas de pomar, essencialmente coqueiros (vide Figura 6) e cajueiros; existem ainda áreas de mata dispersa e cerrada/fechada, sobretudo nas áreas mais próximas do litoral e no litoral. Junto à baía, encontram-se áreas de mangue e ainda junto ao Oceano encontram-se áreas de brenha costeira e casuarinas (AZEVEDO, 2009). Segundo Nhantumbo (2007), a vegetação natural costeira é composta por mangue (*Avicennia marina*, *Brugueira gymnorhyza* e *Ceriops tagal*), entre outras espécies onde se pode citar a existência de frutas silvestres como a *massaleira*, *tindzolera* e *pimbi*.

A HUB (2002) salienta que existe ainda no MI a vegetação de dunas que pode ser dividida em três grandes áreas de ocorrência do mar para o interior: (1) uma comunidade vegetal pioneira, habilitada a viver com a ação direta do mar e condições extremas de salinidade, vento e mudanças da morfologia do solo e que serve para fixar a duna; (2) a seguir aparecem espécies arbustivas com ramificação densa, que se vão misturando com as outras espécies menos tolerantes a condições extremas; e por fim (3) aparecem espécies arbóreas e herbáceas adaptadas a ambientes de sombra.

Figura 6 – Paisagem palmeiral das praias do MI



Fonte: O autor (2014), foto a esquerda e cortesia do Dr. Helsio Azevedo (Docente da UEM-ESHTI).

Portanto, assim resumido a paisagem floral do MI é dominada por grandes plantações de coqueiros e da vegetação natural antes indicada. Esta combinação proporciona observações agradáveis enaltecidas pela linha das dunas primárias e recifes costeiros e marinhos, no qual os visitantes aproveitam para caminhar, observar extrair fotografias e relaxar num ambiente único e tipicamente natural.

5.1.5. Fauna

No geral, é possível encontrar no MI a fauna marinha, terrestre e aérea. Porém, como argumenta Azevedo (2009), há um fraco registro/cadastro de espécies animais pelas autoridades municipais e bem como pelas autoridades governamentais por meio dos organismos que zelam por este setor. Neste ponto, o inventário centrou-se nas atrações-patrimoniais marinhas, por constituem a paisagem faunística mais contemplada pelos visitantes que preferem o MI para praticar Turismo.

De acordo com a HUB (2002), nos mangues a fauna é dominada por caranguejos violinistas, ocorrendo também bivalves e camarões. Nas lagoas encontram-se rãs, lagartos como, por exemplo, o *Varanus niloticu*, pequena diversidade de espécies mas com número razoável de peixes de água doce como, por exemplo, a tilápia. Ainda registra-se a ocorrência de aves migratórias, entre as quais se destacam o corvo marinho africano, a garça boieira e a jacana. Nas praias arenosas, há uma baixa

densidade de caranguejos fantasmas (*Ocypode ryderi*) e ocorrência de avifauna, com especial destaque para o borralho. As praias apresentam uma biodiversidade muito baixa, especialmente nas espécies utilizadas pelo ser humano para consumo como os crustáceos, bivalves e gastrópodes, pois constituem fonte de alimentação e rendimento para as comunidades locais (AZEVEDO, 2009).

É possível identificar com mais frequência mamíferos marinhos como baleias, por exemplo, as espécies *Megaptera novaeangliae* e a *Balaenaoptera acutorostrata*, golfinhos corcundas das espécies *Sousa chinensis*, *Roaz corvineire* e *Tursiops truncatus* e com menos frequência aparecem dugongos, da espécie *Dugon dugon*, que é considerada uma espécie em extinção conjuntamente com o tubarão baleia que tem sua ocorrência no MI (HUB, 2002). Segundo esta fonte, espécies de tartaruga marinha como as *Eretmochelys imbricata*, *Caretta caretta* e *Chelonia Midas* e manta raia ocorrem igualmente com frequência. Azevedo (2009) salienta que existe uma grande variedade de espécies de peixes, que não estão registrados em cadastro pelo MI e ainda que existam igualmente recifes de corais dos gêneros *Lobophytum* e *Cladiela*.

Portanto, constatamos que a paisagem faunística do MI é caracterizada pela sua rica biodiversidade marinha, valorizada por sua qualidade de mergulho, pesca, *surf* e safaris oceânicos e fotográficos, atividades estas que são realizadas sobretudo por turistas estrangeiros. Esta procura é justificada não só pela qualidade das águas do mar, mas também pela concentração de grandes espécies marinhas na costa do município, com destaque para os chamados "*Big Five*" aquáticos - golfinhos, tubarões, tartarugas, tubarões-baleia e raias manta (vide a Figura 7), que proporcionam uma diversificada e interessante experiência turística aos visitantes.

Figura 7 – Quatro dos “*Big Five*”: Tubarão-baleia e mergulhadores (no topo à esquerda); Tartaruga e mergulhador (no topo à direita); Raia manta (em baixo à esquerda); Golfinhos (em baixo à direita)



Fonte: Pierce e Marshall (s.a.), in: Nhantumbo (2009).

As atrações marinhas do MI desempenham um papel importante no desenvolvimento do Turismo. Embora parte considerável deste patrimônio ainda esteja intacta, o crescente número de mergulhadores e praticantes da pesca ao longo dos últimos anos pode significar um perigo maior para as praias da Barra e do Tofo (MUCHANGA, 2007; NHANTUMBO, 2009). Corroborando com Muchanga, acreditamos que embora os impactos negativos causados pelo aumento de visitantes ainda sejam imperceptíveis, devem ser tomadas medidas para evitar a exploração insustentável das atrações marinhas, que constituem componentes fundamentais do patrimônio natural do município e fator de diversificação da experiência turística através da exploração das praias, consideradas principais atrações turísticas locais.

No que diz respeito à fauna terrestre e aérea, podemos encontrar no MI mamíferos de pequeno porte, em número reduzido e profundamente afetado por perda

de habitat: entre eles estão o macaco de cara preta (*Cercopithecus aethiops*) e a gerboa peluda das dunas (*Gerbillurus tytonis*) (HUB, 2002). A avifauna registrada atinge mais de 72 espécies, com destaque para o papagaio de cabeça castanha, o flamingo, o calau colorado, o falcão peregrino e várias espécies de picanços e roleiros (MICOA, et al., 2002), que proporcionam observações ornitológicas aos visitantes.

5.2. Patrimônio Cultural

O patrimônio cultural corresponde aos bens e valores culturais de natureza material e imaterial produzidos pelo Homem e apropriados pelo Turismo, da pré-história à época atual, como testemunhos de uma cultura, representados por suas formas de expressão; modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, as edificações e demais espaços para lugares diversos; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2006; OLIVEIRA, 2002; OMT, 2001).

As manifestações culturais são criações de natureza imaterial que, ao serem apropriadas pelo Turismo, passam a ser chamadas “atrativos-patrimoniais”, como festas, celebrações, rituais, folguedos, jogos, saberes e fazeres e seus produtos, música, dança, práticas culturais coletivas concentradas em determinados espaços, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos, como expressão de sua identidade cultural e social (BRASIL, 2006).

Neste ponto, identificamos os elementos da cultura do MI, que ao serem utilizados para fins turísticos, atraem conseqüentemente fluxos de visitantes. Assim, foram inventariados apenas os principais bens municipais que constituem objetos de visita pública ou que, de alguma forma, são apreciados e percebidos pelo turista, sobretudo ao longo da área urbana do MI. Conforme se demonstra no momento seguinte, os bens em causa correspondem aos sítios históricos – a cidade histórica de Inhambane e os monumentos históricos; as edificações de arquitetura civil e religiosa; as instituições culturais evidenciadas pelo museu, teatro e casa da cultura; a gastronomia local, o artesanato, a música e a dança representando o folclore local.

5.2.1. Sítio histórico

A Cidade de Inhambane, territorialmente correlato direto ao MI, na sua totalidade é uma das áreas consideradas como testemunho cultural humano (da pré-história à época atual) em Moçambique, pela heterogeneidade de influências histórico-geográficas e artísticas que a engendram. Trata-se de um espaço permitido para a visita pública, que se apresenta como um lugar de interesse cultural e histórico em razão de sua estrutura e morfologia urbana e pela heterogeneidade e unidade da arquitetura; com locais evocativos de acontecimentos cívicos, históricos e lendários, que resumem a Cidade de Inhambane numa cidade histórica e monumental.

5.2.1.1. A cidade histórica de Inhambane

Inhambane é a segunda⁴⁹ cidade mais antiga de Moçambique. Ela foi construída pelos portugueses como entreposto comercial em 1535 (SERRA, 1983; HUB, 2002). Contudo, seu nascimento remonta de 1498, período da chegada de Vasco da Gama à Baía de Inhambane para o abastecimento de água. O fato de a população local ter colaborado com gestos de boa fé levou a que o local (cidade) fosse denominado por “Terra de Boa Gente”. Esta designação, supõe-se ter sido atribuída por Vasco da Gama que aportou no local a 10 de Janeiro de 1498, como relata a História de Moçambique. Contudo, desde o século XI que os árabes utilizavam o Porto de Inhambane, originando o surgimento da cidade. Os primeiros portugueses estabeleceram-se no século XVI e nos 200 anos seguintes. Sobre a origem do termo Inhambane existem várias versões:

[...] a mais comum refere que quando Vasco da Gama perguntou aos nativos sobre a sua identidade, estes responderam *iva-atu*, que traduzido significa somos gente, que deturpado mais tarde deu Inhambane. Outra versão refere que, quando Vasco da Gama perguntou o nome da terra se encontrava à entrada da casa do chefe com lápis e papel na mão, e o chefe convidando-o a entrar em bitonga disse *Bela Gu Nhumbale*. Admite-se ainda a possibilidade de Inhambane ser corruptela de *ambane* (adeus) em bitonga, existindo uma lenda segundo a qual, na hora de despedida de Vasco da Gama, os naturais disseram *ambane*. (INHAMBANE, 2009, p.11).

⁴⁹ A primeira cidade mais antiga de Moçambique é a Ilha de Moçambique, que é uma cidade insular situada na província de Nampula, região norte de Moçambique, que deu o nome ao país do qual foi a primeira capital. Devido à sua rica história, manifestada por um interessantíssimo património arquitetónico, a ilha foi considerada pela UNESCO, Património Mundial da Humanidade desde 1991.

Todavia, todas estas versões do nome “Inhambane” estão intrinsecamente ligadas a ancoragem de Vasco da Gama na Baía de Inhambane.

Logo de início foram notáveis as condições naturais favoráveis à criação de um centro comercial, devido às facilidades de acesso por mar e, em 1534, foi estabelecido o primeiro entreposto comercial. O comércio de ouro, controlado essencialmente pelos holandeses, era o que de início predominava no local, até que em 1728 os portugueses se estabeleceram definitivamente na povoação, embargando o comércio dos holandeses e expulsando-os em 1731 (INHAMBANE, 2009).

Inhambane foi também um importante centro de venda de marfim. Em 1763 a cidade tornou-se um dos primeiros e mais importantes portos para “exportação” de escravos (HUB, 2002). Segundo a mesma fonte, os portugueses capturavam e transportavam de Inhambane para as colônias americanas aproximadamente 15.000 escravos por ano.

A Vila, embora tenha sido criada a 9 de Maio de 1761, ascendeu à categoria de cidade apenas a 12 de Agosto de 1956, ao abrigo da Portaria n. 11594/56. Em 1764 é inaugurada a Vila de Inhambane e iniciou o funcionamento da primeira Câmara de Inhambane. Em 1867 foi elaborado e posto em execução o primeiro Código de Postura. A partir de 1871 iniciou-se com uma nova fase de ordenação urbana (Ibidem).

A escassos dias da independência nacional, no dia 16 de Junho de 1975, o presidente da FRELIMO, Samora Moisés Machel, chega a Inhambane, no âmbito da sua visita do Rovuma⁵⁰ ao Maputo. Em homenagem à sua passagem, o dia 16 de Junho passou a ser considerado dia da Cidade de Inhambane. Não obstante, na sequência da deliberação da Assembleia Municipal de Inhambane, o dia da cidade voltou a ser celebrado a 12 de Agosto de cada ano ao invés de 16 de Junho.

Durante as diferentes guerras a Cidade de Inhambane nunca foi destruída, e por isso até hoje se podem ver construções muito antigas que refletem a turbulenta História de Moçambique (HUB, 2002; INHAMBANE, 2009). É neste aspecto onde reside um dos maiores patrimônios (turísticos) do município.

⁵⁰ Ponto (rio) mais a norte de Moçambique. Assim sendo, no extremo sul do país, temos a capital Maputo.

5.2.2. Edificações arquitetônicas

O MI oferece um conjunto de edificações de arquitetura civil (públicas e privadas), sobretudo ao longo da sua área urbana. A maioria destas infraestruturas cumprem funções de residência, ensino e pesquisa, serviço e comércio; cadeia pública; alfândega; mercado; museu; biblioteca; arquivo; hotel; monumento; ponte; hospital; orfanato; creche; casa de caridade; entre outras resumidas no quadro do Apêndice L. Neste momento, identificadas as edificações que constituem principais atrações-patrimoniais do município.

De acordo com o levantamento efetuado no terreno, os calmos bairros de Inhambane, abrigam principalmente casas antigas, construídas no período colonial, muitas delas em decadência, ainda que algumas, como o edifício do Conselho Municipal (vide a Figura 5), já tenham sido restauradas e mostrem de novo o seu esplendor histórico-arquitetônico.

A cidade foi construída e generosamente urbanizada com espaçosas ruas asfaltadas, infraestruturas sociais, várias praças e pequenos parques e jardins. O animado centro da cidade concentra-se ao redor do mercado central, que é localizado num edifício antigo, muito bonito. O mercado em si é pequeno, mas colorido e oferece diversos produtos agropecuários e da pesca, assim como artesanato. Ao redor do mercado há uma cadeia de lojas (também residências) na gestão de moçambicanos de origem indiana (vide as casas na Figura 8) na sua maioria vendendo de tudo, de mercearias a capulanas⁵¹.

⁵¹ Capulana é um pano de dimensão variada, feito de algodão, fibra sintética ou outro tipo de material, normalmente com cores vivas, de matiz africana. Este pano é usado como peça de vestuário pelas mulheres. Elas usam amarrando na cintura e na cabeça; ou pondo nos ombros como um xale. É usado como indumentária diária, sendo tradicionalmente um acessório importante nas cerimônias e rituais como *lobolo* (casamento tradicional), ritos de iniciação e prática da medicina tradicional.

Figura 8 – Edifício do Conselho Municipal (no topo a esquerda); Casa Oswald Hoffmann (no topo a direita); Casa Damião de Melo (em baixo a esquerda); Casa Jeta (em baixo à direita)



Fonte: Cortesia Arq.^a Margarita Gómez Sales de Schetter (2010) – Consultora territorial e Ex-professora da Universidade Eduardo Mondlane.

As influências europeia e árabe estão refletidas nos edifícios de arquitetura religiosa do município. Como ilustram as imagens (Figura 9), a velha Catedral da Nossa Senhora da Conceição, do fim do século XVIII, restaurada em 2002 (HUB, 2002), é uma das referências patrimoniais de Inhambane. Ao seu lado foi construída uma nova Igreja que convida visitantes interessados em conhecer e fotografar pelo seu *design* (formato de um barco, refletindo a Arca de Noé), que enquadra a paisagem local, possibilitada pela Baía de Inhambane. A área urbana do MI conta também com duas mesquitas (Figura 9) próximas uma da outra, uma antiga, construída em 1840, e outra nova, edificada na década de 2000, segundo dados da Direção Provincial da Cultura. São mesquitas que pelo padrão arquitetônico e localização favorável (ao longo da marginal, próximo à baía) atraem turistas domésticos e estrangeiros.

Figura 9 – Igreja Velha (no topo a esquerda); Igreja Nova - Nossa Senhora da Conceição (no topo a direita); Mesquita Velha (em baixo a esquerda); Mesquita Nova - Nur Muhammad (em baixo à direita)



Fonte: O autor (2013) e cortesia da Arq.^a Margarita G. Sales de Schetter (as figuras em baixo).

A área urbana do MI é coberta por uma larga faixa costeira da província (a norte, este e oeste), e muitas das maiores casas coloniais e vários edifícios institucionais estão aí concentrados. O município compreende ainda uma ponte cais que concentra muita mobilidade populacional, incluindo turistas na travessia de e para a Cidade de Maxixe, com barcos diversos; e uma velha marginal com bancos de jardim acompanhando a Baía de Inhambane, com mangues crescendo embaixo (HUB, 2002).

Assim, pelas características relacionadas com a singularidade, história e identidade, consideramos o MI como um dos símbolos das edificações monumentais de Moçambique. De acordo com o levantamento efetuado, é possível encontrar neste lugar vários edifícios que marcaram diversos períodos da história moçambicana (vide o Apêndice L), que constituem relevante apoio ao Turismo, por atraírem visitantes interessados em conhecer os objetos em referência.

5.2.3. Instituições culturais

O trabalho de campo compreendeu o inventário de dois museus, nomeadamente: o Museu Regional de Inhambane e o Museu Privativo da Igreja Nossa Senhora da Conceição. O museu regional é público e foi construído em 1988 para preservar o património cultural da Província de Inhambane e imortalizar a história e memória regional. Constitui o primeiro museu do MI, sendo antecedido por um depósito museológico. O museu privativo está no interior da nova Igreja e reúne artigos como vestes sagradas usadas pelos sacerdotes e seus ajudantes durante o culto ou celebração de um ritual. Reúne ainda livros sagrados como a Bíblia dos catedrais.

Portanto, são instituições permanentes e abertas à visita pública, que conservam e apresentam coleções de objetos de carácter cultural e religioso, também para fins de estudo, educação e satisfação turística.

As instituições culturais são representadas ainda por duas bibliotecas tradicionais, uma pública, que é a Biblioteca Provincial de Inhambane, que apresenta coleções de livros e documentos variados. A mesma funciona também como arquivo, já que conserva documentos oficiais. A outra, a Biblioteca *Xipefu*, é privada e auxilia na leitura, pesquisa e estudo para muitos usuários.

Finalmente, existe no município um clube cultural (Cine Teatro Tofo) e uma casa cultural (Casa da Cultura de Inhambane), hoje o edifício é ocupado pela Casa da Cultura, Sociedade de Notícias e Discoteca *Zoom*. São instituições instaladas em edificações de interesse histórico, dotadas de galerias para exposições, cinema e espaço para *shows*, com alguma (não regular) programação de eventos culturais.

5.2.4. Gastronomia típica, artesanato, música e dança

Além da rica história, o espaço turístico do MI oferece outros atrativos-patrimoniais culturais, como a gastronomia local (especialmente mariscos); produtos artesanais; música (canto) e dança, bem como a hospitalidade da população local, tradicionalmente conhecida como “Terra de Boa Gente”.

A gastronomia local compreende pratos como: amendoim doce, caril de amendoim e caranguejo, caril de camarão seco, cocada *mator-tor* (doce de coco), lifetemolina, *mathapa*, *mutlhutlho* de peixe, óleo de mafureira, *matsau* (hortaliça de abobara), piri-piri, *xibaba*, *xiguinha de cacana* e de feijão *nhemba*, e *xima* (massa de farinha de milho), bolinhos de sura, entre outras variedades.

O artesanato local é representado por objetos produzidos manualmente ou através de equipamentos rudimentares, em pequena escala, que refletem a concepção espacial e formal dos artistas de Inhambane, para além dos créditos vindos da região sul e norte de Moçambique, e ainda da região austral de África. As técnicas mais comuns na produção dos artigos são: cerâmica, cestaria, tecelagem, bordados, esculturas de madeira e alguns utensílios domésticos.

Relativamente ao canto e dança⁵², destacamos as seguintes produções, que acreditamos serem representativas do folclore local: *macarra*, *mgodo*, *guissedede*, *massassa*, *mautoria*, *ndzumba*, *ngalanga*, *xibavane*, *xigubo*, *xingomana*, *xisaizana*, *zoré* e *ngalanga*. Estas criações são acompanhadas na sua maioria com o som da *Timbila* (instrumento musical de Inhambane, que ascendeu a categoria de patrimônio da humanidade, segundo a UNESCO), do Tambor (percussão) e do *Chitende*, instrumento cordófono parecido com o Berimbau brasileiro.

O canto e dança são manifestações tradicionais, que geralmente se realizam em datas móveis, caracterizadas por atos e/ou comemorações folclóricas, simbolizando períodos de festividade (como o casamento tradicional – *o lobolo*); de celebrações após uma boa época agrícola, pesqueira e comercial, entre outras representações sociais. Nas cerimônias cívicas oficializadas, como o dia da Cidade de Inhambane e o dia do Festival do Tofo⁵³, diferentes grupos de canto e dança são convidados para apresentar diferentes números de suas criações artísticas.

⁵² Algumas danças tradicionais características de Inhambane, podem ser consultadas no seguinte site: <https://www.youtube.com/results?search_query=dancas+tradicionais+de+Inhambane>.

⁵³ Maior evento de Turismo doméstico de Inhambane, que se realiza no último trimestre de cada ano, reunindo principalmente turistas da província, da capital Cidade de Maputo, e das províncias próximas de Inhambane (Gaza e Sofala). O evento organizado pela administração distrital e autárquica, em parceria com o Ministério do Turismo, para além de divulgar as potencialidades turísticas aos diferentes usuários, procura promover os artistas locais e suas bandas. Em 2014 realizou-se a 10ª Edição do Festival, entre 29 e 30 de Novembro, subordinado ao tema “Catapultando a Cultura, Turismo e Unidade Nacional”.

5.3. Patrimônio e Turismo: Leitura da Paisagem do MI

Com o levantamento efetuado, foi possível descrever os principais elementos do patrimônio natural e cultural com interesse turístico potencial ou efetivo. Portanto, não fomos em busca da quantidade de bens e serviços que os operadores/produtores estão dispostos e aptos a oferecer por um determinado preço no lugar. O que se desejou foi cadastrar a importância turística do patrimônio do lugar, que figuramos ser o espaço turístico do MI, buscando elementos de autenticidade e diferenciação do mesmo.

Por outro lado, enalteçemos as características objetivas (tangíveis, quantitativas e qualitativas) e subjetivas (emocionais, sociais e representativas) percebidas pelo sujeito observador (pesquisador) e sujeito do Turismo (neste momento representado pelo turista), respectivamente, como procuramos refletir no subtítulo seguinte.

Nossa reflexão parte ainda do entendimento de que dentre as múltiplas facetas do Turismo, o consumo de bens materiais e imateriais é um dos mais importantes, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista social e cultural (RODRIGUES, 2007; BERTONCELLO, 2008). Frequentemente o Turismo se apropria dos valores patrimoniais num processo social complexo que é o de assumir como bens comuns aqueles bens materiais e simbólicos que de direito não lhe pertencem, uma vez que a legítima depositária deste lastro é a sociedade que os constituiu num determinado período histórico (RODRIGUES, 2007). Reconhecemos que é importante aprofundar a questão destas relações, cuja análise não pode ser linear. Contudo, neste momento, nosso interesse é entender (embora provisoriamente), o papel do patrimônio na figuração da paisagem, enquanto quadro abrangido pelo campo visível do turista, considerando o interesse crescente que o patrimônio vem adquirindo na formação do atrativo turístico.

5.3.1. Patrimônio e construção da paisagem: percepção do sujeito do Turismo

Os aspectos que serviram de base para a caracterização da procura turística no MI, resultaram principalmente, de dados colhidos a partir de inquéritos direcionados aos

sujeitos do Turismo - turistas⁵⁴ - que visitam este lugar. Estes dados, que enaltecem o diálogo entre os turistas e a paisagem do município, foram reforçados com as entrevistas efetuadas aos operadores turísticos, para além das observações realizadas no campo, para uma melhor compreensão do comportamento, necessidades e tendências dos fluxos turísticos que afluem ao município.

Ao se questionar os turistas (Tabela 3), maioritariamente homens (61%), com uma idade compreendida entre os 25 e 44 anos (52%), sobre o lugar de proveniência, verificou-se que 35% destes são oriundos da África do Sul, seguindo-se Portugal e visitantes domésticos, com 17% e 13%, respectivamente. A maioria são solteiros (48%) e preferem viajar com amigos (48%) e família (26%). Da amostra, 65% foram unânimes em afirmar que organizam as viagens por conta própria e, permanecem no MI por um período de uma semana (57%), tendo como motivação principal o lazer (31%), onde o sol e mar constituem atração central; seguido do Ecoturismo costeiro (17%), onde se destaca o mergulho contemplativo e observação da biodiversidade marinha; e aventura (13%) nas ilhas, lagoas e comunidades recônditas do município. Vale salientar que 18% da amostra é ávida por atividades específicas como o hipismo e o Turismo cinegético⁵⁵, não obstante mesclarem com outras práticas antes referenciadas.

Tabela 3 – Caracterização sociodemográfica dos turistas no MI em percentagem

Proveniência		Motivação		Ocupação		Estado Civil	
África do Sul	35%	Lazer	31%	Estudante	17%	Solteiro(a)	48%
Zimbábue	9%	Negócio	4%	Empresário	9%	Casado(a)	26%
Moçambique	13%	Aventura	13%	Empr. privado	13%	Viúvo(a)	9%
Portugal	17%	Pesquisa	4%	Empr. público	22%	Divorciado(a)	13%
Alemanha	9%	Congresso	4%	Prof. liberal	26%	Separado(a)	4%
Polónia	9%	Ecoturismo	17%	Aposentado(a)	9%	TOTAL	100
Irlanda	4%	Cultura	9%	Desempregado(a)	4%		
EUA	4%	Outra	18%	TOTAL	100		
TOTAL	100	TOTAL	100				
Grupo Etário		Meio de transporte		Forma de Viajar		Organização da Viagem	
15 – 24 anos	17%	Autocarro	22%	Só	9%	Agência de viagem	26%
25 – 44 anos	52%	Avião	26%	Com parceiro(a)	17%	Conta própria	65%
45 – 64 anos	22%	Carro próprio	39%	Com família	26%	Clube/associação	9%
> 65 anos	9%	Barco	13%	Com amigos	48%	TOTAL	100
TOTAL	100	TOTAL	100	TOTAL	100		

⁵⁴ A amostra foi de 23 turistas, conforme referenciamos na metodologia.

⁵⁵ O Turismo cinegético compreende atividade desenvolvida por um caçador ou pescador desportivo, nacional ou estrangeiro, que visita áreas onde é permitida a prática de caça de fauna silvestre de carácter cinegético ou no seu meio natural e de pesca.

Sexo		Escolaridade		Duração da Estadia		Gasto Diário no MI	
Masculino	61%	Ensino primário	0%	1 – 7 dias	57%	0 – 500 US\$	30%
Feminino	39%	Ensino médio	17%	2 semanas	35%	501 – 1000 US\$	4%
TOTAL	100	Ensino secundário	31%	1 mês	4%	> 1001	9%
		Ensino superior	52%	> 1 mês	4%	Indiferentes	57%
		TOTAL	100	TOTAL	100	TOTAL	100

Fonte: O autor, com base no levantamento efetuado no campo, 2014-2015.

Considerando a origem dos turistas que mais visitam o MI, observou-se que os mesmos utilizam o transporte rodoviário próprio (39%) e autocarro (22%) para chegar ao município. A maior parte dos respondentes possui o ensino superior (52%) e exerce alguma atividade profissional (70%), seguindo-se os estudantes (17%); fato que faz com que 30% dos inquiridos gaste até 500,00 US\$/dia no consumo turístico, não obstante, o nível de indiferença à questão, que foi de 57%. Para nós, esta percentagem, deve-se ao fato deste visitante gastar muito pouco ou quase nada em Inhambane, uma vez que viajam de pacotes turísticos completos, comprados no país de origem, ou, chegam no MI com toda logística necessária para a sua estadia, desde combustível a consumíveis, daí, a “fuga de dinheiro”, que entra e sai no/do município.

Outra das características do Turismo no MI, é a sua concentração no espaço e no tempo. O principal tipo de Turismo praticado no município não é alheio a estas duas constantes. Verifica-se uma forte concentração no espaço, nas praias da Barra e do Tofo, e uma concentração também no tempo, com épocas alta e baixa. Concretamente, Abril, Junho a Julho e Dezembro a Janeiro são os meses de pico, devido a Pascoa, férias escolares e do fim do ano (datas festivas) dos maiores emissores para o MI.

No que se refere à preferência pelo MI, a maioria dos respondentes (78%), afirmou ter visitado o município pelo menos duas vezes, tendo as praias como principal atração de sua estadia, devido a diversidade de atrativos-patrimoniais, associados à hospitalidade da população local – Terra de Boa Gente –, o que justifica a escolha deste lugar como primeira opção para as férias. São turistas que se sentem no seu espaço de pertença, embora diferente do seu espaço de origem; que no processo de adaptação ao seu outro ambiente (MI), constroem uma estrutura de identidade daquilo que os cerca, comprovando que nele, parece haver uma ou, talvez, uma série de

imagens, resultado da superposição de imagens⁵⁶ de muitos turistas que convergem no município, e da própria experiência turística no mundo afora.

Assim entendido, para esses sujeitos, Inhambane, traduz-se num entre-lugar permanente de vivência/convivência sólida; daí que não podem ser vistos, apenas como simples atores exógenos, intrínsecos ao processo de turistificação do município, como refletimos em Di Méo e Buléon (2007), Cruz (2003) e Rodrigues (2000).

Para nós, o MI é um lugar praticado pelo sujeito turista, a partir de uma instância temporal. Nele há um diálogo permeado por significados e sensações peculiares. “Um colóquio entre os sujeitos humanos e a Terra. Uma medição paisagística que é marcada pela categoria geograficidade” (PIMENTEL, 2010, p.105). Como assinala Castrogiovanni (2004, 2007, 2010), tratando-se de um entre-lugar turístico, nele encerra-se a lugarização do espaço geográfico, substanciada pelo sujeito visitante na conversa estabelecida entre o seu lugar (lugar conhecido) e o lugar/não-lugar visitado (desconhecido). Ele é simbólico, enquanto existência, mas possui uma densidade representativa, a partir da cultura e da identidade. “Portanto, depende das incorporações tempo-espaciais do sujeito visitante. Ele confunde o lugar de origem com o Lugar/Não-Lugar visitado. Com a sua constituição, este subespaço passa a ser uma parte do todo que é Espaço Turístico” (CASTROGIOVANNI, 2004, p.98).

O processo no qual se inscreve a entre-lugarização, verifica-se quando o sujeito turista procura significar/construir a realidade socioespacial que visita. É na essência o produto do diálogo entre o seu lugar de origem e o lugar destinado/ausente. É uma trama processual complexa, na medida em que seus fios decorrem da composição de diferentes momentos, encontros e ações ao longo de um tempo relativamente extenso, como sustenta Pimentel (2010) e, como podemos constatar nas conversas empreendidas com os sujeitos visitantes do MI.

Ao que nos parece, o vínculo estabelecido entre os sujeitos e o espaço em referência (lugar/MI), imprime a noção universal; - como discorre a lógica recursiva e o princípio hologramático do Paradigma da Complexidade de Edgar Morin, - na medida em que como sujeitos, todos fazemos parte desse campo relacional de sistemas de

⁵⁶ Como discorremos em LYNCH (2011).

objetos e de ações que é o espaço. É essa leitura cultivada no sujeito turista, enquanto parte da sociedade produzida pelas interações entre indivíduos, mas esta sociedade, uma vez produzida, retroage sobre os indivíduos, produzindo-os. É através desta sociedade, de sua cultura, linguagem, e de um saber adquirido, que se (re)produz constantemente o espaço turístico do MI. Este espaço é parte de um todo, o espaço turístico como qualidade universal.

Relativamente aos turistas que visitavam o MI pela primeira vez, quando questionados sobre o imaginário que tinham antes de frequentar o lugar, e a percepção obtida com e/ou após a visita, para este subgrupo, verificou-se um equilíbrio entre o esperado e o consumido/vivenciado no município. Vale ressaltar, que durante as entrevistas dialogais com os turistas, alguns afirmaram ter superado as expectativas que tinham em relação ao município (falas T14, T8 e T1).

“Nossa [...], minha primeira viagem [...], a distância parecia infinita, meus amigos já tinham me falado de Inhambane, e muito bem [...] só queria chegar e curtir as melhores praias de Moçambique [...], é muito bonito aqui! Vi tanta coisa na Internet, e isso não me dava sono, queria viajar logo [...]. Tofo é incrível porque há calor de muita gente, vindo de tantos cantos do mundo! Fiz muitas amizades. Ah, Barra foi fantástico, simplesmente espetacular, um autêntico paraíso, não tem igual [...]. Inhambane surpreende, sete estrelas! [...], sonho realizado” (T14 – Perguntas 2.1 e 2.4 / Apêndice A/A1).

“Nasci em Inhambane e logo cedo fui morar em Nampula. Então, não conhecia absolutamente nada deste lugar. Agora, confesso, que tive a melhor quadra festiva dos últimos tempos [...]. As praias são lindas, nadei, mergulhei, fiz safaris oceânicos e fotográficos, e não esperava ver golfinhos, tubarão balei tão perto. Meu Deus, foi incrível, parecia irreal. Parabéns Inhambane! O canto mais incrível do Índico [...], sempre voltarei” (T8 – Perguntas 2.1 e 2.4 / Apêndice A/A1).

“Não imaginava contemplar tudo o que contemplei; fotografar tudo que fotografei [...]. Meus amigos também, como podes ver, não param de fotografar [...], a Internet não fala muito do que existe aqui. Ao vivo é indescritível [...], impressionante. Este destino combina muita coisa [...], a costa, o mergulho, o lazer, a aventura [...] e a cultura do povo é apaixonante. Gostei das danças tradicionais, do artesanato, das músicas, da gastronomia [...] muita coisa linda. As pessoas são hospitaleiras!” (T1 – Perguntas 2.1 e 2.4 / Apêndice A/A1).

A ansiedade de chegar ao destino e praticar o Turismo em ambiente singular⁵⁷ ao longo da costa oriental africana, possibilitada pelas informações obtidas na Internet, nos guias turísticos e nas conversas entre amigos e familiares que já conheciam o município, fazia com que o turista iniciante, estabelecesse um diálogo admirável com as

⁵⁷ Ao longo da costa oriental africana, em Moçambique, concretamente na costa de Inhambane, o turista tem a única possibilidade de mergulhar em todas épocas do ano, em águas quentes e cristalinas, desfrutando da biodiversidade marinha, com destaque para a contemplação dos *Big Five* aquáticos.

formas (paisagem) do município, muito antes da realizar a viagem. Nestes pontos de tessitura (fala T1), percebemos ainda alguma dificuldade de descrever e de transmitir o que o sujeito turista sentiu através de uma fotografia ou de uma narrativa. Ao mesmo tempo, há uma espécie de incapacidade de representar/transmitir a experiência geográfico-estética e afetiva da paisagem do espaço turístico do MI. Sobre o imaginário que se reflete na fala T1, Crouch et al.⁵⁸ (2005) ponderam:

Comparando o papel da imaginação turística na mídia, com aquela atividade turística em si, fica claro que os papéis não são os mesmos. Enquanto ambos podem compartilhar o olhar e o som, a experiência direta da mobilidade física na atividade de exploração criativa (associando cheiros) só é possível pelo turismo. O turismo envolve um desempenho de papéis verdadeiro, enquanto a imaginação turística nos discursos públicos da mídia podem apenas sugerir a possibilidade de uma multiplicidade de enredos. (CROUCH, et al., 2005 apud PIMENTEL, 2010, p.114).

Na ocasião, pensamos que o discurso dos sujeitos, ao permear uma valoração positiva de sua experiência no MI, reflete uma percepção também intrínseca ao processo de entre-lugarização. Como observou Pimentel (2010), a entre-lugarização inicia quando o sujeito turista estabelece os primeiros devaneios de estar no local visitado, antes de partir; e se reatualiza constantemente no momento pós-viagem, quando o turista constrói sua narrativa experiencial para os que não lhe acompanharam, ou para si próprio.

Retomando os fundamentos de Knafou (1996), nas suas três possibilidades que enfocam Turismo e espaço (ou território usado), que vimos ser os “espaços sem Turismo”, “Turismo sem espaço” e, ainda, “espaços turísticos”; não obstante ser nesta última possibilidade onde delimitamos o MI; a entre-lugarização do município, deve-se a *priori*, as viagens virtuais, possibilitadas pelos computadores, em especial através do uso das novas tecnologias de informação e comunicação, ou seja, deve-se ao “Turismo sem espaço ou sem território”, como enaltece a fala T14.

Percebemos (momentaneamente) em nossas indagações a transversalidade de uma relação não só de âmbito contemplativo, mas também de cunho estético e afetivo entre os sujeitos turistas e a paisagem do MI, estruturada a partir dos elementos do patrimônio. Um diálogo polifônico, onde as experiências e emoções vivenciadas são

⁵⁸ CROUCH, D; JACKSON, R.; THOMPSON, F. *The media and the tourist imagination: converging cultures*. Londres: Routledge, 2005.

posteriormente transformadas em fotografias, discursos e narrativas inesquecíveis. Há um sentimento de agradecimento – privilégio – pela experiência vivenciada. Uma relação que é recursivamente (re)produzida, seja por sul africanos ou portugueses, por jovens ou adultos, por mergulhadores ou aventureiros. “No entanto, isso parece ser fruto não de uma universalidade, mas de um processo através do qual o arbítrio de um contexto histórico específico institui um tipo de relação que se difunde e, posteriormente, é vista de forma global(izada)” (PIMENTEL, 2010, p.106).

Nesta esteira de relações, nosso entendimento vai além da lógica de Menezes (1996), segundo a qual, os turistas apresentam atitudes diferentes a dos residentes locais, na sua conduta frente ao patrimônio do lugar. Em outras palavras, se para os residentes a fruição é afetiva, estética e cognitiva, para os turistas, ela não passa de mera contemplação. Embora provisoriamente, nossos resultados não nos permitem ancorar de forma unidimensional neste argumento; na medida em que limitar a paisagem do MI à sua visualidade, é reduzir o seu amplo e complexo horizonte de possibilidades de leituras.

Outros sentidos, como o vestibular, a cinestesia, o tato, e a audição (RODRIGUES, 2003), compõem a estruturação paisagística dos sujeitos que visitam Inhambane. No momento, não temos recursos suficientes para aprofundar estes aspectos no nosso objeto empírico, mas ponderamos que constituem campo fértil para pesquisas posteriores em Geografia e áreas afins (como no Turismo).

Por outro lado, reconhecemos que a experiência contemplativa, estética e afetiva é própria de cada sujeito. Nas falas dos turistas, entendemos que cada um teve com o MI seu próprio diálogo, a sua própria configuração paisagística. Mas também foi possível visualizar em cada percepção alguns pontos em comum, de ordem cultural, histórica e de representação social -, em que a extração de fotografias (falas T1 e T8) -, ganhava mais destaque na produção de objetos estéticos e afetivos, ou de uma paisagem (turística) própria. Entretanto, estas percepções resultaram ainda de valorações negativas, pois, como sustenta Collot (1986), o ser humano não recebe passivamente os dados sensoriais, mas os organiza ativamente para atribuir-lhes um significado, emitindo seus pontos de vista, na lógica da inseparabilidade entre sujeito e

objeto. Verificou-se portanto, no município em análise, uma dialógica recursiva entre os sujeitos e a sociedade, como vimos em Morin (2008).

John Urry (2001), na mesma linha de tessitura, nos fornece subsídios importantes que ajudam a explicitar melhor a atitude dos sujeitos nos lugares visitados. De acordo com a teoria de o “Olhar do Turista”, verificamos que não só prevalece o olhar “romântico” do sujeito turista, notadamente individual; mas também aquele olhar “coletivo”, onde os turistas que estão vendo e sendo vistos é que dão sentido ao lugar e à paisagem, como observamos no MI, em harmonia com as conversas com os turistas.

Relativamente às fotografias, nossos resultados corroboram com a pesquisa de Pimentel (2010), segundo a qual, é inevitável o turista visitar um lugar e não fotografar, uma vez que para esse sujeito, uma foto constrói sua visão sobre o lugar, e muda de acordo com o sentimento do momento. Além do imperativo fotográfico, cria-se um vínculo afetivo com a paisagem. Por outro lado, existe aqui a noção romântica da natureza como teatro; foto é possibilidade de congelar o ato, e perdurar por gerações. Nas falas T1 e T8, percebemos turistas ávidos por capturar, registrar e tornar-se parte de seu repertório, um lugar de patrimônio (a paisagem turística) que ainda lhes é alheio.

Nesta lógica de tessitura, parece-nos que o registrado não seriam as praias da Barra ou do Tofo, ou ainda a Baía de Inhambane em si, mas uma representação da emoção dos turistas ao relacionarem-se com a costa/litoral de Inhambane, entre outros atrativos-patrimoniais. Essa apropriação que opera de forma seletiva às impressões e sentimentos em relação a Inhambane, pensamos ser o que ativa a entre-lugarização do MI, transformando-o em espaço (lugar) turístico sempre presente nos visitantes. Com o “clique”, os turistas auto-eco-organizam⁵⁹ os discursos e as narrativas (MORIN, 2008, PIMENTEL, 2010) de seu diálogo com a paisagem do município. Ao ser conhecida, os

⁵⁹ De acordo com Pimentel (2010), a narrativa visual realizada pelo turista é eco-organizada; ou seja, é constituída a partir de referências e interferências externas à dialógica turista/paisagem. Exemplos de tais elementos são os cartões-postais e imagens de publicidades turísticas, que tem aquele referente como tema, servindo assim de modelo para o turista. Outro fator eco que remete um processo semelhante, parece ser o modelo de outros turistas. Se alguns tiram foto de algum ponto, há uma hipótese dos visitantes ao redor fazerem o mesmo. Em outro sentido, esses elementos eco-organizadores instauram-se a partir da atuação de cada sujeito turista, e em cada diálogo estabelecido com as quedas, abre-se um leque contingente de elementos auto-organizadores.

turistas tendem a valorizar e conservar a paisagem para turnês futuras, como vimos em Xavier (2007). Essa foi uma das posturas verificada no campo e nos diálogos.

Ainda sobre a escolha do MI, como lugar para a prática do Turismo, como se observa na Tabela 4, de acordo com os inquiridos, conhecer a paisagem natural, sobretudo em épocas de pico, quando as condições climáticas são favoráveis, constitui um dos aspectos muito importantes na decisão de viajar, na medida em que o patrimônio natural, associado às atividades de lazer realizadas nas praias, compõe a principal motivação para os turistas, conforme fizemos referência.

Tabela 4 – Percepção sobre a preferência do turista em relação ao MI

Nada Importante [1]	Pouco Importante [2]	Importante [3]	Muito Importante [4]	1	2	3	4	TOTAL
A. Conhecer a paisagem natural				0%	4%	26%	70%	100%
B. Visitar os edifícios com interesse artísticos e arquitetônicos				30%	48%	13%	9%	100%
C. Conhecer a gastronomia local				0%	26%	22%	52%	100%
D. Conhecer as artes e ofícios tradicionais e artesanatos				22%	31%	30%	17%	100%
E. Participar em feiras e festivais				35%	39%	17%	9%	100%
F. Visitar as praias do município				0%	4%	18%	78%	100%
G. Conhecer e visitar locais de interesse histórico-cultural				26%	52%	9%	13%	100%
H. Conhecer e relacionar-se com a população local				9%	9%	30%	52%	100%
I. Qualidade do alojamento e dos restaurantes do município				0%	17%	39%	44%	100%
J. Condições climáticas do município				0%	0%	26%	74%	100%
K. Acesso à informação turística				0%	0%	17%	83%	100%
L. Sinalização turística				0%	4%	13%	83%	100%
M. Boas infraestruturas de apoio (hospitais, bancos, etc.)				0%	9%	13%	78%	100%
N. Simpatia das pessoas do município				9%	9%	69%	13%	100%
O. Município seguro e em paz				0%	0%	13%	87%	100%
P. Município com patrimônio conservado/preservado				0%	0%	39%	61%	100%
TOTAL				8%	16%	25%	51%	100%

Fonte: O autor, com base no levantamento efetuado no campo, 2014-2015.

Na consideração aos elementos do patrimônio cultural, conforme a Tabela 4, apesar do grande interesse pela gastronomia local, e vivacidade no relacionamento com a população local, possibilitada pela hospitalidade dos residentes, os turistas conferem pouca importância aos edifícios e locais de interesse histórico-cultural. Por outro lado, há pouco interesse em conhecer as artes e ofícios tradicionais e, em participar em feiras e festividades locais. Esta reduzida preferência, justifica-se em parte pela fraca e/ou inexistência de divulgação do patrimônio cultural do lugar; como

consequência, no imaginário do visitante, o espaço turístico do MI é um *monoproduto* costeiro, em que o Turismo de sol e praia, constitui a única atração.

Refletir sobre o patrimônio cultural, e a forma como este atrativo pode ser (re)ativado para fins turísticos, em atividades complementares e/ou substitutas às tradicionais atividades turísticas no MI ainda é um assunto pouco debatido, não só por parte dos políticos, técnicos e planejadores territoriais diversos, assim como por parte das instituições de ensino e pesquisa, sobretudo para um município no qual o Turismo se instalou e continua a crescer com base na (re)apropriação do patrimônio natural, ou de atrativos de influência heliotrópica e telassotrópica⁶⁰. (MAXLHAIEIE e CASTROGIOVANNI, 2014, p.371).

No momento, ultrapassar este modismo é com certeza um processo, que perpassa da excelência das políticas, dos planos e dos programas de diversificação da oferta, por contemplar ainda um maior envolvimento e participação ativa dos atores/sujeitos responsáveis pela turistificação dos lugares e desenvolvimento do Turismo (Estado ou mesmo governo, para ser objetivo; setor privado e população local).

Como constatamos, os elementos do patrimônio natural constituem o principal motivo de viagem turística no MI. Contudo, este lugar possui ainda uma rica variedade de atrativos-patrimoniais culturais de diferentes influências (geográfica, histórica e cultural), que o engendram como “Símbolo” do Patrimônio Cultural de Moçambique. Estes elementos precisam ser considerados a médio e longo prazos, como estratégia para manter os atuais e captar potenciais segmentos de turistas, e proporcionar a estes visitantes uma oferta turística rica e experiência diversificada, através da combinação das atrações naturais e culturais.

Portanto, verificamos que os componentes do patrimônio cultural do município, identificados no inventário, e resumidos no Apêndice L, apesar de serem legalmente protegidos, através do Decreto 10/88, 22 de Dezembro, que aprova a Lei da Proteção de Patrimônio Cultural em Moçambique, observou-se um descaso por parte das autoridades municipais em relação às áreas histórico-culturais e áreas degradadas. Se por um lado encontramos monumentos degradados e completamente esquecidos, como o Pórtico das Deportações de 1910, por outro, edifícios antigos que clamam pela recuperação e preservação, são convertidos em centros comerciais ou Igrejas, como sucede com o Palácio Fornaziny construído em 1886.

⁶⁰ Atrativos onde o sol e as praias são os fatores que originam os fluxos turísticos (MONTEJANO, 2001).

Adicionalmente, quase que inexitem campanhas de educação e sensibilização que ajudem na recuperação, restauro e preservação do meio cultural, construído, ocupado e percebido do MI. Como consequência, os turistas (internacionais na sua maioria), desconhecem a existência deste patrimônio, que é consumido de forma espontânea e/ou ao acaso.

Outro modismo que precisa ser ultrapassado, segundo nosso entendimento, são as formas tradicionais de abordar o patrimônio; que até então, ainda enaltecem uma fragilidade estrutural herdada do colonialismo, ou seja, no MI é patrimônio sobretudo aquele bem material e imaterial criado ou herdado através do processo de colonização. Como discutimos (PRATS, 1998; BERTONCELLO, 2008 e SCHETTINI, 2008), estas formas tradicionais de ler o patrimônio começam a ser questionadas, pois, o patrimônio não é unicamente algo que tem origem no passado e que é meramente criado por outros atores (externos) que constam nos Manuais da História Universal.

O patrimônio estará por outro lado, definido pelos critérios que os atores - que também são sujeitos concertos - o estabelecem, e que de modo mais ou menos direto, estarão em função de intencionalidades socioculturais e históricas específicas, como defende Prats (1998). É dentro desta lógica, onde enquadramos o aproveitamento turístico do patrimônio a partir do olhar do sujeito do Turismo, neste caso, que propõe o uso turístico como alternativa viável para garantir seu desfrute e valorização por parte da população, ou especificamente daqueles que podem ser turistas, pois, são as necessidades e expectativas deste sujeito que orientam a seleção do patrimônio a ser convertido em patrimônio e atrativo turístico, como explica Bertoncello (2008).

Finalmente, para um grande número de turistas que visita o MI, muitos permanecem apontando a fraca divulgação e sinalização turística como itens mais críticos no acesso e consumo aos atrativos culturais, como apontamos adiante. Os turistas ao chegarem no município, circulam desamparados sem saber quando e como se dirigir para os locais que constituíram em atração cultural do lugar. A falta⁶¹ de informação e sinalização é notória. Hoje, o município não possui um local público ou privado onde o turista possa obter informações turísticas e indicações de como circular

⁶¹ Mais subsídios podem ser encontrados em: <<http://planeamentoturisticoambiental.blogspot.com/>>.

neste lugar e localizar os pontos de interesse. Ao que nos parece, as instituições de competência deixaram esta tarefa à mercê dos operadores turísticos.

Realçar, a necessidade de melhoramento da infraestrutura urbana e de apoio ao Turismo; a questão da segurança do lugar; e a necessidade de conservar/preservar o patrimônio, com uma taxa de resposta de 78%, 87% e 61%, respectivamente, são outras variáveis assinaladas como muito importantes pela maioria dos sujeitos turistas. Estas porcentagens elevadas prendem-se ao fato de os inquiridos não terem encontrado satisfação no município; não obstante, tratam-se de elementos fundamentais, que facilitam o consumo do patrimônio do desenvolvimento do Turismo.

Assim, o patrimônio cultural do MI que consiste na beleza do cenário e na atmosfera única, que o distingue de outros municípios moçambicanos, para nós, deve ser (re)ativado turisticamente, não na lógica unidimensional de substituir o tradicional Turismo de sol e praia pelo Turismo cultural e de experiências, a título de exemplo, mas para complementar e diversificar a experiência turística e garantir maior qualidade no produto turístico global. Contudo, acreditamos que para uma verdadeira animação da vida cultural é preciso mais do que a criação de espaços culturais: é necessária também a revitalização de instituições e iniciativas culturais que visivelmente desde a última década (HUB, 2002), até o momento, estão paralisadas ou pouco divulgadas.

Portanto, entendemos até aqui (corroborando com SANTOS, 1985; CRUZ, 2003; RODRIGUES, 2003), que a produção da paisagem turística do MI se efetiva no momento em que objetos geográficos, representados pelos conjuntos patrimoniais, mesclam-se com os objetos turísticos, evidenciados pelos estabelecimentos turísticos. Neste processo, não se perde de vista a influência das infraestruturas urbana e de apoio ao Turismo, como refletimos no subtítulo seguinte. Assim, dito de outra maneira, a construção desta paisagem envolve, de um lado, os meios de comunicação que vinculam as imagens e descrições do município; e de outro, a construção de cenários de lazer pelas intervenções urbanísticas e através da arquitetura (SILVA, 2004).

5.3.1.1. **Condição do patrimônio e satisfação do turista**

Na leitura da paisagem (turística), enquanto subcategoria do espaço (turístico), procuramos compreender a satisfação do turista a partir da sua percepção, no ato do consumo da paisagem, que lhe é ofertada a partir dos elementos do patrimônio. Os referidos elementos foram lidos considerando, sobretudo, o seu estado de conservação; - abordagem propícia -, na medida em que a maioria dos turistas em análise, já esteve no MI pelo menos duas vezes.

Como se observa na Tabela 5, a maior parte dos turistas (44%) considera como boa a conservação das praias, seguidos por 39%, que avalia como sendo aceitável. Apesar de 9% considerar muito boa a situação em que se encontra este patrimônio, que constitui principal atração no MI, 8% consideraram a situação ruim e péssima, principalmente, devido à fraca gestão de lixo entre outros resíduos sólidos jogados no entorno das praias, colocando em risco a sustentabilidade ambiental, principalmente na Praia do Tofo, um lugar massificado pelo Turismo.

Outra variável percebida como negativa para um número considerável, é o estado em que tem se encontrado a Baía de Inhambane, após os eventos cíclicos dos finais de semana na marginal – Prancha. A quantidade de plásticos, latas, e garrafas de bebidas jogadas na baía é assustadora; fato que é agravado ainda pela inexistência de sanitários em funcionamento, daí que os usuários (residentes e turistas) urinam neste ecossistema e nas acácias ao longo da marginal. De acordo com esta situação, os turistas classificaram a zona como sendo ruim (30%) e péssima (9%); não obstante, 35% e 22% destes, terem considerado razoável e boa a conservação da baía, respectivamente. Portanto, esta última percepção, prende-se ao fato destes turistas não terem contato direto com a zona da marginal, onde os impactos negativos das atividades lá desenvolvidas são visíveis e, por outro lado, pelas próprias características sociodemográficas dos respondentes.

As dunas, ilhas e recifes, são outros elementos do patrimônio bem conservados na opinião da maior parte dos turistas; onde a taxa de resposta foi de 52%, 35% e 35%, respectivamente. São lugares inacessíveis para certos usuários (como os residentes e visitantes mochileiros), daí a menor pressão e degradação ambiental. O mesmo

acontece com os rios, lagos e lagoas procuradas pelos turistas, em forma de excursões ou atividades complementaras às realizadas nas praias; onde ao suportarem menor procura, os turistas encontram melhor qualidade paisagística. Assim, a maioria (48%), ponderou a conservação dos rios, lagos e lagoas como sendo muito boa, seguida por boa e aceitável, que partilharam 52% de forma equitativa.

Igualmente, a conservação da fauna e flora foi percebida como sendo muito boa (48%) para um maior número de inquiridos, seguidos por razoável (30%) e boa (22%), como demonstrado na Tabela 5. Nesta variável, vale destacar a diversidade e singularidade da flora aquática e terrestre e, sobretudo a biodiversidade marinha, com destaque para os *Big Five* aquáticos, que os visitantes contemplam durante as atividades de mergulho, *safaris* oceânicos e pesca desportiva.

Tabela 5 – Leitura da paisagem do lugar na ótica do turista que visita o MI, a partir do estado de conservação do patrimônio consumido

Péssima [1]	Ruim [2]	Razoável [3]	Boa [4]	Muito Boa [5]	1	2	3	4	5	TOTAL
A. Praias					4%	4%	39%	44%	9%	100%
B. Baía de Inhambane					9%	30%	35%	22%	4%	100%
C. Dunas					13%	0%	31%	52%	4%	100%
D. Ilhas					0%	0%	30%	35%	35%	100%
E. Recifes					4%	4%	31%	35%	26%	100%
F. Rios, lagos e lagoas					0%	0%	26%	26%	48%	100%
G. Flora e Fauna					0%	0%	30%	22%	48%	100%
H. Em geral qual é o seu grau de satisfação em relação ao consumo do patrimônio natural					4%	9%	13%	22%	52%	100%
I. Sítios históricos (monumentos históricos)					22%	30%	22%	17%	9%	100%
J. Edificações (arquitetura civil, militar, religiosa, industrial/agrícola, funerária, etc.)					9%	13%	22%	39%	17%	100%
K. Obras de arte (escultura, pintura, murais, vitrais, azulejaria, etc.) e artesanato					0%	4%	22%	22%	52%	100%
L. Instituições culturais (museu, biblioteca, arquivo, centro/casa cultural, teatro, etc.)					17%	44%	22%	17%	0%	100%
M. Festas e celebrações (religiosas, populares/folclóricas, cívicas)					17%	13%	22%	39%	9%	100%
N. Gastronomia típica					0%	0%	17%	26%	57%	100%
O. Músicas e danças					0%	0%	22%	17%	61%	100%
P. Em geral qual é o seu grau de satisfação em relação ao patrimônio histórico-cultural?					22%	26%	30%	9%	13%	100%
TOTAL					8%	11%	26%	27%	28%	100%

Fonte: O autor, com base no levantamento efetuado no campo, 2014-2015.

No que diz respeito aos elementos do patrimônio cultural, lidos na Tabela 5, conforme se fez referência, os turistas demonstraram um desagrado em relação ao seu

estado de conservação, divulgação e aproveitamento turístico. Quando questionados sobre os sítios históricos, representado pelos monumentos históricos, a maioria (30%) declarou estar insatisfeito com a situação, devido a sua conservação precária, no qual, o uso turístico é quase que inexistente. Na sequência, 22% considerou péssima a situação, não obstante 22% dos respondentes ter avaliado a conservação aceitável.

A mesma percepção tiveram no que corresponde as instituições culturais, pois, 44% dos turistas considera má a sua atuação. Ainda que 22% aprecie como razoável a visibilidade destas instituições, 17% considera péssima a sua atuação; mesma percentagem obtida nos turistas que consideraram muito boa a atuação das criações culturais do MI. Este último olhar, justifica-se pelo fato de existirem, ainda que em número reduzido, turistas que tem como motivação central, o contato com os elementos culturais do lugar.

As edificações do município, sobretudo as de arquitetura religiosa (Igreja nova e Mesquita nova) e civil (Conselho Municipal), devido às ações de restauro e manutenção, os turistas ponderam como boa (39%), razoável (22%) e muito boa (17%) o estado de conservação. É visível a quantidade de turistas que não mede esforços para contemplar e fotografar a paisagem propiciada por estes edifícios. Aliás, nos diferentes pontos visitados em Inhambane, a fotografia constitui principal ferramenta para os turistas expressarem seus sentimentos e construir a paisagem do município como uma paisagem (turística) pessoal, como observamos no trabalho de campo. É nessa tensão entre o espaço visitado e o sujeito visitante (PIMENTEL, 2010) onde pensamos se constituir o que Castrogiovanni (2004, 2007) denomina de entre-lugar, como refletimos no momento precedente.

Cenário positivo verificou-se ainda nas obras de artes e artesanato, que os turistas compram como *souvenirs*; na gastronomia típica; e no canto e dança locais, onde as taxas de respostas foram de 52%, 57% e 61%, respectivamente, atingindo assim, as ponderações máximas na última opção na escala de Likert, isto é, de acordo com nossos inquiridos, a qualidade destes elementos patrimoniais é muito boa. Portanto, se alguns elementos histórico-culturais são valorados de forma satisfatória, mesmo ao serem consumidos ao acaso por parte dos visitantes, iniciativas criativas

devem ser desenvolvidas, com vista a dar a conhecer estes elementos. Uma das formas deve ser através da divulgação deste potencial em festas e celebrações locais, pois, apesar de 39% e 22% ponderarem como boa e razoável a qualidade desta oferta, 17% e 13% consideraram péssima e ruim essa oferta, respectivamente.

No geral, quando considerados em conjunto, as duas categorias de património, se por um lado, a maioria (87%), encontra satisfação no consumo dos elementos oferecidos pela natureza, distribuídos entre muito boa (52%), boa (22%) e razoável (13%) a satisfação; nos elementos histórico-culturais, apesar de 52% ter encontrado satisfação, vale considerar que apenas 9% e 13% dos turistas classificou como sendo boa e muito boa a satisfação, respectivamente; o que significa que a maioria (30%) considerou suas necessidades atendidas de forma razoável. Por outro lado, se 22% e 26% responderam que a satisfação foi péssima e ruim, respectivamente, esforços devem ser empreendidos para que estes elementos sejam valorados positivamente.

Vale ressaltar que como sujeitos, os visitantes de Inhambane, também tem suas particularidades; ao mesmo tempo, se destaca o fato desses indivíduos pertencerem a sociedades e culturas turísticas heterogêneas: desde o *backpacker* (mochileiro) que procura ambientes naturais sem muitos serviços ao redor, ao casal adulto que viaja por intermédio de agências de viagens, adquirindo pacotes turísticos completos. Embora provisoriamente, pensamos que estes aspetos foram tratados anteriormente, quando correlacionados com a proposta teórica de o “Olhar Turista” de John Urry. Além da cultura, circunstância de humor, da iluminação e da hora do dia (MACHADO, 1988), Lynch (2011) acrescenta ainda que as percepções variam significativamente em função da familiaridade com os objetos que interferem na atribuição de significados, neste caso, do património apropriado pelo Turismo.

Assim, no consumo do património, as valorações positivas, como sentir-se tranquilo, pacificado, relaxado e abençoado; ou ainda, alegrar-se pelo excelente estado de conservação e preservação do património,⁶² não são as únicas percepções que

⁶² Estes predicados, por trazerem à mente do turista, alguma perspectiva agradável de um cenário particular, por lembrar questões ecológicas ou ambientais, por sugerir fatos para a descrição de cenários interessantes, estão em harmonia com as razões que levaram Meinig (1979) a considerar a paisagem como atrativo.

tecem as experiências do turista no MI. Como elucida a Tabela 5, alguns aspectos da oferta turística, vendável na forma de paisagem, são negativamente percebidos. Desses aspectos, destacam-se os atrativos culturais distribuídos geograficamente na área urbana do município, por motivos já arrolados. Por conseguinte, ao apropriarmos da proposta de Kevin Lynch, nos seus trabalhos com a imagem do espaço urbano, segundo a qual o lugar é para ser apreciado positivamente, e deve estar em boas condições para que se possa guardar lembranças agradáveis aos usuários (LYNCH, 2011); entendemos que no momento, o MI não confirma esta proposição.

Portanto, nessa relação (que colocamos em palco o sujeito turista e espaço visitado), existe um diálogo recursivo, operando em forma de holograma; na medida em que o sujeito, ao anunciar sentimentos positivos, simultaneamente, expressa negativamente, percepções individuais não obstante inseridas num todo tecido social, - que é o espaço turístico - na sua dimensão universal, ou mesmo global(izada). Este espaço, transcende e perpassa da(s) única(s) experiência(s) vivenciada(s) pelo sujeito no MI. Nele, mesclam-se experiências individuais e coletivas, percebidas em diferentes contextos históricos, que transcendem as escalas geográficas locais.

5.3.1.2. Percepção dos equipamentos e serviços turísticos do lugar

Como são oferecidos pela natureza e pelo Homem, os objetos geográficos (patrimônio natural e cultural) são insuficientes para garantir a permanência de turistas num determinado lugar. Torna-se com efeito, necessária a oferta de equipamentos e serviços turísticos que, por um lado, permitam o deslocamento (transportes) e por outro, assegurem aquela permanência (alojamento, restaurantes, equipamentos de lazer e animação). Sem estes equipamentos não existirá atividade turística, embora possam existir deslocamentos (CUNHA, 1997, 2003). É nesta lógica de argumentação, que procuramos compreender a percepção elaborada pelo sujeito turista, a respeito da qualidade dos serviços prestados, no ato do consumo do patrimônio turístico.

Vale ressaltar que neste momento, analisamos também, alguns depoimentos⁶³ de visitantes que escolheram o MI como lugar preferencial para a prática do Turismo. Quer neste grupo de declarantes, assim como nos dados obtidos em primeira mão, através das interações com os turistas inquiridos, constata-se que a atratividade dos objetos/estabelecimentos turísticos do município, é condicionada em primeiro lugar, pela atratividade do patrimônio. Como revelam as falas resumidas no Quadro 3, a qualidade dos *resorts* é sempre associada ao atrativo-patrimonial do seu entorno, que no geral, é dominado pela paisagem das praias.

Quadro 3 – Percepção qualitativa dos objetos turísticos na Barra e Tofo

FALA DO SUJEITO TURISTA NO BARRA BEACH CLUB (P. DA BARRA)	PREDICADO ATRIBUÍDO AO OBJETO
Espaço muito próximo da praia, com comida fantástica, mas mais importante com uma gerência e colaboradores muito simpáticos e disponíveis. Quartos muito bons, com condições de higiene muito boas. Para ir às melhores praias aconselha-se ir de pick-up. Local a voltar com toda a certeza [...].	Férias em família
Depois de uma longa viagem de estrada a partir de África do Sul, tremendamente horrível, preso no tráfego de Maputo, o Barra Beach Club era o céu puro [...]. Excelentes acomodações, praias deslumbrantes e comida, com deliciosas especialidades no bar da praia, Agua de Coco [...].	Paraíso (<i>Paradise</i>)
Passei uma semana aqui após uma semana no Kruger [...]. Este foi o nosso "relaxar" da semana [...]. O <i>resort</i> em si é uma pequena joia escondida com uma bela piscina e jardins e o edifício principal. [...]	Tesouro escondido
Barra Beach Club foi perfeito para férias relaxantes em um lugar belo, isolado para férias exóticas. Eu recomendo este hotel. ⁶⁴	Jornada relaxante ⁶⁵
FALA DO SUJEITO TURISTA NO HOTEL TOFO MAR (PRAIA DO TOFO)	PREDICADO ATRIBUÍDO AO OBJETO
O melhor hotel para uns dias de descanso total. Localização fantástica em cima da praia [...]. Bom serviço. Cozinha 5 estrelas.	Fabuloso!!!
Hotel muito bem situado, na praia, com centro de mergulho agregado. Serviço de qualidade, quartos e zonas comuns muito " <i>clean</i> ". Esplanada confortável com um bom serviço de bar e refeições ligeiras. Empregados atenciosos!	Relaxar completo
Ficamos no hotel 13 noites e tivemos uma experiência memorável e muito agradável. [...]. O ambiente do hotel é insuperável [...], complementando com as normas operacionais globais que foram sempre excelentes. ⁶⁶	Estadia maravilhosa, hotel incrível, excelente equipe ⁶⁷

Fonte: Adaptado in: http://www.tripadvisor.com.br/Hotel_Review-g4366462-d4177694-Reviews-Barra_Beach_Club-Inhambane_Inhambane_Province.html e http://www.tripadvisor.com.br/Hotel_Review-g1794229-d5603727-Reviews-Hotel_Tofo_Mar-Tofo_Inhambane_Province.html.

⁶³ São depoimentos deixados por turistas que visitaram o MI, identificados na Internet que corroboram com nossas constatações durante as observações e conversas dialogais com os turistas.

⁶⁴ N.T. - *Barra Beach club was the perfect relaxing vacation in a beautiful, secluded, exotic vacation. I would highly recommend this hotel.*

⁶⁵ N.T. - *Relaxing Trip.*

⁶⁶ N.T. - *We stayed at this hotel for c. 13 nights and had a most memorably enjoyable experience. [...]. The setting of the hotel is unsurpassed [...], complimenting the overall operational standards, which were consistently excellent.*

⁶⁷ *Wonderful Stay - Beautiful Hotel - Excellent Staff.*

Nossos resultados refletem a maior parte dos discursos indicados no quadro anterior. Começando com os serviços de alojamento, há uma percepção positiva, na medida em que a maioria dos inquiridos (44%), considerou boa a qualidade, seguidos de 26%, que assinalaram os predicados destes serviços como sendo muito bons (Tabela 06). Por outro lado, os turistas, quando questionados a respeito dos motivos que fizera com que as suas ponderações na oferta de alojamento fossem ruim (13%) e péssima (4%), os mesmos foram unânimes em afirmar que o problema não é a qualidade em si, mas a falta de criatividade local, devido a lógica de padronização internacional que homogeneíza a oferta turística; fazendo com que os espaços turísticos como o MI, pelo fato de serem lugares estratégicos às redes de alojamento global; a mesma oferta proporcionada ao turista na Europa, América e Ásia, acaba sendo repetida nos lugares estratégicos.

O mesmo não se pode dizer em relação aos serviços prestados nos restaurantes. Embora alguns restaurantes, bares e cafés sejam de capital externo, e de gestão privada; a diversificação dos produtos, possibilitada pela mescla de pratos internacionais, regionais, nacionais e locais, faz com que os serviços sejam sempre procurados. Esta criatividade, é assim justificada pela taxa de resposta, segundo a qual, 43% assinalaram a oferta como muito boa, 35% boa e 22% aceitável (Tabela 6).

Tabela 6 – Qualidade dos serviços turísticos ofertados no MI

Péssimo [1]	Ruim [2]	Razoável [3]	Bom [4]	Muito Bom [5]	1	2	3	4	5	TOTAL
A. Alojamento					4%	13%	13%	44%	26%	100%
B. Restauração					0%	0%	22%	35%	43%	100%
C. Entretenimento					0%	4%	0%	44%	52%	100%
D. Comércio turístico local					0%	13%	61%	17%	9%	100%
E. Atuação dos recursos humanos					12%	9%	35%	35%	9%	100%
F. Estado de conservação dos estabelecimentos					13%	9%	26%	26%	26%	100%
G. Segurança pública					26%	22%	22%	22%	8%	100%
H. Sinalização turística					26%	35%	22%	13%	4%	100%
I. Serviços bancários					22%	22%	35%	9%	12%	100%
J. Serviços de locadoras de veículos					13%	4%	31%	35%	17%	100%
TOTAL					11%	12%	26%	29%	22%	100%

Fonte: O autor, com base no levantamento efetuado no campo, 2014-2015.

O entretenimento, representado pela diversão nas praias, casas de diversão, mergulho, pesca, hipismo, passeios de carros, caminhadas com guias de Turismo e

comunidades locais, entre outras atividades, é outra variável percebida como sendo muito boa (52%) e boa (44%) pelos turistas.

No que se refere aos equipamentos destinados ao comércio turístico, a maior parte dos respondentes assinala a oferta como sendo razoável (61%), seguidos por 17% da amostra que a considera boa. Não obstante, para 13%, o comércio é percebido como sendo mal realizado, devido ao reduzido número de espaços de venda de artigos locais, como os mercados de artesanato e lojas de convenientes.

Na análise da atuação dos recursos humanos (Tabela 6), durante a oferta de serviços, a maior parte dos turistas declara ser satisfatória (70%, distribuídos equitativamente entre serviço razoável e bom). Não obstante, segundo alguns visitantes, sobretudo os domésticos, a atuação dos funcionários é péssima (12%) e ruim (9%); pelo fato de ainda existirem sinais de discriminação racial; tornando o turista estrangeiro, um cliente prioritário no atendimento às suas necessidades. Por outro lado, apesar dos excelentes adjetivos atribuídos aos objetos turísticos locais, a demora no atendimento é frequentemente valorado negativamente pelos turistas, como revelam os depoimentos identificados no Quadro 4.

Quadro 4 – Percepção qualitativa dos objetos turísticos na área urbana do MI

FALA DO SUJEITO TURISTA QUE VISITOU O HOTEL CASA DO CAPITÃO (ÁREA URBANA)	PREDICADO ATRIBUÍDO AO OBJETO
Já estive cerca de 3 vezes neste hotel, na cidade de Inhambane, e gostei muito! Ótimos quartos [...]. A zona de estar, o bar e o restaurante do hotel possuem uma vista e ambiente agradável. A piscina também é muito concorrida. Porém, o serviço do restaurante decresceu muito! Apesar de a comida ser boa, há muita demora em servir e trazer pequenos pedidos como um copo de sumo! Demoram cerca de 20-30min para trazer um copo de sumo e 1h para servir uma sopa! Recomendo monitoria neste aspecto. O resto recomenda-se!	Melhor na cidade de Inhambane
Hotel recente, construído sobre a Baía de Inhambane, com uma vista fantástica. Bons quartos, com varanda sobre a baía. Pessoal simpático e atencioso. Padece do problema generalizado em África. A demora do serviço [...]. Bom para negócios. Perfeito para uns dias a dois.	Na cidade de Inhambane, não há melhor
Serviço atencioso, penso que um pouco lento [...].	Paraíso

Fonte: Adaptado in: http://www.tripadvisor.com.br/Hotel_Review-g3652237-d2093109-Reviews-Casa_do_Capitao-Inhambane_Province.html.

Outra reclamação dos turistas, embora também não em ponderações muito elevadas (22%), é sobre o estado de conservação dos estabelecimentos turísticos.

Para esta parte da amostra, a situação é péssima e ruim, sobretudo, quando observam algumas construções nas dunas primárias ou em sistemas sensíveis⁶⁸; perturbando na sequência a paisagem criada por este atrativo-patrimonial. Não obstante, 78% dos respondentes, auferiu satisfatoriamente em relação a esta variável.

A segurança pública e a sinalização turística, são os serviços mais criticados pela maioria dos turistas inquiridos no município, atingindo ponderações de 48% e 61%, respectivamente. Relativamente à segurança, o fato de o turista, preferir viajar por conta própria, através de um carro próprio; frequentemente, encontra situações de excessivo policiamento de trânsito, associado à corrupção por parte dos agentes desta polícia. Quanto à sinalização, conforme fizemos referência, tanto a externa, assim como a interna, praticamente não existe no MI; a que existe, demonstra insuficiência, situação de degradação e visualização deficitária. Associa-se a este fato, a inexistência de balcões de informação turística no município, nos aeroportos, terminais e paradas de ônibus.

Finalmente, nos serviços de apoio ao Turismo, destacamos os serviços bancários e de locadoras de veículos. Relativamente ao primeiro, apesar da maioria (35%) ter opinado como razoável a oferta, 44% dos turistas, distribuídos equitativamente entre péssima e ruim a oferta, demonstraram-se insatisfeitos. A falta de capacidade dos bancos, por suportar muitos residentes, assim como turistas, associado a falta de certos serviços bancários nos estabelecimentos turísticos (como os de POS), são algumas causas desta ocorrência. Nas locadoras, as respostas comprovam satisfação (83%) com os serviços. Contudo, para nós, há o entendimento de que as locadoras precisam ser modernização, pois, certos carros não podem ser concertados localmente; associado ao horário de funcionamento que é limitado. Alguns estabelecimentos, reconhecendo este problema, oferecem estes serviços internamente.

Portanto, ao analisarmos a Tabela 6, constatamos que os turistas sentem-se, no geral, satisfeitos com a qualidade dos equipamentos e serviços que facilitam o usufruto

⁶⁸ Como observou Xavier (2009), quando os estabelecimentos turísticos foram implantados, a regulamentação ambiental já definia as zonas e os sistemas frágeis que incluem as zonas primárias. No entanto, foi nessas zonas que a maior parte dos investidores na Barra e no Tofo preferiram implantar as suas construções. Como exemplo de construção em zonas sensíveis, temos o Flamingo Bay (Barra), que foi construído sobre o mangue. Este estabelecimento, suscitou uma forte controvérsia devido aos impactos ambientais negativos a ele associados.

do patrimônio natural e cultural. Mesmo assim, alguns aspectos como a segurança e a sinalização chamam atenção e precisam ser resolvidos com alguma brevidade, principalmente, quando a questão se trata do MI, que é um espaço turístico que reúne diferentes instituições de âmbito pública e privada que lidam com o Turismo. Uma explicação para tal necessidade, pode ser encontrada em Mário Beni (2008), segundo a qual, no espaço altamente competitivo do Turismo, o fator “qualidade” é o único critério que se impõe de maneira natural para determinar o êxito ou o malogro do lugar.

Considerados estes aspectos, pensamos que o MI poderá aumentar suas possibilidades de atribuir maior valor turístico ao lugar, pois, corroboramos da ideia de Lemos (2005), segundo a qual, o valor turístico é o conjunto da produção humana material e imaterial, individual e coletiva, fruto de relações sociais historicamente estabelecidas por uma comunidade em seu espaço, as quais são capazes de gerar um sistema organizado que agregue um composto de bens e serviços - como informação, transporte, hospedagem, alimentação, entretenimento, eventos, fatores climáticos e geográficos, e os elementos das infraestruturas geral e específica. Esse conjunto tem por unidade a força de atração que mobiliza o deslocamento e a permanência nesse lugar de pessoas residentes em espaços sociais distintos, chancelando seu valor e estabelecendo uma nova relação social: a hospitalidade. Por ser essa a dinâmica, requer que sua sustentabilidade seja investigada no processo de valorização.

Assim, a valorização do Turismo do MI, além de ser possibilitada pela oferta primária, representada pelos elementos do patrimônio natural e cultural, deve-se a um conjunto de equipamentos e serviços turísticos, denominados de objetos turísticos por Cruz (2003), que facilitam a contemplação e fruição estética do patrimônio. Neste conjunto, incluem-se os indivíduos, as instituições e a infraestrutura urbana e de apoio ao Turismo. Retomando Santos (1985) e Rodrigues (2003), a (re)produção do MI opera-se através do entrelaçamento dos cinco elementos do espaço turístico; sendo no meio ecológico, onde se cristaliza o patrimônio.

Finalmente, na interação com os turistas, procuramos entender no momento, a reação desses sujeitos, face aos preços praticados nos objetos turísticos. Corroborando com Lemos (2003), isso se torna imprescindível uma vez que com o aumentando do

grau de globalização, os lugares dos mais diferentes cantos do mundo disputam as preferências dos (mesmos) turistas, procurando informá-los sobre a qualidade de seus produtos (a paisagem turística) a fim de influenciá-los em suas decisões de consumo.

Como assinalamos, um número considerável de turistas que prefere o MI, enquanto espaço de lazer/ócio, gasta até 500,00 US\$ no consumo diário. Assim, a verificação do nível de satisfação com os preços praticados na oferta de serviços turísticos, conforme a tabela apresentada a seguir, não perde de vista esse dado.

Tabela 7 – Percepção sobre os preços praticados na oferta de serviços turísticos no MI

Muito Baixo [1]	Baixo [2]	Razoável [3]	Alto [4]	Muito Alto [5]	Não Sei	1	2	3	4	5	TOTAL
A. Alojamento					26%	0%	0%	65%	9%	0%	100%
B. Restauração					17%	0%	17%	61%	5%	0%	100%
C. Transporte					56%	0%	9%	9%	17%	9%	100%
D. Comércio					0%	22%	39%	39%	0%	0%	100%
E. Agenciamento					43%	0%	0%	43%	5%	9%	100%
F. Entretenimento					26%	0%	35%	35%	4%	0%	100%
G. O preço da sua estadia em geral					30%	0%	9%	48%	9%	4%	100%
TOTAL					29%	3%	15%	43%	7%	3%	100%

Fonte: O autor, com base no levantamento efetuado no campo, 2014-2015.

Como primeira observação, é considerável o número de respondentes que optou pela indiferença às questões identificadas na Tabela 7. Contudo, na afirmação de que as tarifas são aceitáveis, como revelou a maioria, nota-se um sentimento de satisfação em relação aos preços praticados nos serviços de alojamento (65%), restauração (61%), comércio (39%), agenciamento (43%) e entretenimento (35%). Para o caso do comércio, 39% e 22% dos turistas disseram que as tarifas são baixas e muito baixas, respectivamente. Cenário quase similar verificou-se no entretenimento, pois, 35% dos inquiridos, considerou o valor da oferta como sendo baixo. No geral, os preços praticados na oferta de serviços é aceitável para a maioria dos turistas; sendo nesta ótica, que tencionam visitar o município, e recomendá-lo a amigos e visitantes.

6. TENDÊNCIAS DO “DESENVOLVIMENTO” DO TURISMO NO MI

Neste momento, para melhor compreender o significado do Turismo no objeto em estudo, como prática socioespacial que se materializa a partir da apropriação e uso do patrimônio do lugar, iniciamos nossa reflexão, com uma breve contextualização do Turismo nas escalas internacional, nacional e provincial.

De acordo com a OMT, desde 1995, o Turismo emprega cerca de uma a cada dez pessoas no mundo. No plano atual, os fluxos turísticos internacionais cresceram 4,6% entre 2010 e 2011, de 940 milhões a 983 milhões de turistas, respectivamente. As receitas do Turismo à escala global dilataram 3,9% em termos reais, em igual período de análise, gerando US\$ 1,030 bilhões (dólares norte-americanos), sabendo-se de antemão que no ano anterior, o setor arrecadou US\$ 928 bilhões. A escala global, prevê-se um crescimento a uma taxa anual de 3,3%, entre 2010 e 2030, o que originará até o ano final indicado, um total de 1.8 bilhões de chegadas, representando um aumento real de mais de 43 milhões de chegadas turísticas internacionais por ano (WORLD TOURISM ORGANIZATION – UNWTO, 2012).

Segundo esta fonte, os lugares turísticos das economias emergentes (países em desenvolvimento) nas últimas quatro décadas conheceram um crescimento significativo comparativamente às economias mais avançadas (países desenvolvidos) e, esta tendência ainda permanecerá nos próximos tempos. Entre 2010 e 2030, espera-se um crescimento mais acelerado das chegadas turísticas nos países emergentes, isto é, 4,4% ao ano, o equivalente ao dobro das economias mais avançadas, onde a taxa prevista é de 2,2% ao ano.

Ainda de acordo com a OMT, este fenômeno é evidenciado por outro lado pela tendência da quota de mercado das economias emergentes, que cresceu na ordem de 30% em 1980 a 47% em 2011 e, projeta-se que a mesma atinja 57% até 2030, o equivalente a mais de um bilhão de chegadas turísticas nestas fronteiras internacionais.

Moçambique é um dos países pertencentes às economias emergentes, na qual as cifras do Turismo são ainda modestas, mas assinalam perspectivas significativas, como revelam os dados apresentados mais adiante.

6.1. O Turismo em Moçambique

Historicamente, em Moçambique, o Turismo teve uma grande importância socioeconômica entre os anos 1950 e 1970, tendo sido uma das principais fontes de receita do país. Moçambique tornou-se um ponto de referência para os turistas de sol e praia dos países do interior e da África do Sul, tendo também atraído turistas europeus, sobretudo portugueses (HUB, 2002). Moçambique era considerado um dos destinos turísticos de primeira classe na África e o setor representava um papel importante na economia do país (MITUR, 2003; 2004), contribuindo consideravelmente para o Produto Interno Bruto - PIB (FIAS, 2006).

De acordo com o MITUR (2004), em 1973 o país recebeu cerca de 400.000 turistas provenientes principalmente da África do Sul, Zimbábue e Portugal. O Turismo desenvolveu-se em torno de três produtos: praia, fauna e ambiente dinâmico dos grandes centros urbanos (Maputo, Beira e Nampula). Tratava-se, portanto, de uma oferta única na África Austral possibilitada pelas praias tropicais com águas quentes e cristalinas para prática da pesca desportiva e atividades náuticas; contemplando uma fauna diversificada para a observação e caça e; de uma paisagem urbana cosmopolita.

A falta de segurança que se seguiu à independência nacional em 1975⁶⁹ resultou num acentuado declínio das atividades turísticas⁷⁰. Nos finais dos anos 1970 o Turismo era praticamente inexistente em consequência da guerra civil que se alastrou durante dezesseis anos. “A guerra civil que se seguiu quase paralisou todas as actividades económicas e resultou na destruição de grande parte da infra-estrutura técnica e social existente” (HUB, 2002, p.1). Este evento – guerra civil – para além de estimular o êxodo

⁶⁹ A 25 de Junho deste ano, Moçambique alcança a Independência nacional, segundo a qual deixa de ser colônia ao se tornar um país soberano, numa primeira fase dirigido em sistema de partido único, com a ideologia marxista. Até início de 1980, com esta ideologia, Moçambique iniciou seu processo de desenvolvimento socioeconômico com muitas limitações devido à falta de recursos em todos os níveis. No período pós-independência, o país se esforçou em traçar paradigmas de desenvolvimento com as suas próprias convicções e percepções (RÜCKERT, MUNGÓI, RAMBO, 2006). Como exemplo temos o Plano Prospectivo Indicativo (PPI), mais tarde abandonando face à crise econômica e social que levou o país à adoção em meados da década 80 à economia de mercado, sob a matriz de instituições financeiras internacionais (Banco Mundial, FMI). Recentemente, em Moçambique, constituem exemplos destas políticas, o Plano de Ação Para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA I e II), o Plano de Ação Para a Redução da Pobreza (PARP), a Agenda 2025, e o Fundo de Iniciativa Local (vulgos 7 milhões alocados aos projetos de iniciativa local).

⁷⁰ Para mais dados sobre a ruptura do Turismo no pós-independência ler Mosca (1989) e HUB (2002).

rural, arrasou a herança organizacional colonial do setor do Turismo que se encontrava em fase de ascensão (AZEVEDO, 2013).

Com a revitalização do Turismo, influenciada pela assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) em Outubro de 1992, que colocou fim à Guerra Civil perpetuada entre as forças de defesa nacional e o movimento armado do maior partido político da oposição (Renamo), Moçambique tornou-se de novo um ponto de referência nacional e internacional em Turismo. Foi neste contexto em que a política nacional deu prioridade à reabilitação do setor.

Como consequência, entre 1992 e 2002, houve uma recuperação significativa no número de entradas turísticas, com uma média de crescimento estimada em 8% (FIES, 2006). Com esta revitalização, o Governo privilegiou o setor como sendo estratégico para fomentar o desenvolvimento econômico e bem-estar social. Este processo culmina com a criação do Ministério do Turismo (MITUR) em 2000, órgão do governo responsável pelo planeamento da atividade turística nacional, através de diversos instrumentos que materializam o ressurgimento do Turismo em Moçambique, a luz das principais recomendações da Organização Mundial do Turismo⁷¹.

Através da Resolução nº 14 de 4 de Abril de 2003⁷², o governo aprovou a “Política do Turismo e Estratégia de sua Implementação” que estabelece a perspectiva orientadora do crescimento e desenvolvimento do Turismo. Nele constam os princípios gerais, os objetivos, e as áreas prioritárias de intervenção e atuação do Turismo. Por outro lado, existe o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique, aprovado pelo Conselho de Ministro a 12 de Outubro de 2004⁷³, que serve de base no processo de planificação estratégica. Este documento, moldando os objetivos da política turística: fixa prioridades específicas, define produtos e mercados,

⁷¹ Objetivando dar ao Turismo uma maior protagonismo, o país sentiu a necessidade de solicitar a OMT para formular uma estratégia nacional de desenvolvimento. Como reação, a OMT produziu em 1993, o primeiro plano de desenvolvimento estratégico (1993-1997). Documento este, que serviu de base para a elaboração da política nacional de turismo de 1995.

⁷² Está documento revoga a primeira Política Nacional do Turismo, aprovado pelo Conselho de Ministros, através da resolução Nº 2/95 de 30 de Maio de 1995.

⁷³ Resultado da revogação dos Planos Diretores anexos a Política Nacional de Turismo de 1995, aprovados em 5 de Outubro de 1999, através da Resolução Interna 13/99 do Conselho de Ministros.

identifica áreas prioritárias para o investimento em Turismo (APIT), e focaliza recursos necessários para o desenvolvimento do Turismo.

Portanto, diversas ações foram empreendidas para revigorar o Turismo nacional. Já em 1996, cerca de 550.000 turistas visitaram o país, mas, devido às grandes cheias de 1999/2000, a atividade turística teve outra recessão acentuada (HUB, 2002), ainda que posteriormente tenha recuperado a sua dinâmica. Nos anos seguintes, devido à ausência quase total de estatísticas de confiança, é impossível averiguar o progresso do número de visitantes ao país, fato que ainda se verifica na atualidade.

Um inquérito feito em 2001 nas quatro fronteiras principais contou apenas com um milhão de entradas, dos quais 429.000 correspondem a turistas domésticos (HUB, 2002). Em 1999 a “indústria do Turismo” representou uma percentagem de 2,8% do PIB, e a economia turística participou com 9,4% (WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL - WTTC, 1999). Entre 2005 e 2009, apesar da oscilação o setor continuou a contribuir com pelo menos 2% para o PIB, conforme ilustra a Tabela 8.

Tabela 8 – Contribuição do Turismo no PIB de Moçambique

ANO	2005	2006	2007	2008	2009
%	2,1	2,0	2,3	2,2	2,0

Fonte: MITUR (2013) In: Azevedo (2013)

No momento, o Turismo contribuiu com 2,5% para o PIB (FERRÃO, 2013; SUMBANA, 2008), muito próximo da média mundial (2,9%), e um pouco aquém de países da Europa (3,1%), de Portugal (5,6%) na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP); e da África do Sul (8%) a nível da região austral da África ou da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (CDAA), conhecida pela sigla SADC, como se demonstra no momento seguinte.

Dentro da SADC, em que Moçambique se encontra inserido, entre 2007 e 2010, o país disputou posições próximas a países que tradicionalmente se encontram bem situados no Índice de Competitividade Global em Viagem e Turismo, como Zimbábue e Botswana, conforme ilustra a Tabela 9.

Tabela 9 – Chegadas de turistas internacionais na região da SADC entre 2007-2010

Nº	PAÍSES DA SADC	ANO				RANKING REGIONAL			
		2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
1	África do Sul	9.091.000	9.592.000	7.012.000	8.074.000	1	1	1	1
2	Angola	195.000	294.000	366.000	425.000	13	12	11	11
3	Botswana	1.455.000	1.500.000	2.103.000	2.145.000	3	4	3	3
4	Lesoto	292.000	285.000	320.000	414.000	12	13	12	12
5	Madagascar	344.000	375.000	163.000	196.000	11	11	14	13
6	Malauí	735.000	742.000	755.000	746.000	9	10	8	10
7	Maurícias	907.000	930.000	871.000	935.000	5	6	7	6
8	Moçambique	771.000	1.815.000	2.224.000	1.718.000	8	3	2	4
9	Namíbia	929.000	931.000	980.000	984.000	4	5	5	5
10	R.D. Congo	Sem inf.	Sem inf.	53.000	81.000	15	15	15	15
11	Seychelles	161.000	159.000	158.000	175.000	14	14	13	14
12	Suazilândia	870.000	754.000	909.000	868.000	7	8	6	7
13	Tanzânia	692.000	750.000	714.000	794.000	10	9	9	9
14	Zâmbia	897.000	812.000	710.000	815.000	6	7	10	8
15	Zimbábue	2.506.000	1.956.000	2.017.000	2.239.000	2	2	4	2
TOTAL		19.845.000	20.895.000	19.355.000	20.609.000				

Fonte: OMT, 2007 à 2010, in: Azevedo (2013).

Analisando a tabela acima, constatamos que a África do Sul detêm a hegemonia no desenvolvimento do Turismo regional, evidenciado pelo número das chegadas turísticas internacionais às fronteiras nacionais. Para Azevedo (2013) o fenómeno é justificado pela diversidade de atrativos turísticos, pelos investimentos em infraestruturas básicas e turística, pelo poderio do marketing internacional e pela organização consolidada do setor. Eventos internacionais que este país tem organizado, como o Mundial de Futebol (Copa do Mundo) de 2010, serviu ainda de incentivo para dinamizar o Turismo, por meio de investimento indiretos e diretos a este setor de atividade que desempenha um papel fundamental na economia nacional.

Espelhando a realidade moçambicana, apesar das oscilações verificadas (assim como nos outros países), sobretudo depois de 2009, Moçambique também apresentou um crescimento significativo nas chegadas turísticas internacionais. Entre 2007 e 2009 o país quase triplicou nas chegadas.

Vale esclarecer que as oscilações resultaram da crise económica mundial, que despoletou em meados de 2008 a nível mundial. Neste período, o número de investimentos e de viagens internacionais, a partir do ano 2010, apresentou uma queda em Moçambique. Portugal, por exemplo, é um dos países que envia número considerável de turistas a Moçambique, e desde o ano de 2008 encontra-se mergulhado em problemas económicos que se refletem na vida

social dos habitantes deste país, originando menor número de chegadas ao país. (AZEVEDO, 2013, p.153).

Nesta linha de argumentação, situação semelhante observou-se nos países vizinhos como África do Sul, Suazilândia e Malawi, que viram seus números a reduzir-se, como impacto direto da crise econômica mundial.

A conjuntura econômica mundial, associada às políticas de austeridade, estabelecida pelo governo moçambicano na lógica de contenção dos impactos desta crise, resultaram na queda da dinâmica do Turismo que experimentava uma dinâmica crescente nos anos anteriores. Por exemplo, até 2008, dados revelam que as receitas do Turismo internacional cresceram o equivalente a US\$ 54 milhões em 3 anos, de US\$ 126 milhões em 2005 para US\$ 180 milhões em 2008 (MITUR, 2009).

A três anos atrás, o país retomou esta tendência evolutiva da estrutura turística. De acordo com o MITUR citado pelo Jornal Notícias⁷⁴, em 2011 o Turismo registrou um crescimento significativo arrecadando cerca de US\$ 230 milhões de receita para os cofres do Estado. O valor resulta da visita de mais de três milhões de turistas internacionais ao país, o que representa um aumento na ordem dos 9,6%, equivalentes aos mais de dois milhões e meio de visitas registradas no ano anterior (2010). As receitas do setor também cresceram na ordem de 17,1%, comparativamente ao ano anterior. Ainda de acordo com o Jornal Notícias⁷⁵, em 2012, o Turismo internacional rendeu ao Estado moçambicano mais de US\$ 248 milhões, cifra que representa um crescimento de 7% em relação a 2011.

O crescimento de chegadas de turistas internacionais, traduz-se no aumento de investimentos e de empregos, o que reforça a emergência de Moçambique neste setor, como argumenta Azevedo (2013), em harmonia com os dados ilustrados na Tabela 10, inerentes aos investimentos no setor no país entre 2003 e 2012.

⁷⁴ NACUO, Pedro. In: Jornal Notícia. Turismo aposta no cumprimento do programa quinquenal. Maputo, 09.06.2012. Disponível em <<http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/1454791>>. Consultado em 20.08.2013.

⁷⁵ JONAS, André. In: Jornal Notícia. Atividade turística cresce sete por cento. Maputo, 17.07.2013. Disponível em <<http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/1711683>>. Consultado em 20.08.2013.

Tabela 10 – Investimento e empresas geradas no setor de Hotelaria e Turismo entre 2003-2012

ANO	VALOR EM US\$	% NO TOTAL DE INVESTIMENTO	POSIÇÃO DO SETOR	TOTAL DE EMPRESAS GERADAS NO TURISMO
2003	31.446.289	3,66	5	588
2004	124.833.455	24,35	2	1.770
2005	175.608.543	36,61	1	3.967
2006	407.300.013	47,90	1	3.120
2007	272.187.625	3,38	3	4.952
2008	191.185.753	18,96	2	2.836
2009	264.129.388	4,59	2	3,545
2010	134.017.147	4,34	5	1.189
2011	95.162.415	3,34	7	1,318
2012	318.853.439	10,06	4	3,106
TOTAL	2.014.724.067	-	-	26,391

Fonte: Centro de Promoção de Investimentos de Moçambique - CPI, in: Azevedo (2013).

As cifras do Turismo nacional, conforme demonstram as tabelas 8, 9 e 10, apesar de ainda serem modestas, demonstram uma tendência de crescimento significativo, reconhecendo as oscilações e descontinuidades características do fenômeno Turismo. Por outro lado, ilustram a tendência de crescimento econômico positivo, possibilitada pelos investimentos, número de empregos e rendas gerados, e participação no PIB, o que posiciona o setor do Turismo como estratégico na dinâmica socioeconômica do país. Assim sendo, acreditamos que o impacto real desta evolução, precisa ser investigado no seio das comunidades locais, para que efetivamente, a atividade turística possa repercutir de forma sustentável na melhoria qualitativa dos padrões gerais de vida das comunidades e seus integrantes.

Finalmente, cabe destacar que em 2013, Moçambique conheceu mais um momento de recessão na sua dinâmica do Turismo doméstico e internacional, perpetuado pela falta de segurança política após vinte e um anos da assinatura do AGP, que marcou o fim de dezesseis anos de Guerra Civil. Tratou-se de uma forte tensão político-militar⁷⁶ que novamente envolveu as forças de defesa nacional e o movimento armado da Renamo, principalmente na região central do país, mais concretamente na localidade de Muxúnguè (distrito de Gorongosa, província de Sofala) que reduziu substancialmente a entrada de turistas às fronteiras nacionais.

⁷⁶ A tensão em causa, no geral é resultado de insatisfação e exigências da Renamo, relacionadas a processos eleitorais, administrativos e financeiros que segundo este partido, não estão a ser cumpridos a luz do AGP assinado na cidade de Roma, em 1992.

A tensão em referência, com período de pico entre Outubro de 2013 e Janeiro de 2014, tomou proporções alarmantes, pois, os focos de guerrilha se fizeram sentir em mais três províncias, nomeadamente Tete (distrito de Moatiz), Nampula (Repale) e no espaço onde se insere o nosso objeto empírico, isto é, Inhambane (sobretudo em Homoíne). Segundo Azevedo (2013, 2014) o número de vítimas mortais ultrapassou cinco dezenas e a quantidade de bens que se perderam é elevada.

Seguindo esta linha de argumentação, este cenário, foi e continua responsável pelo comportamento do consumidor turístico, no que diz respeito a fraca procura pelos atrativos-patrimoniais moçambicanos e, conseqüentemente, manchou a imagem que o país estava tentando reconstruir nos últimos dez anos, através de ações e prioridades estabelecidas no Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo.

Esta imagem de instabilidade política, lembrada pelas atuais ocorrências, continua a influenciar a baixa procura pela oferta de serviços nos estabelecimentos turísticos nacionais. Segundo o levantamento efetuado no MI, a título de exemplo, até a primeira semana de Dezembro, a taxa de reserva para a época alta ainda não tinha sido atingida a 100%, como revelou o Sr. Fernando Bebane⁷⁷, devido a este fenómeno recente que continua a impedir o movimento de fluxos turísticos, entre outros impactos relacionados. Contudo, até finais de Dezembro e princípios de Janeiro, a taxa de ocupação foi de 100%, pelo menos nos estabelecimentos por nós identificados⁷⁸.

Portanto, se hoje podemos falar da estabilidade política possibilitada pelo acordo assinado entre o Presidente (cessante) da República de Moçambique e o líder da Renamo, acreditamos que o desafio deve consistir na fortificação do diálogo entre estas partes envolvidas (agora governo e Renamo) e, outros atores, como as comunidades locais, devem ser envolvidos no provir das soluções, para que eventos da natureza não sejam cíclicos, pois, o que nos parece claro, alguns problemas políticos associados ao passado parecem ter sido marcantes e, deixaram vestígios na configuração da imagem de Moçambique como espaço/destino turístico.

⁷⁷ Gerente do Hotel Casa do Capitão localizado na área urbana do MI.

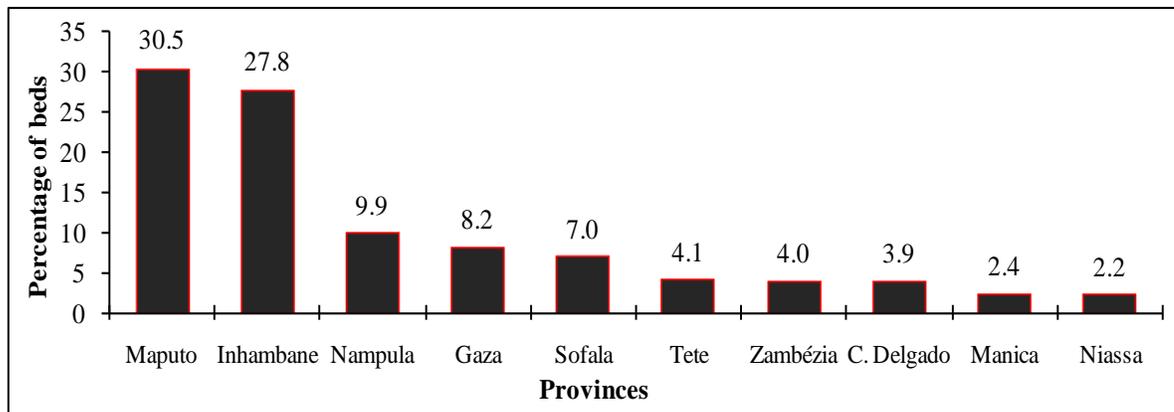
⁷⁸ Além do Hotel Casa do Capitão, trabalhamos com Barra Beach *Lodge* (Barra) e Hotel Tofo Mar (Tofo).

Contudo, sob determinadas condições, um novo modelo de Turismo pode impulsionar o desenvolvimento de forma positiva, sobretudo na área de preservação do patrimônio, melhoria da imagem nacional, e na questão da melhoria qualitativa das condições e dos padrões gerais de vida das comunidades locais.

6.1.1. O Turismo na Província e Município de Inhambane

A revitalização nacional do Turismo fez-se sentir de forma particular em Inhambane, como era de se esperar, por este espaço apropriar-se do título de “Capital do Turismo”. Inhambane é a província que ocupa a segunda posição, depois de Maputo (capital do país) no ranking nacional, em termos de capacidade de “indústria turística”, ou de oferta de equipamentos e serviços turísticos. De acordo com o INE (2008), Inhambane contava com 4574 camas em 2007 o equivalente a 27,8%, em termos de capacidade de alojamento turístico, como ilustra a Figura 10.

Figura 10 – Distribuição de leitos por província em Moçambique, 2007



Fonte: Nhantumbo (2009), in: INE (2008).

As chegadas turísticas internacionais, na província cresceram de 13.170 em 2001 para 20.280 visitantes em 2006, enquanto os visitantes domésticos aumentaram de 10.590 para 11.400 no mesmo período. O número total de visitantes aumentou de 23.760 a 31.680 no período de cinco anos (INE, 2008; NHANTUMBO, 2009). Flutuações no número de visitantes nacionais e estrangeiros são significativos, embora o número de visitantes domésticos não tenha aumentado significativamente. Dados

atuais demonstram que a tendência global nas chegadas foi sempre crescente, de 125.000 turistas em 2009 para 287.106 em 2013, conforme ilustra a Tabela 11.

Tabela 11 – Estatísticas do Turismo na Província de Inhambane, 2009-2013

INDICADOR	2009	2010	2011	2012	2013
Produção do setor (Milhões de US\$)	11,61	14,10	14,97	17,30	19,21
Nº de estabelecimentos	445	491	515	529	545
Nº de Quartos	5.900	6.500	6.988	7.368	7.760
Nº de Camas	12.200	13.000	13.780	14.606	15.483
Nº de Trabalhadores	5.165	5.568	5.902	6.256	6.631
Nº Projetos Aprovados	59	61	64	68	73
Nº de Turistas	125.000	157.520	231.600	338.400	287.106
Investimentos (Milhões de US\$)	182,56	186,20	183,25	229,56	247,88

Fonte: DPTURI, 2014.

As pessoas empregadas no setor do Turismo também aumentaram entre 2009 e 2013, de 5.165 para 6.631 funcionários. Apesar da crise econômica mundial e da tensão político-militar que o país conheceu, em Inhambane, observa-se que os números de estabelecimentos turísticos, quartos e camas cresceram 22%, 32% e 27%, respectivamente, entre 2009 e 2013, destacando-se ainda a produção nos estabelecimentos, que cresceu de forma impressionante, rendendo US\$ 19,21 milhões em 2013, mais 65% que o ano 2009. O investimento no setor aumentou de US\$ 182,56 milhões em 2009 para US\$ 247,88 milhões em 2013. Por outro lado, os dígitos de projetos turísticos aprovados aumentaram 24% no igual período comparativo.

Estes indicadores refletem claramente o aumento do fluxo de turistas para Inhambane, e ressaltam a necessidade de investigar este cenário de evolução e refletir seu impacto real nas comunidades locais. De acordo com o Plano Estratégico do Município de Inhambane 2009-2019, o Turismo é a principal atividade, mas que o conhecimento do município nesta área ainda está pouco desenvolvido, bem como o papel que poderá desempenhar para atrair e controlar um Turismo que faça uso sustentável dos recursos locais (INHAMBANE, 2009).

De acordo com o levantamento efetuado na DPTURI, no âmbito do cumprimento e implementação do Plano Económico e Social 2014, até o terceiro trimestre de 2014 (Janeiro a Setembro), a produção global do setor do Turismo para o ano 2014,

calculada em quase US\$ 20 milhões e o volume de investimento para o período em referência, avaliada em US\$ 258 milhões, já tinham atingido 78% e 43% de execução, respectivamente, e previu-se um crescimento da produção global do sector em 3,13% em relação ao ano 2013 e 3,7% de incremento em volume de investimento. As principais ações desenvolvidas até o terceiro trimestre de 2014, consistiram:

- a) No desenvolvimento de ações de promoção com vista a posicionar Inhambane como destino turístico de classe mundial;
- b) Na promoção do Turismo doméstico, com vista a redução da sazonalidade através de criação de pacotes promocionais;
- c) Em prosseguir com a reserva de espaços para o desenvolvimento e promoção de investimentos; e
- d) Na aprovação e implantação do Plano Estratégico do Turismo da Província de Inhambane.

Não obstante, conforme fizemos referência, em consideração aos principais constrangimentos do desenvolvimento do Turismo em Moçambique, observa-se que estes se fizeram sentir de forma particular em Inhambane, como ilustra a Tabela 12, quando compara-se a evolução da atividade entre o terceiro trimestre de 2013 e 2014.

Tabela 12 – Evolução do Turismo no III Trimestre 2013/2014

INDICADOR	JANEIRO A SETEMBRO 2013	JANEIRO A SETEMBRO 2014	% CRESC
Produção do sector (US\$)	14.384.690,32	15.030.580,65	4,5
Receitas do Estado (US\$)	2.397.448,39	2.505.096,77	4,5
Nº Estabelecimentos	51	28	-45,1
Postos de trabalho	672	356	-47,0
Nº de Projetos aprovados	40	36	-10,0
Nº de Quartos previstos	768	510	-33,6
Nº de Camas previstas	1536	1020	-33,6
Nº Turistas	172.300	135.019	-21,6
Investimentos (US\$)	131.748.387,10	109.841.203,87	-16,6

Fonte: DPTURI, 2013-2014.

Apesar das entradas turísticas terem registrado um decréscimo comparativamente ao terceiro trimestre de 2013, dados da DPTURI 2013-2014, revelam

que a produção do setor⁷⁹ e as receitas⁸⁰ do estado registraram um ligeiro incremento em cerca de 3.8%, no igual período e 2014. Esta subida foi motivada por fatores como por exemplo a contribuição dada pelas áreas de conservação com o incremento das taxas de entradas, a melhoria da colaboração com o setor privado na canalização das receitas e o pagamento de impostos, bem como o aumento do tempo médio de estadia dos turistas.

Por outro lado, como ilustra a Tabela 12, nota-se um decréscimo em relação ao número de novos estabelecimentos, fluxos turísticos, empregos gerados, projetos aprovados, investimentos no setor, quartos e camas previstas, comparativamente ao igual período de 2013. Este fato, de acordo com os dados da DPTURI, 2014 deve-se:

- a) A desinformação propagada pelos órgãos de comunicação social a nível da região em relação a situação política no país, o que tem afetado o movimento turístico e novos investimentos, visto que, Moçambique tem grande dependência dos mercados emissores Sul-africano e Zimbabuanos;
- b) E a falta de ligação aérea entre o centro e norte com a província causando desta forma uma fragilidade em relação ao Turismo doméstico.

Adentrando no nosso objeto empírico (MI), de acordo com o levantamento efetuado no terreno, num universo de 545 estabelecimentos turísticos cadastrados na província, maior parte destes (24%) localizam-se no município em análise (Tabela 13). Estes objetos turísticos são representados apenas pela rede de alojamento (hotéis, pensões e *lodges*) e de restaurantes.

Contudo, os objetos turísticos do município, no geral, correspondem a sociedades coletivas de natureza estrangeira (principalmente de capital sul-africano), de uma a quatro estrelas em termos de classificação, que se dedicam a oferta de alojamento, restauração, agenciamento, eventos e entretenimento em bares, boates, danceterias, clubes, parques de diversão e campos de golfe.

As principais atividades turísticas oferecidas aos visitantes são: mergulho, natação, pesca desportiva, safári oceânico, caiaque, caminhadas, passeios de barco, observação

⁷⁹ Produção relativa aos estabelecimentos turísticos.

⁸⁰ Receitas para os cofres do Estado, através dos impostos cobrados nos estabelecimentos.

da natureza, observação de animais, visita a locais histórico-culturais, hipismo, ciclismo, fotografia e filmagem *city-tour*, *sightseeing* e *windsurfe*.

Tabela 13 – Resumo dos objetos/estabelecimentos turísticos na Província de Inhambane

N	Cidade ou Distrito	N Estabelecimentos			Quartos	Camas	Mesas	Cadeiras	Investimentos US\$	PE Aloj	PE Rest	PE Total
		Total	Aloj	Rest								
1	Inhambane	130	87	43	2471	4730	433	1431	7,465,489.16	1606	311	1917
2	Maxixe	24	10	14	183	333	128	471	318,387.10	147	68	215
3	Jangamo	50	46	4	1086	2231	24	132	7,217,502.74	487	15	502
4	Inharrime	18	15	3	258	532	20	106	1,438,304.80	313	23	336
5	Zavala	20	7	13	195	484	79	347	562,935.48	153	78	231
6	Morrumbene	19	14	5	338	732	32	124	4,411,539.93	214	18	232
7	Massinga	43	30	13	527	1008	92	396	1,978,888.48	370	133	503
8	Mabote	19	9	10	104	208	102	275	106,451.61	65	50	115
9	Vilankulo	114	76	38	1543	3231	190	746	5,834,064.52	1068	192	1260
10	Inhassoro	77	56	21	816	1452	43	200	1,646,784.94	497	61	558
11	Homoine	7	3	4	29	58	27	100	58,387.10	29	21	50
12	Govuro	18	13	5	123	246	29	126	77,741.94	88	44	132
13	Panda	3	-	3	8	16	63	239	25,483.87	-	20	20
14	Funhaloro	3	-	3	12	20	-	-	17,741.94	-	21	21
TOTAL		545	366	179	7693	15281	1217	4601	31,159,703.56	5037	1034	6071

Legenda: Aloj – Alojamento; Rest – Restaurante; PE – Pessoas Empregadas

Fonte: DPTURI, 2014 e CMCI, 2013.

Como podemos observar na tabela acima, a hegemonia do MI, enquanto espaço apropriado pelo Turismo é justificada ainda pelo volume de investimentos e pessoas empregadas nos estabelecimentos turísticos, com 24% e 32%, respectivamente. Cabe ressaltar, que estas infraestruturas distribuem-se majoritariamente na área urbana do município, e nos bairros que compreendem as praias da Barra e do Tofo, conforme demonstramos no Mapa 3, e, tal como resume-se na Tabela 14.

Tabela 14 – Distribuição dos objetos turístico por área do MI

ÁREA	LOCALIZAÇÃO POR BAIRRO	CATEGORIA	SUBTOTAL	TOTAL
Urbana do MI	Balane I, II e III Liberdade I Chamane I	Agências de viagem	2	48
		Casa de hóspedes	2	
		Lodges	1	
		Bar	8	
		Restaurantes	13	
		Outros	22	
Praia da Barra	Conguiana	Casa de hóspede	1	47
		Lodges	28	
		Campismo	1	
		Outros	17	
Praia do Tofo	Josina Machel	Agências de viagem	1	35

		<i>Lodges</i>	7	
		Restaurantes	4	
		Outros	23	
Praia do Tofinho	Josina Machel	Casa de hóspedes	2	4
		<i>Lodges</i>	1	
		Outros	1	
Outras Áreas	Outros Bairros	Casa de hóspedes	2	5
		Botequim	2	
		<i>Lodges</i>	1	
TOTAL				139

Fonte: DPTURI, 2013 e Azevedo (2014).

No geral, a atração de investimentos para o MI, sobretudo nas áreas em análise neste momento (área urbana e praias da Barra e do Tofo), é justificada em primeiro lugar, pela qualidade e singularidade dos atrativos-patrimoniais, conforme destacamos no inventário. São bens materiais e imateriais que mesmo não contando com um acentuado desenvolvimento turístico, isto é, no que diz respeito a existência de objetos turísticos em seu redor, atraem por seu talento, visitantes exploradores que gostam de ser os pioneiros na descoberta de atrativos.

Os operadores turísticos são unânimes em afirmar que uma das principais razões da escolha deste lugar para a construção dos seus estabelecimentos, tem a ver com o número de turistas que demandam o MI, que nos últimos tempos vem apresentando índices significativos de crescimento. Dos 231.600 turistas que visitaram a província em 2011, a maioria (30%) preferiu o MI, num universo de 14 distritos (INE, 2012). Este número significou um aumento na ordem de 62.405 turistas que escolheram a província no ano anterior, segundo o qual, o município em estudo arrecadou o maior valor percentual (32%) (DPTURI, 2011).

No que se refere aos investimentos no setor do Turismo, constatou-se que nos últimos anos a aquisição subiu substancialmente, de US\$ 16.000,00 em 2005, para US\$ 56.000,00 em 2007 e US\$ 2.085.000,00 em 2008 (DPTURI, 2009). Assim demonstrado, o investimento cresceu na ordem de 133% em apenas 3 anos; o que significa que o setor evoluiu de forma impressionante.

Finalmente, nos dias que correm, segundo o levantamento efetuado na DPTURI, dos 59 projetos em pauta, com um total de volume de investimento na ordem de US\$

63.634.971,74, cerca 24 projetos foram aprovados, dos quais sete já estão na fase de construção. Por outro lado, 25 destes ainda aguardam o parecer e despacho final. O remanescente corresponde a iniciativas ainda na fase de tramitação ou reprovadas.

Pensamos serem estes, os principais predicados que ressaltam a necessidade de intensificar a investigação do fenômeno Turismo em Inhambane, pois, tal como demonstram as cifras, estamos perante uma tendência generalizada de crescimento da estrutura turística no MI. Assim sendo, essa convergência não se justifica linearmente pelo aumento de fluxos turísticos no município, mas antes, pela singularidade do patrimônio cada vez mais valorizado e (re)apropriado pelo sujeitos do Turismo (turistas e operadores turísticos). Neste processo, estão as comunidades locais que, como sujeitos, também procuram atribuir maior dimensão ao Turismo, uma vez que o fenômeno é cada vez mais expressivo no seu espaço cotidiano. Ou será que não? Provisoriamente, esta indagação constitui nosso ponto de partida, sobre o qual, procuramos perceber, o significado atribuído ao desenvolvimento do Turismo no MI, por parte dos residentes, como é salientado a seguir.

6.2. Significado do Desenvolvimento do Turismo: Olhar do Lugar

A leitura do Turismo, enquanto atividade transformadora e (re)organizadora do espaço de lugar, considerou como universo alvo de análise, a população residente nos bairros que compreendem as três áreas delimitadas do MI; que vimos ser a área urbana do município (Bairro Balane), com 26% da amostra⁸¹; e as praias da Barra e Tofo, abrangidas pelos bairros Conguiana (47%) e Josina Machel (27%), respectivamente.

Relativamente às características da amostra, verifica-se que 58% dos entrevistados são do sexo masculino e 42% do sexo feminino. Dos três escalões etários, aquele que apresenta o maior peso relativo é o dos 25 aos 54 anos, com 58%. A maioria dos residentes enquadra-se na categoria de “casado(a)/vive com companheiro(a)” (60%), seguindo-se os solteiros (35%), conforme a Tabela 15.

⁸¹ Ressaltar que a amostra da população residente foi de 375 habitantes, estratificados nos três bairros.

Tabela 15 – Caracterização sociodemográfica dos residentes por área/bairro

Caracterização Sociodemográfica	TOTAL (100%)	Área Urbana (26%)	Praia da Barra (47%)	Praia do Tofo (27%)
Sexo				
Masculino	58%	60%	57%	57%
Feminino	42%	40%	43%	43%
Total	100%	100%	100%	100%
Grupo Etário				
15 – 24 anos	33%	26%	42%	25%
25 – 54 anos	58%	62%	51%	67%
> 55 anos	9%	12%	7%	8%
Total	100%	100%	100%	
Estado Civil				
Solteiro(a)	35%	31%	39%	31%
Casado(a)/vive c/ companheiro(a)	60%	60%	57%	64%
Outro	6%	9%	4%	5%
Total	100%	100%	100%	100%
Escolaridade				
Ensino Primário	47%	28%	47%	64%
Ensino Secundário	41%	50%	44%	26%
Ensino Superior	13%	22%	9%	10%
Total	100%	100%	100%	100%
Educação em Turismo				
Sim	32%	34%	25%	44%
Não	68%	66%	75%	56%
Total	100%	100%	100%	100%
Situação Profissional				
Exerce atividade	57%	53%	57%	58%
Desempregado	9%	11%	8%	10%
Doméstica	9%	6%	10%	9%
Estudante	19%	20%	19%	18%
Aposentado/Reformado	7%	10%	6%	5%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: O autor, com base no levantamento efetuado no campo, 2014-2015.

Na análise do nível de escolaridade foi feito um agrupamento prévio em três categorias: “analfabeto ou ensino primário” (47%), “ensino secundário” (41%) e “ensino superior (13%)”. A maior parte dos respondentes (68%) não tem educação em Turismo; quer no ensino básico ou médio, quer na formação de nível superior. Por fim, na Tabela 15, observa-se que a maioria dos entrevistados (57%) exerce alguma atividade profissional, seguindo-se os estudantes (19%), as domésticas e os desempregados, com 18% distribuídos equitativamente e, por último, com 7%, os aposentados.

No momento seguinte, para uma melhor interpretação perceptiva da população residente, face ao desenvolvimento do Turismo, procuramos organizar os dados em principais categorias, agrupando-os em componentes, de acordo com as respostas

obtidas nas conversas dialogais. A partir do mapa perceptual representativo das categorias, e do cruzamento de opiniões diversas, refletiu-se sobre a opinião deste ator – sujeito indispensável – no processo de desenvolvimento do Turismo.

6.2.1. População residente e reação ao desenvolvimento do Turismo no MI

Para efeitos de clareza na leitura dos resultados, recorreu-se à análise de componentes principais para dados categorizados, ao conjunto de 20 variáveis. As referidas variáveis foram sintetizadas em três componentes (conforme Tabela 16) que melhor representam os custos e os benefícios do Turismo, de acordo com as percepções dos residentes do MI.

Tabela 16 – Percepção local do contributo do Turismo por área/bairro

Componentes	TOTAL (100%)	A. Urbana (26%)	P. da Barra (47%)	P. do Tofo (27%)
<u>Benefícios na Qualidade de Vida</u>				
Piorou	13%	12%	12%	15%
Manteve	12%	13%	11%	13%
Melhorou	21%	16%	20%	27%
Não sei ⁸²	54%	59%	57%	45%
Total	100%	100%	100%	100%
<u>Custos Socioambientais do Turismo</u>				
Piorou	16%	15%	14%	21%
Manteve	13%	14%	11%	17%
Melhorou	16%	12%	18%	17%
Não sei	54%	59%	57%	45%
Total	100%	100%	100%	100%
<u>Benefícios Econômicos do Turismo</u>				
Piorou	11%	14%	9%	12%
Manteve	11%	12%	8%	17%
Melhorou	24%	15%	26%	27%
Não sei	54%	59%	57%	45%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Autor (2015), de acordo com as entrevistas à população residente do MI, 2014-2015.

Ponderando as variáveis que evidenciaram uma percentagem mais elevada em cada um dos componentes, estes foram designados da seguinte forma:⁸³

⁸² Refere-se ao conjunto de respondentes que optou pela indiferença nas respostas e, aqueles que não foram abrangidos nesta fase de levantamento de dados, isto é, nesta fase, priorizou-se os residentes que tinham pelo menos o ensino secundário, no nível de escolaridade. Os residentes indiferentes reconhecem menos os benefícios do Turismo – quer na qualidade de vida, quer em termos econômicos – mas também não consideram que esta atividade traga custos ambientais e socioculturais significativos.

▪ **Componente 1 – “Benefícios na Qualidade de Vida”**

Engloba variáveis inerentes à qualidade de vida, sendo estes de âmbito econômico, social e ambiental. Valores elevados neste componente significam que os entrevistados denotam crenças nos benefícios gerais do Turismo para o bairro onde residem e para o município, no que se refere a qualidade de vida. A maioria dos respondentes (16% da área urbana, 20% da Barra e 27% do Tofo), concordam que as afirmações incluídas neste componente (como a infraestrutura urbana e qualidade dos serviços públicos e de apoio ao Turismo)⁸⁴ melhoraram.

Através destes resultados, concluímos que os munícipes de Inhambane, depositam uma grande esperança no Turismo como meio para melhorar a sua qualidade de vida, pois, apesar deste percepção, os residentes reconhecem que certas ocorrências, como a inflação do preço dos produtos básicos e o acesso a equipamentos e serviços turísticos, tendo piorado consideravelmente, são uma das consequências negativas diretas do desenvolvimento do Turismo.

▪ **Componente 2 – “Custos Sociais e Ambientais do Turismo”**

Inclui variáveis relacionadas com as preocupações socioambientais inerentes a desigualdades sociais, problemas sociais (droga, alcoolismo e prostituição), insegurança e criminalidade, respeito às tradições no relacionamento com os turistas, alterações paisagísticas e da biodiversidade, poluição ambiental, qualidade estética pela construção de objetos turísticos e deterioração de locais de interesse histórico-cultural. Sem considerar os que optaram pela indiferença, observamos que os residentes, ao mesmo tempo que manifestam uma atitude positiva em relação a este componente (16%), também concordam que o Turismo trouxe consigo, custos socioambientais substanciais (16%).

⁸³ Corroborando com a proposta de Ribeiro e Valle (2013), destacamos as três componentes, que foram corporificadas a partir dos resultados das entrevistas direcionadas aos residentes do MI.

⁸⁴ Neste momento destacamos os serviços de abastecimento de água, fornecimento de energia eléctrica, iluminação pública, recolha de lixo, saúde, setor bancário, oficinas mecânicas, segurança pública no município, bem como os serviços de comunicação e sistema de transportes (vias de acesso e qualidade dos transportes rodoviários e marítimos), que na opinião dos residentes tem estado a melhorar.

Estes custos, apesar de serem percebidos no município, como se compreende nas falas (R15, R12, R9 e R17), foram evidenciados pelos respondentes da área urbana, que devido ao maior nível de escolaridade, apresentam uma atitude mais realista/moderada ao fenômeno, apesar do pouco envolvimento com o Turismo. Por outro lado, os habitantes do Tofo, também assinalaram estes custos, uma vez que os impactos negativos do Turismo, são mais visíveis nesta praia.

▪ **Componente 3 – “Benefícios Econômicos do Turismo”**

Contempla variáveis de ordem econômica, segundo os quais se verificam fortes níveis de concordância para as três áreas do município. No momento, priorizamos três variáveis, a saber: posto de emprego, rendimento do Turismo que por sua vez possibilita a melhoria da qualidade de vida e, oportunidades de trabalho/negócio associado ao Turismo. Podemos concluir que a maioria dos entrevistados (15% da área urbana, 26% da Barra e 27% do Tofo), reconhecem que o Turismo traz benefícios para o seu bairro e para a economia do MI.

Assim, depreende-se que os residentes do município depositam uma grande expectativa em relação ao desenvolvimento do Turismo no seu lugar, principalmente, no que concerne aos benefícios econômicos e melhoria da qualidade de vida. Por outro lado, na sua percepção, ao mesmo tempo em que se apela pela sustentabilidade da atividade, em discursos diversos; o Turismo continua a ser um dos principais responsáveis pelos custos socioambientais acrescidos neste município. Em síntese, os residentes em referência, apesar de terem uma atitude favorável face ao Turismo, começam a perceber gradualmente, pela experiência, que a territorialidade nômade dos turistas, a atitude dos investidores e operadores privados, associado ao papel subsidiário do Estado, nem sempre se preocupa com a preservação do patrimônio do lugar, como demonstram os depoimentos de alguns residentes:

“Sou residente no Bairro Balane e nunca residi noutro lugar [...] Formei-me em Planeamento Turístico na Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane. Antes de me formar em 2007, já era professor no ensino secundário, e hoje com formação em turismo, levo alguns assuntos para debate na sala de aulas, relacionados com o turismo e bens patrimoniais. Infelizmente, sinto falta de políticas e planos concretas de preservação do nosso património. Os nossos monumentos, que refletem diferentes momentos da nossa rica história estão claramente abandonados e em plena degradação.

Outros viraram estabelecimentos comerciais e isso é comum em Inhambane, terra de boa gente e segunda cidade mais antiga da Pérola do Índico. Essa falta de interesse por parte das autoridades municipais e outros agentes envolvidos é muito preocupante e estamos a comprometer nossa história e cultura que também fazem (e/ou deve fazer) parte do nosso produto turístico” (R15).

“Bom, eu não duvido da importância do turismo para o nosso município, isso é visível nas comunidades, pois as pessoas são empregadas nos empresas turísticas e criam oportunidades de trabalho, vendendo seu pescado, produtos agrícolas, artesanato, etc. Meu problema é ver nossos compatriotas a deixarem suas atividades normais e se dedicarem apenas a este setor, pior, não acho que a cultura, expressa através de objetos artísticos, como o artesanato, o canto e dança local, como exemplo; deve ser alienada ao turismo, se assim for, ela perde a sua essência [...]. Não podemos comercializar nossa cultura dessa forma ou insustentavelmente; precisamos sim, demonstrar aos visitantes, mas não pode ser essa a única finalidade, uma vez que essas manifestações são nossas e transmitidas de geração em geração” (R12).

“Hum, o turista quando chega aqui, é muito bem recebido. Essa é a qualidade do manhembana⁸⁵. Não sei se essa nossa característica nos torna menos importantes, não sei!!! O que vejo, é que alguns turistas não respeitam as nossas tradições, ou formas de ser e estar. Circulam descamisados ou seminus; as mulheres expõem partes inadequadas dos seus corpos, algo que fere nossa identidade. Porque eles são estrangeiros, tem dinheiro, então ninguém faz nada??? Nossos filhos, imitam a esses turistas e perdem-se nas drogas, prostituição e criminalidade. Abandonam a escola porque vivem alcoolizados todos dias, achando que isso é prática dos turistas” (R9).

“O desenvolvimento da atividade turística [...] degrada o nosso meio ambiente. Tofo de hoje, está diferente do Tofo de ontem [...] a pressão é maior, as construções nas dunas, a condução de veículos na costa, a massificação do turismo e a má gestão do lixo periga o ambiente. Como exemplo, porque a praia do Tofo já não tem capacidade, o Festival do Tofo, agora realiza-se na praia da Barra [...] eu me pergunto, será que Barra daqui a dez, vinte e trinta anos, estará ainda em condições? A ver vamos” (R17).

Ao mergulhar nestas falas, reconhecemos a emergência de um pensamento inquietante dos residentes do MI, face às questões patrimoniais na interface com o Turismo. Momentaneamente, estas são as desordens e desorganizações do desenvolvimento turístico (corroborando com TELFER e SHARPLEY, 2008 e MORIN, 2000). Sem sombra de hesitação, esta percepção precisa ser considerada a curto e médio prazos, por parte das instituições de competência; pois, como argumenta Rodrigues (2007), o patrimônio expressa uma cultura, cujo acesso se dá através da memória, da história e dos vestígios. Assim, assumir o patrimônio na sua integridade e diversidade implica na sua reformulação em termos de lastro cultural, expressão de identidades e diferenças, de consensos e conflitos, que permitam identificar os processos que originaram tais bens, assim como sua valorização, articulando-se a

⁸⁵ Expressão local para designer o indivíduo nascido e/ou residente em Inhambane.

densidade histórica com os significados mais recentes, produzindo, portanto, ressignificações que não se confundem com o uso indiscriminado da visitação turística.

As observações realizadas no campo, comprovam cada vez mais que a visitação turística no MI faz parte do cotidiano local, tal como se vincula em fontes diversas (revistas, guias turísticos, Internet, agentes de viagem). Não obstante, pensamos que a cultura e suas manifestações não podem ser alienadas ao Turismo, como se percebe nos relatos R15, R12 e R9, onde há uma preocupação pela preservação dos valores locais. Portanto, como alerta Xavier (2007), o Turismo voltado para os valores culturais não pode perder de vista o conhecimento e respeito pelo lugar, de uma época ou de um estilo de vida pelo valor simbólico e representativo de uma coletividade. Essa lógica comercial, onde a cultura passou a desenvolver uma semântica empresarial (CHOAY, 2001), para nós, não é a única forma do consumo patrimonial pelo Turismo.

Por outro lado, vale reconsiderar, que o desenvolvimento do Turismo não se resume a uma compatibilização entre a oferta de produtos turísticos e a procura turística; dado que o fenômeno envolve um conjunto de interações entre turistas e residentes. A aceitação deste por parte da população residente, deve ser um elemento fundamental no processo (ANDERECK, VALENTINE, KNOFF e VOGT, 2005). A percepção dos residentes em relação aos impactos do Turismo é um fator importante a ter em conta em termos de planejamento, pois, acreditamos que dele depende o êxito do planejamento e desenvolvimento do Turismo, a curto e longo prazos. Assim sendo, o estudo das necessidades, expectativas e percepções dos residentes, deve consistir em um ponto de partida chave em qualquer plano, projeto e programa turístico (SIMMONS e FAIRWEATHER, 1998⁸⁶ apud RIBEIRO e VALLE, 2013).

O Turismo é tradicionalmente referenciado como capaz de gerar emprego e rendimento para as comunidades locais e é igualmente um meio eficaz para a preservação do patrimônio, criação de infraestruturas, comunicação cultural e estabilidade política (ANDRIOTIS, 2002). Como verificamos no espaço turístico do MI, é devido a maioria destes efeitos positivos que muitos residentes consideram o Turismo como uma atividade globalmente promissora, capaz de reduzir problemas de

⁸⁶ SIMMONS, D. G., and JR. FAIRWEATHER. Towards s Tourism plan for Kaikoura, Report no 10, **Tourism Research and Education Center**, Lincoln University, New Zealand, 1998.

subdesenvolvimento, modernizar a base econômica e de fixação da sua população, como discorrem Andriotis e Vaughan (2004), Pearce (2002) e Erbes (1973). Butler (1980) sustenta ainda que, em espaços turísticos onde o desenvolvimento do Turismo ainda é incipiente, as populações locais têm uma atitude predominantemente favorável face ao Turismo; fato este, que foi observado no MI, associado às conversas dialogais estabelecidas com os residentes locais.

Por outro lado, devido a ligação que existe entre o desenvolvimento do Turismo e a atitude dos residentes; com o aumento dos visitantes, os residentes que no início eram claramente favoráveis nas suas atitudes em relação aos turistas tendem a desenvolver reservas crescentes a respeito dos benefícios a longo prazo da presença desses visitantes (BUTLER, 1980). Esta percepção, começa a ter alguma expressão nos residentes da área urbana do MI e do Tofo. Na Barra, pela modalidade de Turismo (não massificado), associado ao baixo nível de escolaridade da população, as reservas são no momento invisíveis. Xavier (2007), na mesma linha de tessitura de Butler (1980), sustenta ainda que esta atitude, deve-se ao fato da percepção ser individual e seletiva, daí que as respostas dadas pela população serem também alteradas, à medida que o desenvolvimento do Turismo vai adquirindo maiores proporções. Para nós, esta observação, se reflete mais na Praia do Tofo.

Os trabalhos de Faulkner e Tideswell⁸⁷ (1997 apud RIBEIRO e VALLE, 2013) vem confirmar ainda a ideia de Butler, e de outros autores (como SMITH e KRANNICH, 1998⁸⁸), na lógica de existência de uma tipologia de populações/residentes com experiências diferentes em termos de seu envolvimento com o Turismo. Estes autores mostram igualmente que as atitudes dos residentes são mais negativas em lugares turísticos maduros e mais positivas em lugares com um desenvolvimento turístico ainda incipiente; sendo a última lógica, intrínseca ao MI; não obstante as diferenças relativas de cada área, onde se verificou que os residentes não tem percepções tão homogêneos em relação ao Turismo, uma vez que estas, são conduzidas em grande

⁸⁷ FAULKNER, B., e TIDESWELL, C. *A framework for monitoring community impacts of tourism*. **Journal of Sustainable Tourism**, 5(1), 3-28.

⁸⁸ SMITH, M. D., e KRANNICH, R. S. *Tourism dependence and resident attitudes*. **Annals of Tourism Research**, 25(4), 783-802.

parte, pela forma como o Turismo influencia as suas vidas e das suas comunidades, como defendem Lankford e Howard (1994) e Xavier (2007).

Contudo, entendemos que no geral, os residentes do MI ainda não apresentam tantas reservas com o desenvolvimento Turismo, devido aos benefícios encontrados com a vinda de turistas no seu espaço de lugar. Neste caso concreto, o Turismo representa um dos principais eixos de subsistência local, com efeitos econômicos importantes, sobretudo ao contribuir consideravelmente para a criação de emprego, geração de renda e criação de oportunidades de negócio.

Constatamos que é nas praias onde a população residente tem mais contato com o Turismo e, é onde a atividade constitui principal fonte de renda (mais de 75%). Tendo o conhecimento da existência do Turismo no seu espaço de lugar, os empregos⁸⁹ diretos e indiretos, constituem a principal forma de ligação dos residentes com o Turismo, daí que para a maioria dos entrevistados (88%), o Turismo é bem-vindo no seu bairro. Portanto, são residentes que ganham a vida no Turismo; tem contato direto com os turistas, como parte do seu trabalho; ou o Turismo é a principal fonte de rendimento familiar; ou ainda, têm algum familiar próximo envolvido profissionalmente no setor, como revelam as falas dos nossos entrevistados da Barra e do Tofo:

“Trabalho num dos maiores loges da Barra há mais de dez anos. Comecei como um funcionário eventual [...] (empregado de mesa). Meu desempenho e conhecimentos básicos em inglês me mantiveram no lodge. Com o passar do tempo, experimentei outras áreas funcionais. Hoje sou gerente na área de gestão de stock e abracei a área com muita responsabilidade. Por reconhecer a importância da escola, estudei muito até terminar a 12ª classe [...] Desde 2012 sou estudante de Gestão (Pós-laboral) na Universidade Eduardo Mondlane. O turismo é muito importante para mim, trouxe-me emprego e melhorou meu rendimento. Isso digo ainda para o meu bairro” (R4).

“Tenho amigos e pessoas da minha família empregados aí nas estâncias turísticas. Eu antes comprava e revendia diretamente a essas estâncias mariscos, frutas e vegetais, mas não gostava. Até que descobri o que faço hoje. Sou guia de turismo independente. Recebo turistas de vários partes do mundo [...], mostro a eles pontos interessantes daqui do Tofo; as vezes da Barra e da cidade. Não recebo muito dinheiro, não, mas sou feliz porque graças ao turismo, sustento minha família honestamente” (R7).

“Sou músico, toco instrumentos tradicionais, principalmente a Timbila. Criei minha banda e costumamos tocar no Dinno’s Bar, Barra Lodge, Casa do Capitão e Flamingo Bay. Trabalhar com estes lodges é muito bom! [...], conseguimos manter a banda e temos

⁸⁹ Trabalhando com a variável emprego, Xavier (2009) observou que 3 em cada 5 pessoas que tem emprego em Inhambane, que não estejam na função pública, um trabalha numa estabelecimento turístico ou então num negócio que é alimentado pelo Turismo. Neste sentido, o Turismo, em termos de impactos econômicos, tem nos empregos diretos e indiretos a sua maior incidência; sendo que cerca de 95% da mão-de-obra é local e 5% estrangeira.

nossa comissão. Se não fossem estes lodges, acredito que não teríamos pernas para continuar, já que o governo nada faz para ajudar os músicos de Inhambane” (R3).

Como estes depoimentos, são vários os relatos de residentes envolvidos no Turismo no MI; desde estudantes, pescadores, artesãos, músicos, até comerciantes. São residentes com envolvimento direto e indireto no setor. Para resumir (corroborando com Xavier, 2007), os pressupostos que explicam a atitude positiva dos residentes do MI, face ao desenvolvimento do Turismo, são:

- O reconhecimento dos benefícios econômicos em detrimento das contradições ou externalidades negativas que a atividade proporciona;
- A tomada de consciência proporcionada pela mídia, em considerar quase que exclusivamente apenas os impactos positivos do Turismo nos lugares;
- Os poucos conhecimentos e informações sobre o fenômeno turístico, onde os residentes observam as atividades, mas permanecem sem saber o que fazer, quer como produtores, quer como consumidores do Turismo; e
- A não e/ou reduzida incorporação da dimensão do Turismo em seu mundo vivido, ou seja, o Turismo não faz parte da cultura dos residentes do MI.

Reinterpretando autores⁹⁰ diversos, inspirados na Teoria de Mudança Social, possibilitada pela atividade turística, enquanto prática social de produção e transformação do espaço, o que nos parece claro, é de que os residentes do MI, conseguem identificar que os benefícios percebidos pontualmente, afetam positivamente o apoio ao desenvolvimento do Turismo, enquanto os custos percebidos influenciam negativamente o apoio a este desenvolvimento. Seguindo esta linha de argumentação, os benefícios e os custos percebidos do Turismo são as variáveis antecessoras no apoio ao desenvolvimento do Turismo, de acordo com os residentes.

Diante desta percepção, procuramos refletir no momento seguinte, potenciais medidas criativas passíveis de serem orientadas no MI, onde se reconhece que o Turismo existe há mais de quatro décadas e, indubitavelmente, constitui principal fonte de renda local, como demonstram nossos resultados.

⁹⁰ Mais detalhes são aprofundados em Ko e Stewart (2002); Nunkoo e Ramkissoon (2011); Choi e Murray (2010); Dyer et al. (2007); Gursoy, Chi e Dyer (2009); Gursoy et al. (2002); Gursoy e Rutherford (2004); Nunkoo e Gursoy (2012); Ribeiro e Valle (2013).

7. TURISMO CRIATIVO: UMA PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO MI

O conjunto de transformações que a sociedade experimentou nas últimas décadas incidiu de maneira determinante na estrutura e no funcionamento do Turismo. Para Molina (2003, 2011), não se trata de mudanças isoladas que alteram apenas um ponto específico do fenômeno turístico – ainda que essas mudanças tenham iniciado dessa forma, como parcelas, desvinculadas umas das outras –, mas sim da entrada em um novo limiar do desenvolvimento do Turismo que não pode ser explicado unicamente pelas tecnologias de projetos, pela qualidade de serviços ou pela competitividade. Segundo o autor, trata-se de um novo paradigma denominado “pós-turismo”, para expressar o fenômeno do Turismo na pós-modernidade.

O pós-turismo não é só mais uma fase, mas uma ruptura com o turismo tradicional (o de carácter industrial com suas diferentes etapas evolutivas), que implica novas concepções e enfoques, metodologias e tecnologias, além de uma nova distribuição do papel dos governos das empresas e das comunidades locais. (MOLINA, 2003, p. 10).

Ao falarmos de um pós-turismo, há que reconhecer a existência de um pré-turismo, o chamado *grand tour*, e de um Turismo, o derivado da lógica das práticas mais comuns da civilização industrial. O Turismo industrial, propiciado por reformas legais que favoreceram seu desenvolvimento, que é o caso do reconhecimento de viagens pagas e aumento de facilidades fronteiriças (primeiro nos países desenvolvidos), corresponde à fase da globalização e do Turismo de massa, incrementada com o surgimento de empresas e de consórcios integrados verticalmente, e com a (aparente) intervenção do Estado nas atividades de planejamento, desenvolvimento, coordenação, promoção e educação em Turismo.

Molina (2003, 2011) nomeia o chamado pós-turismo para se referir a terceira e última fase do desenvolvimento do Turismo, que constitui um novo paradigma, uma categoria histórica emergente que altera certas considerações fundamentais dos modelos do Turismo originado nas fases anteriores. As tecnologias de alta eficiência, associadas aos fenômenos econômicos e socioculturais da década de 1990, explicam a

evolução do pós-turismo em contraste com princípios que alteram a continuidade dos tipos de Turismo industrial.

Segundo nossa reflexão, o Turismo industrial, o de caráter determinista, constitui o modelo característico de muitos países em desenvolvimento, devido a sua base de implantação, relacionada com a imposição e possibilidade do capital financeiro externo; associado ao fato de relegarem-se ao segundo plano as capacidades, ideias e visões intrínsecas à comunidade local. Em nossa compreensão, circunsciamos o MI, um dos espaços turísticos inserido numa APIT do Tipo A, como um espaço apropriado pelo Turismo industrial em coexistência com o papel subsidiário do Estado.

Segundo Molina (2011), um espaço turístico que desenvolve a perspectiva de Turismo industrial, pode sem sombra de hesitação, apresentar indicadores de sucesso por suas taxas anuais de crescimento de turistas, de receitas, de impostos, pela frequente construção e ampliação da rede de infraestruturas turísticas, como hotéis, restaurantes e locais de diversão e entretenimento, como acontece em Inhambane, como demonstra os dados apresentados anteriormente.

Contudo, como sustenta Erbes (1973), pelo tipo de capital investido, nos países em desenvolvimento, o Turismo industrial (*fordista*) enfrenta algumas desvantagens potenciais que podem apresentar riscos ao seu desenvolvimento, como a exportação do capital resultante do Turismo, devido a importação de investimentos, tanto na fase de implantação de projetos turísticos, assim como na fase de operacionalização destes, o que resulta na perpetuação da baixa qualidade de vida da população local, associado ainda, ao fato de não se considerar a sua participação ativa no processo de desenvolvimento do Turismo, não obstante seus espaços de lugar serem barrados pelos estabelecimentos turísticos e invadidos pelos turistas.

Um Turismo que não toma em conta a população residente gera grandes externalidades negativas, de ordem moral, espiritual e material aos integrantes da comunidade em que a atividade se instala. Produz divisão social, gera desemprego, trabalho eventual/sazonal e obriga às instituições públicas a intensificar seus programas de assistência social, para fazer face aos desequilíbrios e desigualdades socioeconômicas. (MOLINA, 2011, p.12).

Autores como Rodrigues (2000) e Molina (2011) são unânimes em afirmar que em muitos espaços o modelo de Turismo industrial se instalou graças ao despojamento

de propriedades, ao desalojamento compulsivo das comunidades das terras produtivas, a ocupação privilegiada e forçada de estabelecimentos turísticos e similares junto a sítios patrimoniais e arqueológicos sensíveis, como a construção de *resorts* em dunas primárias e sobre mangues nas praias do MI.

A implantação deste modelo, também tem sido beneficiada pela disponibilidade abundante de mão-de-obra barata e, em geral, de políticas que tem favorecido sua integração com a economia das elites (ERBES, 1973; PEARCE, 2003). A proliferação de clubes de iates, marinas, de *resorts* de alto gasto e de campos de golfe são algumas evidências do modelo. Sua matriz econômica não responde a objetivos vinculados ao funcionamento dos sistemas locais existentes, perante um mundo de incertezas e de constantes mudanças. Mas na ânsia de se legitimar, a “indústria do Turismo” promove a ideia de que a economia está se desenvolvendo em muitos lugares (MOLINA, 2011; HILLS e LUNDGREN, 1977), ao criar ilhas de *resorts* ao redor de comunidades de pobreza extrema, como vimos em Preston-Whyte e Oelofse (2007).

Estas são algumas das consequências do Turismo industrial nos países em desenvolvimento, um modelo importado de outra realidade que exila a comunidade de seu próprio espaço (mundo vivido), que questiona seus costumes e seus valores, que aumenta a vulnerabilidade social, familiar e pessoal (MOLINA, 2011). Este Turismo é resultado de uma política pública, que promove e incentiva seu desenvolvimento, ou de uma política que deixa o capital hegemônico impor suas regras, o que é consistente com um Estado subsidiário.

Verificamos ser este o desenvolvimento do Turismo amplamente estendido no MI. Portanto, devido aos benefícios econômicos percebidos imediatamente, os custos sociais e ambientais do Turismo, na maioria das situações, são ignorados pelos residentes. Igualmente, ao que nos parece, não existem ações claras por parte do governo e dos operadores turísticos, que visem sensibilizar os residentes, a terem uma participação mais ativa no Turismo local.

Quando reinterpretemos a legislação moçambicana, observa-se que esta determina aos investidores uma obrigatoriedade de consagrar uma quota anual de 20% de impostos de renda em benefício das comunidades locais, na lógica da

responsabilidade social. Contudo, vários estudos (como de XAVIER, 2009) revelam que apesar de existir essa obrigatoriedade, definida por lei, a sua implementação é outra história. Por outro lado, considerando os estabelecimentos que tem honrado com esta responsabilidade, nota-se que diferentes atividades foram empreendidas em benefício do desenvolvimento comunitário, pois em alguns bairros, foram construídas salas de aulas, postos de saúde, poços de água e melhoramento da qualidade de habitação.

Assim, entendemos que quando se fala de desenvolvimento é preciso atender, além das iniciativas e injeções de recursos financeiros e propostas concretas de projetos produtivos (PEARCE, 2003; MOLINA, 2011), um conjunto de dimensões sociais como as questões relacionadas com a propriedade e direito de uso e aproveitamento de terra, e o conseqüente despojamento da população, a participação dos residentes locais nos processos de tomada de decisão, a defesa das culturas tradicionais e do patrimônio natural, e a integridade dos indivíduos e das famílias (KRIPPENDORF, 2000; MOLINA, 2011). Este fato é notório no MI, segundo o qual, mais de 70% dos residentes entrevistados, afirmam não participar nos conselhos consultivos dos projetos turísticos, isto é, a população apenas é comunicada sobre a existência de um projeto que será implantado na sua comunidade; daí, os conflitos decorrentes, do acesso à terra e aos recursos.

Em conversas com alguns dos residentes locais, ressaltou-se a existência de conflitos frequentes entre os operadores turísticos e a comunidade de pescadores artesanais, sobretudo na Praia da Barra. Isso se deve à demarcação das zonas dos *lodges*, que tem afetado os pescadores, uma vez que passam a ter acesso dificultado à praia, como revelou um dos nossos respondentes da Barra:

“Hoje, para podermos pescar, devemos caminhar longas distâncias para chegar a área da pesca na praia, isso porque os proprietários das estâncias turísticas não nos autorizam a entrar através das zonas ocupadas por estas estâncias que antes não existiam; dificultando assim o nosso trabalho, que se dedica ao sustento da família” (R10 – Pergunta 15/Apêndice B).

Portanto, este grupo de residentes reclama pelo fato de sua atividade ser prejudicada pelo Turismo, sobretudo, afetada pelo mergulho e pela pesca desportiva, que interdita outras atividades na zona, neste caso a dos residentes. Cenário semelhante observa-se na Praia do Tofo, na medida em que em toda área do Tofo à

Barra, a prática do mergulho é frequente, razão pela qual, a comunidade de pescadores, fica apenas com um pequeno espaço para a pesca de subsistência. Por outro lado, os atores envolvidos neste conflito (residentes e operadores), entram em choque devido aos instrumentos de pesca que acabam colidindo com os de mergulho; daí, a necessidade de uma pronta intervenção por parte do setor.

Portanto, o autêntico desenvolvimento do Turismo, pensamos que deve aparecer como um híbrido, que se preocupa com os processos de mobilidade social, do emprego seguro, da segurança social e acesso universal a uma ampla gama de infraestruturas e serviços. Parafraseando os autores citados no parágrafo anterior, observamos que o Turismo industrial não se compromete a resolver nenhum destes desafios, se bem que os ignora na maioria dos casos, pela sua lógica de orientação, preocupada com a eficiência do capital externo e competitividade global no espaço de fluxos.

Seguindo esta linha de argumentação e, tendo em conta o anteriormente exposto, Molina (2011) desenvolveu um novo paradigma de desenvolvimento do Turismo, mais autóctone à realidade dos ditos países em desenvolvimento, que reconhece e valoriza na sequência as especificidades do entorno natural e cultural do lugar turístico. A essa nova concepção, ele denominou de “Turismo criativo”. Trata-se de um modelo que oferece observações criativas para aproveitar a variedade de capacidades humanas e recursos naturais e culturais existentes em um determinado âmbito geográfico, no qual figuramos o MI, pois, acreditamos que os residentes locais, na sua maioria, ainda não tem uma visão realista do Turismo; ou seja, há que reconhecer os benefícios da atividade, sem deixar de perceber os seus problemas.

Como foi notório na pesquisa, um número significativo de residentes demonstrou pouco interesse em relação ao fenómeno Turismo no seu espaço de lugar e, a questão que se coloca é: qual deve ser a ação da política municipal para que a população residente incorpore cada vez mais o Turismo no seu mundo vivido e percebido, tendo em conta as suas necessidades e habilidades?

Diante desta visão, reconhecemos as desvantagens potenciais que se prendem no MI, ao ver no Turismo uma força mágica e alternativa que pode impulsionar seu

desenvolvimento. Inspirados em Erbes (1973), dentro desse conjunto de inconvenientes que colocam em risco a mudança qualitativa do Turismo neste lugar, destacamos:

- a) A exportação do capital resultante do Turismo, devido à importação de investimentos. Assim, os estabelecimentos turísticos do MI, que resultam do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), são edificados, equipados e funcionam por meio da importação de recursos materiais, tecnológicos, financeiros, institucionais e humanos do exterior. Esta “fuga de dinheiro” faz com que as receitas do Turismo, beneficiem de forma marginal às populações residentes e à economia local, daí, emerge a necessidade de uma maior participação dos atores locais e nacionais, na oferta de produtos e serviços turísticos e, no provir de serviços complementares ao Turismo;
- b) Embora gerador de empregos, o Turismo emprega população não qualificada em cargos de nível operacional (serventes, guardas, jardineiros, empregados de mesa e de quartos, etc.), pagando pouco em salários e, alguns desses empregos são sazonais. Alguns residentes, foram unânimes em afirmar que trabalham sem nenhum contrato assinado, e recebem abaixo do salário mínimo e, se vêm totalmente dependentes do Turismo por terem relegado a pesca e a agricultura ao terceiro plano. Fato agravado pela fraca capacidade de fiscalização, por parte das entidades competentes;
- c) A instabilidade ambiental que o Turismo causou durante a guerra civil, fato que se repetiu recentemente;
- d) A standardização de alguns produtos e serviços que afeta o Turismo, devido a fraca qualidade de algumas ofertas, em contraposição ao aparecimento de turistas cada vez mais exigentes e;
- e) A concorrência internacional dos lugares turísticos, exigindo de Inhambane, maior competitividade, face à existência de muitos lugares turísticos oferecendo mesmas vantagens comparativas (sol e praia).

Vale destacar, que em Inhambane, são ainda fracas as ligações entre o Turismo e a economia local. Porém, como aponta Xavier (2009), considerando as potencialidades associadas ao desenvolvimento do Turismo, muito pode ser feito no

sentido de promover essas sinergias, com benefícios claros para ambos. Com efeito, o fato da economia local ser pouco dinâmica em termos produtivos, inviabiliza a sua participação na oferta de produtos e serviços necessários ao setor turístico, fazendo com que quase toda produção venha de fora, com consequências graves para as contas externas do país. A maioria dos produtos agropecuários e pesqueiros utilizados nos estabelecimentos turísticos não são produzidos localmente, uma vez que estes não respondem às exigências de “qualidade, quantidade e variedade” necessárias (DPTUR et al, 2007). É notória a forte dependência do mercado sul africano.

Verifica-se que alguns estabelecimentos (como o Barra *Lodge*, o Hotel Tofo Mar e a Casa do Capitão), tem-se abastecido de alguma produção local. Entretanto, a precariedade na produção e produtividade, e a irregularidade na oferta, são alguns fatores que não garantem a continuidade; portanto, há uma clara descontinuidade na cadeia produtiva que culmina com a distribuição em quantidade e qualidade exigida, associada à fraca capacidade organizativa/associativa da população local, em termos de ligação com o mercado e outros mecanismos de assistência técnica.

A nível cultural, destacamos que o município conta com uma oferta diversificada, evidenciada pelos grupos de música (canto), dança e teatro, que procuram divulgar a cultura local através de atuações nos estabelecimentos turísticos. Contudo, pelo fato dos residentes não estarem devidamente organizados, o contato com os estabelecimentos é feito de forma individual e/ou ao acaso, fato esse, responsável pelo desaparecimento de alguns grupos, por falta de espaço para atuação.

Os produtos artesanais, ainda que em pequena escala, são outras criações locais incentivadas por alguns estabelecimentos (como Barra *Lodge*) e expostas nos principais atrativos (mercado do Tofo), no qual, os residentes tem tirado proveito, por venderem seus artigos diretamente aos turistas. Destaque também para a gastronomia regional, como a *mathapa* (folhas de mandioca estufadas com amendoim e leite de coco) que já é servida nos estabelecimentos. Acreditamos que produtos típicos, - como os bolinhos de sura -, devem ser incorporados nos estabelecimentos, pois, estes constituem oferta única em Moçambique.

No que se refere ao desenvolvimento do Turismo, estes aspectos devem ser considerados, na lógica de incremento de novos produtos turísticos para o município. No entanto, o Turismo criativo atenta para dois grandes desafios. O primeiro é de desestabilizar as categorias do Turismo industrial, amplamente estendido e em processo de consolidação em Inhambane e; o segundo consiste em questionar as representações unívocas da vertente industrial que pretende erguer-se como “O Sr. Turismo”, como “O Modelo de Desenvolvimento” (MOLINA, 2011).

Adicionalmente, seus desafios também consistem no aprofundamento de sua própria linguagem e proposta de desenvolvimento mais endógeno, para que assim possa ampliar sua liderança e efetividade de suas intervenções de acordo com a realidade no qual o modelo se instala (Ibidem). Portanto, entendemos ser o Turismo criativo uma estratégia que busca o desenvolvimento econômico e social a partir da inclusão dos atores ou sujeitos do Turismo, enaltecendo o papel da comunidade local, frequentemente subestimado, como observamos segundo Krippendorf (2000).

Sérgio Molina defende que o Turismo criativo constrói/reconstrói e ordena o espaço público, faz/refaz a comunidade sobre a base de uma convergência de esforços e propósitos, sem promover a exclusão de competências. Assim contribui não somente para o desenvolvimento econômico, mas também a estimular diferentes valores sociais como o de cidadania; a vinculação do Turismo criativo com o espaço geográfico e os interesses públicos e; a conservação e preservação do patrimônio natural e cultural.

Se o setor turístico é, em seu conceito e em suas práticas, geralmente conservador e pouco dado a identificar-se com novas teorias até que não tenham sido provadas, finalmente o Turismo criativo que caracteriza o pós-turismo compreende uma concepção com uma alta dose de razoabilidade, estando em condições de ser aceite (sic.) por muitos empresários, funcionários de governo, consultores, docentes e pesquisadores de Turismo. (MOLINA, 2003, p. 11).

No pós-turismo, as propostas que se inscrevem no desenvolvimento local, se relacionam fortemente com a participação local e com a valorização do patrimônio. Segundo esta perspectiva, a ativa e comprometida participação da comunidade local, como sustenta Bertoncetto (2008), permite ativar seu próprio acervo patrimonial e valorizá-lo através do Turismo, cujo crescimento, por sua vez, incentivaria o desenvolvimento do lugar. Deste modo, se garante a preservação e difusão do patrimônio, ao mesmo tempo em que se melhoram as condições de vida para as

populações do lugar, objeto do Turismo, tanto mediante sua participação nas atividades econômicas que o Turismo incentiva (carácter transversal e efeito multiplicador do Turismo), como através do reconhecimento de sua própria capacidade para criar estas mudanças dadas ao reconhecimento de seu patrimônio.

Portanto, para nós, o Turismo afigura como uma das principais oportunidades a médio e longo prazos para o desenvolvimento sustentável do município, em decorrência da conjugação de fatores de ordem natural e cultural (abundância de potencialidades turísticas), política e socioeconômica, como a paz e o clima favorável para o investimento exógeno e endógeno, respectivamente.

Em harmonia com os fundamentos de Erbes (1973) e HUB (2002), este protagonismo deve-se as seguintes razões: (1) historicamente o Turismo é um setor dinâmico e em crescimento no MI; (2) os países desenvolvidos são os maiores emissores de turistas, daí que Inhambane beneficia-se de ganhos da moeda forte; (3) o Turismo tende a ser uma atividade local geradora de empregos diretos e indiretos; (4) o município enquadra-se num espaço tropical, oferecendo condições naturais favoráveis para o Turismo: clima, praias, paisagem, ambiente menos degradado, áreas naturais, entre outros elementos; (5) existe ainda a possibilidade de se desenvolver um Turismo com foco nas tradições e cultura locais, ainda inexploradas e; (6) o excesso de mão-de-obra que possibilita a minimização dos custos nos estabelecimentos turísticos.

Entretanto, ao longo da pesquisa, constatamos que o modelo de desenvolvimento do Turismo ora em vigor em Inhambane, não tem demonstrado resultados tão satisfatórios; e como esse Turismo poderia se comprometer efetivamente com as questões da proteção do patrimônio, e com a questão de alívio à pobreza (melhorias das condições gerais de vida das populações locais), devido a sua lógica orientada ao capitalismo global no espaço de fluxo. Os residentes, apesar da atitude positiva face ao Turismo, mostram alguma passividade diante do fenômeno.

É nesta vertente que elegemos o Turismo criativo⁹¹, como uma nova síntese política, social e econômica, que se propõe a resolver as grandes carências geradas

⁹¹ Este modelo se fundamenta em seis princípios básicos que se relacionam em si, que são: abundância, multidimensionalidade, sincronização, colaboração, embasado no local e reconexão (MOLINA, 2011).

pelo Turismo industrial no MI, na medida em que se demonstra viável à realidade local, e se preocupa em responder questões-chaves como as seguintes:

- 1) Como se poderá (re)estruturar o desenvolvimento do Turismo para que as repercussões negativas possam ser minimizadas e as positivas possam incluir a melhoria das estruturas comunitárias e locais?
- 2) Quem poderia ser o produtor de tal desenvolvimento?
- 3) Que tipo de gestão seria necessária para coordenar e orientar esse processo de forma integrada e sustentável?
- 4) Como incorporar a dimensão do Turismo no mundo vivido e percebido por aqueles sujeitos que direta ou indiretamente estão envolvidos no fenômeno?

Como refletimos, embora provisoriamente, são estas as principais questões com que devem se deparar os lugares turísticos patrimoniais, como o MI. Sua complexidade nos remete a entender que o Turismo, enquanto atividade construtora e modificadora (reorganizadora) do espaço, seu desenvolvimento, deve ser conduzido para proporcionar sustentavelmente, melhores possibilidades/oportunidades às comunidades locais, como enalteçemos no momento seguinte, em forma de recomendação.

7.1. Proposta de Atividades Criativas para o MI

Neste momento, orientamos algumas medidas inseridas no Turismo criativo para a melhoria no controle do patrimônio e do desenvolvimento do Turismo no município em análise. As mesmas são direcionadas aos principais atores responsáveis pelo processo turístico, que vimos ser o setor público, através dos diversos órgãos do Estado; o setor privado representado pelos operadores dos estabelecimentos turísticos e, claro, aos integrantes das comunidades locais.

É neste último ator/sujeito no qual se arraiga o Turismo criativo, pois, para os mesmos, se não é hora de apostar no Turismo, a questão que se coloca é: quando vai ser? Se não é no seu espaço de lugar (MI), onde vai ser? Se não são eles a participar no processo, quem vai ser? Se tal processo não parte dos recursos locais, como será esse desenvolvimento do Turismo? E, se os benefícios da atividade, não são

direcionados a comunidade, para quem deve ser? Assim, partindo destes pontos -, que clamam pela necessidade do planejamento -, identificamos as seguintes propostas:

- Vincular o Turismo de sol e praia com as comunidades e a cultura local, para que se possa cobrir um dos grandes problemas nas praias do MI (como Barra); que são os enclaves de *resorts*, criados sem contato com as comunidades, o que limita a experiência dos turistas com a cultura e, restringindo na sequência, as possibilidades de desenvolvimento socioeconômico a partir do Turismo.
- Formar e capacitar constantemente as populações locais nas áreas de Turismo e preservação patrimonial, através de uma participação efetiva dos operadores turísticos, dos representantes dos trabalhadores e dos órgãos públicos na elaboração dos programas de formação, para que as populações possam participar ativamente na oferta turística do lugar. Nesta ação destaca-se a criação de *lodges* comunitários, em que seu funcionamento e crescimento dependa sobretudo dos recursos locais, incluindo a própria língua local. Pensamos que com esta ação, as populações poderão conferir maior dimensão ao fenômeno, como operadores e consumidores turísticos.
- Incorporar nos cardápios dos restaurantes, bares e lanchonetes procurados pelos visitantes, produtos da gastronomia tradicional (como os Bolinhos de Sura, entre outros destacados no momento do inventário), como forma de valorizar os recursos e produtos locais, por meio da vinculação Turismo e criação de oportunidade de trabalho/negócio, principalmente para as mulheres.
- Fomentar o associativismo comunitário entre os residentes, como maneira de responder de forma organizada, às desordens e desorganizações geradas pelo desenvolvimento do Turismo. Assim, teremos associações de pescadores, agricultores, artesãos, comerciantes, transportadores, músicos, entre outras, que sem relegar suas principais atividades-tradicionais, poderiam produzir e vincular seus excedentes às demandas dos operadores turísticos e visitantes.
- Criar roteiros e circuitos culturais na área urbana, como produto integrado a oferta turística do município, por meio de uma colaboração direta com os estabelecimentos turísticos. Este produto, ao ser concebido e oferecido pelas

comunidades locais, reconhece a valorização e conservação do patrimônio; ao mesmo tempo em que se deve restaurar e manter os edifícios históricos.

- Desenhar circuitos turísticos junto às comunidades rurais de Tofo e Barra, onde as práticas agropecuárias e pesqueiras artesanais, associadas à observação da paisagem natural, podem ser potencializadas em atividades criativas, para um segmento ávido em estar em contato com elementos da natureza e participar de atividades rurais/tradicionais.
- Nos circuitos interpretativos da cultura e da natureza (em passeios pedestres ou por meio de transporte), as possibilidades de ofertas criativas incluem excursões noturnas a sítios naturais (lagoas e ilhas); visitas de um dia a uma família local; participação em representações teatrais, artesanais, artísticas e do folclore local; uma jornada de pesca artesanal; uma jornada produtiva e de vivência rural; convívio em bares de consumo e de contos/estórias locais e, participação em cursos de gastronomia típica para visitantes e turistas. Por meio de esforços sinérgicos, democráticos e de solidariedade, estas atividades valorizam o capital cognitivo e cultural-simbólico, priorizando a memória e o patrimônio.

Vale ressaltar que no momento, não constitui nosso propósito aprofundar estas medidas, através da indicação de estratégias e planos de ações de sua implementação; pois, seria impossível abarcar nesta pesquisa, até porque não dispomos de recursos materiais e imateriais imprescindíveis para tal tessitura. Portanto, no geral, vimos que a essência destas medidas consistem em desenvolver planos, programas e projetos factíveis/viáveis associados à natureza e à preservação e divulgação dos bens culturais do município. A eficácia e eficiência destas propostas, dependem das alianças institucionais e empresarias, e de uma política pública que fomente a criatividade e inovação a partir de iniciativas particulares. Mas acima de tudo, dos mecanismos que asseguram uma maior participação das populações locais, tanto nos níveis de decisão, como na implementação de projetos relevantes do Turismo no seu espaço de lugar.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o auxílio do Paradigma da Complexidade (MORIN, 2003a, 2003b, 2008), lido a partir da Pesquisa Qualitativa (FLICK, 2009a, 2009b), e da unidade entre os princípios dialógico, recursivo e hologramático, pensamos, - embora provisoriamente -, ter conseguido alcançar os objetivos inicialmente identificados nesta pesquisa. Por meio da abordagem interdisciplinar, nosso principal propósito, consistiu em estudar os elementos que compõem o patrimônio natural e cultural do lugar, a fim de propor alternativas criativas que enaltecem a valorização do espaço turístico, a partir da percepção dos atores/sujeitos do Turismo, nomeadamente: turista e população residente, em relação ao patrimônio e desenvolvimento do Turismo, respectivamente, tomando o Município de Inhambane (MI) em Moçambique como objeto empírico.

Inicialmente, tentamos refletir sobre o Turismo enquanto fenômeno geográfico (MAGALHÃES, 2002; CRUZ, 2003, RODRIGUES, 2003, XAVIER, 2007, CASTROGIOVANNI, 2004, 2010), pois, antes de ser uma atividade econômica, para que sua prática se materialize no tempo, é necessário que o Homem -, sujeito turista -, se desloque no espaço em busca da realização de variadas motivações, através do consumo do patrimônio do lugar, onde se mesclam cenários sociais, simbólicos-culturais, econômicos e políticos da realidade social que se chama mundo. Neste processo, ressalta-se a dimensão social do Turismo, na medida em que os aspectos ligados à (re)organização do espaço, incorporam as atividades dos sujeitos, desde os deslocamentos, até o momento da interação homem-natureza; onde ativa-se a formação do sistema de ações e objetos, que é o espaço. É dentro destas inter-relações íntimas e complexas entre a Geografia e o Turismo, onde se encontra uma das grandes contribuições epistemológicas para o Turismo.

Do ponto de vista analítico-operacional, a possibilidade de nortear nossa compreensão geográfica do Turismo, operou-se por meio da definição de três principais categorias ou conceitos operacionais, que vimos ser (a) o espaço geográfico ou território usado, com as subcategorias paisagem e lugar; (b) a categoria Turismo

considerando a subcategoria patrimônio (natural e cultural) e; (c) a categoria desenvolvimento, contemplando a subcategoria desenvolvimento do Turismo

No momento seguinte, tivemos no cenário, o diálogo entre o espaço geográfico e o espaço turístico. Compreendemos o espaço geográfico enquanto correlato direto do território usado segundo Milton Santos, o que nos possibilitou apreender sua dimensão material, objetivada no nosso objeto empírico (o MI). Por outro lado, a base materialista de fundamentação “econômica” nos trabalhos de Milton Santos, ao definir o espaço geográfico, como a interface entre sistema de objetos e ações, foi complementada pela visão relacional de Claude Raffestin, ao incorporar elementos de ordem simbólico-culturais, que permeiam uma leitura multidimensional do espaço, representado pelo MI.

Foi com base nestes alicerces que elaboramos uma leitura temporária do MI, enquanto espaço turístico. Compreendemos inicialmente, que a teoria do espaço turístico (como das suas subcategorias: paisagem e lugar turístico) ora consultada, e em processo de complexificação epistemológica não perde de vista os subsídios dialógicos fornecidos pelas demais ciências, sobretudo da Geográfica, ao entender o Turismo como fenômeno socioespacial. Nesta trilha reflexiva, entendemos que é no espaço geográfico onde resulta o espaço turístico (SANTOS, 1985; OMT, 2001; CASTROGIOVANNI, 2004, 2007, 2010; CRUZ, 2003 e RODRIGUES, 2000, 2003). Como produto do espaço geográfico, o espaço turístico foi apreendido empiricamente – no município/território – através do reconhecimento e entrelaçamento dos elementos e atores/sujeitos da turistificação do espaço.

Destacamos ainda nesta pesquisa, o papel do patrimônio na produção da paisagem e na constituição do atrativo turístico. Constatamos que o interesse crescente pelo aproveitamento turístico do patrimônio, sobretudo nas ditas modalidades alternativas do Turismo, instalou-se com forte intensidade, a partir de uma visão que propõe o uso turístico como alternativa viável para garantir seu desfrute e valorização por parte da população ou sujeito turista, no tempo em que através do Turismo, se gerariam os recursos necessários para a gestão e preservação do patrimônio (BERTONCELLO, 2008). É através deste processo, que se opera a formação do patrimônio turístico, no momento em que o patrimônio valoriza o Turismo.

Finalmente, nas reflexões teóricas, apresentamos uma compreensão entorno da percepção elaborada pelos sujeitos do Turismo (turista e residente), sobre o patrimônio e desenvolvimento do Turismo. Trata-se de uma percepção essencialmente geográfica (XAVIER, 2007), pois se opera com a preocupação de conhecer e explicar as atitudes dos sujeitos e o valor que eles atribuem ao espaço e à paisagem do lugar turístico. Ao apropriarmos-nos desta leitura, consideramos a abordagem perceptiva como imprescindível; na medida em que ela contribui amplamente, para adoção de estratégias a serem empregadas na tomada de consciência dos atores do Turismo, principalmente o Estado, o setor privado e a comunidade local, quanto aos benefícios e os problemas ligados aos impactos proporcionados pelo desenvolvimento do Turismo.

Após termos percorrido os entendimentos de ordem teórico-conceitual, embora momentaneamente, na sequência, nos vimos perante às fronteiras de novas trilhas a serem percorridas – a busca pela resposta às perguntas de partida -, inicialmente colocadas sobre o nosso objeto empírico. Portanto, este percurso, operou-se no MI a partir do desdobramento dos objetivos específicos da pesquisa. Relativamente ao inventário, observamos que o MI possui bens de ordem material e imaterial, que ao configurarem a paisagem, constituem principais atrações turísticas do município. Tais atrações são representadas pelos elementos do patrimônio natural e cultural.

Nos elementos naturais, destacam-se as praias tropicais (do Tofo, Barra e Baía de Inhambane); as ilhas costeiras; os recifes de corais; as lagoas; o clima favorável para a prática do Turismo em todas as épocas do ano, a flora diversificada e característica do Índico e; a rica e diversificada paisagem faunística, enaltecida pelos *Big Five* aquáticos, que fazem do mergulho, uma das experiências turísticas únicas ao longo da costa oriental africana. Quanto aos bens culturais, observamos que o MI, possui também uma riqueza patrimonial, que contempla sítios históricos (a Cidade de Inhambane); monumentos históricos; edificações de arquitetura civil e religiosa, de influência africana, indiana, árabe e europeia; instituições culturais evidenciadas pelo museu, teatro e casa da cultura; gastronomia típica, artesanato, música/canto e dança, como representações do folclore local.

A partir do inventário, foi possível atender nosso segundo objetivo específico, que consistiu em perceber o estado de satisfação do sujeito turista em relação ao patrimônio que lhe é ofertado sob a forma de paisagem turística no MI. A partir das características objetivas e subjetivas deste sujeito e, claro, do sujeito pesquisador, enquanto observador recursivo ao objeto estudado, entendemos que os turistas, maioritariamente jovens e adultos sul-africanos, preferem viajar com amigos e familiares (74%) e organizam suas próprias viagens (65%). Ao permanecerem no MI durante uma semana (57%), estes, tem como motivação principal, o lazer em férias (31%), onde se destaca o tradicional Turismo de sol e praia; seguido do Ecoturismo costeiro (17%) e a aventura (13%) nas ilhas, lagoas e comunidade recônditas.

Assim, a paisagem natural, possibilitada pelas praias, constitui principal atração do município, devido a diversidade de elementos patrimoniais que a engendram, associados à hospitalidade da população local, denominada de “Terra de Boa Gente”. É no processo de apropriação e consumo do patrimônio, que os turistas constroem estruturas de identidade daquilo que os cerca no meio alheio – o MI -, comprovando que nele, parece haver uma ou talvez, uma série de imagens, resultado da superposição de imagens (LYNCH, 2011) de muitos turistas que convergem neste lugar, e da própria experiência trazida do mundo afora. Esse movimento recursivo, não é explicado apenas pelo fato do turista trazer consigo a sua individualidade, enquanto construto social de uma coletividade; mas também, pelo fato do MI, comportar em si a noção de espaço turístico como qualidade universal, ou de um lugar global(izado) pelo processo da turistificação, como assinala o princípio hologramático. Nesta esteira de tessitura, prevalece temporariamente no MI, um duplo olhar: um “romântico/individual” e outro “coletivo”, como explica a teoria do “Olhar do Turista” de John Urry.

Os turistas, quando aportam em Inhambane, estabelecem um diálogo repleto de significados e sensações peculiares de valorações positivas sobre o lugar/município. Para nós, através desta medição paisagística, persiste no momento, um sentimento de agradecimento e de privilégio pela experiência vivenciada no MI. Existe um diálogo polifônico entre o seu lugar (lugar conhecido) e o lugar/não-lugar visitado (desconhecido), fenômeno este que segundo Castrogiovanni (2004, 2007, 2010), culmina com a constituição do entre-lugar turístico, já que o MI, também é simbólico e

identitário para os visitantes. Diante disso, constatamos nas nossas indagações, a transversalidade de uma relação de ordem estética e afetiva entre os visitantes e a paisagem turística do MI; além da simples contemplação da paisagem.

Por outro lado, as percepções sobre a experiência turística em Inhambane (individual e coletiva do visitante), resultaram também de avaliações negativas, uma vez que como sujeito, o turista não recebe passivamente os dados sensoriais, mas os organiza ativamente para atribuir-lhes um significado (COLLOT, 1986), emitindo seus pontos de vista. Esta percepção foi visível na consideração aos elementos do patrimônio cultural, onde os turistas conferiram pouca importância, devido a inexistência e/ou fraca divulgação e preservação deste patrimônio, como resultado, o aproveitamento turístico do mesmo é praticamente inexistente.

Quando consideradas as duas categorias de patrimônio, verificou-se que, enquanto 87% dos turistas encontraram satisfação no consumo dos bens naturais; nos bens culturais, apesar da maioria (30%) ter encontrado satisfação de forma razoável; apenas 9% e 13% dos turistas ponderaram a sua satisfação como sendo boa e muito boa, respectivamente; o que significa que o percentual remanescente, corresponde ao grupo de turistas insatisfeitos. Vale ressaltar que deste grupo, 22% e 26% responderam que a satisfação foi péssima e ruim, respectivamente, ocupando assim, a segunda e terceira posições, após 30% ter considerado aceitável a satisfação.

A valorização do Turismo do MI, além de ser possibilitada pela oferta primária (patrimonial), deve-se a um conjunto de equipamentos e serviços turísticos, denominados de objetos turísticos, entre outros elementos, como a infraestrutura urbana que facilitam a contemplação e fruição estética da paisagem. Diante disso, constatamos que os turistas sentiram-se no geral, satisfeitos com a qualidade destes objetos; não obstante, alguns aspectos relacionados, como a segurança, sinalização e flexibilidade no atendimento turístico, ao serem percebidos negativamente, para nós, precisam ser resolvidos a curto e médio prazos, sobretudo no MI, reconhecido como a capital da província que reúne o maior potencial turístico do país, e diferentes instituições públicas e privadas que tem no Turismo, seu objeto de funcionalidade.

No que diz respeito à atitude da população residente, face ao desenvolvimento da atividade turística no seu espaço de lugar, como preconizava o terceiro objetivo, iniciamos por reconhecer que o Turismo é um setor dinâmico, que apresenta altos índices de crescimento em Moçambique e no MI; não obstante, circunstâncias limitativas para a prática do Turismo decorrem da tensão político-militar no país e da crise financeira mundial. Além do volume financeiro no fluxo de chegadas (*inbound*) e receitas (*outbound*), que refletem a dimensão global do fenómeno, a importância do Turismo para o desenvolvimento nacional e local foi medido ainda tendo em conta a sua contribuição para o PIB e a geração de empregos nos projetos e investimentos aprovados. Para nós, como demonstram as Tabelas 07-13 do Capítulo 7, esta contribuição foi significativa.

Na opinião da população local, constituída por jovens e adultos (58%), que embora analfabetos ou com ensino primário (47%), exercem alguma atividade profissional (57%) ligada ao Turismo (75%); o desenvolvimento do Turismo no MI melhorou a qualidade de vida da sua comunidade, sobretudo, por ter influenciado a melhoria da infraestrutura urbana e dos serviços públicos; e trouxe benefícios para a economia local, percebidos pelo emprego, aumento da renda, e oportunidade de trabalho/negócio. Por outro lado, os residentes, ao mesmo tempo que manifestam uma atitude “indiferente” em relação aos custos sociais e ambientais do Turismo, concordam que a atividade é também responsável por estes custos na comunidade. Estes custos, foram mais percebidos pelos residentes da área urbana e do Tofo, devido ao maior nível de escolaridade e predominância do Turismo de massa, respectivamente.

Portanto, independentemente da maior ou menor importância da atividade turística no tecido produtivo em cada uma das comunidades analisadas, sublinhamos uma tendência geral para o reforço do papel do Turismo nas suas economias. Contudo, em nossas indagações pensamos que o desenvolvimento do Turismo no espaço turístico do MI ainda está fortemente atrelado/ligado às ações unilaterais dos atores exógenos, maioritariamente sul-africanos que preferem este lugar devido a diversidade e riqueza dos atrativos-patrimoniais. As ações que envolvem os atores endógenos, sobretudo de nível de administração pública (Estado), ainda estão ao nível de projetos

ou “sonhos”, como se demonstra na Política Nacional do Turismo e no Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo.

Estes documentos estratégicos que no MI são refletidos no Plano Estratégico Municipal de Inhambane (2009-2019), habitualmente fazem referência direta à preservação e valorização do patrimônio do lugar, e incentivo à participação ativa das comunidades locais no processo de desenvolvimento da atividade, como forma de promover, pensamos nós, um desenvolvimento mais endógeno e sustentável, mas, as estratégias de implementação destas ações não são claras, comprometendo na sequência, as possibilidades de sua concretização.

Foi nesta esteira de tessitura que trilhamos nosso último caminho no MI, com o propósito de orientar medidas inseridas no Turismo criativo para a melhoria no controle do patrimônio e do desenvolvimento do Turismo local. A eleição do Turismo criativo para o município, justificou-se pelo fato do modelo comprometer-se com as carências socioculturais, econômicas e ambientais originadas pelo Turismo industrial, e por colocar como principal protagonista do desenvolvimento do Turismo, a comunidade local e seus integrantes. Dentre as várias medidas criativas, destacamos as necessidades de vincular o tradicional Turismo de sol e praia com as comunidades e a cultura local; formar e capacitar constantemente os residentes em matéria de Turismo e áreas afins e fomentar a criação de *lodges* comunitárias; incorporar nos cardápios dos objetos turísticos produtos típicos da gastronomia local; fomentar o associativismo comunitário; criar roteiros e circuitos culturais integrados na área urbana do município e; desenhar circuitos turísticos junto às comunidades rurais de Tofo e Barra.

Portanto, como qualquer atividade, a elaboração, implementação e avaliação de planos, programas e projetos concretos associados ao Turismo criativo são indispensáveis para o devido êxito. Adicionalmente, a eficácia e eficiência das nossas propostas, dependem das alianças institucionais e empresarias, e de uma política pública que fomente a criatividade e inovação a partir de iniciativas endógenas. Mas, acima de tudo, de mecanismos que assegurem uma maior participação das populações locais, tanto nos níveis de decisão, como na implementação de projetos turísticos no seu espaço de lugar.

9. REFERÊNCIAS

- ANDERECK, K., VALENTINE, K., KNOFF, R. C., e VOGT, C. A. Residents' perceptions of community tourism impacts. *Annals of Tourism Research*, 32(4), 1056-1076, 2005.
- ANDRIOTIS, K. Local Authorities in Crete and development of tourism. *Journal of Tourism Studies*, 13(2), 53-62, 2002.
- ANDRIOTIS, K., e VAUGHAN, D. R. The tourism workforce and policy: Exploring the assumptions using Crete as the case study. *Current Issues in Tourism*, 7(1), 66-87, 2004.
- ANDRADE, J. V. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 8ªed. São Paulo: Ática, 2004.
- AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.
- AZEVEDO, H. A. M. A. **Modelo de diagnóstico ambiental para elaboração do plano ambiental do Município de Inhambane em Moçambique**. 2009. 150 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental) – Universidade Católica de Brasília.
- _____. Turismo em Moçambique: trajetórias, tendências e desafios. In: Revista Internacional em Língua Portuguesa - RILP. **Turismo**. Associação das Universidades de Língua Portuguesa – AULP. Lisboa: AULP, III Série Nº 26, 2013.
- _____. **A segurança em territórios turísticos: o caso do município de Inhambane em Moçambique**. 2014. 267 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.
- BARRETTO, M. **Planejamento e organização em turismo**. São Paulo: Papirus, 2003.
- BECKER, Bertha K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Bertha K., COSTA, Rogério H.; SILVEIRA, Carmem B. (orgs.) **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986.
- BENI, Mário C. **Análise estrutural do mercado turístico**. 13ª ed. SP: Senac, 2008.
- _____. **Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira**. 3ª ed. SP: Aleph, 2011.
- BERTONCELLO, Rodolfo (Org). **Turismo y Geografía; lugares y patrimonio natural-cultural de la Arfentina**. Buenos Aires: CICCUS, 2008a.

_____. Turismo, cultura y patrimonio. La ciudad-colonia San José (Entre Ríos). In: BERTONCELLO, Rodolfo (Org). **Turismo y Geografía; lugares y patrimonio natural-cultural de la Argentina**. Buenos Aires: CICCUS, 2008.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUSC, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Manual do Pesquisador - Inventário da Oferta Turística**: instrumento de pesquisa/ Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Brasília: Ministério do Turismo, Dezembro de 2006.

BUTLER, R. W. **The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources**. *Canadian Geographer/ Le Géographe canadien*, 24(1), 5-12, 1980.

CASTROGIOVANNI, A. C. Por que geografia no turismo? Um exemplo de caso: Porto Alegre. In: GASTAL, S. (org). **Turismo**: 9 propostas para um saber-fazer. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

_____. **A geografia do espaço turístico, como construção complexa da comunicação**. 2004. 335 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, POA.

_____. O lugar da geografia no entre-lugar do espaço turístico – uma viagem complexa que ainda continua. In: PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P.; SOUSA, E. B. C. (Orgs.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Lugar, no-lugar y entre-lugar. Los ángulos del espacio turístico. In: **Estudios y Perspectivas em Turismo**. Buenos Aires: Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos. V. 16, nº 1, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em redes**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do património**. São Paulo: UNESP, 2001.

CUNHA, Licínio. **Introdução ao turismo**. 2ª ed. Lisboa – SP: Verbo, 2003.

_____. **Economia e política do turismo**. Lisboa: McGraw-Hill, 1997.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. 2ª ed. SP: Roca, 2003.

DENCKER, Ada F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 6ª ed. São Paulo: Futura, 2002.

DI MÉO, G.; BULÉON, P. *L'espace social*. Lecture géographique des sociétés. Paris: Armand Colin, 2007.

DOLFUS, O. **O sistema mundo**. Boletim de Geografia Teorética, v.21, n. 41, 1991.

ERBES, R. *International tourism and the economy of developing countries*. Paris: OECD, 1973.

FERRÃO, Jorge. Turismo no espaço da comunidade dos países de língua portuguesa: uma abordagem sobre a perspectiva da AULP. In: Revista Internacional em Língua Portuguesa - RILP. **Turismo**. Associação das Universidades de Língua Portuguesa – AULP. Lisboa: AULP, 2013.

FERRÃO, Virgílio. **Compreender Moçambique**: política, economia e fatos básicos. Maputo: Diname, 2002.

FIAS (*Foreign Investment Advisory Service*). *The tourism sector in Mozambique: a value chain analysis*. Vol. 1 [online]. Disponível em: http://www.ifc.org/ifcext/fias.nsf/Content/FIAS_Resources_Country_Reports. Acessado a 19/03/2013.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre; Artmed, 2009a.

_____. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre; Artmed, 2009b.

GIL, António Carlos. **Métodos e técnica de pesquisa social**. 5 ed. SP: Atlas, 1999.

GULUBE, Quirino A. et al. **Estudo do impacto ambiental: projeto turístico Bamboози Beach Ltd**. Inhambane: DPCAI, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Descaminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Edições Loyola, 1993.

HEDGES, David. **História de Moçambique**: Moçambique no auge do colonialismo: 1930-1961. V. 3. Maputo: Departamento de História - Faculdade de Letras - UEM, 1993.

HILLS, T L. e LUNDGREN J. O. J. The impact of tourism in the Caribbean: a methodological study. *Annals of Tourism Research*, 1977.

HUMBOLDT-UNIVERSITÄT ZU BERLIN - HUB. **Gestão de zonas costeiras e turismo**: contribuição para a redução da pobreza, transformação de conflitos de meio ambiente em Inhambane/ Moçambique, Berlim, 2002.

INHAMBANE. **Plano Estratégico do Município de Inhambane 2009 – 2019**. Inhambane, 2009.

INHAMBANE, Governo da Província de. Conselho Municipal da Cidade de Inhambane. **Cadastro de estabelecimentos turísticos do município de Inhambane**. Inhambane: CMCI, 2013.

_____. Direção Provincial do Turismo de Inhambane. **Cadastro de estabelecimentos turísticos da província**. Inhambane: DPTURI, 2013-2014.

_____. Direção Provincial do Turismo de Inhambane. **Dados de Turismo**. Inhambane: DPTURI, 2011.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <http://www.iphan.gov.br>. Acedido 11.02.2013.

JAFARI, Jafar. **Encyclopedia of tourism**. Londres: Routledge, 2000.

_____. Revampying old challengers for integrative paradigms. **VII Congreso Nacional & I Internacional de Investigación Turística**. Guadalajara, Jalisco, México. Octubre 2005.

JAFARI, J. e RITCHIE, J. R. B. Toward a framework for tourism education. **Annals of Tourism Research**. v. 8, p.13-34, 1981.

JONAS, Andre. In: JORNAL NOTÍCIAS. **Actividade turística cresce sete por cento**. Maputo, 19/7/2013. Disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/1711683>. Consultado em 20/08/2013.

KNAFOU, Remy. Turismo e Território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr A.B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

KOTLER, Philip et al. **Mercadotécnica de localidade**. México: Diana, 1994.

KREJCIE, Robert V e MORGAN, Daryle, W. Determining sample size for research activities. In: **Educational and Psychological Measurement**. University of Minnesota, Duluth and Texas A. & M. University, 1970, 30, 607-610.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**. São Paulo: Aleph, 2000.

LANKFORD, S., e HOWARD, D. Developing a tourism impact attitude scale. **Annals of Tourism Research**, 21(1), 121-139, 1994.

LEMOS, Leandro A. de. Os sete mitos do turismo: a busca de alguns conceitos fundamentais. In: GASTAL, S. (org). **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer**. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

- _____. **Turismo: Que negócio é esse?** São Paulo: Papirus, 2003.
- _____. **O valor turístico na economia da sustentabilidade.** São Paulo: Aleph, 2005.
- LICKORISH, L. J. e JENKINS, C. L. **Introdução ao turismo.** RJ: Elsevier, 2000.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- LOHMANN, G e PANOSSO NETO, A. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas.** 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2012 (1ª ed., 2008).
- LUNDGREN, J. O. J. **The development of tourist travel systems.** Jahrbuch für Fremdenverkehr. 20 Jahrgang, 1972.
- MACHADO, L. M. C. P. **A serra do Mar paulista: um estudo de paisagem valorizada.** Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, RC, 1988.
- MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios.** São Paulo: Roca, 2002.
- MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MAXLHAIEIE, Pelágio J. e CASTROGIOVANNI, Antônio C. Patrimônio cultural e turismo: cenários sobre o Município de Inhambane. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade,** Universidade de Caxias do Sul – UCS, 6(3) 356-373, jul-set, 2014. ISSN: 2178-9061.
- MENESES, Ulpiano T. B. de. Os “usos culturais da cultura”. Contribuições para uma abordagem crítica e das práticas e políticas culturais. In YAZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- MILLER, T. e G. Yúdice. **Política cultural.** Barcelona: Gedisa, 2004.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004 - 2013).** Aprovado na 15ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros de 12 de Outubro de 2004, Maputo, 2004.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Política do Turismo e Estratégia de sua Implementação.** Resolução nº 14, de 4 de Abril de 2003, Maputo.
- MOESCH, Marutschka. **A produção do saber turístico.** São Paulo: Contexto, 2000.
- MOLINA, Sergio. **O pós-turismo.** São Paulo: Aleph, 2003.
- _____. **Turismo creativo: el fin de la competitividade.** Chile: Escritores. cl, 2011.
- MONTEJANO, Jordi M. **Estrutura do Mercado Turístico.** 2ª ed. SP: Roca, 2001.

MOREIRA, Rui. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5ª ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

_____. A noção de sujeito. In: MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-Feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003a (1ª ed. em francês 1999).

_____. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MENEZES, F.; MACHADO, J. (Orgs). **Para navegar no Séclo XXI**. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2003b.

_____. **Ciência com consciência**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MOSCA, João. **Economia de Moçambique**: século XX. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

MOÇAMBIQUE (República de). **Balanço do programa quinquenal do governo 2005 - 2009**: Província de Inhambane. Inhambane: Governo de Inhambane, 2009.

MOÇAMBIQUE. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico**. Maputo: INE, 2007 - 2012.

_____. GLM – GABINETE LEGAL DE MOÇAMBIQUE. **Guia de Investimento em Moçambique**. Maputo, 2010.

_____. Decreto número 18/2007, de 7 de Agosto **Regulamenta as actividades de organização, licenciamento e funcionamento dos estabelecimentos de Alojamento Turístico, Restauração e Bebidas e Salas de Dança na República de Moçambique**. Maputo: Imprensa Nacional, 2007.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Dados do setor do turismo 2007-2011**. Maputo: INE, 2012.

_____. **III Recenseamento geral da população e habitação 2007 resultados definitivos – província de Inhambane**. Maputo: INE, 2010.

_____. Instituto Nacional de Planeamento Físico. **Plano de estrutura da cidade de Inhambane**. Maputo: INPF, 1991.

_____. Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental. **Avaliação ambiental estratégica e macro-zoneamento de TBT (Tofo, Barra, Tofinho e Rocha)**. Inhambane: GPICMCI, 2002.

MUCHANGA, Anabela E. A. **Informação sobre o marketing turístico de mergulho recreativo da Praia do Tofo**: O caso de Mozdivers. 2007. 68 f. Trabalho de conclusão

de curso (Graduação em Turismo) - Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, Universidade Eduardo Mondlane, Inhambane, 2007.

NACUO, Pedro. **Turismo aposta no cumprimento do programa quinquenal.** In: Jornal Notícias Maputo, 9/6/2012. Disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/1454791>. Consultado em 20/08/2013.

NECHAR, M. C. e PANOSSO NETTO. **Implicações epistemológicas na investigação turística.** In: *Estudios y Perspectivas en Turismo*. vol.20 no.2 Ciudad Autónoma de Buenos Aires feb./abr. 2011.

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique.** Mira-Cintra: Publicações Europa- América, 1997.

NHANTUMBO, E. S. **Tendências de desenvolvimento do turismo e alterações na ocupação e utilização do espaço no Município de Inhambane.** Inhambane: (Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane) Universidade Eduardo Mondlane, 2007.

_____. ***Tourism development and community response: the case of the Inhambane coastal zone, Mozambique.*** 2009. Thesis presented in fulfilment of the requirements for the degree of Master of Arts at Stellenbosch University, Stellenbosch.

OLIVEIRA, A. Pereira. **Turismo e desenvolvimento.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo.** SP: ROCA, 2001.

_____. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** POA: Bookman, 2003.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia.** SP: Aleph, 2005.

PEARCE, Douglas. **Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens.** São Paulo: Aleph, 2003.

_____. ***Tourist development.*** 2nd d. New York: Longman Scientific & Technical, 1989.

PEARCE, D. e BUTLER R. **Contemporary issues in tourism development.** London: Routledge, 1999.

PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia, cultura e turismo.** Campinas: Papirus, 1999.

PELEGRINI, S. C. A. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental.** Revista Brasileira de História, 26(51), São Paulo, 2006.

PIMENTEL, Maurício R. **Cataratas do Iguaçu**: experiências e registros de uma paisagem turística. 2010. 220 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: Senac, 2002.

PRATS, Llorens. **El concepto de patrimonio cultural**. Política y Sociedad, vol 27. Disponível em: www.antropologiasocial.org. Acessado em 11/06/2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Manuel A. e VALLE, Patrícia O. Atitude dos residentes face ao desenvolvimento do turismo em Cabo Verde: uma análise de segmentação. In: Revista Internacional em Língua Portuguesa - RILP. **Turismo**. Associação das Universidades de Língua Portuguesa – AULP. Lisboa: AULP, 2013.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social**: Métodos e técnicas. SP: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Adyr (Org.). **Turismo e ambiente; reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec, 2000.

RODRIGUES, Adyr et al. **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.

RODRIGUES Adyr. Geografia do turismo: novos desafios. In Trigo, Luis G. G. (org). **Turismo. Como aprender, como ensinar**. 3ª ed. SP: Senac, 2003.

_____. **Geografia e turismo**: notas introdutórias. SP: Revista do Departamento de Geografia – RDG/USP, 1997.

_____. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: HUCITEC, 1997a.

_____. Território, patrimônio e turismo com base local – uma relação inequívoca. In: SEABRA, Giovanni (Org.). **Turismo de base local**: identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

RÜCKERT, Aldomar A; MUNGÓI, C. A.; RAMBO, A. G. Reforma do estado e território: perspectiva de pesquisas em espaços periféricos à globalização no Brasil e em Moçambique. Maputo: UEM, 2006. In: ALMEIDA, Jalcione (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento rural**: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique. Porto Alegre – UFRGS-PGDR, 2009.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. RJ: Garamond, 2009.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. SP: HUCITEC, 1988.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton et al. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**. Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E.S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades**. Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHETTINI, Mariana G. Del atractivo turístico auténtico a la construcción de autenticidad. Turismo y renovación urbana en el barrio de la Boca de la Ciudad de Buenos Aires. In: BERTONCELLO, Rodolfo (Org). **Turismo y Geografía; lugares y patrimonio natural-cultural de la Arfentina**. Buenos Aires: CICCUS, 2008a.

SCHLUTER, Regina G. **Metodologia de Pesquisa em Turismo e Hotelaria**. São Paulo: Aleph, 2003.

SERRA, Carlos (Org.). **História de Moçambique: Agressão imperialista (1886/1930)**. V. 2. Maputo: Departamento de História da UEM; Tempográfica, 1983.

SHARPLEY, R. e TELFER, D. J. **Tourism and development**. Concepts and issues. Clevedon: Channel View Publications, 2002.

SILVA, Maria da Glória L. da. **Cidades turísticas: identidades e cenários de lazer**. São Paulo: Aleph, 2004.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Notas sobre epistemologia da geografia**. In: Cadernos Geográficos / Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. – n.1 (Maio 2005). – Florianópolis: Imprensa Universitária. ISSN 1519-4639.

_____. Espaço Geográfico Uno Múltiplo. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; Verdum, R.; Basso, L. A. (Orgs). **Ambiente e Lugar no Urbano**. POA: Editora da UFRGS, 2000.

SUERTEGARAY, D. M. A. e GUASSELLI, L. A. Paisagens (imagens e representações) do Rio Grande do Sul. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

SUMBANA, Fernando (Ex-Ministro do Turismo de Moçambique). Turismo em Moçambique e os desafios da integração SADC. In: **VII Reunião de Economistas da CPLP**. De 09 a 11 de Abril de 2008. Maputo.

TELFER D. J. e SHARPLEY R. *Tourism and development in the Developing World: Concepts and issues*. London: Routledge, 2008.

TEIXEIRA, A. B.; SILVA, S. D.; e BERNARDES G. D. **Patrimônio cultural e turismo sustentável**: expectativas e percepções na gestão turística da Cidade de Goiás. In: Book of Proceedings – Tourism and Management Studies International Conference Algarve 2012 vol.1, ISBN 978-989-8472-25-0, ESGHT – UAL, Portugal.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 3 ed. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 2001

USHER, R. e EDWARD. *Postmodernism and education*. London: Routledge, 1994.

VEAL, A. J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo: Aleph, 2011.

WEAVER, D. e LAWTON, L. *Tourism management*. 3rd ed. Sydney: John Wiley & Sons Australia, Ltd, 2006.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. *UNWTO Tourism Highlights*. Madrid, 2012. Disponível em: www.mkt.unwto.org. Acessado a 10/08.2012.

XAVIER, Herbe. **A percepção geográfica do turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.

XAVIER, Kátia S. H. **Turismo e desenvolvimento humano na província de Inhambane**. 2009. 71 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2009.

APÊNDICES E ANEXOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – ANÁLISE TERRITORIAL

APÊNDICE A – Inquérito ao Turista

Este inquérito foi elaborado para analisar a sua percepção em relação ao patrimônio turístico do Município de Inhambane, no âmbito da pesquisa de mestrado no curso, programa e instituição acima indicados, e tem por finalidade colher informações sobre o estado da paisagem que lhe é vendível através dos componentes do patrimônio, em forma de oferta turística, tendo em conta a sua satisfação. As suas respostas serão analisadas e publicadas sem fazer referência ao seu nome, na qualidade de inquirido.

Por favor, responda com sinceridade todas as questões.

1. DADOS PESSOAIS DO TURISTA (SEGMENTAÇÃO)

Nacionalidade:				Local de proveniência:									
Sexo: Masculino		Feminino		Idade: – 14		15 – 24		25 – 44		45 – 64		+ 65	
Estado civil: Casado (a)			Solteiro (a)			Viúvo (a)			Divorciado (a)			Separado (a)	
Escolaridade: Ensino primário				Ensino secundário				Ensino superior			Outro: _____		
Ocupação:				Empresa privada				Emprego público		Profissional liberal			
Estudante				Empresário				Aposentado					
Formas de viajar: Só				Com parceiro			Com família			Com amigos			
Organização da viagem: Agências de viagens				Conta própria				Clubes ou associações					
Gasto da viagem:		Valor por dia: _____				Custo total _____							
Duração da viagem: 1 – 7 Dias				2 Semanas				1 Mês			2 – 3 Meses		
Motivação da viagem:		Lazer		Aventura			Ecoturismo		Cultura				
		Negócio		Estudo / Pesquisa			Congresso		Outra? Qual: _____				
Meio de transporte:				Autocarro			Carro próprio		Barco				
				Avião			Bicicleta		Mota				

2. DADOS SOBRE A PREFERÊNCIA E PERCEÇÃO EM RELAÇÃO AO MUNICÍPIO

2.1. Quantas vezes visitou o Município de Inhambane nos últimos 5 anos: _____													
2.2. Durante a viagem onde é que ficou alojado?													
Cidade de Inhambane			Praia do Tofo			Tofinho			Praia da Barra			Outro: _____	
2.3. Como teve informações sobre este destino turístico?													
2.4. Qual era a sua impressão antes de visitar o município e o que esperava encontrar?													
2.5. Com a realização da visita houve alteração da sua percepção sobre o município?													
2.6. O Município de Inhambane foi:													
A. Opção principal			B. Opção secundária			C. Outra: _____							
2.7. Se o Município de Inhambane foi a segunda opção, qual foi a primeira? _____													
2.8. Refira até que ponto considera os aspectos abaixo transcritos como importantes na sua atual visita ao município. Para cada frase assinala com um (X) no espaço em branco a resposta que melhor corresponde à sua percepção.													
Nada Importante [1]		Pouco Importante [2]		Importante [3]		Muito Importante [4]		1	2	3	4		
A. Conhecer a paisagem natural													

4. QUALIDADE DOS SERVIÇOS TURÍSTICOS OFERECIDOS

4.1. De acordo com a sua experiência como classifica a prestação dos serviços abaixo? Para cada item assinale com um (X) no espaço em branco a resposta que melhor corresponde á sua percepção.										
Péssimo [1]	Ruim [2]	Razoável [3]	Bom [4]	Muito Bom [5]	1	2	3	4	5	
A. Alojamento										
B. Restauração										
C. Entretenimento										
D. Comércio										
E. Atuação dos recursos humanos										
F. Estado de conservação dos estabelecimentos turísticos										
G. Segurança pública										
H. Sinalização turística										
I. Serviços bancários										
J. Serviços de locadoras de veículos										
K. Em geral qual é o grau de satisfação da sua visita ao município?										

5. AVALIAÇÃO DOS PREÇOS PRATICADOS NOS SERVIÇOS

5.1. De acordo com a sua experiência com que impressão ficou em relação ao preço dos serviços prestados? Para cada item assinale com um (X) no espaço em branco a resposta que melhor corresponde á sua percepção.										
Muito Baixo [1]	Baixo [2]	Razoável [3]	Alto [4]	Muito Alto [5]	Não sei	1	2	3	4	5
A. Alojamento										
B. Restauração										
C. Transporte										
D. Comércio										
E. Agenciamento										
F. Entretenimento										
G. O preço da sua estadia em geral										

6. OUTRAS PERCEPÇÕES DO TURISTA SOBRE O MUNICÍPIO

6.1. Tenciona visitar novamente o município? Assinale com apenas um (X) a opção que escolher.										
De certeza que não		Provavelmente não		Não sei		Provavelmente sim		De certeza sim		
6.2. Tenciona recomendar o município aos amigos e familiares?										
De certeza que não		Provavelmente não		Não sei		Provavelmente sim		De certeza sim		
6.3. Como classifica a condição atual do património turístico no Município de Inhambane. Marque um (X)										
Péssima			Má		Razoável		Boa		Muito boa	

7. Se tiver algo a acrescentar sobre o assunto, por favor, acrescente neste espaço.

--

Muito obrigado pela sua colaboração!

Nota: Os elementos aqui apresentados foram um guia para a potencial resposta do inquirido, e não se limitam em si, uma vez que abriu-se mais espaço para que este discorresse um pouco mais o seu posicionamento. Por exemplo, se ele assinala logo na 1ª opção que “conhecer a paisagem natural” é “muito importante”, pode justificar por que (pergunta 2.8). O mesmo ocorre com as entrevistas aos outros sujeitos do Turismo.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – ANÁLISE TERRITORIAL

APPENDIX A1 – Inquiry to the Tourist

This inquiry was designed to analyze your perception about the tourist patrimony of Inhambane Municipality, in the ambit of master's degree research, in the course, program and institution listed above, aiming at collection of information about the municipality landscape quality, saleable through its patrimony components, in form of tourist supply, taking into consideration your satisfaction. The responses are going to be published without referring to the name of the respondent involved in the inquiry.

Please, answer all the questions with sincerity.

1. PERSONAL DETAILS OF THE TOURIST (SEGMENTATION)

Nationality:				Country and place of residence:								
Sex: Masculine		Feminine		Age : - 14		15 – 24		25 – 44		45 – 64		+ 65
Marital estate: Married			Single		Widow		Divorced		Separated			
Schooling :		Primary school			Secondary school			University training	Others: _____			
Profession	Student			Employed			Workman	Others: _____				
	Worker			Independent			Researcher	_____				
Way of travelling				With a partner			With family			With friends		
Journey organization: Travelling agencies					In person			Clubs or associations				
Travelling expenditures:		Daily payment: _____				Total cost _____						
Journey length: 1 – 7 days			2 weeks			1 Month			2 – 3 Months			
Travelling motivation:	Leisure			Adventure			Ecotourism			Culture		
	Business			Studies/Research			Congress			Other? Which: _____		
Means of transport:		Air			Land			Water			Cyclist	

2. DATA ABOUT THE PREFERENCE AND PERCEPTION IN RELATION TO THE MUNICIPALITY

2.1. How many times have you visited Inhambane Municipality in the last 5 years: _____												
2.2. During your visit where did you stay?												
City of Inhambane			Tofo beach			Tofinho			Barra beach			Other: _____
2.3. How did you get information about this tourist destination?												
2.4. What was your impression before visit this destination and what was your expectation?												
2.5. After visit this destination do you find another perception about this destination?												
2.6. The Inhambane Municipality was:												
D. Main Option				E. Profited by the occasion to visit				F. What was another option: _____				
2.7. If the Inhambane Municipality was the second option, what was the first? _____												
2.8. Mention the point to which you consider the aspect transcribed bellow important in your current visit to IM. For each sentence mark the blank spaces with an (X) the answer which gives a better answers to your perception.												
Nothing important [1]		Important somehow [2]			Important [3]		Very important [4]		1	2	3	4
A. Know the natural scenery												

4. THE QUALITY OF TOURISM SERVICES OFFERED

4.1. According to your experience, how would you classify the quality of services mentioned below? For each item mark with (X) in the blank space which corresponds to your opinion.

Awful [1]	Poor [2]	Reasonable [3]	Good [4]	Very good [5]	1	2	3	4	5
A. Accommodation									
B. Restaurants									
C. Entertainment									
D. Commerce									
E. The quality of human resources									
F. The standards of tourism establishments									
G. Public safety									
H. Tourist signalization									
I. Bank services									
J. Vehicle services (places)									
4.2. In general, how would you classify your level of satisfaction with your visit to this region?									
Very low [1]	Low [2]	Average [3]	Above average [4]	Excellent [5]	1	2	3	4	5
Mark your preference with an X									

5. EVALUATION OF THE PRICES OF TOURISM SERVICES

5.1. According to your experience, what is your impression of the prices of tourism services? For each item mark with (X) in the blank space which corresponds to your opinion.

Very low [1]	low [2]	average [3]	high [4]	Very high [5]	1	2	3	4	5
A. Accommodation									
B. Restaurants									
C. Commerce									
D. Tourism agents									
E. Excursions									
F. Entertainment									
G. The price of your stay in general									

6. OTHER PERCEPTIONS REGARDING THE MUNICIPALITY

6.1. Do you intend to visit this area again? Mark your choice with an (X).

Certainly not		Probably not		I don't know		Probably yes		Certainly yes	
6.2. Would you recommend this destination to your friends and family?									
Certainly not		Probably not		I don't know		Probably yes		Certainly yes	
6.3. How would you classify the actual tourist patrimony of the municipality of Inhambane? Mark your choice with an (X)									
Very Bad		Bad		Reasonable		Good		Very Good	

7. If you have anything further to add regarding the areas covered by this enquiry, or which was not included, please use the space below for your comments:

Thank you very much for your collaboration!

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – ANÁLISE TERRITORIAL

APÊNDICE B – Entrevista para População Residente

Esta entrevista foi elaborada para analisar sua percepção sobre o desenvolvimento do Turismo no seu espaço de lugar (Município de Inhambane), no âmbito da pesquisa de mestrado no curso, programa e instituição acima indicados, e tem por finalidade colher informações sobre sua sensibilidade com a apropriação do patrimônio pelo Turismo e consequente desenvolvimento desta atividade neste lugar. As suas respostas serão analisadas e publicadas sem fazer referência ao seu nome, na qualidade de entrevistado.

Por favor, responda com sinceridade todas as questões.

Nome do bairro:														
Localização:					Local de proveniência:									
1. Sexo:	Masculino		Feminino		2. Idade:	- 14		15 – 24		25 – 44		45 – 64		+65
3. Escolaridade:	Ensino primário				Ensino médio				Ensino superior			Outro: _____		
4. Educação em turismo:	Sim		Não		5. Ocupação:									
6. Tempo de residência:										Data de campo:				

7. Tem conhecimento da atividade turística no seu bairro?										Sim					Não									
8. O seu relacionamento com os visitantes que normalmente afluem ao seu bairro é:																								
Muito bom			Bom			Razoável			Mau			Muito mau												
9. Tem alguma relação com o Turismo?										Sim					Não									
10. Se sim em 8, qual é essa relação ou como participa no Turismo?																								
11. Se não em 8, gostaria de ter alguma relação? Se sim em que aspectos?																								
12. O que tem (de patrimônio/atrativo) no seu bairro que pode ser visitado pelo turista?																								
13. Participa na gestão do patrimônio turístico no bairro?										Sim					Não					Não sei				
14. A comunidade participa nos conselhos consultivos dos investimentos turísticos										Sim					Não									
15. O Turismo tem contribuído para o bairro?										Sim					Não					Não sei				
16. A atividade turística é bem-vinda no bairro?										Sim					Não					Não sei				
17. Em quais dos estabelecimentos você e/ou sua família trabalha? Indica o número										Hotel					Motél					Lodge				
										Albergue					Acampamentos turísticos					Restaurante				
										Agenciamento					Transportadora turística					Eventos				
Outra: _____										Bar					Take away					Outro: _____				

18. Qual tem sido o seu comportamento com os turistas e estabelecimentos turísticos, quando estes se apropriam de seu bem/patrimônio (ex: praia) para desenvolver atividades turísticas?

19. O que acha do contributo do desenvolvimento do Turismo para o seu espaço de lugar nos últimos 5 anos?														
Nº	Itens										Piorou	Manteve	Melhorou	Não sei
Componente 1 – Benefícios na Qualidade de Vida														
A.	Qualidade de infraestruturas e dos serviços públicos													

B.	Comércio no bairro ou na comunidade				
C.	Acesso a equipamentos desportivos, culturais e de lazer				
D.	Qualificação e introdução de novas tecnologias				
E.	Qualidade ambiental e paisagística do município				
F.	Preservação da cultura e estímulo ao artesanato local				
G.	A importância do Turismo em Inhambane				
Componente 2 – Custos Ambientais e Sociais do Turismo					
H.	Desigualdades sociais				
I.	Insegurança e criminalidade				
J.	Respeito às tradições por parte dos turistas				
K.	Qualidade estética pela construção de hotéis e lodges				
L.	Deterioração de locais de interesse histórico-cultural				
M.	Acesso às principais atrações turísticas				
N.	Problemas sociais (droga, alcoolismo e prostituição)				
O.	Alteração na paisagem e na biodiversidade				
P.	Há mais lixo no bairro/praias por causa do Turismo				
Q.	Relacionamento com o turista				
Componente 3 – Benefícios Económicos do Turismo					
R.	Postos de emprego				
S.	Rendimento do Turismo e melhoria da qualidade de vida				
T.	Oportunidades de negócio devido ao Turismo				

20. Como o Turismo pode contribuir para melhorar as condições de vida da sua família e comunidade?

21. Se tiver algo a acrescentar sobre o assunto, por favor, acrescente neste espaço.

Muito obrigado pela colaboração e atenção dispensada!

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – ANÁLISE TERRITORIAL

APÊNDICE C – Entrevista ao representante do Estabelecimento Turístico

Esta entrevista foi elaborada para analisar a percepção que os sujeitos do Turismo (turista e população residente) têm em relação ao patrimônio e desenvolvimento do Turismo no espaço turístico do Município de Inhambane, no âmbito da pesquisa de mestrado no curso, programa e instituição acima indicados, e tem por finalidade colher informações sobre atividade turística que o estabelecimento desenvolve e sua percepção em relação ao patrimônio consumido pelo turista, e envolvimento dos moradores locais no desenvolvimento do Turismo neste município. As suas respostas serão analisadas e publicadas sem fazer referência ao seu nome, na qualidade de entrevistado.

Por favor, responda com sinceridade todas as questões.

Nome do estabelecimento:										
Categoria do estabelecimento:										
Representante:					Correio electrónico:					
Localização:					Telefone:					
Cargo / função na instituição:							Data:			
1. Tipo de sociedade:		Pessoa singular							Pessoa coletiva	
2. Natureza do investimento:		Nacional			Estrangeira				Mista	
3. Categoria do estabelecimento:		Hotel			Motel				Lodge	
		Albergue			Acampamentos turísticos				Restaurante	
		Agenciamento			Transportadora turística				Eventos	
Outra: _____		Entretenimento			Informação turística				Passeios	
Classificação do estabelecimento:				Sem *		1 – 2*	3*	4*	5*	
4. Estimativa do número de turistas na época alta					Por dia:			Por mês:		
5. Estimativa do número de turistas na época baixa					Por dia:			Por mês:		
6. Capacidade do estabelecimento					Quartos:			Camas:		
					Mesas:			Cadeiras:		
7. Serviços oferecidos aos turistas pelo estabelecimento:										
A. Alojamento					F. Eventos (organização, fornecedores de espaços para eventos)					
B. Restauração					G. Entretenimento (bares, boates, danceterias, clubes, parques de diversão, parques aquáticos e temáticos, campos de golfe)					
C. Agenciamento					H. Informação turística (guias, mapas, postos de informação)					
D. Transportes turísticos (aéreos, rodoviários, ferroviários, aquáticos)					I. Passeios (cavalo, helicóptero, barco, etc.)					
E. Locação de veículos (carros, motos, bicicletas, embarcações, equipamentos desportivos)					J. Comércio turístico (<i>souvenirs</i> , artesanato, produtos típicos)					
8. Categoria de atividades de entretenimento										
Mergulho		Caminhadas			Sightseeing			Esqui		
Natação		Passeios de barcos			City-tour			Hipismo		
Safar oceânico		Observação da natureza			Rafting			Ciclismo		
Pára-quedaismo		Observação de animais			Sky-surf			Montanhismo		
Caiaque		Voos panorâmicos (asa-delta)			Windsurf			Pesca desportiva		

Balonismo	Visita a locais culturais	Fotografia e filmagem	Outra: _____
9. Como faz a publicidade para a divulgação do estabelecimento?			
10. Quais das seguintes TIC's o estabelecimento utiliza para se comunicar com os turistas:			
Telefone	Fax	E-mail	Website
Skype	Facebook	Twitter	Outro: _____
11. Os turistas que frequentam o estabelecimento em sua predominância vêm de forma:			
Singular	Casal	Grupo	Outra: _____
12. Qual é a quantidade dos recursos humanos do estabelecimento? _____			
13. Regime do recurso humano:	Tempo inteiro:	Tempo parcial (sazonais)	
14. Proveniência:	Nacional	Estrangeira	
15. Dos nacionais, existem os que pertencem a comunidade local? Se sim quais os seus níveis de atuação?			

16. Qual a importância do patrimônio para o estabelecimento?
17. Quais são as atividades que realizam no âmbito da conservação do patrimônio natural e cultural?
18. Como tem sido a relação entre patrimônio e turista durante a realização das práticas turísticas?
19. Qual é o contributo do estabelecimento no desenvolvimento do Turismo local?
20. Quais são as queixas dos visitantes quando procuram os vossos serviços?
21. Quais são as dificuldades que enfrentam no exercício das vossas atividades no município?
22. Se tiver algo a acrescentar sobre o assunto, por favor, acrescente neste espaço.

Muito obrigado pela colaboração e atenção dispensada!

ROTEIRO DE ENTREVISTAS ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS QUE AUXILIARAM O LEVANTAMENTO DOCUMENTAL NO MUNICÍPIO DE INHAMBANE.

APÊNDICE D – Entrevista para o Conselho Municipal da Cidade de Inhambane (CMCI)

Nome do entrevistado:

Cargo:

1. De que modo o CMCI intervém com as questões do património cada vez mais aproveitado para fins turísticos?
2. Como o CMCI se relaciona com os outros atores do Turismo na conservação do património?
3. Qual tem sido a reação da população residente quando vê seu bem a ser apropriado para fins turísticos?
4. Qual é o papel do CMCI no desenvolvimento do Turismo local?
5. Nos últimos 5 anos, a atividade turística, tem beneficiado as comunidades locais?
6. Quais são as ações levadas a cabo pela administração municipal com vista a garantir qualidade em relação ao património e desenvolvimento do Turismo?
7. Qual é a importância da percepção dos sujeitos do Turismo (turista e população residente) no desenvolvimento do Turismo, que se efetiva a partir da apropriação do património?

Muito obrigado pela colaboração e atenção dispensada!

APÊNDICE E – Entrevista para a Direção Provincial do Turismo de Inhambane (DPTURI)

Nome do Entrevistado:

Cargo:

1. Qual é a história e significado socioeconómico do Turismo no Município de Inhambane?
2. Quais os principais tipos de Turismo praticados no município?
3. Quais são os componentes do património natural e cultural do município?
4. Como o DPTURI intervém com as questões do património cada vez mais aproveitado para fins turísticos?
5. Qual é o vosso papel no desenvolvimento do Turismo?
6. A população local participa no planeamento do Turismo local? De que forma?
7. Nos últimos 5 anos, o desenvolvimento do Turismo, tem beneficiado as comunidades locais?
8. Que ações a DPTURI realiza com vista a garantir qualidade do património e desenvolvimento do Turismo?
9. Qual é a importância da percepção dos sujeitos do Turismo (turista e população residente) no desenvolvimento do Turismo local?

Muito obrigado pela colaboração e atenção dispensada!

APÊNDICE F – Entrevista par Direção Provincial da Cultura (DPCI) – Casa da Cultura (CC)

Nome do entrevistado:

Cargo:

1. Quais são os componentes naturais e culturais do patrimônio no Município de Inhambane?
2. Qual o sentimento sobre o uso do patrimônio para fins turísticos?
3. Quais dos componentes do patrimônio são mais apropriados pelo Turismo?
4. Quais são as ações levadas a cabo pela DPCI com vista a garantir a preservação e conservação do patrimônio e, conseqüente desenvolvimento do Turismo?

Muito obrigado pela colaboração e atenção dispensada!

APÊNDICE G – Entrevista para o Instituto Nacional de Estatística (INE) – Inhambane

1. Quais são as características socioeconômicas do Município de Inhambane?
2. Qual o número atual da população no Município de Inhambane? Distribuição e densidade.
3. Quais são os principais setores de atividade característicos do município?
4. Quais são as principais atividades econômicas da população no município?
5. Qual o número atual de chegadas turísticas nos últimos 5 anos (nacionais e estrangeiros)?
6. Quantos estabelecimentos turísticos existem no município?
7. Qual o significado (investimento, gastos e receitas) do Turismo na economia de local?

Muito obrigado pela colaboração e atenção dispensada!

APÊNDICE H – Entrevista para Associação de Hotelaria e Turismo de Inhambane (AHTI)

1. Qual é o principal objetivo da associação e como se relaciona com os outros atores do Turismo (Estado, setor privado, comunidades locais e turistas)?
2. Quais as opções da natureza e do acervo cultural que o município oferece e/ou pode oferecer a seus visitantes?
3. Qual é a importância do patrimônio para os estabelecimentos turísticos e para o desenvolvimento do Turismo?
4. Qual o contributo da AHTI na preservação/conservação do patrimônio?
5. Quais cenários observam com a apropriação do patrimônio pelo Turismo que outrora pertencia às comunidades locais (quase exclusivamente)?
6. A AHTI participa na elaboração e implantação dos projetos e planos de desenvolvimento turístico local?
7. Nos últimos 5 anos, o desenvolvimento do Turismo, tem beneficiado as comunidades locais?
8. Qual é a importância do reconhecimento da percepção dos sujeitos do Turismo (população residente) na concepção e implantação dos planos de desenvolvimento do Turismo local?

Muito obrigado pela colaboração e atenção dispensada!

APÊNDICE I – Guião de Observação do Patrimônio Natural⁹²

CABEÇALHO					
MUNICÍPIO			ÁREA TURÍSTICA		
TIPO			SUBTIPO		
IDENTIFICAÇÃO					
1. DESCRIÇÕES DO PATRIMÔNIO					
1.1. NOME OFICIAL:			1.4. TELEFONE/ FAX:		
1.2. NOME POPULAR:			1.5. SITE:		
1.3. NOME DA ORGANIZAÇÃO GESTORA:			1.6. E-MAIL:		
2. LOCALIZAÇÃO E AMBIÊNCIA					
2.1. ENDEREÇO:			2.5. LOCALIZAÇÃO:		
2.2. PONTO DE REFERÊNCIA:			2.5.1. URBANA:		
2.3. LATITUDE:			2.5.2. RURALURBANA:		
2.4. LONGITUDE:			2.5.3. RURAL:		
3. LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA DO PATRIMÔNIO					
3.1. NOME DA LOCALIDADE:			3.2. DISTÂNCIA DA ÁREA MAIS PRÓXIMA (KM):		
			3.3. DISTÂNCIA DO PONTO ZERO DO MI (KM):		
ACESSO MICROACESSIBILIDADE					
4. SINALIZAÇÃO					
	BEM SINALIZADO	MAL SINALIZADO	MAL SINALIZADO	ADAPTADO	NÃO ADAPTADO
4.1. SINALIZAÇÃO GERAL					
4.2. SINALIZAÇÃO TURÍSTICA					
5. MEIOS DE ACESSO			BOM	REGULAR	PÉSSIMO
5.1. VIA TERRESTRE					
5.2. HIDROVIA MARÍTIMA					
5.3. HIDROVIA FLUVIAL/LACUSTRE					
5.4. FERROVIA					
5.5. AÉREO					
5.6. A PÉ					
5.7. CICLOVIA					
5.8. OUTROS (especificar)					
6. ACESSO MAIS UTILIZADO					
6.1. ACESSO MAIS UTILIZADO:					
6.2. ADAPTADO (especificar)?					
6.3. GRAU DE UTILIZAÇÃO:					
6.3.1. MUITO UTILIZADO					
6.3.2. REGULAR					
6.3.3. POUCO UTILIZADO					
6.4. DESCRIÇÃO DO ACESSO MAIS UTILIZADO:					
7. TRANSPORTE PARA O PATRIMÔNIO					
7.1. TIPO DE TRANSPORTE:			7.1.3. QUALIDADE:		
7.1.1. FREQUÊNCIA:			7.1.3.1. BOA		

⁹² Adaptado do BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Manual do Pesquisador - Inventário da Oferta Turística**: instrumento de pesquisa/ Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Brasília: Ministério do Turismo, Dezembro de 2006. O guião do patrimônio cultural também foi adaptado segundo esta fonte.

7.1.2. ADAPTADO (ESPECIFICAR)?		7.1.3.2. REGULAR 7.1.3.3. PÉSSIMA 7.2. OUTRAS INFORMAÇÕES:						
PROTEÇÃO								
8. LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO								
		NACIONAL		PROVINCIAL		MUNICIPAL		
8.1. LEI								
8.2. DECRETO								
8.3. NORMA DE RESTRIÇÃO								
9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO/PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO								
9.1. GERAL								
9.2. COBERTURA								
9.3. INTERIOR								
9.4. CONDIÇÃO HIGIÊNICA								
9.5. ESTRUTURA								
OBSERVAÇÕES:								
FACILIDADES								
10. ENTRADA DO PATRIMÔNIO								
10.1. CENTRO DE RECPCÃO				10.6. ADAPTADO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA				
10.2. POSTO DE INFORMAÇÕES				10.6.1. ADAPTADO				
10.3. PORTARIA PRINCIPAL				10.6.2. NÃO ADAPTADO				
10.4. GUARITA				10.6.3. ADAPTADO PARCIALMENTE				
10.5. OUTROS								
11. VISITAÇÃO								
11.1. ÉPOCA		DE:			A:			
11.2. DIAS		SEG	TER	QUA	QUIN	SEX	SAB	DOM
11.3. HORÁRIOS		DE:			A:			
11.4. VISITA		GUIADA		NÃO-GUIADA		AUTOGUIADA		
11.5. DURAÇÃO MÉDIA DA VISITA								
11.6. GUIA DE VISITAÇÃO		PAGA		GRATUITA		INEXISTENTE		
11.7. IDIOMAS DA GUIA								
11.8. ENTRADA		FRANCA		PAGA		VALOR (USD)		
11.9. É NECESSÁRIO TER UMA AUTORIZAÇÃO PREVIA PARA O ACESSO? DE QUE TIPO?								
11.10. HÁ LIMITE QUANTO AO NÚMERO DE VISITANTES? QUAL?								
12. SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS NO PATRIMÔNIO								
12.1. INFORMAÇÃO AO VISITANTE				12.7. HOSPEDAGEM				
12.2. INSTRUÇÕES				12.8. GUIA DE TURISMO/MONITOR				
CONSERVAÇÃO/PRESERVAÇÃO				12.9. LIMPEZA				
12.3. SINALIZAÇÃO				12.10. COLETA SELETIVA				
12.4. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS				12.11. CONDUTOR CAPACITADO PARA RECEBER PESSOAS COM DEFICIÊNCIA				
12.5. LAZER E ENTRETENIMENTO				12.12. ATIVIDADES COMERCIAIS				
12.6. LOCAIS PARA ALIMENTAÇÃO								
13. ATIVIDADES REALIZADAS NO PATRIMÔNIO NATURAL								

13.1. QUE ATIVIDADES SÃO REALIZADAS NO PATRIMÔNIO?
14. ROTEIROS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS
14.1. INTEGRA ROTEIROS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS?
14.2. QUAIS?
14.3. QUEM COMERCIALIZA?
15. DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO
16. OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES
17. REFERENCIAIS / DOCUMENTOS CONSULTADOS
18. EQUIPE RESPONSÁVEL
PESQUISADOR (ES): INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: FONE/FAX: E-MAIL:
INTERLOCUTOR DO MUNICÍPIO: ÓRGÃO: FONE/FAX: E-MAIL:

APÊNDICE J – Guião de Observação do Patrimônio Cultural

CABEÇALHO	
MUNICÍPIO	ÁREA TURÍSTICA
TIPO	SUBTIPO
IDENTIFICAÇÃO	
1. DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO	
1.1. NOME OFICIAL: 1.2. NOME POPULAR: 1.3. NOME DA ORGANIZAÇÃO GESTORA:	1.4. TELEFONE/ FAX: 1.5. SITE: 1.6. E-MAIL:
2. LOCALIZAÇÃO E AMBIÊNCIA	
2.1. ENDEREÇO: 2.2. PONTO DE REFERÊNCIA: 2.3. LATITUDE: 2.4. LONGITUDE:	2.5. LOCALIZAÇÃO: 2.5.1. URBANA: 2.5.2. RURALURBANA: 2.5.3. RURAL:
3. LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA DO PATRIMÔNIO	
3.1. NOME DA LOCALIDADE:	3.2. DISTÂNCIA DA ÁREA MAIS PRÓXIMA (KM): 3.3. DISTÂNCIA DO PONTO ZERO DO MUNICÍPIO (KM):
4. PERÍODO HISTÓRICO – BENS MATERIAIS	
4.1. PERÍODO HISTÓRICO DO PATRIMÔNIO: 4.2. UTILIZAÇÃO ORIGINAL DO PATRIMÔNIO:	4.3. UTILIZAÇÃO ATUAL DO ATRATIVO:
ACESSO MICROACESSIBILIDADE	
5. SINALIZAÇÃO	

	BEM SINALIZADO	MAL SINALIZADO	MAL SINALIZADO	ADAPTADO	NÃO ADAPTADO
5.1. SINALIZAÇÃO GERAL					
5.2. SINALIZAÇÃO TURÍSTICA					
6. MEIOS DE ACESSO			BOM	REGULAR	PÉSSIMO
6.1. VIA TERRESTRE					
6.2. HIDROVIA MARÍTIMA					
6.3. HIDROVIA FLUVIAL/LACUSTRE					
6.4. FERROVIA					
6.5. AÉREO					
6.6. A PÉ					
6.7. CICLOVIA					
6.8. OUTROS (especificar)					
7. ACESSO MAIS UTILIZADO					
7.1. ACESSO MAIS UTILIZADO:					
7.2. ADAPTADO (especificar)?					
7.3. GRAU DE UTILIZAÇÃO:					
7.3.1. MUITO UTILIZADO					
7.3.2. REGULAR					
7.3.3. POUCO UTILIZADO					
7.4. DESCRIÇÃO DO ACESSO MAIS UTILIZADO:					
8. TRANSPORTE PARA O PATRIMÔNIO					
8.1. TIPO DE TRANSPORTE:		8.1.3. QUALIDADE:			
8.1.1. FREQUÊNCIA:		8.1.3.1. BOA			
8.1.2. ADAPTADO (ESPECIFICAR)?		8.1.3.2. REGULAR			
		8.1.3.3. PÉSSIMA			
		8.2. OUTRAS INFORMAÇÕES:			
PROTEÇÃO					
9. LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO					
	NACIONAL		PROVINCIAL		MUNICIPAL
9.1. LEI					
9.2. DECRETO					
9.3. NORMA DE RESTRIÇÃO					
9.4. TOMBAMENTO					
10. ESTADO DE CONSERVAÇÃO/PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO					
10.1. GERAL					
10.2. COBERTURA					
10.3. INTERIOR					
10.4. CONDIÇÃO HIGIÊNICA					
10.5. ESTRUTURA					
OBSERVAÇÕES:					
FACILIDADES					
11. ENTRADA DO PATRIMÔNIO					
11.1. CENTRO DE RECPÇÃO		11.6. ADAPTADO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA			
11.2. POSTO DE INFORMAÇÕES		11.6.1. ADAPTADO			
11.3. PORTARIA PRINCIPAL		11.6.2. NÃO ADAPTADO			
11.4. GUARITA					

11.5. OUTROS				11.6.3. ADAPTADO PARCIALMENTE				
12. VISITAÇÃO								
12.1. ÉPOCA		DE:			A:			
12.2. DIAS		SEG	TER	QUA	QUIN	SEX	SAB	DOM
12.3. HORÁRIOS		DE:			A:			
12.4. VISITA		GUIADA		NÃO-GUIADA		AUTOGUIADA		
12.5. DURAÇÃO MÉDIA DA VISITA								
12.6. GUIA DE VISITAÇÃO		PAGA		GRATUITA		INEXISTENTE		
12.7. IDIOMAS DA GUIA								
12.8. ENTRADA		FRANCA		PAGA		VALOR (USD)		
12.9. É NECESSÁRIO TER UMA AUTORIZAÇÃO PREVIA PARA O ACESSO? DE QUE TIPO?								
12.10. HÁ LIMITE QUANTO AO NÚMERO DE VISITANTES? QUAL?								
13. SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS NO PATRIMÔNIO								
13.1. INFORMAÇÃO AO VISITANTE				13.7. HOSPEDAGEM				
13.2. INSTRUÇÕES				13.8. GUIA DE TURISMO/MONITOR				
CONSERVAÇÃO/PRESERVAÇÃO				13.9. LIMPEZA				
13.3. SINALIZAÇÃO				13.10. COLETA SELETIVA				
13.4. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS				13.11. CONDUTOR CAPACITADO PARA				
13.5. LAZER E ENTRETENIMENTO				RECEBER PESSOAS COM DEFICIÊNCIA				
13.6. LOCAIS PARA ALIMENTAÇÃO				13.12. ATIVIDADES COMERCIAIS				
14. ATIVIDADES REALIZADAS NO PATRIMÔNIO NATURAL								
14.1. QUE ATIVIDADES SÃO REALIZADAS NO PATRIMÔNIO?								
15. ROTEIROS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS								
15.1. INTEGRA ROTEIROS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS?								
15.2. QUAIS?								
15.3. QUEM COMERCIALIZA?								
16. DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO								
17. OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES								
18. REFERENCIAIS / DOCUMENTOS CONSULTADOS								
19. EQUIPE RESPONSÁVEL								
PESQUISADOR (ES) :								
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR:								
FONE/FAX:								
E-MAIL:								
INTERLOCUTOR DO MUNICÍPIO:								
ÓRGÃO:								
FONE/FAX:								
E-MAIL:								

APÊNDICE K – Instituições e Pessoas contatadas para obtenção de dados/informações no Município de Inhambane

Nº	Nome do entrevistado	Instituição	Ocupação	Data/Ano
1	Horácio Venâncio	Casa da Cultura de Inhambane	Gestor de Projetos	01.12.14
2	Eduardo Zualo	Instituto Nacional de Estatística – Inhambane	Técnico de Estatística	27.11.14
3	Narciso Zunguze	Conselho Municipal da Cidade de Inhambane (CMCI) – Vereação da Cultura, Juventude, Desportos, Transportes e Comunicações	Vereador	27.11.14
4	Rojasse Buramo	CMCI – Administração	Técnico de Administração	20.01.15
5	Ulcilia Abel Cucu	Associação de Hotelaria e Turismo de Inhambane	Técnica de Turismo	09.02.15
6	Paulino Josine	Associação de Hotelaria e Turismo de Inhambane	Técnico de Turismo	10.02.15
7	Felsiberto da Silva Machava Júnior	DPTURI – Departamento de Planificação	Técnico de Planificação de Atividades Turísticas	15.12.14
8	Fernando Bebane	Hotel Casa do Capitão	Gerente do Hotel	10.12.14
9	Deolinda Marengula	Hotel Casa do Capitão	Recepcionista do Hotel	12.02.15
10	Jacy Dier Ferreira de Armuge	Barra <i>Beach Lodge</i>	Administrativo do <i>Lodge</i>	09.02.15

APÊNDICE L - Lista de alguns componentes do Patrimônio Cultural do MI

NOME DO PATRIMÔNIO	BREVE DESCRIÇÃO	ANO DE CONSTITUIÇÃO
Edifício do Conselho Municipal	Outrora denominado de Câmara Municipal. Neste edifício houve várias sessões que marcaram a vida de Inhambane dentre as quais a vinda do presidente da República Portuguesa, general Craveiro Lopes, que elevou à vila de Inhambane a categoria de cidade.	1761?
Pórtico das Deportações	Edificado com pedra e cal, pertencia a uma companhia denominada “Borror”. A mesma tinha como finalidade concentrar os escravos aguardando a deportação.	1910 - 1922
Antigo Edifício dos Correios	O edifício pertencia a um Padre de Santa. Foi então adquirido pela autoridade provisional portuguesa para instalações do governo. Inicialmente o edifício albergou os escritórios da Alfandega e das finanças, enfermaria e uma escola primária. Durante o período de novas construções (1885-1920), este edifício foi construído e serviu como posto de correios. Neste edifício, hoje funciona as Telecomunicações de Moçambique.	1811
Edifício do Governo Provincial de Inhambane	Edifício de pedra e cal que funcionou como o primeiro hospital da Cidade de Inhambane, sendo que, com a construção do atual hospital provincial em 1961, no edifício passou a funcionar o gabinete do governador das províncias do sul do save que incluíam as províncias de Inhambane e Gaza. Com as nacionalizações o edifício passou para o Estado.	1941 - 1942
Edifício dos Anos 50	Foram as primeiras casas construídas com material convencional (cimento, ferro e tijolos). Na sua maioria foram construídas em 1947 a mando do governo português para alojar os funcionários do governo colonial. Com as nacionalizações estes edifícios passaram a ser patrimônio do Estado moçambicano.	1947
Mesquita Velha	A sua construção está ligada com a chegada de Sulemane Abdul Chahama, natural da Ilha de Moçambique, que era muçulmano. Este casou com uma nativa de Inhambane com quem teve um filho que mais tarde o mandou a Zanzibar para estudar o islamismo a fim de ensinar as pessoas de Inhambane. Com o seu regresso ergueu-se uma mesquita usando pau a pique que durou pouco, devastado pelo fogo. Em 1835 foi erguida no mesmo espaço outra construção de pedra, concluída em 1840. A mesquita guarda até hoje um alcorão de mais de 300 anos e os restos mortais de Chahama.	1840
Igreja Velha	A Igreja Velha foi planeada para ser de madeira, mas entre 1854-1885 foi construído o atual edifício de pedra. As paredes reforçadas e as ameias no cimo da torre refletem um período histórico de conflitos. Possui um campanário onde foi colocado um relógio oferecido à câmara municipal em 27 de Dezembro de 1928.	1885
Igreja (Nova) Nossa	Construída a partir de 1972 e inaugurada para substituir a Igreja Velha que se tornava cada vez	1972 - 2002

Senhora da Conceição	menor. Foi edificada a pedido de Dom Ernesto Gonçalves Costa, primeiro Bispo de Inhambane nomeado em 1962. Foi construída no espaço onde existia a residência da fraternidade franciscana. A sua estrutura feita de blocos de cimento. Possui formato de um barco idealizado pelo Engenheiro italiano de sobrenome “Moffa” que também se responsabilizou pela construção e que se inspirou no enquadramento do local (Baía de Inhambane), assim como no Arca de Noé.	
Templo Hindu	Templo edificado com os donativos dos crentes. Em 1969 Arachand Henchand trouxe as estátuas dos deuses.	1932
Casa Oswald Hoffmann	O edifício pertencia a família Hoffmann, de origem alemã. A casa foi lhes arrancada pelos portugueses quando a Alemanha perdeu na 2ª guerra mundial. Os materiais de construção incluíam pedra da Ilha de Moçambique, ferro forjado da Itália, azulejos franceses e outro material vindo da Alemanha e possui uma arquitetura única na cidade. O edifício já serviu de hotel, loja, restaurante e atualmente é uma empresa de Impressão gráfica denominada Gráfica Sul do Save.	1890
Palácio Fornaziny	Feito de pedra, cal, mel e sal. Possui paredes com uma largura grande. Tem uma cobertura de telhado. A pavimentação era constituída ladrilhas de cimento colorido e azulejos, que se supõe que seja de origem europeia.	1886 - 1898
Casa da Marinha (Casa do Capitão)	É a mais antiga de todas outras casas do Porto de Inhambane, o que significa que é anterior a 1885. Em 1918 passou a ser usada como centro de convívio pelos oficiais da marinha. A sua posição é única, com visitas de Norte – Oeste. Atualmente funciona o luxuoso Hotel “Casa do Capitão”.	Antes de 1885
Casa da Cultura de Inhambane	Construída pela firma Manuel Nunes. O material de construção é cimento, pedra, cal e telhado. As paredes têm uma espessura de cerca de 70 cm. Hoje o edifício é ocupado pela Casa da Cultura, Sociedade de Notícias e Discoteca Zoom.	1915
Casa Damião de Melo	Edifício em estilo <i>art déco</i> que faz parte de um conjunto dos edifícios projetados para habitação e lojas designadas de casas gémeas. Foi construído com base em material convencional.	1940
Cine Teatro Tofo	Construído na base de tijolos, com uma cave. Possui a primeira máquina italiana de projeção de filmes do país, acompanhada de uma máquina de legenda. Tem capacidade para 500 pessoas. Na parte frontal tem 100 cadeiras de madeira para os negros e as restantes 400 são convencionais e para os brancos. Estas cadeiras são separadas por uma barreira.	Sd.
Escola Secundária dos Caminhos de Ferro de Moçambique – CFM	Construída com base em tijolos e cimento, funcionava como direção de exploração dos CFM Inhambane-Gaza. Possuía seu próprio hospital. Após a independência passa a ser Direção de Identificação Civil, enquanto funcionava ainda como hospital; e funcionou sob controlo dos CFM (fiscalização e contabilidade). Em 2000 é construída a escola.	1922
Buraco do Tofinho	Monumento em recordação do fim da escravidão: um braço que se eleva e proclama-se livre.	S.d.
Vitrina das Ossadas	Um monumento construído para depositar os ossos dos cidadãos moçambicanos assassinados	1980

	pela PIDE (polícia colonial portuguesa) de 1960 a 1970. O monumento possui formato de uma estrela e é feito de cimento com alguns compartimentos de vidro.	
Estátua Vasco da Gama	Feita de mármore para servir de instrumento de recordação do primeiro português a chegar a Inhambane no século XV, e que deu o nome de Inhambane à cidade e assim como a província.	1928
Farol da Barra	É uma torre cilíndrica em alvenaria, com edifícios circulares adjacentes. Possui 13,5 metros de altura. Encontra-se numa altitude de 25 metros. Possui um alcance luminoso de 25 milhas náuticas.	1900-1904
Locomotiva dos Caminhos de Ferro	A primeira locomotiva que circulou na cidade de Inhambane durante a era colonial. Tinha como principal função o transporte de carga do distrito de Inharrime para a cidade de Inhambane e vice-versa.	S.d.
Museu Regional de Inhambane	Construído para preservação do Património Cultural da Província de Inhambane. Constitui o primeiro museu da cidade, sendo o seu antecedente um depósito museológico.	1988
Aeródromo de Inhambane	A sua concepção inicial era para servir interesses militares. Tratava-se de uma base militar onde aterravam aviões de guerra trazendo material bélico. Só mais tarde com a ampliação das infraestruturas passa a servir interesses comerciais e civis. O primeiro ponto de contato com os turistas é o Aeródromo de Inhambane, que possui uma torre de controle, uma estação meteorológica, hangares que é o galpão onde alugam espaços às companhias aéreas e onde os aviões recebem a manutenção e tem capacidade para albergar aeronaves. Tem uma capacidade para albergar 22 aeronaves de pequeno porte, com capacidade máxima de 50 passageiros. O campo de voo possui uma área de 1500 m; conta ainda com um parque de estacionamento para viaturas, terminais de passageiros, duas salas de embarque e desembarque uma para o público no geral e outra VIP.	Meados do Século XX
Casa de Sombreiro "Palhota"	Um tipo de casa típico da Cidade de Inhambane da arquitetura do início do sec. XIX. Estas casas são feitas de pedra e cal, e possuem um formato circular com dois compartimentos. A sua cobertura é de chapas de zinco, possui uma porta e duas janelas. O governo português começou com o projeto de construção destas casas em 1924 na tentativa de realizar construções mais apropriadas, do ponto de vista estético e ambiental.	1924

Fonte: Adaptado pelo autor (2015). In: DPCI – CC (2014); Museu Regional de Inhambane (2014) e CMCI (2014)

ANEXO A – Tabela de determinação da Amostra

N*	A*	N	A	N	A
10	10	220	140	1200	291
15	14	230	144	1300	297
20	19	240	148	1400	302
15	24	250	152	1500	306
30	28	260	155	1600	310
35	32	270	159	1700	313
40	36	280	162	1800	317
45	40	290	165	1900	320
50	44	300	169	2000	322
55	48	320	175	2200	327
60	52	340	181	2400	331
65	56	360	186	2600	335
70	59	380	191	2800	338
75	63	400	196	3000	341
80	66	420	201	3500	346
85	70	440	205	4000	351
90	73	460	210	4500	354
95	76	480	214	5000	357
100	80	500	217	6000	361
110	86	550	226	7000	364
120	92	600	243	8000	367
130	97	650	242	9000	368
140	103	700	248	10000	370
150	108	750	254	15000	375
160	113	800	260	20000	377
170	118	850	265	30000	379
180	123	900	269	40000	380
190	127	950	274	50000	381
200	132	1000	278	75000	382
210	136	1100	285	1000000	384

*N= tamanho da população

*A= tamanho da amostra

Fonte: krejcie e Morgan (1970:608), in: Gerardi Silva⁹³ (1981:20).

⁹³ Gerardi, L. H. e Silva, B. C. **Quantificação em Geografia**. São Paulo: DIFEI, 1981.

ANEXO B – Roteiro de Inventário do Patrimônio Turístico em Municípios

<p>1. PATRIMÔNIO NATURAL</p> <p>1.1. MONTANHAS 1.1.1. Picos/cumes 1.1.2. Serras 1.1.3. Montes/morros/colinas</p> <p>1.2. PLANALTOS E PLANÍCIES 1.2.1. Chapadas/tabuleiros 1.2.2. Patamares 1.2.3. Pedras tabulares/matacões 1.2.4. Vales 1.2.5. Rochedos</p> <p>1.3. COSTAS OU LITORAL 1.3.1. Praias 1.3.2. Restingas 1.3.3. Mangues 1.3.4. Baías/enseadas 1.3.5. Sacos 1.3.6. Penínsulas/cabos/pontas 1.3.7. Falésias/barreiras 1.3.8. Dunas</p> <p>1.4. TERRAS INSULARES 1.4.1. Ilhas 1.4.2. Arquipélagos 1.4.3. Recifes/atol</p> <p>1.5. HIDROGRAFIA 1.5.1. Rios 1.5.2. Lagos/lagoas 1.5.3. Praias fluviais/lacustres 1.5.4. Alagados</p> <p>1.6. QUEDAS D'ÁGUA 1.6.1. Catarata 1.6.2. Cachoeira 1.6.3. Salto 1.6.4. Cascata 1.6.5. Corredeira</p> <p>1.7. FONTES HIDROMINERAIS E/OU TERMAIS</p> <p>1.8. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO 1.8.1. Nacionais 1.8.2. Provinciais</p>	<p>2. PATRIMÔNIO CULTURAL</p> <p>2.1. SÍTIOS HISTÓRICOS 2.1.1. Centro histórico 2.1.2. Cidade histórica 2.1.3. Conjunto histórico 2.1.4. Quilombo 2.1.5. Terra indígena 2.1.6. Conjunto paisagístico 2.1.7. Monumento histórico 2.1.8. Sítio arqueológico 2.1.9. Sítio paleontológico 2.1.10. Jardim histórico</p> <p>2.2. EDIFICAÇÕES 2.2.1. Arquitetura civil 2.2.2. Arquitetura militar 2.2.3. Arquitetura religiosa 2.2.4. Arquitetura industrial/agrícola 2.2.5. Arquitetura vernacular 2.2.6. Arquitetura funerária 2.2.7. Ruínas</p> <p>2.3. OBRAS DE ARTE 2.3.1. Escultura/estatuária/monumento/obelisco 2.3.2. Pintura 2.3.3. Murais 2.3.4. Vitrais 2.3.5. Azulejaria 2.3.6. Outros legados</p> <p>2.4. INSTITUIÇÕES CULTURAIS 2.4.1. Museu/memorial 2.4.2. Biblioteca 2.4.3. Arquivo 2.4.4. Instituto histórico e geográfico 2.4.5. Centro cultural/casa de cultura 2.4.6. Teatro/anfiteatro</p> <p>2.5. FESTAS E CELEBRAÇÕES 2.5.1. Religiosas/de manifestações de fé 2.5.2. Populares/folclóricas 2.5.3. Cívicas</p> <p>2.6. GASTRONOMIA TÍPICA 2.6.1. Pratos típicos 2.6.2. Iguarias regionais/doces/salgados 2.6.3. Frutas</p>
--	--

1.8.3. Municipais	2.6.4. Bebidas
1.8.4. Particulares	2.6.5. Outros
1.9. CAVERNAS, GRUTAS E FURNAS	2.7. ARTESANATOS
1.10. ÁREAS DE CAÇA E PESCA	2.7.1. Cerâmica
1.11. FLORA	2.7.2. Cestaria
1.12. FAUNA	2.7.3. Madeira
1.13. OUTROS	2.7.4. Tecelagem
	2.7.5. Bordados
	2.7.6. Metal
	2.7.7. Pedra
	2.7.8. Renda
	2.7.9. Couro
	2.7.10. Plumaria
	2.8. MÚSICAS E DANÇAS
	2.8.1. Banda e conjunto musical
	2.8.2. Salão de dança
	2.8.3. Clube/casa de shows
	2.8.4. Festival
	2.8.5. Folguedos
	2.8.6. Centro de tradição
	2.8.7. Outros
	2.9. FEIRAS E MERCADOS
	2.9.1.1. Feira agrícola
	2.9.1.2. Feira pecuária
	2.9.1.3. Feira livre
	2.9.1.4. Feira de turismo
	2.9.1.5. Outras feiras
	2.9.1.6. Mercado livre
	2.9.1.7. Mercado de carne
	2.9.1.8. Mercado de frutas
	2.9.1.9. Mercado de peixe
	2.9.1.10. Mercado de artesanato
	2.9.1.11. Mercado de produtos variados
	2.9.1.12. Outros mercados
	2.10. SABERES E FAZERES
	2.10.1. Contar histórias/causos
	2.10.2. Recitar poesias/rezas
	2.10.3. Preparar receitas tradicionais
	2.10.4. Elaborar trabalhos manuais/de arte popular

Fonte: BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Manual do Pesquisador - Inventário da Oferta Turística:** instrumento de pesquisa/ Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Brasília: Ministério do Turismo, Dezembro de 2006.